

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CLÁUDIA LIMA AYER DE NORONHA

**ANÁLISE LONGITUDINAL DA MOBILIDADE OCUPACIONAL DOS  
ESTRANGEIROS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO.**

BELO HORIZONTE

2018

CLÁUDIA LIMA AYER DE NORONHA

**ANÁLISE LONGITUDINAL DA MOBILIDADE OCUPACIONAL DOS  
ESTRANGEIROS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutorado.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Meire Vilela

BELO HORIZONTE

2018

301  
N852a  
2018

Noronha, Cláudia Lima Ayer de

Análise longitudinal da mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro [manuscrito] / Cláudia Lima Ayer de Noronha. - 2018.

359 f.

Orientadora: Elaine Meire Vilela.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.Sociologia – Teses. 2.Imigrantes - Teses.. 3.Mercado de trabalho - Teses. I.Vilela, Elaine Meire . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais

## ATA DA DEFESA DE TESE

### CLÁUDIA LIMA AYER DE NORONHA

Aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro de 2018 (dois mil e dezoito), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado, intitulada: "**Análise longitudinal da mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro**". A banca foi composta pelos professores doutores **Elaine Meire Vilela** (Orientadora - DSO/UFMG), **Jorge Alexandre Barbosa Neves** (DSO/UFMG), **Marden Barbosa de Campos** (DSO/UFMG), **Leonardo Cavalcanti da Silva** (UnB) e **João Alfredo dos Reis Peixoto** (ISEG - Universidade de Lisboa).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação  ( )

Reprovação da Tese  ( )

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.


Belo Horizonte, 18 de outubro de 2018.

  
**Profa. Dra. Elaine Meire Vilela** (Orientadora - DSO/UFMG)

  
**Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves** (DSO/UFMG)

  
**Prof. Dr. Marden Barbosa de Campos** (DSO/UFMG)

  
**Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti da Silva** (UnB)

  
**Prof. Dr. João Alfredo dos Reis Peixoto** (ISEG - Universidade de Lisboa) \*participação à distância

## **DEDICATÓRIA**

Dedico aos meus grandes amores: Tânia, Luiz, Flávia e Bernardo.

## AGRADECIMENTOS

Guimarães Rosa em Grande Sertão Veredas escreve que “O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia”. Essa tese marca o fim de um longo caminho percorrido, cuja real importância não se resume a essas páginas aqui apresentadas. As grandes conquistas desse doutorado foram alcançadas ao longo dessa travessia, junto com cada pessoa que cruzou o meu caminho, compartilhando bons e maus momentos, que contribuíram para escrita de cada capítulo.

Começo agradecendo a Elaine, uma das pessoas que já estavam comigo no início dessa minha travessia. Ela cruzou meu caminho há quase dez anos, como minha orientadora na graduação, quando seguimos juntas também pelo mestrado e pelo doutorado. Nessa caminhada a Elaine foi minha grande parceira, com quem construí toda essa tese conjuntamente. Além da parceria de trabalho, na Elaine também encontrei uma grande amiga que soube acolher e me ajudar nos momentos de dúvida, cansaço e dificuldades. Por isso, dedico à Elaine meus mais sinceros agradecimentos e minha eterna gratidão por cada passo dado em minha trajetória acadêmica.

No início dessa minha travessia, também já estava acompanhada da minha família, Tania, Luiz, Flávia, Bernardo e Pedro. A eles agradeço pelo incentivo incondicional, pelo carinho e conselhos durante essa jornada.

Agradeço também ao Departamento de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde pude me formar como socióloga e onde encontrei grandes parceiros e amigos. No Laboratório de Pesquisa em Estratificação Social e Trabalho (LAPEST) e no Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CEPEQS), encontrei preciosos companheiros de doutorado, em especial o Léo Silveira e a Lu Drummond. Juntos, conseguimos superar as grandes dificuldades da construção de um banco de dados tão desafiante como o utilizado nessa tese. Foi um trabalho longo e muito desgastante. Juntos, também nos apoiamos, quando já no final dessa travessia, perdemos parte do trabalho realizado, em razão de um problema técnico no servidor que hospedava nossos dados. Nesse momento, tivemos o suporte do setor de informática da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) e do Michel Boaventura que nos

ajudaram na recuperação do servidor, apesar dos limitados recursos financeiros disponíveis. Apesar dos momentos de ansiedade, me orgulho do caminho que superamos em conjunto.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante o doutorado, além da bolsa de doutorado sanduíche que me possibilitou passar, no primeiro semestre de 2017, uma temporada na Universidade de George Washington nos Estados Unidos junto com o Professor Barry Chiswick. À ele agradeço muito as contribuições teóricas que foram fundamentais para esse trabalho, além da receptividade e hospitalidade surpreendentes.

Agradeço também aos professores Jorge Alexandre Neves, João Alfredo dos Reis Peixoto, Marden Barbosa de Campos e Carlos Antônio da Costa Ribeiro que participaram da banca de qualificação do projeto dessa tese. Agradeço muito pela leitura atenta ao projeto e valiosas contribuições que definiram o rumo dessa tese. Ainda estendo meus agradecimentos ao Professor Leonardo Cavalcanti que integra a banca de defesa.

Termino essa travessia, certa de que cada momento valeu a pena, principalmente aqueles acompanhados pelas pessoas citadas acima!

## RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo realizar uma análise longitudinal de painel da mobilidade ocupacional de estrangeiros inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, entre 1995 a 2015. O intuito é compreender os fatores que influenciam positiva ou negativamente a trajetória ocupacional dos estrangeiros empregados formalmente no Brasil. Alguns autores, adeptos da Teoria da Assimilação, argumentam que a mobilidade ocupacional dos imigrantes no mercado de trabalho varia de acordo com níveis de capital humano acumulado, com variáveis demográficas e, em particular, torna-se ascendente com a duração da residência no país de destino. Já os teóricos da Teoria da Assimilação Segmentada têm como pressuposto a ideia de que as sociedades modernas são diversas e segmentadas e, portanto, a teoria clássica da assimilação não abarcaria às inúmeras trajetórias dos estrangeiros no mercado de destino.

Como metodologia, utilizamos os dados da Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego de 1995 até 2015, a partir do qual são estimados modelos de regressão longitudinal para compreensão de 14 grupos de estrangeiros. Os resultados demonstraram que há crescimento médio do status ocupacional do estrangeiro com aumento do tempo do estrangeiro no Brasil, mas esse crescimento precede um movimento inicial de queda do status nos primeiros três anos de residência no país. Dessa forma, encontramos um formato de mobilidade em “J” para realidade do mercado formal brasileiro. Percebemos que essa trajetória varia de acordo com a nacionalidade do trabalhador, sendo que, em geral, quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem, melhor é o desempenho dos imigrantes no mercado de trabalho, traduzindo em maiores probabilidades de mobilidade ascendente. Além disso, outras variáveis que têm impacto sobre a mobilidade do estrangeiro no mercado formal brasileiro são: 1) região do país de localização da empresa na qual o estrangeiro se encontra empregado; 2) sexo; 3) Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS (proxy de experiência no mercado formal); 4) tempo de residência no Brasil; 5) nível de instrução; 6) raça.

**Palavras- chave:** mobilidade ocupacional, imigrantes internacionais, mercado de trabalho.



## ABSTRACT

This dissertation aims at conducting a longitudinal panel analysis of the occupational mobility of foreigners inserted in the Brazilian formal labor market between 1995 and 2015. The purpose is to understand the factors that influence positively or negatively the occupational trajectory of the foreigners formally employed in Brazil. Some authors, following the Theory of Assimilation, argue that the occupational mobility of immigrants in the labor market varies according to accumulated human capital levels, with demographic variables and, in particular, becomes upward with the length of residence in the country of destiny. Theorists of the Theory of Segmented Assimilation presuppose the idea that modern societies are diverse and segmented and, therefore, the classical theory of assimilation would not cover the numerous trajectories of foreigners in the target market.

As a methodology, we used data from the Annual Social Information Ratio (RAIS) of the Ministry of Labor and Employment from 1995 to 2015, from which longitudinal regression models are estimated for the understanding of 14 groups of foreigners. The results showed that there is an average growth of the occupational status of the foreigner with an increase of the time of the foreigner in Brazil, but this growth precedes an initial movement of falling of the status in the first three years of residence in the country. Thus, we find a "J" mobility format for the Brazilian formal market reality. We perceive that this trajectory varies according to the nationality of the worker, and in general, the greater the economic development of the countries of origin, the better the performance of immigrants in the labor market, which translates into greater probabilities of upward mobility. In addition, other variables that have an impact on the mobility of foreigners in the Brazilian formal market are: 1) region of the country where the foreigner is employed; 2) sex; 3) Number of times the foreigner appears in the RAIS bank (proxy of experience in the formal market); 4) length of residence in Brazil; 5) level of education; 6) race.

**Keywords:** occupational mobility, immigrants, labor market.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Capacidade de transferência de competências do trabalhador.....	42
Figura 2 – Matriz de Transição de <i>Status</i> .....	94
Figura 3 – Críticas de Borjas (1978) ao modelo de Chiswick (1978) para assimilação dos imigrantes nos EUA. ....	191

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de entrada de estrangeiros no Brasil no período de 2000 a 2016. ....	33
Gráfico 2 – Estrangeiros inseridos no mercado formal brasileiro – 1995 a 2015 .....	36
Gráfico 3 - País de nascimento dos estrangeiros que compõe a amostra – 1995 a 2015	98
Gráfico 4 – Distribuição dos estrangeiros segundo o setor de atuação da empresa – 1995 a 2015 .....	101
Gráfico 5 – Evolução média do ISEI conforme o tempo de permanência na RAIS, <i>proxy</i> da experiência no mercado formal.....	104
Gráfico 6 – Evolução média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil.....	106
Gráfico 7 – Variação média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil.....	107
Gráfico 8 – Evolução média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil por grupo ocupacional.....	108
Gráfico 9 – Variação média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil por grupo ocupacional.....	109
Gráfico 10 – Distribuição dos estrangeiros por setor de atuação da empresa segundo a nacionalidade – 1995 a 2015 .....	143
Gráfico 11 – Distribuição por sexo .....	162
Gráfico 12 – Distribuição de indivíduos por sexo segundo a nacionalidade.....	163
Gráfico 13 – Percentual de mulheres segundo a nacionalidade – Latino americanas..	164
Gráfico 14 – Percentual de mulheres segundo a nacionalidade – Europeias .....	164
Gráfico 15 – Percentual de mulheres segundo a nacionalidade – Outros grupos.....	164
Gráfico 13 – Percentual de homens segundo a nacionalidade – Latino americanos....	165
Gráfico 14 – Percentual de homens segundo a nacionalidade – Europeus .....	165
Gráfico 15 – Percentual de homens segundo a nacionalidade – Outros grupos.....	165
Gráfico 16 - Distribuição de mulheres por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015 .....	167
Gráfico 17 -Distribuição de homens por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015 .....	168
Gráfico 18 – Evolução média do ISEI conforme o tempo de permanência na RAIS, <i>proxy</i> da experiência no mercado formal segundo o sexo do estrangeiro .....	170
Gráfico 19 – Evolução média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil e o sexo do estrangeiro .....	171

Gráfico 20 – Variação média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil e o sexo do estrangeiro .....	172
Gráfico 21– Evolução média do ISEI mulheres conforme o tempo de residência no Brasil por grupo ocupacional .....	173
Gráfico 22 – Evolução média do ISEI homens conforme o tempo de residência no Brasil por grupo ocupacional .....	174
Gráfico 23 –Distribuição dos estrangeiros pelo tempo de inserção na RAIS e nacionalidade .....	195
Gráfico 24 - Média do ISEI segundo o tempo de inserção na RAIS e a nacionalidade do estrangeiro – Americanos e asiáticos .....	196
Gráfico 25 - Média do ISEI segundo o tempo de inserção na RAIS e a nacionalidade do estrangeiro – Europeus .....	196
Gráfico 26 - Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil e a nacionalidade do estrangeiro – Americanos e asiáticos .....	199
Gráfico 27 - Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil e a nacionalidade do estrangeiro – Europeus .....	199
Gráfico 28 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Argentina .....	202
Gráfico 29 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Bolívia .....	202
Gráfico 30 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Chile.....	203
Gráfico 31 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Paraguai .....	203
Gráfico 32 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Uruguai .....	204
Gráfico 33 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Alemanha.....	204
Gráfico 34 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional – Estados Unidos .....	205
Gráfico 35 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - França .....	205
Gráfico 36 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Espanha.....	206

Gráfico 37 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Itália.....	206
Gráfico 38 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Haiti .....	207
Gráfico 39 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Japão .....	207
Gráfico 40 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - China.....	208
Gráfico 41 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Portugal.....	208
Gráfico 42 – Distribuição média do ISEI segundo a idade de chegada no Brasil.....	209
Gráfico 43 – Distribuição média do ISEI segundo a idade de chegada no Brasil – Americanos e asiáticos .....	211
Gráfico 44 – Distribuição média do ISEI segundo a idade de chegada no Brasil - Europeus .....	211
Gráfico 45– Distribuição dos vínculos de emprego por níveis de escolaridade do trabalhador.....	231
Gráfico 46– Média do ISEI por tempo de residência segundo o nível de escolaridade do trabalhador.....	235
Gráfico 47 – Distribuição dos estrangeiros segundo a raça/cor – 1995 a 2015.....	245
Gráfico 48 – Média do ISEI por ao longo dos anos analisados segundo a raça/cor do trabalhador – 1995 a 2015 .....	246
Gráfico 49 – Média do ISEI por tempo de permanência na RAIS segundo a raça/cor do trabalhador.....	247
Gráfico 50 – Média do ISEI por tempo de residência segundo a raça/cor do trabalhador .....	248

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formato da variável relativa ao país de origem do estrangeiro entre 1995 e 2015 .....	66
Quadro 2 – Quadro da variável dependente utilizada para a estimação .....	79
Quadro 3– Quadro das variáveis independentes utilizadas nos modelos .....	80
Quadro 4 – Tipologia de classe EGP .....	84

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Série histórica do estoque de estrangeiros no Brasil .....	32
Tabela 2 – Número de estrangeiros migrantes nas décadas 1991, 2000 e 2010.....	33
Tabela 3 – Estoque de estrangeiros no Brasil segundo a nacionalidade .....	34
Tabela 4 – Entrada de estrangeiros no Brasil segundo país de nascimento .....	34
Tabela 5 – Estrangeiros inseridos no mercado formal brasileiro – 1995 a 2015.....	36
Tabela 6 – Número de estrangeiros inseridos no mercado formal brasileiro segundo a nacionalidade – 1995 a 2015 .....	37
Tabela 7 – Número de vínculos do banco de dados sem informação na variável PIS (identificadora dos indivíduos).....	60
Tabela 8 – Número de casos do banco de dados com unidade de análise “vínculos” e após a transformação para unidade de análise “indivíduos”.....	62
Tabela 9 – Proporção de estrangeiros em relação ao banco completo de indivíduos ....	63
Tabela 10 – Número de casos do banco de dados com inconsistência na variável “Ano de Chegada ao Brasil” – 2011 a 2015 .....	64
Tabela 11 – Casos com inconsistência na informação sobre o ano de chegada dos estrangeiros no Brasil .....	64
Tabela 12 – Subamostra de trabalhadores estrangeiros, com identificação de ano de chegada, relacionados entre 2011 e 2015 .....	65
Tabela 13 – Número de casos do banco de dados sem informação sobre o país de nascimento do estrangeiro – 2011 a 2015 .....	68
Tabela 14 – Número de casos referentes à RAIS Negativa.....	68
Tabela 15 – Comparação da variável cor/raça originalmente reportada na RAIS e após a definição como raça do trabalhador aquela mais vezes indicada no banco de dados ....	69
Tabela 16 – Número de casos do banco de dados sem informação de raça/cor.....	70
Tabela 17 –Número de casos do banco de dados sem informação de raça/cor segundo o tipo de vínculo empregatício (antes de imputar a raça/cor).....	71
Tabela 18 –Número de casos do banco de dados sem informação de raça/cor segundo o número de vezes que o trabalhador aparece na amostra.....	71
Tabela 19 - Número de casos retirados da análise que não foram possíveis obter informação sobre o ISEI do trabalhador segundo o ano.....	72
Tabela 20 – Número de casos com erro no preenchimento da RAIS no momento de registro das informações sobre a ocupação do trabalhador – 1995 a 2015 .....	72

Tabela 21 – Número de casos sem informação no ISEI, em razão do procedimento de construção desse índice– 1995 a 2015.....	73
Tabela 22 – Casos sem informação sobre idade.....	74
Tabela 23 – Casos sem informação sobre idade segundo o número de vezes que aparece na amostra.....	74
Tabela 24 – Comparação do número de casos no processo de construção da amostra..	74
Tabela 25 – Amostra final de análise segundo a nacionalidade .....	75
Tabela 26 – Distribuição de observações segundo o ano e o país de nascimento da amostra selecionada para as análises.....	77
Tabela 27 – Serie histórica dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).....	86
Tabela 28–Nacionalidade dos estrangeiros que compõe a amostra .....	96
Tabela 29–Total de observações da amostra segundo a nacionalidade dos estrangeiros	97
Tabela 30–Distribuição do total de observações segundo a nacionalidade dos estrangeiros– 1995 a 2015 .....	97
Tabela 31–Medidas descritivas das principais variáveis para o total de observações do banco.....	99
Tabela 32 – Ocupações com maiores percentuais de vínculos.....	101
Tabela 33 – Distribuição de estrangeiros segundo a classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015 .....	102
Tabela 34 – Distribuição de estrangeiros segundo a média do ISEI – 1995 a 2015 ....	103
Tabela 35 – Evolução média do ISEI conforme o tempo de permanência na RAIS, <i>proxy</i> da experiência no mercado formal.....	104
Tabela 36 – Medidas de tendência central da variável tempo de residência do estrangeiro no Brasil.....	105
Tabela 37 – Resultados da tabela de mobilidade.....	109
Tabela 38 – Tabela de mobilidade para estrangeiros .....	111
Tabela 39 – Tabela de mobilidade calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego .....	112
Tabela 40 – Tabela de mobilidade calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional .....	113
Tabela 41 – Ocupações dos bolivianos com maiores percentuais de vínculos .....	130
Tabela 42 – Ocupações dos paraguaios com maiores percentuais de vínculos.....	130
Tabela 43 – Ocupações dos haitianos com maiores percentuais de vínculos.....	130
Tabela 44 – Ocupações dos alemães com maiores percentuais de vínculos .....	130



Tabela 45 – Ocupações dos franceses com maiores percentuais de vínculos .....	130
Tabela 46 – Ocupações dos espanhóis com maiores percentuais de vínculos .....	131
Tabela 47 – Ocupações dos italianos com maiores percentuais de vínculos .....	131
Tabela 48 – Ocupações dos portugueses com maiores percentuais de vínculos .....	131
Tabela 49 – Ocupações dos argentinos com maiores percentuais de vínculos .....	131
Tabela 50 – Ocupações dos chilenos com maiores percentuais de vínculos.....	131
Tabela 51 – Ocupações dos uruguaios com maiores percentuais de vínculos .....	131
Tabela 52 – Ocupações dos estadunidenses com maiores percentuais de vínculos .....	132
Tabela 53 – Ocupações dos japoneses com maiores percentuais de vínculos .....	132
Tabela 54 – Ocupações dos chineses com maiores percentuais de vínculos.....	132
Tabela 55 – Média do ISEI por nacionalidade do estrangeiro .....	133
Tabela 56 – Resultados da tabela de mobilidade segundo a nacionalidade .....	135
Tabela 57 – Tabela de mobilidade, segundo a nacionalidade, calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego .....	136
Tabela 58 – Tabela de mobilidade dos haitianos calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional....	137
Tabela 59 – Tabela de mobilidade dos paraguaios calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional .....	137
Tabela 60 – Resultado dos estimadores do modelo de equação 1 estimada para todos os estrangeiros conjuntamente .....	138
Tabela 61 – Resultado dos estimadores do modelo de equação 1 estimada para todos os estrangeiros conjuntamente .....	140
Tabela 62 – Distribuição dos vínculos por região do país – 1995 a 2015.....	143
Tabela 63 – Distribuição dos vínculos por região do país, segundo a nacionalidade do trabalhador.....	144
Tabela 64 – Distribuição dos estrangeiros nas regiões do Brasil, segundo a classificação ocupacional EGP .....	145
Tabela 65 – Resultados da tabela de mobilidade segundo a região do país .....	145
Tabela 66 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 1, para todos os estrangeiros conjuntamente.....	146
Tabela 67 – Resultados dos estimadores do modelo longitudinal da equação 2, separados para cada uma das nacionalidades .....	146

Tabela 68 – Distribuição de mulheres por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015 .....	166
Tabela 69 -Distribuição de homens por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015 .....	168
Tabela 70 – Ocupações com maiores concentrações de estrangeiros, segundo o sexo – 1995 a 2015 .....	169
Tabela 71– Média do ISEI segundo o tempo de inserção na RAIS .....	170
Tabela 72 – Resultados da Tabela de Mobilidade .....	175
Tabela 73 – Tabela de mobilidade para homens estrangeiros .....	176
Tabela 74 – Tabela de mobilidade para mulheres estrangeiras .....	177
Tabela 75 – Tabela de mobilidade para homens e mulheres estrangeiras, calculado por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego .....	178
Tabela 76 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 1, para todos os estrangeiros, com a inserção da variável sexo como variável independente .....	179
Tabela 77 – Resultados da Tabela de Mobilidade para homens.....	181
Tabela 78 – Resultados da Tabela de Mobilidade para mulheres .....	182
Tabela 79 – Tabela de mobilidade calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo a nacionalidade e o sexo do estrangeiro .....	183
Tabela 80 –Resultados dos estimadores do modelo longitudinal da equação 2, separados para cada uma das nacionalidades .....	184
Tabela 81 – Número de haitianos conforme o tempo de permanência na RAIS.....	198
Tabela 82 – Resultado dos estimadores do modelo de equação 1 estimada para todos os estrangeiros.....	213
Tabela 83 – Resultado dos estimadores do modelo de equação 3 estimada para homens e mulheres, separadamente.....	214
Tabela 84 – Resultado dos estimadores do modelo de equação 3 estimada para os 14 grupos de estrangeiros separadamente .....	216
Tabela 85 – Distribuição dos vínculos de emprego por níveis de escolaridade do trabalhador.....	230
Tabela 86 – Distribuição dos vínculos de emprego por níveis de escolaridade do trabalhador.....	232
Tabela 87 – Educação adquirida no Brasil – 1995 a 2015 .....	232
Tabela 88 – Educação adquirida no Brasil segundo o nível de escolaridade .....	233

Tabela 89 – Educação adquirida no Brasil segundo a nacionalidade do estrangeiro ...	234
Tabela 90 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 1, para o conjunto total de estrangeiros .....	236
Tabela 91 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 3, estimado separadamente para homens e mulheres.....	237
Tabela 92 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 2, estimados separadamente para cada uma das nacionalidades estudadas.....	238
Tabela 93 – Distribuição média dos estrangeiros segundo a raça/cor e nacionalidade	246
Tabela 94 – Tabela de mobilidade calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo a raça/cor do trabalhador .....	248
Tabela 95 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 1, para homens e mulheres .....	249
Tabela 96 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 3, estimado separadamente para homens e mulheres.....	249
Tabela 98 –Tabela de mobilidade de portugueses.....	287
Tabela 99 – Tabela de mobilidade de haitianos .....	287
Tabela 100 – Tabela de mobilidade de argentinos .....	288
Tabela 101 – Tabela de mobilidade de bolivianos .....	288
Tabela 102 – Tabela de mobilidade de chilenos .....	288
Tabela 103 –Tabela de mobilidade de paraguaios.....	289
Tabela 104 –Tabela de mobilidade de uruguaios .....	289
Tabela 105 –Tabela de mobilidade de alemães .....	289
Tabela 106 –Tabela de mobilidade de espanhóis .....	290
Tabela 107 –Tabela de mobilidade de estadunidenses .....	290
Tabela 108 –Tabela de mobilidade de franceses .....	290
Tabela 109 –Tabela de mobilidade de italianos .....	291
Tabela 110 –Tabela de mobilidade de chineses .....	291
Tabela 111 –Tabela de mobilidade de japoneses .....	291

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Desempregados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEPEQS	Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COTA	Classificação de Ocupações do Programa de Censos da América
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DPF	Departamento da Polícia Federal
EGP	Erikson-Goldthorpe-Portocarero
ESDC	<i>English-speaking developed country</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
ISCO	International Standard Classification of Occupations
ISEI	Índice Sócio-econômico Internacional
LAPEST	Laboratório de Pesquisa em Estratificação Social e Trabalho
LM	<i>Breusch-Pagan Lagrange multiplier</i>
MQO	Mínimos Quadrados Ordiniais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ObMigra	Observatório de Migrações Internacionais
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
PIS	Programa de Integração Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SINCRE	Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>22</b>
<b>1. A análise da entrada de estrangeiros no Brasil .....</b>	<b>29</b>
1.1 Um resumo do panorama da migração para/do Brasil .....	29
<b>2. As abordagens teóricas sobre mobilidade ocupacional de estrangeiros.....</b>	<b>39</b>
2.1 Objetivos e hipóteses de trabalho.....	54
<b>3. Considerações metodológicas .....</b>	<b>58</b>
3.1 Delimitação do estudo .....	58
3.2 Delimitação e organização dos dados .....	60
3.3 Delimitação dos modelos .....	78
<b>4. Quais são os níveis de mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro?.....</b>	<b>95</b>
4.1 O perfil dos estrangeiros que compõe a amostra de trabalho.....	96
4.2 Os níveis de mobilidade ocupacional dos estrangeiros.....	100
4.3 Considerações finais do capítulo.....	113
<b>5. Quais os efeitos da nacionalidade do trabalhador e do estado de destino no Brasil para o sucesso ocupacional dos imigrantes? .....</b>	<b>117</b>
5.1 Resultados da origem do trabalhador para o sucesso ocupacional dos imigrantes .....	129
5.2 Resultados do destino do trabalhador para o sucesso ocupacional dos imigrantes .....	141
5.3 Considerações finais do capítulo.....	149
<b>6. Qual o efeito do sexo para mobilidade ocupacional dos estrangeiros? .....</b>	<b>152</b>
6.1 Resultados do efeito do sexo para mobilidade social dos estrangeiros.....	162
6.2 Considerações finais do capítulo.....	186
<b>7. Qual efeito de variáveis relacionadas ao tempo nos resultados ocupacionais de estrangeiro(a)s?.....</b>	<b>189</b>

7.1	Resultados do efeito de variáveis relacionadas ao tempo nos resultados de mobilidade ocupacional dos estrangeiros .....	195
7.2	Considerações finais do capítulo.....	221
<b>8.</b>	<b>Qual o efeito da educação para a trajetória ocupacional dos estrangeiros?..</b>	<b>224</b>
8.1	Resultados do efeito da educação do trabalhador para a trajetória ocupacional dos estrangeiros .....	230
8.2	Considerações finais do capítulo.....	239
<b>9.</b>	<b>Qual o efeito da raça do estrangeiro para mobilidade ocupacional .....</b>	<b>241</b>
9.1	Resultados do efeito da raça do estrangeiro para mobilidade ocupacional	245
9.2	Considerações finais do capítulo.....	250
<b>10.</b>	<b>Considerações finais .....</b>	<b>251</b>
<b>11.</b>	<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>257</b>
<b>12.</b>	<b>Apêndices .....</b>	<b>275</b>

## Introdução

Essa pesquisa tem como objetivo realizar uma análise longitudinal de painel da mobilidade ocupacional de estrangeiros inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, entre 1995 a 2015. O intuito é compreender se e como determinados fatores influenciam positiva ou negativamente a trajetória ocupacional dos imigrantes internacionais<sup>1</sup> empregados formalmente no Brasil.

Esse tema de investigação se insere no contexto das pesquisas que analisam a inserção de imigrantes no mercado de trabalho, linha de estudo que vem apresentando um crescente interesse entre pesquisadores, sobretudo em razão das tendências de internacionalização do capital e da mobilidade da força de trabalho (Sassen, 1990; Massey, 1998; Sassen, 1998; Domeniconi e Baeninger, 2016; Cardoso, 2017). A investigação sobre o impacto da imigração na situação do indivíduo na economia do país acolhedor é central em diversos países, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Alemanha. Em geral, os estudos são conduzidos para compreensão da realização do *status* ocupacional e salarial, além dos níveis de emprego/ desemprego do estrangeiro (Chiswick, 1977; Chiswick e R., 1978; Portes, 1981; Tienda e Lii, 1987; Borjas, 1989; Borjas, 1999).

Dos estudos já realizados sobre mobilidade ocupacional, vários autores são adeptos ao modelo clássico elaborado pela Teoria da Assimilação (Chiswick, 1977; Eckstein, 1998; Bauer e Zimmermann, 1999; Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Rooth e Ekberg, 2006; Fernández-Macías *et al.*, 2015; Chiswick e Wang, 2016; Basilio *et al.*, 2017; Cohen-Goldner e Eckstein, 2017; Lueck, 2017). Chiswick e seus parceiros (Chiswick, 1977; Chiswick e R., 1978; Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Chiswick e Miller, 2014; Chiswick e Wang, 2016) foram pioneiros nesta área, admitindo que o processo de imigração é caracterizado por um declínio inicial do *status* sócio profissional do imigrante, na sua transição do último emprego no país de origem para o primeiro emprego no país de acolhimento (destino), seguido de um período de ascensão na carreira em função do tempo de permanência no novo país de residência. A este percurso foi dado o nome de ‘Curva-U’, fazendo alusão a queda inicial e subsequente melhora do *status* do trabalhador

---

<sup>1</sup>Nesse trabalho utilizamos o termo imigrantes internacionais nos referindo somente aos indivíduos que nasceram em outro país e que se inseriram no território brasileiro, isto é, os estrangeiros. Não estão incluídos aqui os brasileiros que deixaram o Brasil e depois retornaram.

estrangeiro no país de acolhimento (Peixoto, 2004; Egreja e Peixoto, 2011; Fernández-Macías *et al.*, 2015). Em média, quanto mais acentuado o declínio inicial, também será mais acentuada a ascensão subsequente (Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Rooth e Ekberg, 2006; Basilio *et al.*, 2017; Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017).

De acordo com os pesquisadores, os problemas enfrentados pelos imigrantes na sociedade de destino, tais como as dificuldades com o idioma, com o reconhecimento dos títulos universitários e das experiências anteriores no mercado de trabalho são fatores que explicam a queda inicial no *status* ocupacional do imigrante. Portanto, os estrangeiros partem de uma posição média na sociedade de origem, mas perdem essa posição social no momento de chegada ao país de destino, sendo necessário um tempo de assimilação para recuperar a posição de partida (Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Chiswick e Miller, 2014).

O aumento do tempo de residência no país hospedeiro, unido à consolidação das redes sociais, à aquisição de capitais social<sup>2</sup> e simbólico<sup>3</sup>, além de possível regularização das autorizações de residência e trabalho, bem como reconhecimento de diplomas, são fatores decisivos para que os imigrantes possam completar a curva em U e ter mobilidade social ascendente em relação à posição de chegada na sociedade de destino (Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Ruef, 2017). Ou seja, esses autores têm documentado que a mobilidade ocupacional dos imigrantes no mercado de trabalho varia de acordo com níveis de capital humano acumulado, com variáveis demográficas e, em particular, torna-se ascendente com a duração da residência no país de destino.

A partir dessa discussão realizada por Chiswick e seus parceiros, Cavalcanti *et al.* (2015) sugerem que, no Brasil, a situação atual dos imigrantes, sobretudo, os estrangeiros com fluxo de entrada mais recente, como haitianos, têm tendência de apresentar padrão de mobilidade ocupacional como uma “curva em L”. Ou seja, caracterizado por uma queda inicial no *status* ocupacional no Brasil e ausência de mobilidade ascendente subsequente,

---

<sup>2</sup> O capital social pode ser definido como o investimento e uso de recursos embutidos nas relações sociais para retornos esperados (Lin, 2006). Além disto, segundo Massey (1998) são os laços sociais que conectam parentes, amigos ou membros de uma comunidade, nos locais de origem e destino, fornecendo apoio, bens econômicos e informações que circulam por meio desses contatos.

<sup>3</sup> A aquisição de capital simbólico pelo estrangeiro é entendida como a assimilação dos gostos, valores, das "maneiras de se comunicar, das “boas maneiras”, dentre outras noções, próprias do país de destino .



dado o curto tempo de moradia no país. Entretanto, Cavalcanti *et al.* (2015) não realizaram pesquisas mais detalhadas para compreender tal processo ao longo do tempo (Cavalcanti *et al.*, 2014; Cavalcanti e Tonhati, 2017; Feldman-Bianco *et al.*, 2017).

No Brasil, dentre as pesquisas que se têm notícia, esse tema foi pouco abordado, tanto em estudos sobre estratificação e mobilidade social, quanto sobre imigração internacional. Em contrapartida, pesquisas dessa natureza são bastante desenvolvidas nos Estados Unidos (ver, por exemplo, Chiswick, 1977; Wilson e Portes, 1980; Barry R. Chiswick, 2005; Portes e Manning, 2008; Lueck, 2017; Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017) e na Europa (como Bommers e Kolb, 2006; Clark e Drinkwater, 2007; Egreja e Peixoto, 2011; Molina *et al.*, 2013; Li *et al.*, 2016; Brenzel e Reichelt, 2017; Clark, 2017; Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017).

Com intuito de avançar nessa temática no Brasil, essa pesquisa pretende investigar: 1) os padrões de mobilidade ocupacional dos estrangeiros inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro; 2) quais são as características socioeconômicas e demográficas que impactam nessas trajetórias; 3) se o tempo tem um efeito positivo sobre a mobilidade ocupacional dos imigrantes internacionais em análise. Visto que não se tem disponível, em dados públicos brasileiros, a informação sobre a ocupação do imigrante no país de origem, para análise do padrão de mobilidade definido por Chiswick (2005) como curva “U”, nessa tese será adaptado para curva “J”. Isso é, assume-se, nesse caso, que o imigrante ao entrar no país se insere em ocupações da base da hierarquia sócio ocupacional e, com o aumento do tempo de permanência no Brasil, tem uma tendência de ascensão do *status* ocupacional, comparando a primeira e a última ocupação no mercado formal brasileiro.

Para a análise, são utilizados os dados da Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego de 1995 até 2015<sup>4</sup>, única base de dados brasileira pública que torna possível a análise longitudinal de painel sobre os indivíduos no mercado de trabalho formal, na medida em que dispõe de informações sobre o número de inscrição

---

<sup>4</sup>A escolha dos anos refere-se ao fato de ser: a) a partir do ano de 1995, que os dados da RAIS se tornaram mais consistentes e precisos, segundo Cavalcanti (2015); b) 2015 o último ano disponibilizado pelo MTE antes da produção dessa pesquisa.

no Programa de Integração Social (PIS)<sup>5</sup> de cada trabalhador e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) que identificam os indivíduos e as empresas a cada ano, respectivamente. Isto é, tratada isoladamente, a RAIS é também uma base de tipo *cross-section*<sup>6</sup>, mas associando os diversos anos por meio do PIS do indivíduo, torna-se possível a construção de um censo dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal com um padrão longitudinal de painel<sup>7</sup>.

Nesse contexto, são duas as principais contribuições desse trabalho. A primeira, de natureza teórica, refere-se à discussão sobre a mobilidade ocupacional dos estrangeiros no Brasil, temática ainda pouco explorada nos estudos nacionais. A segunda contribuição, de natureza metodológica, reside na utilização de dados longitudinais de painel para estudo do mercado de trabalho brasileiro. Os estudos longitudinais buscam sequência de eventos ao longo do tempo, sendo possível, para o caso desse estudo, acompanhar a trajetória de um mesmo indivíduo no mercado de trabalho ao longo de vários anos. Essa abordagem diferencia-se da maioria dos estudos já realizados que utiliza de dados de tipo *cross-section*, tendo como característica a observação de um único momento no tempo, como se fosse uma fotografia do evento pesquisado (Guimarães, 2004) ou de análise longitudinal de tendência ou de coorte via dados *cross-section* (Chiswick, 1977; Chiswick e R., 1978; Borjas, 1989; Barry R. Chiswick, 2005; Ribeiro, 2007; Fernández-Macías *et al.*, 2015).

Entretanto, cabe ressaltar que os dados utilizados também apresentam algumas fragilidades. A principal refere-se ao fato da RAIS apresentar informações apenas sobre o mercado de trabalho formal no Brasil, sendo, portanto, dados subestimados, já que há um grande número de estrangeiros inseridos em ocupações informais. Dessa forma, os resultados mostrados aqui são limitados, uma vez que se referem aos imigrantes documentados inseridos no mercado formal. Além disso, também não há informação em todos os anos da RAIS sobre o ano de entrada do estrangeiro no Brasil, pois esse dado

---

<sup>5</sup>Além do PIS, que é um número que permite identificar cada indivíduo ao longo dos anos, a partir de 2002, a RAIS também apresenta o número do Cadastro Pessoas Físicas (CPF). Porém, como analisado por Cavalcanti *et al* (2015) no Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais, o PIS é a identificação mais consistente.

<sup>6</sup>Dados *cross-section* são uma amostra de dados usados, sejam indivíduos, consumidores, empresas, cidades, etc., em um dado ponto no tempo.

<sup>7</sup>Isto é, formato que nos permite acompanhar a trajetória laboral de um mesmo indivíduo por anos no mercado de trabalho formal brasileiro.

passa a ser coletado apenas a partir de 2011. Como essa informação é de extrema relevância para análise da situação do imigrante no mercado de trabalho de destino e para compreensão da trajetória ocupacional, optamos em selecionar os indivíduos que estão relacionados na base entre 2011 e 2015, para os quais existe tal informação, e analisá-los ao longo dos anos. Ou seja, por meio do número de identificação de cada indivíduo, foram selecionadas as informações existentes de 1995 a 2015 dos trabalhadores que aparecem entre 2011 e 2015 que têm pelo menos 3 anos completos em sua trajetória no mercado de trabalho formal brasileiro. O limite de três anos se dá devido ao período mínimo indicado como necessário para que o imigrante inicie alguma mobilidade no mercado laboral local (Bratsberg, 2002; Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017). A partir desse banco de dados são produzidos modelos de regressão longitudinal com intuito de responder as seguintes perguntas:

1. Quais os níveis de mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro? Será que, em geral, a mobilidade ocupacional dos imigrantes estrangeiros no Brasil se aproxima mais do padrão em “J” que corresponde a uma mobilidade ascendente com o aumento do tempo de permanência no país?
2. Quais os efeitos da nacionalidade do trabalhador e do estado de destino no Brasil para o sucesso ocupacional dos imigrantes?
3. As mulheres imigrantes têm padrões de mobilidade diferente dos homens, indicando que a informação sobre o sexo do trabalhador(a) é importante para compreensão das trajetórias ocupacionais dos estrangeiro(a)s no país?
4. Qual efeito de variáveis relacionadas ao “tempo” nos resultados ocupacionais de estrangeiro(a)s? São consideradas as seguintes variáveis relacionadas ao “tempo”:  
a) tempo de residência no Brasil; b) tempo de permanência na base de dados construída entre 1995 a 2015, sendo uma *proxy* do tempo no mercado de trabalho formal brasileiro; c) a idade do estrangeiro ao mudar-se para o Brasil.
5. Qual o efeito da educação para a trajetória ocupacional dos estrangeiros? Esses efeitos variam de acordo com o país de obtenção das credenciais educacionais? As credenciais educacionais obtidas no Brasil têm retorno superior para mobilidade ascendente do estrangeiro, comparadas as adquiridas em outro país?

6. Qual o efeito da cor/raça para a mobilidade dos estrangeiros? A raça/cor branca (brancos e amarelos) apresenta um efeito positivo para o *status* ocupacional do trabalhador, contribuindo para mobilidade ascendente dos estrangeiros?

Com o intuito de responder essas questões, a estrutura dessa pesquisa se dá em doze capítulos, além dessa introdução. No primeiro capítulo descrevemos brevemente o panorama migratório do Brasil, indicando as principais correntes de imigrantes que entram no país nos últimos anos. O intuito não é discutir a questão do fluxo migratório, mas trazer um pano de fundo sobre os grupos de imigrantes majoritários e minoritários no Brasil, para que a discussão sobre a inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho seja mais contextualizada. No segundo capítulo introduzimos a revisão teórica sobre a mobilidade ocupacional dos imigrantes no mercado de trabalho, seguido das hipóteses a serem testadas nessa tese, na intenção de identificarmos os principais fatores que influenciam positiva ou negativamente na mobilidade ocupacional dos estrangeiros no país de hospedagem. No terceiro capítulo, apresentamos a metodologia utilizada para análise dos dados, demonstrando as delimitações feitas nos dados, a forma de organização dos dados e os modelos propostos para análise.

Em seguida, no quarto capítulo, iniciamos a discussão dos resultados obtidos, por meio da análise do banco de dados construído para essa tese. Cada capítulo que se segue responderá uma das questões colocadas anteriormente. Para tanto, no quarto capítulo, apresentamos uma breve caracterização dos indivíduos que compõe a amostra, com intuito de trazer ao leitor uma compreensão geral do perfil dos estrangeiros que analisamos nesse trabalho, além de identificarmos os níveis de mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro, através do cálculo de tabelas de mobilidade.

A partir de então, introduzimos outros capítulos com intuito de discutir, de maneira aprofundada, as variáveis as quais a literatura indica como as mais impactantes para a mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho. Ou seja, no quinto capítulo, analisamos o efeito da origem/nacionalidade do trabalhador para o sucesso ou o insucesso ocupacional dos imigrantes, assim como o efeito da região de destino no Brasil. No sexto capítulo, examinamos o efeito do sexo do estrangeiro para a mobilidade ocupacional no Brasil. No sétimo capítulo analisamos o tempo de residência do imigrante

na sociedade hospedeira, o tempo de permanência na RAIS, compreendida como uma variável *proxy* da experiência no mercado de trabalho e a idade do estrangeiro ao se mudar para o Brasil. No oitavo capítulo, discutimos o efeito da educação sobre a trajetória ocupacional dos estrangeiros, analisando se as credenciais educacionais obtidas no Brasil têm retorno superior para mobilidade ascendente e se os efeitos variam dependendo se a educação alcançada foi adquirida em outro país que não o Brasil. No nono capítulo, verificamos o efeito da cor/raça para a mobilidade dos estrangeiros. Por fim, na décima seção dessa tese é apresentada uma síntese das conclusões obtidas e as sugestões de estudos futuros, seguido das referências bibliográficas e apêndices.

## **1. A análise da entrada de estrangeiros no Brasil**

Esse capítulo tem como objetivo apresentar, de maneira breve, os principais momentos que caracterizam as correntes migratórias internacionais no país. Apesar de não discutirmos, nessa tese, o tema da migração sob a perspectiva dos fluxos, entendemos que a compreensão do contexto migratório brasileiro é importante como um pano de fundo para análise da mobilidade ocupacional do estrangeiro. Dessa forma, para construção desse panorama da migração brasileira, utilizamos de três fontes de dados:

1) Censos Demográficos de 1872 a 2010, nos quais os dados apresentados sobre a migração internacional referem-se aos estrangeiros que residem no Brasil no momento da pesquisa. Sob essa perspectiva, a literatura denomina esses imigrantes internacionais como o “estoque de imigrantes no Brasil ou *lifetime*” (Soares *et al.*, 2015; Campos, 2018). Também esclarecemos que entre 1872 a 1920, o censo populacional no Brasil era denominado como “Recenseamento” e a partir de 1940 é intitulado como Censo Demográfico;

2) Dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (Sincre), de 2007 a 2016, do Departamento da Polícia Federal (DPF) que se referem ao cadastro de todos os estrangeiros que entram no Brasil de modo regular – com exceção dos estrangeiros com visto temporário concedidos por motivo de turismo. A literatura classifica esses dados como sendo o “fluxo de entrada de estrangeiros no país” (Vilela, 2017);

3) Dados da RAIS, de 1995 a 2015, que dizem respeito aos estrangeiros inseridos no mercado formal brasileiro. Em relação à RAIS, nessa seção, são apresentadas as informações sobre todos os estrangeiros e não somente sobre os estrangeiros que compõe a amostra dessa tese.

Optamos em integrar essas fontes de dados para trazer ao leitor uma compreensão do estoque de imigrantes antigos, captados pelos Censos Demográficos, e da entrada e estoque de novos imigrantes, com entradas recentes no Brasil, como por exemplo, os haitianos, que são melhor captados pelos dados do Sincre e da RAIS.

### **1.1 Um resumo do panorama da migração para/do Brasil**

Os estudos sobre os fluxos migratórios de estrangeiros para o Brasil estabelecem como marco inicial da entrada de imigrantes no país, a chegada dos portugueses no período de colonização, iniciado no século XVI (Patarra, 2005; Patarra e Fernandes, 2011; Oliveira, 2013; Prado e Coelho, 2015). Nesse período, além da entrada de povos colonizadores, também tem destaque a imigração forçada de estrangeiros de países da África, trazidos por meio do tráfico de escravos que permaneceu até meados do século XIX. Após a abolição da escravidão, os pesquisadores indicam a entrada de alemães, italianos e outros europeus como parte do processo de povoamento do Brasil, incentivado por meio da atividade agrícola, sobretudo, em razão da demanda de mão de obra para produção cafeeira em expansão. Esse fenômeno, chamado de “grande imigração” fundamentou a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país. Nesse período, o Brasil é caracterizado como sendo um país receptor de mão de obra estrangeira e, portanto, um país onde predominava a imigração (Patarra, 2005; Oliveira, 2013).

Um segundo momento no panorama da migração brasileira, inicia-se após a crise econômica mundial de 1929, que trouxe consequências negativas para a economia do café, atividade produtiva que absorvia grande parte dos estrangeiros no país. Somado a crise econômica, o contexto de conflito, instaurado pela Segunda Guerra Mundial, também afeta a entrada de estrangeiros no Brasil, diminuindo os fluxos de chegada e levando a um período no qual o país é considerado, demograficamente, como um país fechado à imigração (Patarra, 2005; Oliveira, 2013).

A partir de 1980, observa-se uma mudança nas características migratórias brasileiras, na qual passa a predominar no país, o fluxo de saída de pessoas, sendo caracterizado como um país de emigração. Os principais locais de destino dos brasileiros são Estados Unidos, Japão, Paraguai e alguns países da Europa, sobretudo, Portugal, Espanha e Itália. Esse novo cenário migratório é influenciado pelo contexto de crise na economia nacional. Na época, observava-se no Brasil: 1) inflação acentuada; 2) elevado endividamento externo; 3) exacerbada concentração econômica e de renda (Prado e Coelho, 2015).

É importante destacar que, embora nos anos 1980 e 1990 a corrente migratória principal era de saída de brasileiros, no sentido do exterior, nesse mesmo período, o país recebeu imigração significativa de bolivianos e paraguaios, face às assimetrias no

desenvolvimento econômico e social entre os países. Em menor escala, também foi notada a presença de dirigentes de empresas e técnicos europeus, que chegaram em função do processo de privatização das empresas públicas brasileiras (Oliveira, 2015).

Em um contexto mais recente, a partir de 2000, inicia-se outro momento na história da migração brasileira, fundamentado no sistema migratório Sul-Sul que vem crescendo mundialmente no século XXI (Baeninger et. al., 2018). No início da década do século XXI, observa-se o aumento no fluxo de entrada de estrangeiros originários de países localizados na fronteira do país, tais como bolivianos e paraguaios, além de chineses e imigrantes originários da África. Tratados de fortalecimento de blocos econômicos, como o Mercosul, são importantes fomentadores da migração regional, atraindo trabalhadores de países da América Latina para o Brasil, contexto no qual o Brasil é visto como uma economia emergente e passa a ser indicado como um novo pólo de imigração internacional. Além disso, outros fatores contribuíram para o aumento de estrangeiros para o Brasil, nessa época: i) a estabilidade econômica no país desde a segunda metade da década de 1990; e ii) a crise financeira que afetou os países desenvolvidos entre 2008 e 2011, cuja financeirização da economia fez com que a bolha imobiliária americana desequilibrasse o sistema financeiro mundial (Oliveira, 2013). Esses fatores, juntamente com conflitos armados, desastres naturais e pobreza, fizeram com que, em um segundo momento, surgissem novos fluxos de imigrantes se direcionassem para o país, tais como os de haitianos, venezuelanos e de colombianos, principalmente (Baeninger, et. al. 2018). O cenário da imigração internacional no Brasil, a partir da segunda metade do século XXI, passa por algumas mudanças. Acentua-se a chegada de imigrantes provenientes de países fronteiriços, sobretudo de venezuelanos, e além disso, é identificada a entrada de estrangeiros de regiões com pouco ou nenhum histórico de trocas populacionais com o Brasil, como Haiti, Senegal, Bengala (território no subcontinente indiano, dividido entre a Índia e Bangladesh), Gana e Paquistão (Fernandes e Faria, 2017).

Podemos identificar alguns desses momentos da história da imigração brasileira por meio da análise dos dados apresentados nas Tabela 1 e na Tabela 2 abaixo. Inicialmente, a Tabela 1 apresenta os dados de estoque dos estrangeiros no Brasil, ou seja, o número absoluto de pessoas, nascidas fora do país, que residem no Brasil nos respectivos anos. Notamos que o aumento de estrangeiros predomina até 1980 e, em seguida, há diminuição no número de residentes estrangeiros.



Em relação ao período de 2000-2010, apesar do país já identificar uma retomada na atração da população estrangeira, os dados do Censo Demográfico ainda apresentam queda no estoque dos estrangeiros. Isso se deve em razão das medidas de “estoque acumulado de imigrantes” que contemplam o número total de estrangeiros no país, considerando tanto os que entraram nas décadas do Censo (em 2000 e em 2010), quanto os que já estavam no Brasil anteriormente e permaneceram. Para identificarmos a tendência de atração de estrangeiros para o Brasil nesse período é preciso considerar apenas aqueles indivíduos que entraram nas décadas do Censo, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 1 – Série histórica do estoque de estrangeiros no Brasil

Ano	População total (A)	Brasileiros natos (B)	Naturalizados brasileiros (C)	Sem Declaração (D)	Estrangeiros (E)	Proporção de estrangeiros (A/E)
1872	9.930.478	9.547.149	1.288	-	382.041	3,8%
1900	17.438.434	16.159.371	-	204.552	1.074.511	6,2%
1920	30.635.605	29.045.227	52.326	24.417	1.513.635	4,9%
1940	41.236.315	39.822.487	122.736	7.260	1.283.833	3,1%
1950	51.944.397	50.727.113	128.897	3.100	1.085.287	2,1%
1960	70.191.370	68.790.890	148.013	-	1.252.467	1,8%
1970	93.139.037	91.909.909	146.383	-	1.082.745	1,2%
1980	119.002.706	117.900.142	198.062	-	912.848	0,8%
1991	146.815.821	146.048.021	161.159	-	606.626	0,4%
2000	169.872.856	169.189.026	173.763	-	510.067	0,3%
2010	190.755.799	190.163.229	161.250	-	431.319	0,2%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir do Recenseamento do Brasil 1872-1920 e dos Censos Demográficos 1940-2010, IBGE.

Apesar da queda nos dados de estoque acumulado de imigrantes internacionais entre 2000-2010 no Brasil, a imigração no período, obtida com base no ano de fixação de residência do imigrante internacional no país e, portanto, considerando apenas aqueles que entraram a partir de 2000 e desconsiderando os demais estrangeiros que já moravam no país, indica crescimento (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de estrangeiros migrantes nas décadas 1991, 2000 e 2010

Ano	Estrangeiros (F)	Proporção de estrangeiros (F/A)
1991	60.454	0,04%
2000	78.375	0,05%
2010	127.921	0,07%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir dos Censos Demográficos 1991-2010, IBGE.

Quando analisados os dados dos registros administrativos do Sincre (Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal), de 2000 a 2016, organizados por Vilela (2017), os quais apresentam informações sobre os estrangeiros que entram em situação regular no país, é mais nítido ainda o crescimento de imigrantes a partir de 2000. Entretanto, a partir de 2014, o país apresenta instabilidade política e econômica que acaba afetando os fluxos de imigrantes (Oliveira, 2017).

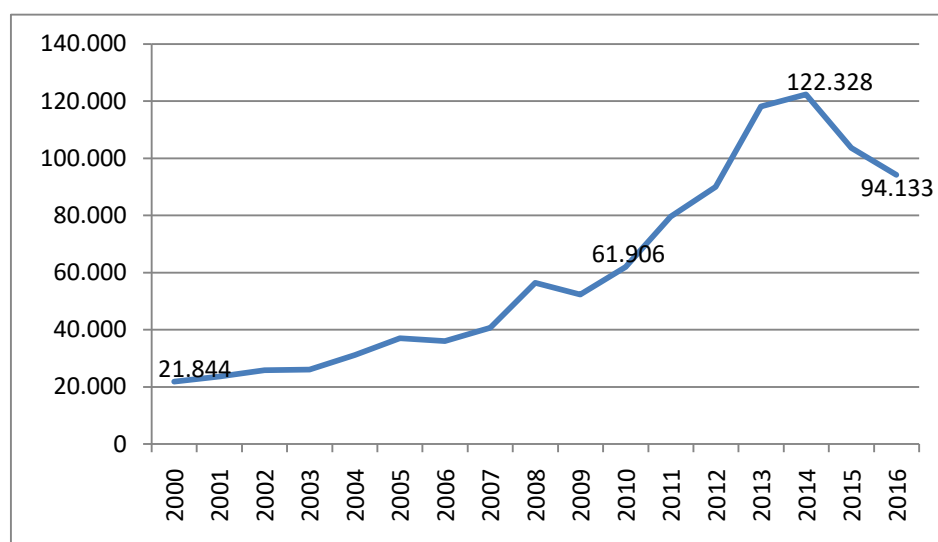


Gráfico 1 - Total de entrada de estrangeiros no Brasil no período de 2000 a 2016.

Fonte: Dados do SINCRE, cedidos pelo OBMigra/MTE e trabalhados por Vilela (2017).

Em relação aos países de nascimentos desses estrangeiros, considerando o contingente (estoque) de estrangeiros que residem no país, observamos a grande importância dos portugueses, sobretudo, em razão dos fluxos mais antigos. Entretanto, ao passar dos anos há diminuição do peso desse grupo, em razão da expansão dos latino-americanos no Brasil, principalmente paraguaios e bolivianos que passam de 2% do total de estrangeiros em 1991 para 7% em 2010.

Tabela 3 – Estoque de estrangeiros no Brasil segundo a nacionalidade

Nacionalidades	1991		2000		2010	
Portugal	263.611	34%	213.203	31%	137.972	23%
Japão	85.571	11%	70.932	10%	49.059	8%
Paraguai	19.018	2%	28.822	4%	39.251	7%
Bolívia	15.691	2%	20.388	3%	38.816	7%
Itália	66.294	9%	55.032	8%	37.165	6%
Espanha	57.887	8%	43.604	6%	30.736	5%
Argentina	25.468	3%	27.531	4%	29.067	5%
Uruguai	22.144	3%	24.740	4%	24.048	4%
Estados Unidos	11.360	1%	13.948	2%	23.513	4%
China	8.322	1%	10.301	2%	19.397	3%
Alemanha	24.329	3%	19.556	3%	16.241	3%
Chile	20.436	3%	17.131	3%	15.432	3%
Peru	5.833	1%	10.814	2%	15.020	3%
Líbano	17.187	2%	16.090	2%	12.336	2%
Demais nacionalidades	124.630	16%	111.738	16%	104.516	18%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir dos Censos Demográficos 1991-2010, IBGE.

Os dados de entrada dos estrangeiros no país, do Sincre, indicam mais claramente essas mudanças em relação aos fluxos migratórios internacionais no Brasil, identificada, sobretudo, a partir de 2007. A Tabela 4 mostra as principais nacionalidades que entram no Brasil, sendo possível notar um pequeno aumento na entrada de pessoas provenientes de países como Portugal, Itália, Estados Unidos, França e Espanha, os quais apresentaram uma importância em fluxos antigos para o Brasil e uma entrada bastante expressiva de estrangeiros oriundos de países da América Latina e de haitianos a partir de 2010, que são denominados como “novos imigrantes”.

Tabela 4 – Entrada de estrangeiros no Brasil segundo país de nascimento

País	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
República do Haiti	10	12	9	13	376	4.243	5.570	10.622	14.497	42.406
China	975	940	5.204	1.131	1.734	1.974	2.110	3.663	4.213	2.904
Portugal	1.134	938	1.760	1.447	2.106	2.753	2.884	3.081	3.244	1.716
Itália	1.072	994	1.452	1.264	1.316	1.524	1.546	2.179	2.198	1.141
Espanha	534	513	681	722	1.041	1.321	1.394	1.470	1.353	652
França	639	581	866	822	938	987	863	1.087	1.305	799
EUA	745	732	1024	943	1.167	1.087	776	869	1.258	785
Paraguai	549	422	3.106	1.130	1.385	1.267	621	752	1.135	875
Bolívia	2.648	1.998	14.033	2.666	6.367	7.145	2.040	734	2.381	1.021
Peru	519	557	3.865	930	854	2.067	709	739	1.763	723

Argentina	2.377	1.718	1.727	1.853	1.820	1.444	1.142	665	2.528	1.335
Coréia do Sul	353	318	1.151	550	713	605	420	462	745	482
Não informado	4	3	6	1	9	9	13	9	10	9
Outros	6.704	5.653	10.94 4	7.189	8.042	7.956	6.905	9.879	10.99 1	11.50 1
Total	18.26 3	15.37 9	45.82 8	20.86 1	27.86 8	34.38 2	26.99 3	36.21 1	47.62 1	66.34 7

Fonte: Dados do SINCRE, cedidos pelo OBMigra/MTE e trabalhados por Vilela (2017).

Esse cenário de entrada de “novos migrantes” é explicado, além da crise econômica mundial descrita anteriormente, também pelas múltiplas crises sociais e humanitárias que eclodiram em diversos países nos últimos anos. Essas crises geralmente aparecem em contextos em que há a existência de fatores como pobreza, desigualdade, falta de acesso a serviços básicos e etc., ou em situações que emergem repentinamente, como desastres naturais ou conflitos armados. Foi mediante esse contexto de crises humanitárias ao redor do mundo que muitos “novos imigrantes” – como, por exemplo, haitianos, bengalêses, senegaleses, ganeses, paquistaneses – que até então não eram observadas no Brasil, começassem a chegar no país em maior número (Prado e Coelho, 2015).

A análise dos dados da RAIS nos faz compreender como esses estrangeiros, que entram no Brasil, se inserem no mercado de trabalho formal. A análise do Gráfico 2 mostra que a inserção dos estrangeiros nesse mercado também apresenta diferentes momentos, caracterizados por queda no contingente de imigrantes, seguido de uma estabilidade e, por fim, uma tendência de crescimento, assim como discutido em relação às entradas de estrangeiros no país demonstradas por meio dos dados do Sincre, e aos estoques de estrangeiros residentes no país identificados por meio dos Censos Demográficos. Destacamos, novamente, que os dados da RAIS apresentados nessa seção se referem a todos os estrangeiros inseridos no mercado formal brasileiro e, não sendo restrito aos estrangeiros que compõe a amostra dessa tese, cuja metodologia utilizada para construção será apresentada no capítulo 3.

Na década de 90, observa-se a queda no número de estrangeiros no mercado formal brasileiro, com certa estabilidade entre 2000 a 2003, sendo que a partir de 2004 nota-se aumento no número de estrangeiros, com crescimento moderado até 2010. Esse período corresponde ao terceiro momento exposto pelo panorama da migração brasileira nessa seção, no qual se caracteriza pelo aumento no fluxo de entrada de estrangeiros originários de países localizados na fronteira do país, tais como bolivianos e paraguaios.

Entretanto, a partir de 2010, observa-se um crescimento mais acentuado no número de estrangeiros no mercado formal brasileiro. Nesse período, por meio dos dados do Sincro identificamos um importante momento na história da migração brasileira que corresponde a entrada expressiva de estrangeiros oriundos de países da América Latina e de haitianos a partir de 2010. Nesse sentido, cabe analisar esses estrangeiros inseridos no mercado formal segundo o país de nascimento.

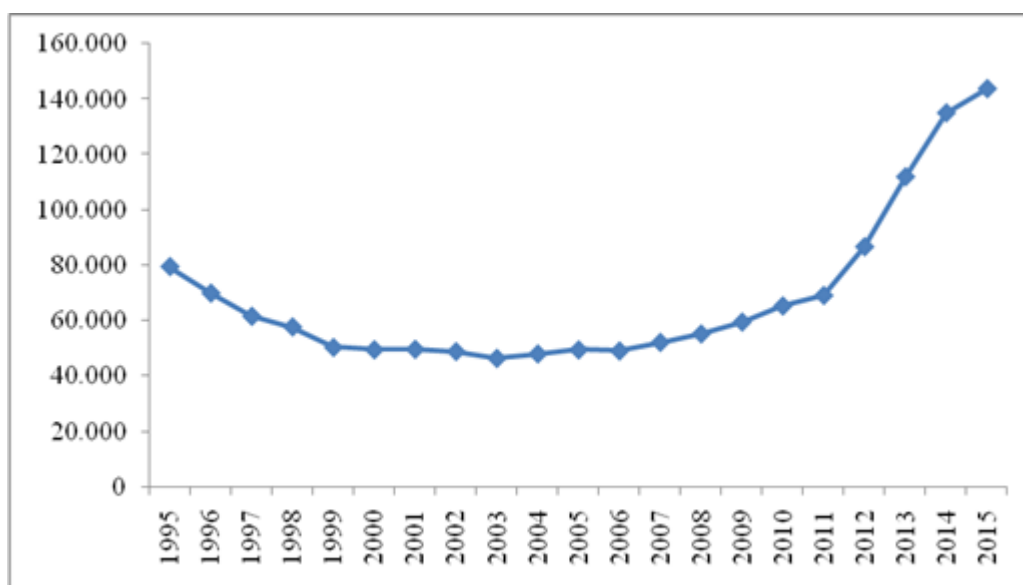


Gráfico 2 – Estrangeiros inseridos no mercado formal brasileiro – 1995 a 2015

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir das RAIS 1995 a 2015.

Tabela 5 – Estrangeiros inseridos no mercado formal brasileiro – 1995 a 2015

Ano	Número de estrangeiros
1995	79.615
1996	70.093
1997	61.729
1998	57.913
1999	50.529
2000	49.687
2001	49.853
2002	49.063
2003	46.591
2004	48.185
2005	49.635
2006	49.256
2007	52.344
2008	55.390
2009	59.661
2010	65.470
2011	69.257
2012	86.790

2013	111.963
2014	134.952
2015	143.664

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Os resultados da Tabela 6 evidenciam que a mudança no perfil de entrada dos imigrantes no Brasil também apresenta reflexos no mercado de trabalho formal brasileiro. Entre 1995 a 2000, há uma menor diversificação de estrangeiros em empresas brasileiras, sendo a maior proporção de trabalhadores de origem portuguesa (28%), seguido dos argentinos (11%). Cabe destacar que, como será discutido no capítulo de metodologia dessa tese, a variável da RAIS referente ao país de nascimento do estrangeiro tornou-se mais precisa ao longo do tempo, já que, nesse período, até 2011, categorias como boliviano, venezuelanos, colombianos e outros não eram computadas separadamente mas agrupadas em uma única categoria (outros latino-americanos ou grupo sem identificação). Ou seja, poderiam ter bastante bolivianos no país (supomos que eles até mesmo superavam os números de argentinos), mas esses trabalhadores eram compilados pela RAIS em uma categoria que não nos permite identifica-los.

Tabela 6 – Número de estrangeiros inseridos no mercado formal brasileiro segundo a nacionalidade – 1995 a 2015

Nacionalidade	1995-2000		2001-2005		2006-2010		2011-2015	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Português	86.761	28%	56.134	23%	48.493	17%	54.111	10%
Argentino	33.684	11%	19.488	8%	26.709	9%	41.826	8%
Grupo sem identificação	32.246	11%	43.994	18%	61.712	22%	67.995	12%
Italiano	20.984	7%	13.509	6%	12.423	4%	15.688	3%
Espanhol	19.516	6%	11.888	5%	10.068	4%	15.278	3%
Japonês	17.915	6%	11.192	5%	10.123	4%	13.918	3%
Alemão	16.818	6%	10.750	4%	9.982	4%	11.184	2%
Chileno	14.680	5%	20.629	8%	24.053	9%	25.270	5%
Canadense	13.696	4%	1.109	0%	1.302	0%	2.086	0%
Estadunidense	10.002	3%	8.300	3%	9.506	3%	15.136	3%
Uruguaio	8.606	3%	12.462	5%	16.834	6%	23.827	4%
Francês	5.949	2%	7.242	3%	8.036	3%	13.256	2%
Belga	5.877	2%	1.405	1%	1.547	1%	2.078	0%
Boliviano	5.253	2%	8.621	4%	14.957	5%	39.491	7%
Chinês	4.650	2%	4.503	2%	7.643	3%	19.149	4%
Paraguaio	2.810	1%	5.139	2%	10.711	4%	36.719	7%
Britânico	2.734	1%	3.377	1%	3.720	1%	5.491	1%
Suíço	1.586	1%	1.737	1%	1.802	1%	2.246	0%
Coreano	1.126	0%	1.848	1%	2.500	1%	6.306	1%
Venezuelano	0	0%	0	0%	0	0%	3.383	1%
Colombiano	0	0%	0	0%	0	0%	6.863	1%
Peruano	0	0%	0	0%	0	0%	12.836	2%
Equatoriano	0	0%	0	0%	0	0%	1.100	0%

Haitiano	0	0%	0	0%	0	0%	88.786	16%
Russo	0	0%	0	0%	0	0%	1.087	0%
Paquistanês	0	0%	0	0%	0	0%	945	0%
Indiano	0	0%	0	0%	0	0%	1.600	0%
Bengalesa	0	0%	0	0%	0	0%	9.730	2%
Angolano	0	0%	0	0%	0	0%	3.659	1%
Congolês	0	0%	0	0%	0	0%	1.110	0%
Sul-Africano	0	0%	0	0%	0	0%	2.769	1%
Ganês	0	0%	0	0%	0	0%	801	0%
Senegal	0	0%	0	0%	0	0%	902	0%
Total	304.893	100%	243327	100%	282121	100%	546.626	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir das RAIS 1995 a 2015.

Entre 2001 a 2005 já é possível observar uma menor participação proporcional dos portugueses no mercado formal, na medida em que cai o percentual desses trabalhadores de 28% entre 1995-2000, para 23% no quinquênio seguinte. Essa tendência é observada em todos os períodos analisados, até que no período de 2011 a 2015, os haitianos passam a ser o grupo com maior proporção de trabalhadores no mercado formal, superando os portugueses. Além de haitianos, os paraguaios e bolivianos também apresentam um crescimento expressivo no mercado de trabalho brasileiro. Ao final do período analisado, os grupos com maiores proporções de trabalhadores são: haitianos, portugueses, argentinos, bolivianos, paraguaios, chilenos, uruguaios, chineses, italianos, espanhóis, estadunidenses, japoneses, franceses, alemães. Nesse sentido, a análise realizada nessa tese, centra-se nesses 14 principais grupos de imigrantes.

Feita essa contextualização sobre entrada de estrangeiros no país e, em seguida, a compreensão dos principais grupos presentes ao longo do tempo no Brasil, no capítulo seguinte, apresentamos os estudos que analisam a mobilidade social dos imigrantes no mercado de trabalho, tema que é o foco dessa tese.

## 2. As abordagens teóricas sobre mobilidade ocupacional de estrangeiros

A integração dos estrangeiros nos países de destino recebe considerável atenção na literatura sobre imigração internacional (Borjas, 1999; Chiswick, B. *et al.*, 2002; Chiswick, 2005; Borjas, 2008; Alba e Nee, 2009; Chiswick e Miller, 2014; Venturini, 2017). Esta integração depende em grande medida da situação socioeconômica do estrangeiro e, portanto, da capacidade do imigrante de encontrar emprego e dos resultados ocupacionais obtidos (Borjas, 2017). Nessa perspectiva, a análise da inserção ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho e sua evolução ao longo do tempo tem sido foco de um volume considerável de pesquisas internacionais (Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Rooth e Ekberg, 2006; Akresh, 2008; Lueck, 2017).

Uma corrente de autores, adeptos à Teoria da Assimilação, tem documentado que a trajetória ocupacional dos imigrantes no mercado de trabalho varia de forma sistemática com variáveis como tempo no país hospedeiro, capital humano e características sócio demográficas (Mayer, 1979; Chiswick, B. *et al.*, 2002; Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Sakamoto, 2009). Esses autores fazem a aplicação de conceitos da Teoria do Capital Humano<sup>8</sup> que indicam a existência de variáveis relacionadas à formação do trabalhador, em especial a escolaridade, que determinam os rendimentos e o alcance ocupacional no mercado de trabalho<sup>9</sup>.

Pesquisadores da Teoria do Capital Humano e da Teoria da Assimilação concordam que os imigrantes internacionais enfrentam uma situação diferente dos trabalhadores nativos, já que suas habilidades derivam, em geral, de ensino estrangeiro e podem ser mais dificilmente avaliadas pelos empregadores. Esses autores assumem, portanto, uma transferência limitada de características individuais do trabalhador, como a educação e a experiência no mercado de trabalho, na medida em que essas competências são, até certo ponto, específicas de cada país. O movimento migratório, portanto, representa uma

---

<sup>8</sup>Essa teoria parte do princípio de que, assim como uma empresa investe em capital financeiro para garantir algum retorno ou benefício no mercado, os indivíduos também investem em recursos para elevar sua produtividade (Becker, 1962). Nessa perspectiva, Mincer (1958) e Becker (1962) desenvolveram trabalhos de referência para teoria do capital humano, concluindo que as diferenças de remuneração entre os trabalhadores tendem a se tornar mais acentuadas em função da existência de níveis diferenciados de experiência profissional, treinamento e qualificação.

<sup>9</sup>Outros estudos afirmam que essa é uma visão simplista e argumentam que variáveis de capital cultural, de origem social (classe social, etnia) e de significado social (raça, estado civil etc.) determinam também o alcance ocupacional e a riqueza dos indivíduos (Collins, 1977; Portes e Robert, 1985; Bourdieu, 1990).



depreciação do capital humano, em razão de sua baixa possibilidade de transferência, explicando em parte a desvantagem de imigrantes no momento da chegada ao novo país de destino (Chiswick, 1978; Chiswick, B. *et al.*, 2002; Chiswick, B. R. *et al.*, 2005).

Especificamente, sobre a possibilidade de transferência de competências relativas às credenciais educacionais, a literatura considera vários fatores. Em primeiro lugar, níveis de ensino superior são mais difíceis de serem transferidos. Assim, a depreciação entre o último *status* ocupacional do emprego no país de origem e o primeiro *status* profissional no mercado de destino será maior para os imigrantes com níveis educacionais mais elevados. Mas, esses trabalhadores, vão experimentar também, a mobilidade ascendente mais rápida, após um tempo de residência no país de acolhimento e uma possível revalidação de diplomas e certificações. Em resumo, uma severa desvalorização profissional está associada a uma recuperação posterior mais intensa. Para outros casos de imigrantes, com níveis de escolaridade inferiores, o 'padrão' 'U' de mobilidade será menos pronunciado, considerando que esses estrangeiros têm uma queda no *status* menos acentuada. Dessa forma, nos modelos estatísticos estimados para as análises da assimilação do estrangeiro, os níveis de escolaridade mais altos têm maiores efeitos para a probabilidade de mobilidade ascendente do estrangeiro no mercado de trabalho hospedeiro (Duleep e Regets, 1999; Chiswick, B. *et al.*, 2002; Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Miret-Gamundi, 2014; Fernández-Macías *et al.*, 2015; Ressia, Strachan, *et al.*, 2017).

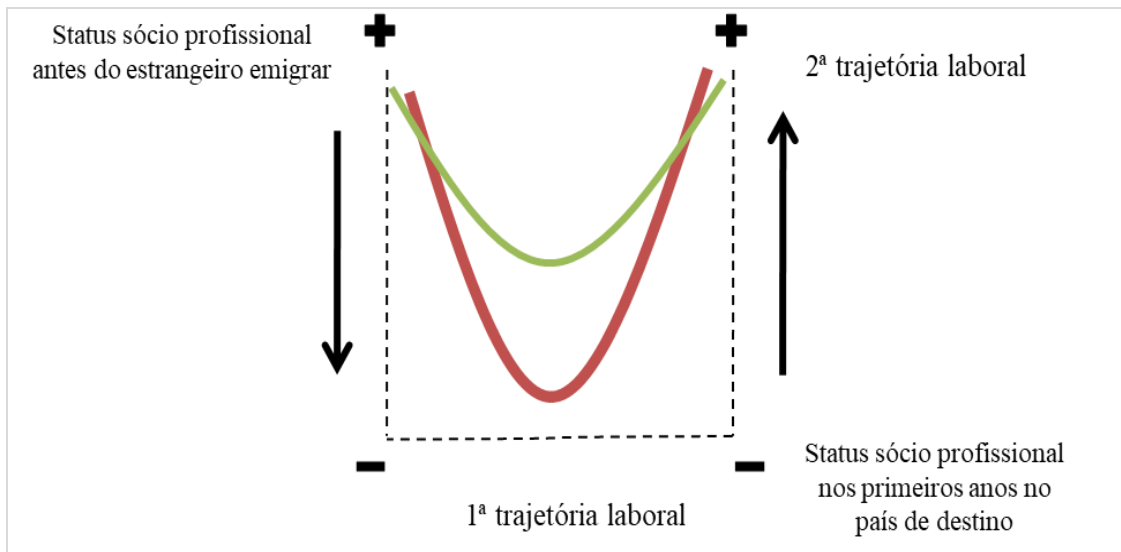
Essa mesma lógica de transferência de competências também é aplicada em relação à distância cultural entre os países de origem e de destino do estrangeiro. Isto é, os indivíduos de países culturalmente diferentes terão um padrão de mobilidade em U mais pronunciado, em razão da maior dificuldade de transferência das credenciais educacionais e outras características relativas ao capital humano do trabalhador. Sob essa perspectiva, os estrangeiros de países com maior distância cultural apresentam maior depreciação dos diplomas e certificações decorrentes do movimento migratório. Já estrangeiros de países semelhantes, por exemplo, onde se observa a utilização do mesmo idioma do país de destino, terão um padrão de mobilidade “U” menos pronunciado. Nessa lógica, para o caso do Brasil, os portugueses e outros estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa teriam um padrão U menos pronunciado, comparado aos demais estrangeiros. Isto é, dado que a queda inicial não será tão grande, a mobilidade final também não será

tão elevada, diferentemente do que ocorre com imigrantes de outros países culturalmente mais distantes (Chiswick, B. *et al.*, 2002; Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Miret-Gamundi, 2014).

Essa discussão sobre a capacidade de transferência de competências e características relativas ao capital humano do trabalhador pode ser ilustrada por meio da Figura 1. A curva verde representa os estrangeiros com maiores similaridades culturais com o país hospedeiro ou trabalhadores com baixos níveis de educação e experiência acumuladas para os quais se assume menores obstáculos de transferência do capital humano. Para o caso dos trabalhadores com similaridades culturais, a princípio, esses estrangeiros não têm uma queda tão acentuada do status sócio profissional, pois suas habilidades adquiridas no país de origem são mais facilmente transferíveis para o país de destino. Para o caso dos trabalhadores com baixos níveis de educação e experiência acumulada, esses imigrantes também não experimentam uma queda tão grande no *status*, pois mesmo na origem a ocupação desses trabalhadores não dependia da aquisição de capital humano e, conseqüentemente, a ascensão posterior no mercado de trabalho do país hospedeiro também não será muito grande.

Por outro lado, os estrangeiros de países muito distintos culturalmente, representados pela curva vermelha, têm maior dificuldade no momento da mudança para o novo mercado de trabalho, resultando em uma queda inicial maior na hierarquia sócio profissional. Essa situação é também observada para os estrangeiros com maiores níveis de capital humano. Ao longo do tempo, em razão da maior queda, esses trabalhadores apresentam curvas mais acentuadas de crescimento. Um exemplo seria a situação dos haitianos no Brasil, que segundo Baeninger (2012) saem do país caribenho com diplomas de curso superior completo e experiência no mercado de trabalho e acabam se inserindo no Brasil em cargos da construção civil sem exigência de qualificação. Dessa forma, após a revalidação dos diplomas e credenciais educacionais, esses trabalhadores podem fazer um salto na hierarquia sócio ocupacional maior do que outros estrangeiros que, na chegada ao Brasil, não tiveram uma queda tão brusca no *status* ocupacional.

Figura 1 -Capacidade de transferência de competências do trabalhador



<b>Legenda:</b>	
	<p><b>“U” menos pronunciado:</b> Assume-se que estrangeiros com maiores similaridades culturais ou menores níveis de capital humano acumulado para os quais assume-se maiores níveis de transferência das credenciais.</p>
	<p><b>“U” mais pronunciado:</b> Assume-se que estrangeiros com menores similaridades culturais ou maiores níveis de capital humano acumulado para os quais assume-se menores níveis de transferência das credenciais.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002) e Cavalcanti *et al* (2015).

Um estudo de referência sobre a Teoria da Assimilação foi desenvolvido por Chiswick, Lee e Miller (2005). Os autores realizaram uma análise longitudinal dos imigrantes, do sexo masculino, na Austrália com objetivo de verificar o padrão de mobilidade ocupacional desses trabalhadores e testar as seguintes hipóteses: (1) O imigrante experimenta um declínio no *status* ocupacional comparando sua inserção no mercado de trabalho do país de origem para o destino, com crescimento subsequente do *status* associado ao aumento do tempo de permanência no destino; (2) O padrão de mobilidade em forma de “U” será mais raso para as imigrações entre países com distribuição de renda e hábitos culturais mais semelhantes, para os quais as habilidades dos trabalhadores serão mais facilmente transferíveis de um país para o outro; (3) O padrão em forma de “U” será mais acentuado para os imigrantes mais qualificados na origem.

Para tanto, a análise empírica é baseada na Pesquisa Longitudinal de Imigrantes da Austrália<sup>10</sup>, que entrevistou os estrangeiros entre setembro de 1993 e agosto de 1995 em três diferentes momentos: a) seis meses após a chegada na Austrália (momento 1 da pesquisa); b) após um ano de permanência (momento 2 da pesquisa); c) após dois anos de permanência (momento 3 da pesquisa). Com essas informações, os autores desenvolvem uma análise quantitativa, estimando quatro regressões lineares pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). A variável dependente da primeira equação é a subtração do *status* ocupacional no país de origem e o *status* ocupacional após um ano de residência na Austrália. Já na segunda equação, os autores utilizam como variável dependente o *status* ocupacional do primeiro trabalho obtido na Austrália. Em relação à terceira equação, a variável dependente é o resultado da subtração do *status* do momento 3 e do momento 2 da pesquisa. Já a variável dependente da quarta equação refere-se ao *status* ocupacional no momento 3 da pesquisa (Chiswick, B. R. *et al.*, 2005).

Em todos os modelos estatísticos, o *status* ocupacional é construído com base na escala de prestígio tipicamente utilizada na Austrália, a *Austrália National University Scale Occupational – version 3* (ANU3). A escala varia de zero a cem pontos e mensura as diferenças relativas de poder no mercado de trabalho (autoridade), prestígio ocupacional, requisitos profissionais (qualificações) e recompensas (salários). Nas estimações são também incluídas variáveis socioeconômicas de controle como: idade, anos de estudo, *English-speaking developed country* (ESDC) – variável binária que indica se o estrangeiro nasceu em um país de língua inglesa-, porcentagem de imigrantes coétnicos na Austrália, número de semanas que o imigrante demorou a obter o primeiro emprego na Austrália e motivo da migração classificada entre reunificação familiar, refugiado ou imigrante econômico. Já para as análises descritivas dos dados e elaboração de uma tabela de mobilidade, os autores utilizaram uma agregação das ocupações em oito grandes grupos: "Profissionais", "Gerentes e Administradores", "Profissionais técnicos", "Comerciantes", "Funcionários", "Vendedores", "Operadores" e "Trabalhadores manuais"<sup>11</sup> (Chiswick, B. R. *et al.*, 2005).

---

<sup>10</sup>*Longitudinal Survey of Immigrants to Australia.*

<sup>11</sup>*Professionals, Managers/Administrators, Para-Professionals, Tradespersons, Clerks, Salespersons, Operators, Laborers.*

Os resultados confirmam as três hipóteses dos autores, mesmo para um período de permanência relativamente pequeno de análise. É encontrado um padrão de mobilidade em forma de “U” para os estrangeiros na Austrália, sendo esse padrão mais acentuado para imigrantes mais qualificados, de países culturalmente diferentes (com línguas nativas diferentes, por exemplo), entre os refugiados e imigrantes de reunificação familiar. Chiswick, Lee e Miller (2005) concluem que mais acentuado será o padrão “U” quanto menor a capacidade de transferência das competências dos imigrantes.

Em específico sobre a capacidade de transferência das competências, Kanas *et al.* (2012) desenvolveram uma análise empírica dos trabalhadores estrangeiros na Alemanha e constataram que aqueles que obtiveram credenciais educacionais no país anfitrião, alcançaram maiores *status* ocupacional e renda anual. São semelhantes os achados de Basilio *et al.* (2017) que verificam que, em geral, a educação e, em particular, a experiência do mercado de trabalho acumulada nos países de origem dos imigrantes recebem retornos significativamente mais baixos do que o capital humano obtido na Alemanha. Esses autores sugerem que a transferibilidade de capital humano imperfeita parece ser um fator importante para explicar o diferencial salarial entre nativos e imigrantes.

Da mesma forma, Zeng e Xie (2004b) concluem que os imigrantes dos EUA com diplomas estrangeiros ganham 14% a menos, por ano, do que os licenciados nos EUA. Este "efeito de desconto" (Fong e Cao, 2009) ou penalidade associada à educação estrangeira é uma evidência da dificuldade de transferência das credenciais. Em uma análise usando dados do censo israelense, Friedberg (2000) identifica que a educação adquirida em Israel tem maior efeito positivo para o sucesso socioeconômico dos imigrantes no mercado de trabalho. Portanto, esses autores chegam à conclusão de que os diplomas adquiridos em países estrangeiros, em geral, exercem menor efeito positivo para a mobilidade social ascendente dos imigrantes no país de acolhimento, comparado ao efeito das credenciais adquiridas localmente.

A análise sobre as limitações na transferência das credenciais de capital humano dos imigrantes mostra-se uma questão muito pertinente de ser pesquisada atualmente. Ressler *et al.* (2017) indicam, por exemplo, um crescente número de programas de incentivo migratório de profissionais qualificados para países da Europa Ocidental, que passam por

transições demográficas populacionais. Alguns autores verificam que esses programas de atração de imigrantes têm obtido êxito, já que os imigrantes têm contribuído para o aumento das taxas de natalidade e diminuição da proporção da população idosa nos países (Reitz *et al.*, 2009; Ressler, Strachan, *et al.*, 2017). Entretanto, os resultados econômicos desses imigrantes qualificados têm se mostrado insatisfatórios, em razão das altas taxas de mobilidade descendente resultantes da dificuldade de transferência das credenciais educacionais desses trabalhadores para o país de destino (Ho e Alcorso, 2004; Bertone, 2009; Ressler, Strachan, *et al.*, 2017).

A Teoria da Assimilação ainda chama atenção para questões referentes ao tempo de residência do imigrante no local de destino e à idade do estrangeiro ao imigrar (Chiswick, 1977; Eckstein, 1998; Chiswick e Miller, 2014). De acordo com as pesquisas desenvolvidas, essas variáveis indicariam o quanto o estrangeiro está “assimilado ou integrado” no país hospedeiro (Borjas, 1994; Van Tubergen *et al.*, 2004), visto que, ao longo do tempo, os trabalhadores fazem investimentos que incluem a aprendizagem sobre o mercado de trabalho local e a língua nativa, assim como a aquisição de novas competências e obtenção de licenças, certificações e outras credenciais que irão melhorar a produtividade no mercado de trabalho de destino (Chiswick e Miller, 2014).

Nesse sentido, quanto maior o tempo de residência no país, maior seria a integração do trabalhador estrangeiro e, conseqüentemente, melhor seriam os resultados socioeconômicos no mercado de trabalho (Van Tubergen *et al.*, 2004). Da mesma maneira, estrangeiros que migrassem mais novos teriam maior facilidade de incorporar os hábitos e os idiomas dos países de destinos, diminuindo as diferenças culturais existentes, aumentando as probabilidades de mobilidade ascendente (Chiswick e Miller, 2014). Estrangeiros que migrassem mais novos também teriam maior probabilidade de conseguir um emprego, mais rapidamente, no país de destino do que aqueles que migrassem mais velhos (Chiswick e Miller, 2014; Gustafsson Ba, 2017).

A Teoria da Assimilação Clássica, ao longo do tempo, foi reformulada, fazendo surgir uma variante: a Teoria da Assimilação Segmentada, segundo a qual tem como pressuposto a ideia de que as sociedades modernas são diversas e segmentadas e, portanto, a teoria clássica da assimilação não abarcaria às inúmeras trajetórias dos estrangeiros no mercado de destino (Massey *et al.*, 1993; Portes e Manning, 2008; Egreja e Peixoto,

2011). Dessa forma, a presença de percursos distintos no mercado de trabalho leva alguns autores à conclusão de que a assimilação, longe de poder ser vista como um processo uniforme tem de ser entendida como resultado de dificuldades socioeconômicas encontradas pelos imigrantes e seus descendentes, no âmbito das quais coexistem diferentes estratégias de adaptação à sociedade de acolhimento (Egreja e Peixoto, 2011).

A forma como os imigrantes vão se integrar à sociedade de acolhimento dependerá de acordo com a Teoria da Assimilação Segmentada, de três tipos de condicionantes: 1) de variáveis individuais, referentes aos fatores de exposição à sociedade de acolhimento, como a capacidade de falar a língua, a idade de chegada, o local de nascimento, o nível educacional, características raciais e de gênero, entre outras; 2) as variáveis familiares, que se referem ao capital social e econômico detido pelos pais e amigos (quando se trata da segunda geração de imigrantes); 3) as variáveis contextuais, que dizem respeito à diversidade encontrada na sociedade de chegada, as diferentes políticas governamentais, os valores e os preconceitos existentes na sociedade de acolhimento (Portes *et al.*, 2007; Chiswick e Houseworth, 2011; Ferreira e Ramos, 2012).

Com intuito de questionar a predominância dos argumentos provenientes da Teoria da Assimilação Clássica nos estudos sobre mobilidade ocupacional, Simón, Ramos, Sanromá (2014) desenvolvem uma análise das trajetórias dos estrangeiros na Espanha. Os autores argumentam que as pesquisas sobre a mobilidade ocupacional dos estrangeiros são, em geral, realizadas em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Suécia, nos quais se observa estrutura de emprego caracterizada por uma grande presença de empregos altamente qualificados e, por essa razão, as evidências internacionais tendem a validar a existência de um padrão em forma de U de mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de destino (Chiswick, 2005; Rooth e Ekberg, 2006; Akresh, 2008).

Para análise de Simón, Ramos, Sanromá (2014), as ocupações dos estrangeiros são transformadas no Índice Sócio-econômico Internacional (ISEI), escala internacionalmente utilizada, que permite a comparação com resultados de outros países. As análises descritivas dos dados evidenciam que os imigrantes experimentam uma queda profissional muito intensa comparando o *status* do emprego no país de origem e o novo emprego na Espanha, seguido de uma imobilidade ou pequenos movimentos de

mobilidade ascendente ao longo do tempo de permanência no mercado espanhol. Em seguida, são realizadas análises multivariadas por meio da estimação de treze modelos estatísticos, nos quais as variáveis dependentes são: 1) a diferença de *status* ocupacional entre o emprego atual e o primeiro emprego na Espanha; 2) o *status* ocupacional do emprego atual na Espanha. As variáveis independentes são ano de residência na Espanha, sexo, idade, país de origem dos estrangeiros, nível de escolaridade, *status* ocupacional do primeiro emprego na Espanha e motivo da migração.

Em suma, os autores concluem uma limitada chance de mobilidade ascendente no mercado de trabalho espanhol e, em geral, o *status* ocupacional dos imigrantes na Espanha é substancialmente pior do que em seus países de origem. A grave situação experimentada pelos imigrantes é explicada pelo efeito combinado da intensa degradação inicial que eles experimentam quando entram no mercado de trabalho espanhol e seu progresso ocupacional muito lento durante a estadia na Espanha. Os dados também sugerem que um dos elementos que impedem a mobilidade ocupacional dos imigrantes durante a permanência na Espanha é o tamanho significativo de ocupações desqualificadas no mercado local, que restringe as oportunidades dos imigrantes principalmente para ocupações de baixo *status*. Dessa forma, essas descobertas estão mais de acordo com a perspectiva da Assimilação Segmentada, o que sugere uma mobilidade ocupacional do imigrante limitada ou bloqueada, do que com a teoria da assimilação, que prevê uma evolução em forma de U no *status* de imigrantes comparando o trabalho em seus países de origem e de acolhimento.

Ainda no contexto dos estudos que questionam os pressupostos da Teoria da Assimilação, Sánchez-Soto e Singelmann (2017) analisam os dados de 25.658 famílias mexicanas que migraram para os Estados Unidos e encontram em suas análises declínio nos salários e no *status* ocupacional de imigrantes, ao longo do tempo de permanência na sociedade de acolhimento. Nessa perspectiva, esses autores contestam a formulação da Teoria da Assimilação de que o tempo de residência no país de destino contribui para a integração do estrangeiro e, conseqüentemente, melhoraria seus resultados socioeconômicos.

Sanchez-Soto e Singelmann (2017) aplicam dois modelos de regressão logística multinomial, com intuito de identificar as variáveis determinantes para a mobilidade ocupacional desse grupo de estrangeiros. Os autores comparam a primeira ocupação nos



EUA com a última ocupação no México, além da primeira ocupação nos EUA com a última nesse mesmo país. Para tanto, inicialmente, as informações sobre a ocupação são classificadas em 8 categorias<sup>12</sup> com base na *Clasificación Mexicana de Ocupaciones*. A variável dependente do primeiro modelo compara a última ocupação no México com a primeira ocupação nos EUA. Já a variável dependente do segundo modelo compara a primeira ocupação nos EUA com a última nesse país, sendo que para esse grupo são analisados somente os imigrantes que permaneceram nos EUA por mais de 3 anos, pois segundo Sanchez-Soto e Singelmann (2017) a partir desse período o imigrante inicia alguma mobilidade no mercado local.

Os resultados do primeiro modelo indicam que a maioria dos homens experimenta imobilidade após a chegada aos EUA e mais da metade das mulheres se inserem em empregos de *status* inferior, representando uma mobilidade descendente. Em relação ao segundo modelo, que analisa a mobilidade do imigrante em relação ao primeiro e último emprego nos Estados Unidos, os resultados indicam prevalência de mobilidade descendente para as mulheres e imobilidade para homens. Um resultado desse estudo que merece destaque é que, para os trabalhadores que conseguiram ter suas qualificações e experiências anteriores aplicadas nos EUA (cerca de 12% dos homens e 10% das mulheres), o tempo de residência não se mostrou como uma variável explicativa, contradizendo as hipóteses da Teoria da Assimilação. Dessa forma, evidenciam-se as dificuldades de transferência das credenciais educacionais dos trabalhadores mexicanos para os Estados Unidos e sugere-se a existência de preconceito contra esse grupo, sendo essas barreiras mais acentuadas para as mulheres.

Nesse estudo, outra variável importante para explicar a mobilidade ocupacional desses trabalhadores refere-se em trabalhar ou não em nichos ocupacionais (Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017). Os autores identificam certas ocupações com grande concentração de mexicanos e, associada à esses nichos ocupacionais, Sánchez-Soto e Singelmann (2017) verificam probabilidades menores de mobilidade ascendente, comparado aos estrangeiros que não estão em nichos ocupacionais. A partir desses achados, os autores concluem a existência de uma estrutura ocupacional rígida para os

---

<sup>12</sup> As categorias são: Professional, managerial or technical; Skilled worker; Administrative worker; Sales and services worker; Low-skilled worker; Unskilled construction worker; Agricultural worker; Domestic worker.

migrantes mexicanos nos EUA empregados em ocupações onde há grande concentração de estrangeiros.

No bojo desses estudos, que identificam a prevalência de mobilidade descendente entre grupos de imigrantes, mesmo com o passar no tempo na sociedade hospedeira, outra crítica direcionada à Teoria Clássica da Assimilação refere-se aos retornos das credenciais de educação para a mobilidade do estrangeiro. Até então, os autores entravam em consenso que os diplomas adquiridos em países estrangeiros exercem menor efeito para a mobilidade ascendente dos imigrantes no país de destino, comparado às credenciais obtidas no local de acolhimento. Entretanto, é dado o destaque que os efeitos das credenciais também variam de acordo com o país no qual é obtido (Åslund e Rooth, 2007; Nakamuro *et al.*, 2015). Assim, a capacidade de transferência e valorização da educação dos estrangeiros depende de aspectos como a distância cultural ou lingüística entre os países de acolhimento e de origem (Chiswick e Miller, 2011; Chiswick e Miller, 2012) e fatores de discriminação do empregador (Takenaka *et al.*, 2015). Nesse ponto, por exemplo, Åslund e Rooth (2007) verificam que as credenciais educacionais obtidas no Canadá e na Europa Ocidental são mais valorizadas no mercado de trabalho dos Estados Unidos do que as adquiridas na Ásia ou na América Latina.

Outro aspecto enfatizado pelas pesquisas para realização da análise da mobilidade ocupacional de indivíduos no mercado de trabalho diz respeito à origem social dos trabalhadores. Erikson e Goldthorpe (1992) ilustram como a educação e a ocupação dos pais têm impacto sobre os resultados dos filhos no mercado de trabalho, facilitando ou agravando a mobilidade social ascendente ao longo de gerações. Na área específica da imigração, estudos que abordam essa dimensão ainda são limitados (Rumbaut, 2008), devido à falta de dados disponíveis sobre os pais dos imigrantes.

O sexo e a cor/raça dos trabalhadores são também destacados pela literatura de mobilidade social como sendo importantes informações a serem consideradas. Em relação aos estudos que consideram o efeito do sexo especificamente para a mobilidade ocupacional dos estrangeiros, os trabalhos são, sobretudo, internacionais com destaque para as pesquisas desenvolvidos nos EUA e na Espanha (Borrell *et al.*, 2008; Aysa-Lastra, 2013; Aysa-Lastra e Cachón, 2013; Miret-Gamundi, 2014; Fernández-Macías *et al.*, 2015; Powers *et al.*, 2017; Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017). Os resultados

indicam que as mulheres imigrantes têm padrões de mobilidade diferentes dos homens, em razão das características estruturais do mercado de trabalho, caracterizado como sexualmente segregado. Em geral, verifica-se que as mulheres têm menores chances de mobilidade ascendente comparado aos homens, em razão da concentração em ocupações de *status* baixo no setor de “cuidados” (empregadas domésticas, babás e cuidados com idosos) (Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017).

As pesquisas brasileiras sobre mobilidade ocupacional em geral evidenciam que as mulheres majoritariamente (independente se estrangeira ou nativa, pois essa característica não é considerada nas pesquisas) se encontram em piores situações socioeconômicas em comparação aos homens (Scalon, 1999; Ribeiro, 2007). Em específico sobre as imigrantes, os estudos brasileiros existentes analisam a inserção dessas trabalhadoras na estrutura ocupacional, mas não verificam a mobilidade no mercado de trabalho ao longo do tempo. Ou seja, essas pesquisas analisam apenas a estratificação ocupacional das estrangeiras, indicando a posição e os fatores que afetam a inserção no mercado de trabalho. Esses estudos indicam que as mulheres tendem a se inserir em empregos na economia informal (Peres e Baeninger, 2017), sendo bolivianas, paraguaias e uruguaias identificadas como especialmente vulneráveis, pelo baixo nível educacional e pelos níveis elevados de inserção em empregos de má qualidade (Sala, 2005).

Quanto ao impacto da cor/raça do trabalhador para mobilidade ocupacional dos estrangeiros, essa temática é principalmente discutida nos Estados Unidos, onde se verifica que latino-americanos e, sobretudo, negros, se comparados aos brancos nativos (sem ascendência hispânica), estão em pior situação socioeconômica no mercado de trabalho (Tienda e Lii, 1987; Roth, 2012). No Brasil, dentre os estudos de mobilidade ocupacional que tratam das desigualdades raciais se destacam os de Carlos Antônio da C. Ribeiro (2007; 2009) e Maria Celi Scalon (1999) que verificam a existência de uma situação de desvantagem para o negro brasileiro, comparado ao branco, quanto ao alcance e realização ocupacional no mercado de trabalho. Já os estudos que analisam os efeitos da raça entre os imigrantes ainda são insipientes (Fernandes, 2008) e como na discussão relacionada ao sexo, os estudos que consideram os estrangeiros se limitam à análise da estratificação social e não verificam a mobilidade dos estrangeiros no Brasil.

Além de características socioculturais e econômicas próprias do trabalhador, como a escolaridade, a experiência, a fluência na língua do país de destino, o sexo, a raça/cor, dentre outros fatores, alguns autores também têm evidenciado a necessidade de incorporar nas análises informações relativas às regiões de origem (país de nascimento) e destino da migração (Chiswick, 2005; Van Tubergen, Maas *et al.*, 2004). Uma variável indicada por Van Tubergen, Maas e Flap (2004) refere-se ao tamanho do grupo de imigrantes no país de destino. Embasados na hipótese de ameaça étnica, os autores sugerem que o tamanho do grupo pode influenciar na situação econômica do indivíduo, já que grupos maiores podem ser vistos como uma ameaça ao trabalhador nativo e, conseqüentemente, despertar práticas hostis da sociedade hospedeira, o que acarretaria uma maior dificuldade para o alcance ocupacional pelos membros dos grupos vistos como ameaçadores.

Além disso, o país de nascimento é também evidenciado por estudos nacionais e internacionais como um importante fator que deve ser controlado nas pesquisas (Portes e Manning, 2008; Vilela, 2008; 2011; Vilela *et al.*, 2015). Esses estudos confirmam que há vários modos de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho e que nem todos estão em uma situação permanente de exploração e inferioridade, sendo, portanto, necessária a incorporação da nacionalidade/ origem nacional do imigrante nos estudos desenvolvidos. Dos estudos brasileiros, os trabalhos de Sala (2005), Vilela (2008, 2011) e Vilela *et al.* (2015) analisam a inserção dos imigrantes no Brasil e identificam a origem étnico/nacional como uma variável importante para análise da estratificação social no país. Entretanto, destaca-se que Sala (2005), Vilela (2008, 2011) e Vilela *et al.* (2015) desenvolvem análises da estratificação dos imigrantes no mercado de trabalho e não da mobilidade desses trabalhadores.

Dos estudos nacionais que discutem a mobilidade dos estrangeiros e incorporam a informação sobre a nacionalidade do indivíduo predominam aqueles com abordagem qualitativa que, em sua maioria, não tratam especificamente da mobilidade, mas sugerem, em suas conclusões, uma melhora ou piora das ocupações dos estrangeiros no Brasil. Um exemplo são as pesquisas que discutem a trajetória ocupacional de sírios e libaneses no Brasil que começam como comerciantes ambulantes e depois se tornam donos de lojas de armarinhos e tecidos, indicando um movimento ascendente na trajetória ocupacional (Truzzi, 2001; Vilela, 2011; Tosi, 2015). Há ainda estudos brasileiros que evidenciam a ascensão profissional de armênios no ramo calçadista de São Paulo que começam a

trajetória ocupacional como funcionários de coétnicos em sapatarias e, posteriormente, tornarem-se empresários autônomos no ramo calçadista (Grün, 1992; Kechichian, 2000).

Também merecem destaque os trabalhos sobre os bolivianos no Brasil que apresentam uma grande gama de estudos. Entre eles, Sidney Silva (1997; 2006), por exemplo, realiza grande esforço para descrever o processo de inserção dos imigrantes bolivianos em São Paulo, publicando uma das primeiras pesquisas na área (ver Silva, 1997) em que o autor foca nas dificuldades enfrentadas pelos bolivianos em suas trajetórias na cidade, como discriminação racial e social, bem como as estratégias de mobilidade econômica adotadas para superação dessas dificuldades. O autor descreve que a maioria dos bolivianos se insere em oficinas de costura de coétnicos ou de coreanos e, ao longo do tempo no Brasil, utilizam como estratégia de mobilidade ocupacional a compra de máquinas de costura e abertura de suas próprias oficinas.

Em relação aos estudos específicos de mobilidade ocupacional dos imigrantes, com abordagem quantitativa como é o caso dessa pesquisa, essa temática é principalmente discutida nos Estados Unidos, onde os autores também indicam a necessidade de incorporar as seguintes informações estruturais sobre os mercados de origem e destino: 1) níveis de desigualdade de renda; 2) grau de desenvolvimento econômico; 3) distância geográfica; 4) distância cultural (Chiswick, 1977; Borjas, 1989; Van Tubergen *et al.*, 2004; Izquierdo *et al.*, 2009; Gustafsson Ba, 2017).

Sobre o efeito da desigualdade de renda para a mobilidade dos imigrantes, assume-se que quanto menor a desigualdade de renda entre o país de origem e a região de destino, melhor será o desempenho dos estrangeiros no mercado de trabalho, refletindo em maiores níveis de mobilidade ascendente (Borjas, 1987; Chiswick, B. R. *et al.*, 2002; Van Tubergen *et al.*, 2004). Nessa mesma lógica, vários pesquisadores preveem o efeito positivo do nível de desenvolvimento econômico dos países de origem e de destino para as proporções de taxas de mobilidade ascendente. Ou seja, quanto maiores os níveis de desenvolvimento econômico, maiores seriam as taxas de mobilidade ascendente. (Borjas, 1987; 1988; Jasso e Rosenzweig, 1990). Sobre a distância geográfica, os autores afirmam que uma maior distância geográfica entre os países de origem e de destino tem um impacto positivo no desempenho econômico dos imigrantes, já que se aumenta os custos da migração,

refletindo em uma seleção positiva dos estrangeiros (Borjas, 1987; Jasso e Rosenzweig, 1990).

Já em relação à distância cultural, existem duas abordagens. A primeira referente aos adeptos da Teoria da Assimilação, já discutida anteriormente, na qual se espera maiores níveis de mobilidades ascendentes quanto maior for a distância cultural entre o país de origem e de destino, controlado os aspectos referentes ao capital humano (Duleep e Regets, 1999; Barry R. Chiswick, 2005; Miret-Gamundi, 2014; Ressia, Australia, *et al.*, 2017). Em contrapartida, existe outra corrente de autores que afirmam que quanto maior o grau de distância social maior será a distinção das culturas, a aparência física e do *background* socioeconômico entre nativos e imigrantes. Essa situação pode resultar em discriminação no mercado de trabalho, limitando as chances de mobilidade ascendente do estrangeiro (Borjas, 1994; Portes e Rumbaut, 2001; Van Tubergen *et al.*, 2004).

Considerando os resultados de pesquisas expostas anteriormente e os fatores importantes de serem controlados para análise da mobilidade ocupacional do estrangeiro no mercado de trabalho formal brasileiro, a seguir expomos os objetivos e as hipóteses desse trabalho.

## 2.1 Objetivos e hipóteses de trabalho

Nesse trabalho, analisamos a mobilidade ocupacional de imigrantes internacionais inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, entre 1995 a 2015, tendo como propostas centrais: a) a identificação de padrão (ou padrões) de (i)mobilidade ocupacional existente; b) a compreensão de fatores que afetam a trajetória ocupacional dos trabalhadores estrangeiros no mercado formal brasileiro.

Para construção das hipóteses desse trabalho, temos como pano de fundo os argumentos elaborados pelas teorias discutidas anteriormente. Cabe ressaltar que não pretendemos testar essas abordagens teóricas (Teoria da Assimilação Clássica ou Teoria da Assimilação segmentada) para o contexto brasileiro, na medida em que não dispomos de todas as informações necessárias para testar a assimilação do estrangeiro, tais como o nível de proficiência na língua portuguesa e o motivo da mudança para o Brasil (Chiswick *et al* 2002, 2005; Chiswick e Miller, 2014). Além disso, entendemos que testar a hipótese da assimilação do imigrante, conforme sugerido por Chiswick (1978), seria mais pertinente se tivéssemos também informações sobre os estrangeiros inseridos no mercado informal brasileiro, na medida em que compreendemos que estar no mercado formal já é, em grande medida, um indicativo de assimilação do estrangeiro no mercado de trabalho.

Feitas essas considerações, os dados obtidos por meio da RAIS permitem testar as hipóteses apresentadas a seguir:

**Capítulo 5:** Quais os efeitos do país de nascimento do trabalhador e do estado de destino no Brasil para o sucesso ocupacional dos imigrantes?

**HIPÓTESE 1.1** - A partir da literatura discutida, supõe-se que ser estrangeiro com maior distância cultural (idioma utilizado, hábitos sociais, aparência física, etc) represente um impacto positivo para o ISEI dos trabalhadores, resultando em maiores níveis de mobilidade ascendente. Isto é, os estrangeiros de países com maior distância cultural apresentam maior depreciação dos diplomas e certificações decorrentes do movimento migratório, resultando em uma queda maior na hierarquia sócio profissional na chegada ao Brasil. Entretanto, ao longo do tempo, em razão da maior queda inicial, esses trabalhadores apresentam curvas mais acentuadas de crescimento. Dentre os grupos pesquisados, supomos que:

Dos 14 grupos analisados, os asiáticos (chineses e japoneses), entre os estrangeiros com maiores distâncias culturais, têm maiores níveis de mobilidade ascendente. Em seguida, os europeus (alemães, franceses e italianos), norte americanos (estadunidenses), depois os estrangeiros da América central (haitianos).

Com menores distâncias culturais estão os espanhóis, seguido dos latino americanos (argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios) e, por fim, os portugueses (o grupo de referência) sendo o grupo mais próximo dos brasileiros, por terem sido os colonizadores do Brasil e, conseqüentemente, terem a mesma língua oficial.

**HIPÓTESE 1.2** – Há uma corrente de autores que assume que quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem dos estrangeiros, melhor será o desempenho desses trabalhadores no mercado de trabalho de destino, refletindo em maiores níveis de mobilidade ascendente. Nessa perspectiva, por meio da média do IDH dos países pesquisados, entre 1995 a 2005, supomos que:

Dos 14 grupos analisados, os haitianos, seguido dos chineses e latinos (bolivianos, paraguaios, uruguaios, argentinos e chilenos) são os estrangeiros de países com menores níveis de desenvolvimento econômico, refletindo em menores níveis de mobilidade ascendente. Em seguida, os europeus (portugueses, espanhóis, italianos, franceses e alemães), japoneses e estadunidenses, são os estrangeiros com maiores níveis de mobilidade, dado o desenvolvimento econômico dos respectivos países. Tomamos os Estados Unidos como o grupo de referência.

**HIPÓTESE 1.3** - Em relação ao local de destino, espera-se que os estrangeiros inseridos no mercado de trabalho do sudeste tenham maiores níveis de mobilidade ascendente, dado que essa região do país tem maior nível de desenvolvimento econômico, em razão da concentração de empresas e atividades, comparada as demais regiões. Dessa forma, o maior desenvolvimento econômico do sudeste representa um efeito positivo para o ISEI dos trabalhadores, se traduzido em maiores taxas de mobilidade ascendente dos estrangeiros inseridos na região.



**Capítulo 6:** Qual o efeito do sexo para mobilidade ocupacional dos estrangeiros?

**HIPÓTESE 2** – Conjecturamos que as mulheres imigrantes têm padrões de mobilidade diferentes dos homens, em razão das características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado como sexualmente segregado. Acreditamos que, no Brasil, ser mulher estrangeira tenha um efeito negativo no índice socioeconômico da trabalhadora, representando menores níveis mobilidade ascendente, quando comparadas aos homens estrangeiros com características socioeconômicas semelhantes. Iremos testar essa hipótese por meio da análise do efeito da variável “sexo do trabalhador estrangeiro”.

**Capítulo 7:** Qual efeito de variáveis relacionadas ao tempo nos resultados ocupacionais de estrangeiro(a)s?

**HIPÓTESE 3.1** - Conjecturamos encontrar um crescimento do *status* ocupacional do estrangeiro com aumento do tempo de permanência desses trabalhadores no mercado de trabalho formal brasileiro. Nesse sentido, esperamos taxas de mobilidade ascendente com a permanência do estrangeiro no mercado formal brasileiro. Cabe destacar que o tempo de permanência no mercado de trabalho formal brasileiro é considerado, nesse estudo, como os anos que o estrangeiro aparece na RAIS, sendo considerado como uma *proxy* de experiência no mercado de trabalho formal.

**HIPÓTESE 3.2** -Além disso, alguns autores preconizam que quanto maior o tempo de residência no país hospedeiro, maior seria a assimilação do trabalhador estrangeiro e, portanto, melhores seriam os resultados dos imigrantes no mercado de trabalho, refletindo em um crescimento no ISEI do trabalhador e conseqüentemente maiores taxas de mobilidade ocupacional. Nesse sentido, conjecturamos que a mobilidade ocupacional dos imigrantes estrangeiros no Brasil se aproxima mais do padrão em “J” que corresponde a uma mobilidade ascendente com o aumento do tempo de permanência no país. Iremos testar essa hipótese por meio da análise do efeito da variável “tempo de residência do estrangeiro no Brasil”.

**HIPÓTESE 3.3** -Também prevemos que estrangeiros que migram mais jovens tenham efeito positivo no ISEI representando uma mobilidade ascendente, considerando que esses trabalhadores estarão mais adaptados ao mercado de trabalho brasileiro.

**Capítulo 8:**Qual o efeito da educação para mobilidade ocupacional dos estrangeiros?

**HIPÓTESE 4.1** - Com base nos estudos discutidos anteriormente, esperamos encontrar para a realidade brasileira que as credenciais obtidas no Brasil tenham maior efeito para a trajetória ascendente do imigrante do que aquelas obtidas no exterior.

**HIPÓTESE 4.2** - Além disso, esperamos que maiores níveis de escolaridade tenham maiores efeitos para a probabilidade de mobilidade ascendente do estrangeiro no mercado de trabalho. Dessa forma, nos modelos estatísticos estimados para análise da mobilidade dos imigrantes se espera que os níveis de escolaridade mais altos tenham coeficientes maiores, traduzindo os maiores efeitos para a probabilidade de mobilidade ascendente do estrangeiro no mercado de trabalho hospedeiro.

**Capítulo 9:**Qual o efeito da raça/cor para mobilidade ocupacional dos estrangeiros?

**HIPÓTESE 5** - Quanto à cor/raça do trabalhador, conforme os estudos de desigualdades raciais do Brasil, esperamos identificar uma situação de desvantagem para os não brancos (preto, pardo e indígena), comparado aos brancos (brancos e amarelos), quanto ao alcance e realização ocupacional no mercado de trabalho.

### 3. Considerações metodológicas

Para testar tais hipóteses e responder àquelas questões, a seguir apresentamos a delimitação do estudo, as variáveis utilizadas e os modelos de análise para desenvolvimento da pesquisa.

#### 3.1 Delimitação do estudo

Neste trabalho, realizamos a análise longitudinal de painel da mobilidade ocupacional de estrangeiros no mercado de trabalho de destino por meio dos microdados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) cedidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dos anos de 1995 a 2015. Esses bancos são como um censo do mercado de trabalho formal brasileiro e apresentam informações sobre tipo de vínculo de trabalho, tamanho, setor e ramo de atividade da empresa contratante; trajetória ocupacional dos indivíduos no ano de referência; características socioeconômicas e demográficas dos trabalhadores. Porém, o banco de dados utilizado apresenta algumas limitações, as quais estão expostas a seguir.

A primeira lacuna refere-se à natureza dos dados da RAIS, que apresenta informações apenas sobre os trabalhadores que estão inseridos no mercado formal. Nesse sentido, os dados tendem a ser subestimados, na medida em que há um grande número de trabalhadores estrangeiros que está inserido no mercado informal de trabalho, não sendo, portanto, computado pelas informações disponibilizadas na RAIS. Portanto, as conclusões dessa tese referem-se exclusivamente aos trabalhadores do mercado formal, não podendo trazer contribuições sobre a situação dos imigrantes no mercado informal<sup>13</sup>.

Outra lacuna do banco de dados refere-se ao fato da RAIS apresentar informações sobre o ano de entrada no país hospedeiro apenas a partir de 2011. Como discutido anteriormente, alguns autores (Borjas, 1994; Van Tubergen *et al.*, 2004) indicam que esse dado é de extrema relevância para o estudo da mobilidade ocupacional dos estrangeiros.

---

<sup>13</sup> Os dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que 49,69% dos estrangeiros são “Empregado com carteira de trabalho assinada”; 0,71% “Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros”, 5,36% “Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos”, 17,78% “Empregado sem carteira de trabalho assinada”, 23,07% “Conta própria”, 2,55% “Empregador”, 0,84% “Não remunerado”. Dessa forma, estima-se que 55,76% dos estrangeiros estejam empregados no mercado formal.

Buscando uma solução para esse problema, decidimos por selecionar somente os indivíduos que aparecem<sup>14</sup> nos bancos de dados de 2011 a 2015, para os quais contêm essas informações. Ou seja, por meio do número de identificação de cada indivíduo, foram selecionadas as informações para os anos anteriores a 2011 desses trabalhadores que aparecem entre 2011 e 2015, construindo-se uma base de dados desses estrangeiros no mercado de trabalho desde 1995 até 2015.

Outra limitação diz respeito ao fato da RAIS não apresentar informações sobre o dono ou membro acionista do estabelecimento (o empregador), sendo, portanto, analisados somente trabalhadores empregados no setor formal do mercado de trabalho brasileiro. Solicitamos a informação para o Ministério do Trabalho e Emprego e, obtivemos retorno de que as informações sobre origem do proprietário e dos funcionários, simultaneamente, não estão disponíveis em nenhum banco de dados brasileiro de acesso público.

Outra fragilidade refere-se à existência de eventuais imprecisões nos dados da RAIS, decorrentes da utilização de “registros administrativos que, pela sua própria natureza, não sofreram qualquer processo de crítica, sendo, por isso mesmo, passíveis de apresentarem erros provenientes de declarações mal preenchidas” (Sternberg, 2001, p. 186). O preenchimento dos dados é realizado pelo próprio empregador (ou pessoa responsável por tal atividade na empresa) que deve possivelmente declarar dados não atualizados e incorretos sobre o trabalhador (Sternberg, 2001).

Por fim, outra limitação diz respeito à variável sobre a raça/cor do trabalhador a qual é disponibilizada apenas a partir do ano de 2002. Outro problema dessa variável é que a informação não é autodeclarada pelo trabalhador, mas preenchida pelo empregador ou pelo funcionário administrativo responsável pelo envio da RAIS na empresa. Além disso, a raça não é indicada para os funcionários públicos. Com o intuito de minimizar tais limitações, apresentamos, a seguir, os procedimentos utilizados para tanto.

---

<sup>14</sup> Seja na situação de empregado ou desligado.

### 3.2 Delimitação e organização dos dados

A construção do banco de dados utilizado para essa tese foi o grande desafio empreendido nesse trabalho. Inicialmente, a dificuldade reside na grande quantidade de informações, na medida em que são trabalhados os dados dos 27 estados brasileiros, ao longo de 21 anos. Além disso, a RAIS é uma base de dados com imenso potencial de ser trabalhada por pesquisadores no Brasil, mas ainda é tratada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), instituição responsável pela gestão das informações, apenas como um registro administrativo. Isto é, na RAIS não são estabelecidos procedimentos sistemáticos de padronização das informações ao longo dos anos, fazendo com que o processo de organização e construção do banco de dados seja longo e trabalhoso.

Dessa forma, nesse capítulo da tese apresentamos de maneira detalhada esse processo de construção do banco de dados, com intuito de contribuir para os demais pesquisadores interessados em analisar o mercado de trabalho formal brasileiro.

A partir da obtenção dos microdados da RAIS de 1995 a 2015, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, os quais são reportados por vínculos e não indivíduos, o primeiro procedimento realizado é a exclusão de casos sem informação do PIS, variável utilizada como identificadora dos indivíduos nessa pesquisa. Por meio da análise da Tabela 7 há indicativos de que a partir de 2006 a RAIS torna-se mais precisa, na medida em que diminuem muito a ocorrência de casos sem informação sobre o PIS do trabalhador.

Tabela 7 – Número de vínculos do banco de dados sem informação na variável PIS (identificadora dos indivíduos)

Ano	Banco enviado pelo MTE Vínculos empregatícios (A)	Casos com PIS igual a zero (B)	Porcentagem (B/A)
1995	35.512.835	281.481	0,8%
1996	34.360.696	109.382	0,3%
1997	34.675.281	55.560	0,2%
1998	35.005.506	54.144	0,2%
1999	35.552.611	31.792	0,1%
2000	37.830.568	764.992	2,0%
2001	39.323.375	37.715	0,1%
2002	40.927.865	20.185	0,0%
2003	41.969.162	13.427	0,0%
2004	44.683.910	12.898	0,0%
2005	47.657.099	13.882	0,0%
2006	50.701.027	0	0,0%

2007	54.649.133	1	0,0%
2008	59.706.419	1	0,0%
2009	61.126.896	0	0,0%
2010	69.820.991	0	0,0%
2011	70.970.233	892	0,0%
2012	73.326.485	0	0,0%
2013	75.024.824	0	0,0%
2014	76.107.279	0	0,0%
2015	76.931.504	0	0,0%
Total	1.095.863.699	1.396.352	0,1%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, é realizada a transformação da unidade de análise da RAIS de vínculo empregatício, como é originalmente construída, para indivíduo. Esse procedimento metodológico é realizado na medida em que vários indivíduos possuem mais de um vínculo de trabalho em um mesmo ano, caso estejam nas seguintes situações: a) pessoas que são empregadas em mais de uma empresa ao mesmo tempo; b) trabalhadores que mudaram de emprego durante o ano.

Para realizar essa transformação de vínculo para indivíduo, utilizamos como variável identificadora de cada indivíduo o PIS e adotamos os seguintes procedimentos<sup>15</sup>: 1º) Para um mesmo PIS, permanece na base de dados, a linha que possuir maior salário no mês de dezembro. Por meio desse procedimento, são também selecionados os vínculos ativos para aqueles indivíduos que trocaram de trabalho ao longo do ano, em detrimento dos vínculos não ativos decorrentes de situações de demissão. Isso acontece, pois na RAIS os vínculos não ativos aparecem com informação sobre salário como *missing*. Dessa forma, automaticamente é mantida na base de dados a linha com informação do vínculo ativo. Após a realização dessa seleção, em média, são eliminados 85% dos vínculos secundários. 2º) Para os casos que permanecem com mais de uma informação para um mesmo PIS, é utilizado como critério para seleção do vínculo principal aquele com menor número de horas trabalhadas; 3º) Se houver igualdade no número de horas trabalhadas, é utilizado

<sup>15</sup> Registra-se aqui o procedimento para transformação da RAIS de vínculo para indivíduo adotado pelos pesquisadores do Observatório de Migrações Internacionais (Obmigra) que é similar ao adotado nessa pesquisa (Palermo *et al.*, 2015). 1º) Separação dos estrangeiros com vínculo ativo em 31/12 do ano analisado; 2º) Para um mesmo PIS, o algoritmo escolhe para permanecer na base a linha que possuir maior número de horas semanais contratadas; 3º) Se houver igualdade no número de horas trabalhadas, então o algoritmo seleciona a linha com o maior salário no mês de dezembro; 4º) Caso número de horas semanais contratadas e salário no mês de dezembro sejam iguais, o algoritmo seleciona a linha com o maior tempo de serviço; 5º) Persistindo as igualdades, então o algoritmo seleciona a linha com maior salário contratual a permanecer na base. A partir deste ponto, se as variáveis eleitas para o filtro permanecerem iguais, o algoritmo escolhe a primeira linha empatada. Ressalta-se que a probabilidade de ocorrência de igualdades após o quarto passo é muito pequena.

como critério para seleção do trabalho principal, aquele com maior tempo de emprego; 4º) O quarto critério para seleção é o maior salário contratual; 5º) Persistindo as igualdades, é selecionada de forma aleatória a linha para permanecer no banco. A seleção aleatória ocorre, em média, apenas para 1% dos casos de PIS com mais de uma informação sobre vínculo empregatício. A partir desses critérios, selecionamos apenas as informações referentes ao trabalho principal dos indivíduos, excluindo em média 17% dos casos.

A Tabela 8 indica o número de casos do banco de dados com unidade de análise “vínculos” e após a transformação para unidade de análise “indivíduos” para todos os registros da RAIS completa, incluindo trabalhadores brasileiros e estrangeiros. Percebe-se uma ampliação do mercado de trabalho formal ao longo dos anos, na medida em que aumentam progressivamente o número de vínculos.

Tabela 8 – Número de casos do banco de dados com unidade de análise “vínculos” e após a transformação para unidade de análise “indivíduos”

Ano	Banco enviado pelo MTE Vínculos empregatícios (A)	Número de vínculos eliminados (Vínculos de trabalho secundários ou vínculos anteriores ao último) (B)	Porcentagem de vínculos eliminados (B/A)
1995	35.512.835	5.320.915	15%
1996	34.360.696	4.657.873	14%
1997	34.675.281	4.661.694	13%
1998	35.005.506	4.470.660	13%
1999	35.552.611	4.940.062	14%
2000	37.830.568	5.546.675	15%
2001	39.323.375	5.713.012	15%
2002	40.927.865	5.957.283	15%
2003	41.969.162	6.030.410	15%
2004	44.683.910	6.814.278	15%
2005	47.657.099	7.464.068	16%
2006	50.701.027	8.214.159	16%
2007	54.649.133	10.094.183	18%
2008	59.706.419	12.684.608	21%
2009	61.126.896	10.906.948	18%
2010	69.820.991	16.451.286	24%
2011	70.970.233	14.328.173	20%
2012	73.326.485	14.587.635	20%
2013	75.024.824	14.818.982	20%
2014	76.107.279	19.130.340	25%
2015	76.931.504	17.269.356	22%
Total	1.095.863.699	200.062.600	18%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Após a transformação da unidade de análise para “indivíduos”, apresenta-se a proporção de estrangeiros em relação ao universo dos dados. Percebe-se que o total de estrangeiros não chega a 1% no mercado de trabalho formal brasileiro, comparado ao conjunto total de observações que agregam os brasileiros nativos, brasileiros naturalizados e estrangeiros. Vale ressaltar a queda do número de estrangeiros de 1995 a 2004, uma e subsequente estabilidade entre 2005 a 2010 e depois um crescimento desse número de 2010 a 2015. Destaca-se também que o banco para análise estatística desse trabalho será apenas dos estrangeiros, o qual é descrito a seguir o procedimento para construção. Em relação aos brasileiros naturalizados, esse grupo não entra na nossa análise, na medida em que não há informação sobre o país de nascimento desses trabalhadores.

Tabela 9 – Proporção de estrangeiros em relação ao banco completo de indivíduos

Ano	Total de indivíduos (A)	Brasileiros (B + C)		Estrangeiros (D)	Porcentagem de estrangeiros (D/A)
		Nativos (B)	Naturalizados (C)		
1995	29.910.439	29.818.240	12.584	79.615	0,27%
1996	29.593.441	29.512.583	10.765	70.093	0,24%
1997	29.958.027	29.886.548	9.750	61.729	0,21%
1998	30.480.702	30.413.375	9.414	57.913	0,19%
1999	30.580.757	30.521.408	8.820	50.529	0,17%
2000	31.518.901	31.460.313	8.901	49.687	0,16%
2001	33.572.648	33.513.845	8.950	49.853	0,15%
2002	34.950.397	34.892.673	8.661	49.063	0,14%
2003	35.925.325	35.868.629	8.343	48.353	0,13%
2004	37.856.734	37.800.015	8.534	48.185	0,13%
2005	40.179.149	40.121.284	8.230	49.635	0,12%
2006	42.486.868	42.429.022	8.590	49.256	0,12%
2007	44.554.949	44.494.049	8.556	52.344	0,12%
2008	47.021.810	46.958.164	8.256	55.390	0,12%
2009	50.219.948	50.151.375	8.288	60.285	0,12%
2010	53.369.705	53.295.806	8.429	65.470	0,12%
2011	56.641.168	56.556.360	9.022	75.786	0,13%
2012	58.738.850	58.639.052	9.134	90.664	0,15%
2013	60.205.842	60.084.267	9.612	111.963	0,19%
2014	56.976.939	56.834.979	7.008	134.952	0,24%
2015	59.662.148	59.482.239	36.245	143.664	0,24%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Após a seleção dos estrangeiros existentes na RAIS, o próximo procedimento metodológico realizado refere-se à seleção dos trabalhadores estrangeiros, homens e mulheres, que estão relacionados entre 2011 e 2015, período no qual se tem informação sobre o ano de chegada desses imigrantes. Para tanto, verificamos que, do total de 557.029 observações, em média 13% dos trabalhadores apresentam mais de uma data reportada



na RAIS, sobre o ano de chegada ao Brasil. Dessa forma, tomou-se como referência o ano que é reportado mais vezes na RAIS.

Tabela 10 – Número de casos do banco de dados com inconsistência na variável “Ano de Chegada ao Brasil” – 2011 a 2015

Ano	Total de casos (A)	Casos com inconsistência no Ano de Chegada (B)	Porcentagem de casos (B/A)
2011	75.786	7.114	9%
2012	90.664	11.677	13%
2013	111.963	15.696	14%
2014	134.952	19.051	14%
2015	143.664	20.327	14%
Total	557.029	73.865	13%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Ainda em relação à consistência da informação sobre o “Ano de Chegada no Brasil”, foi criada a variável referente ao tempo de residência do estrangeiro no Brasil, concebida como a subtração do ano em que o indivíduo aparece no banco de dados pelo ano de chegada no Brasil. Por exemplo, um estrangeiro que chegou ao Brasil no ano 2000 e aparece duas vezes no banco de dados, em 2010 e 2015, terá essa variável referente ao tempo de residência no Brasil gerada por meio das seguintes operações algébricas: 1º) 2010 (ano) - 2000 (ano de chegada) =10 anos; 2º) 2015 (ano) – 2000 (ano de chegada) =15 anos.

Entretanto, 47.841 casos apresentaram o tempo de residência negativo, indicando erro na informação sobre o ano de chegada dos estrangeiros no Brasil. Dessa forma, optou-se em retirar esses casos da análise.

Tabela 11 – Casos com inconsistência na informação sobre o ano de chegada dos estrangeiros no Brasil

Ano	Total de casos (A)	Casos com inconsistência no Ano de Chegada (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1995	79.615	1.166	1%
1996	70.093	1.236	2%
1997	61.729	1.337	2%
1998	57.913	1.466	3%
1999	50.529	1.576	3%
2000	49.687	1.680	3%
2001	49.853	1.861	4%
2002	49.063	1.957	4%
2003	48.353	1.969	4%

2004	48.185	2.133	4%
2005	49.635	2.229	4%
2006	49.256	2.338	5%
2007	52.344	2.612	5%
2008	55.390	2.815	5%
2009	60.285	3.052	5%
2010	65.470	3.317	5%
2011	75.786	2.977	4%
2012	90.664	3.281	4%
2013	111.963	3.274	3%
2014	134.952	2.842	2%
2015	143.664	2.723	2%
Total	1.454.429	47.841	3%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida são definidas as subamostras dos dados, uma vez que são selecionados apenas os trabalhadores estrangeiros, homens e mulheres, que estão relacionados entre 2011 e 2015 com informação consistente sobre o ano de chegada ao Brasil. Ou seja, foram retirados do banco de dados aqueles indivíduos que apareceram somente nos anos anteriores a 2011, pois, no caso destes, não tínhamos informações sobre o ano de chegada no Brasil, o que prejudicaria a análise sobre a mobilidade desses indivíduos.

Tabela 12 – Subamostra de trabalhadores estrangeiros, com identificação de ano de chegada, relacionados entre 2011 e 2015

Ano	Total de estrangeiros (A)	Estrangeiros selecionados ente 2011 a 2015 (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1995	79.615	10.399	13%
1996	70.093	10.740	15%
1997	61.729	11.352	18%
1998	57.913	12.110	21%
1999	50.529	12.917	26%
2000	49.687	14.249	29%
2001	49.853	15.816	32%
2002	49.063	17.127	35%
2003	48.353	17.794	37%
2004	48.185	20.217	42%
2005	49.635	22.464	45%
2006	49.256	24.507	50%
2007	52.344	28.345	54%
2008	55.390	33.052	60%
2009	60.285	39.592	66%
2010	65.470	50.435	77%
2011	75.786	65.380	86%
2012	90.664	83.509	92%
2013	111.963	108.689	97%
2014	134.952	132.110	98%
2015	143.664	140.941	98%
Total	1.454.429	871.745	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Feita a amostra de trabalhadores que apresentam a informação sobre o ano de chegada e consequentemente sobre o tempo de residência no Brasil, realizamos a conferência da informação sobre o país de nascimento do estrangeiro. O intuito é excluir os trabalhadores classificados pela RAIS, na variável “nacionalidade” como: “outros latinos americanos”, “outros asiáticos”, “outros europeus”, “outros africanos”, “outros” e “outras nacionalidades”. A retirada desses grupos é justificada pela literatura que argumenta que os efeitos do país de nascimento dos imigrantes são heterogêneos, variando entre os diversos países (Wilson e Portes, 1980; Van Tubergen *et al.*, 2004; Portes *et al.*, 2006). Portanto, categorias que agregam indivíduos de países distintos, não permitindo a identificação da nacionalidade, não são boas medidas para serem incorporadas nas análises.

Em relação à variável “nacionalidade”, cabe ressaltar que, ao longo dos anos, a construção dessa variável foi modificada, sendo incluídas novas categorias. Como sistematizado no Quadro 1, em 1995 existiam apenas 10 categorias referentes ao país de origem do estrangeiro, já em 2015, a variável passa a ser construída com 32 categorias. Dessa forma, após a junção dos bancos de dados dos diferentes anos, a informação sobre nacionalidade foi reclassificada com intuito de minimizar o número de casos sem indicação do país de origem dos estrangeiros nos anos anteriores à 2015. Por exemplo, um indivíduo de origem boliviana que está inserido no mercado de trabalho brasileiro desde 1995, apresentará a indicação específica do país de sua origem apenas a partir de 1997, visto que antes disso, sua nacionalidade é reportada na RAIS como “outras nacionalidades”. Nesse sentido, por meio do número identificador dos indivíduos (PIS), é possível reclassificar essa informação para os anos anteriores a 1997.

Quadro 1 – Formato da variável relativa ao país de origem do estrangeiro entre 1995 e 2015

Origem	Anos 90					Anos 2000																
	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
Argentino	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Alemão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Belga	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Canadense	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Espanhol	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estadunidense	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Italiano	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Japonês	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chinês	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Português	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Boliviano			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chileno			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Paraguaio			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Uruguaio			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Britânico			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Francês			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Suíço			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Coreano			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Venezuelano																	X	X	X	X	X
Colombiano																	X	X	X	X	X
Peruano																	X	X	X	X	X
Equatoriano																	X	X	X	X	X
Haitiano																	X	X	X	X	X
Russo																	X	X	X	X	X
Paquistanês																	X	X	X	X	X
Indiano																	X	X	X	X	X
Angolano																	X	X	X	X	X
Condolês																	X	X	X	X	X
Sul-Africano																	X	X	X	X	X
Bengalesa																				X	X
Ganês																				X	X
Senegalês																				X	X
Outras Latino-Americanas			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Outras Asiáticas			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Outros Europeus																	X	X	X	X	
Outros Africanos																	X	X	X	X	
Outros																	X	X	X		
Outras Nacionalidades			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Entretanto, são identificados 62.131 casos que, mesmo nos anos mais recentes, não há informação sobre o país de nascimento do estrangeiro, os quais foram excluídos da amostra (Tabela 13).

Além disso, verificamos que alguns estrangeiros apresentam inconsistência em relação à informação do país de origem, ou seja, foram reportadas diferentes nacionalidades do trabalhador ao longo dos anos. Dessa forma, considerou-se um erro de preenchimento e foi considerada a origem que mais foi reportada ao indivíduo. Por exemplo, um

trabalhador que aparece entre 2001 e 2004, sendo em 2001, 2002 e 2003 classificado como boliviano, mas em 2004, classificado com outra nacionalidade, considerou-se esse trabalhador como boliviano.

Tabela 13 – Número de casos do banco de dados sem informação sobre o país de nascimento do estrangeiro – 2011 a 2015

Ano	Estrangeiros selecionados entre 2011 a 2015 (A)	Casos com inconsistência na variável nacional (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1995	10.399		0%
1996	10.740		0%
1997	11.352	112	1%
1998	12.110	231	2%
1999	12.917	379	3%
2000	14.249	502	4%
2001	15.816	634	4%
2002	17.127	797	5%
2003	17.794	930	5%
2004	20.217	1.176	6%
2005	22.464	1.455	6%
2006	24.507	1.721	7%
2007	28.345	2.098	7%
2008	33.052	2.587	8%
2009	39.592	3.313	8%
2010	50.435	4.750	9%
2011	65.380	5.891	9%
2012	83.509	8.094	10%
2013	108.689	11.408	10%
2014	132.110	16.053	12%
2015	140.941	0	0%
Total	871.745	62.131	7%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, foram retirados também os registros relativos à RAIS Negativa, que consistem em casos nos quais são fornecidos somente os dados cadastrais do estabelecimento, com informação do CNPJ, quando o mesmo não teve empregado durante o ano-base.

Tabela 14 – Número de casos referentes à RAIS Negativa

Ano	Estrangeiros selecionados ente 2011 a 2015 (A)	RAIS Negativa (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1995	10.399		0%
1996	10.740		0%
1997	11.352		0%
1998	12.110		0%
1999	12.917		0%
2000	14.249		0%
2001	15.816		0%
2002	17.127	149	0,9%

2003	17.794	1	0,0%
2004	20.217	132	0,7%
2005	22.464	142	0,6%
2006	24.507	167	0,7%
2007	28.345	241	0,9%
2008	33.052	257	0,8%
2009	39.592	241	0,6%
2010	50.435	267	0,5%
2011	65.380		0%
2012	83.509		0%
2013	108.689		0%
2014	132.110		0%
2015	140.941		0%
Total	871.745	1.597	0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Verificamos, em seguida, a consistência da variável sobre a raça/cor do trabalhador. Uma limitação dessa variável refere-se ao fato dessa informação ser disponibilizada apenas a partir do ano de 2002; ser declarada pelo empregador ou pelo funcionário administrativo responsável pelo envio da RAIS na empresa e não ser informada para os funcionários públicos. Dessa forma, constatamos que 31.946 casos, ao longo do período analisado apresentam informações diferentes sobre cor/raça. Dentre as repostas existentes, consideramos na análise, a cor do indivíduo com maior número de vezes reportada na RAIS. Por exemplo, se um indivíduo foi classificado como branco em 2002, 2003 e 2004 e como pardo em 2005, consideramos esse indivíduo como branco nas análises.

A Tabela 15 indica que predominam os casos na diagonal central, correspondente aos indivíduos que não tiveram informações divergentes sobre a raça, visto que as linhas da tabela se referem aos casos da variável original sobre raça/cor e a coluna à variável recodificada. Daqueles que apresentaram mais de uma raça/cor reportada ao longo dos anos, nota-se aumento da proporção de brancos, após a reclassificação da raça, sobretudo em razão de casos que estavam “*missing*” na variável original.

Tabela 15 – Comparação da variável cor/raça originalmente reportada na RAIS e após a definição como raça do trabalhador aquela mais vezes indicada no banco de dados

Variável Raça/Cor Original	Variável Raça Recodificada						Total	
	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Missing	Absoluto	Percentual
Indígena	2.051	562	12	30	183	0	2.838	0,4%
Branca	343	402.470	1.362	1.632	5.360	0	411.167	50,9%

Preta	28	2.605	78.327	30	572	0	81.562	10,1%
Amarela	21	2.497	120	30.507	356	0	33.501	4,1%
Parda	242	12.982	2.486	523	66.459	0	82.692	10,2%
Missing	650	121.832	6.343	6.606	13.463	<b>47.363</b>	196.257	24,3%
Total Absoluto	3.335	542.948	88.650	39.328	86.393	47.363	808.017	100,0%
Total Percentual	0,4%	67,2%	11,0%	4,9%	10,7%	5,9%	100,00%	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Além disso, verificamos que ainda restaram, após a recodificação, 51.194 casos sem a informação de raça/cor do trabalhador que foram excluídos das análises. A Tabela 17 apresenta a distribuição desses indivíduos segundo o ano e o vínculo de trabalho. Nota-se que os trabalhadores com vínculo pautado pela CLT são a maioria, mas quando analisado a porcentagem, em relação aos grupos separadamente, os servidores públicos apresentam maior porcentagem de casos em branco (33%). Isso porque, na RAIS os funcionários públicos não têm informação sobre raça/cor preenchida, mas foi possível manter grande proporção desses trabalhadores na amostra, pois incorporamos esse dado a partir dos vínculos empregatícios que esses estrangeiros já obtiveram anteriormente. Nesse sentido, a maioria dos casos eliminados refere-se a estrangeiros que aparecem apenas uma vez na amostra construída, como indicado na Tabela 18.

Tabela 16 – Número de casos do banco de dados sem informação de raça/cor

Ano	Estrangeiros selecionados entre 2011 a 2015 (A)	Casos sem informação da raça/ cor (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1995	10.399	529	5%
1996	10.740	521	5%
1997	11.352	509	4%
1998	12.110	554	5%
1999	12.917	558	4%
2000	14.249	589	4%
2001	15.816	619	4%
2002	17.127	568	3%
2003	17.794	485	3%
2004	20.217	574	3%
2005	22.464	618	3%
2006	24.507	839	3%
2007	28.345	1.064	4%
2008	33.052	1.606	5%
2009	39.592	2.013	5%
2010	50.435	2.466	5%
2011	65.380	3.305	5%
2012	83.509	4.168	5%
2013	108.689	5.714	5%
2014	132.110	8.341	6%
2015	140.941	11.723	8%
Total	871.745	51.194	6%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 17 –Número de casos do banco de dados sem informação de raça/cor segundo o tipo de vínculo empregatício (antes de imputar a raça/cor)

Tipo de vínculo	Estrangeiros selecionados ente 2011 a 2015 (A)	Casos sem informação da raça/ cor (B)	Porcentagem de casos (B/A)
CLT	752.834	26.972	4%
Servidor Público	42.350	18.109	43%
Temporário	9.538	2.206	23%
Diretor sem vínculo empregatício para o qual a empresa recolhe FGTS ou Dirigente Sindical.	2580	64	2%
Aprendiz contratado nos termos da CLT	715	12	2%
Total	808.017	47.363	6%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 18 –Número de casos do banco de dados sem informação de raça/cor segundo o número de vezes que o trabalhador aparece na amostra

Número de vezes que aparece na amostra	Estrangeiros selecionados ente 2011 a 2015 (A)	Casos sem informação da raça/ cor (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1	10.799	17.679	9%
2	10.340	9.515	6%
3	11.352	4.802	5%
4	12.110	3.143	5%
5	12.917	2.314	4%
6	14.249	1.830	4%
7	15.816	1.429	4%
8	17.127	1.098	3%
9	17.794	902	3%
10	20.217	764	3%
11	22.464	666	3%
12	24.507	609	3%
13	28.345	560	4%
14	33.052	467	4%
15	39.592	400	4%
16	50.435	334	4%
17	65.380	287	4%
18	83.509	237	4%
19	108.689	175	4%
20	132.110	110	4%
21	140.941	42	4%
Total	871.745	47.363	6%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, ao construirmos uma das variáveis de interesse dessa tese, o *International Socio-Economic Index of Occupational* (ISEI) identificamos que há casos sem informação, cujas causas serão discutidas adiante. Nesse sentido, foram retirados 20.457 casos que apresentavam “missing” nessa variável.



Tabela 19 - Número de casos retirados da análise que não foram possíveis obter informação sobre o ISEI do trabalhador segundo o ano

Ano	Estrangeiros selecionados entre 2011 a 2015 (A)	Casos sem informação do ISEI (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1995	10.399	524	5%
1996	10.740	517	5%
1997	11.352	621	5%
1998	12.110	733	6%
1999	12.917	646	5%
2000	14.249	1.205	8%
2001	15.816	908	6%
2002	17.127	917	5%
2003	17.794	601	3%
2004	20.217	630	3%
2005	22.464	689	3%
2006	24.507	748	3%
2007	28.345	897	3%
2008	33.052	943	3%
2009	39.592	1.158	3%
2010	50.435	1.212	2%
2011	65.380	1.436	2%
2012	83.509	1.726	2%
2013	108.689	1.376	1%
2014	132.110	1.401	1%
2015	140.941	1.569	1%
Total	871.745	20.457	2%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

São duas as justificativas para a existência de casos sem informação na variável ISEI. A primeira justificativa, com menor número de ocorrências, refere-se a erro no preenchimento da RAIS no momento de registro das informações sobre a ocupação do trabalhador, totalizando 1.265 casos.

Tabela 20 – Número de casos com erro no preenchimento da RAIS no momento de registro das informações sobre a ocupação do trabalhador – 1995 a 2015

Ano	Estrangeiros selecionados entre 2011 a 2015 (A)	Casos sem informação do ISEI (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1995	10.399	94	1%
1996	10.740	74	1%
1997	11.352	114	1%
1998	12.110	186	1%
1999	12.917	76	0%
2000	14.249	561	3%
2001	15.816	214	1%
2002	17.127	129	1%
2011	65.380	3	0%
2012	83.509	17	0%
2014	132.110	36	0%
2015	140.941	38	0%
Total	526.611	1.265	0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

A outra justificativa para existência de *missing* na variável ISEI refere-se ao procedimento de construção desse índice. Para os anos de 1995 a 2003 a RAIS apresenta a ocupação do trabalhador codificada segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) instituída em 1994<sup>16</sup>. Já os anos de 2004 a 2015 têm a ocupação reportada conforme a CBO de 2002. Dessa forma, primeiramente é necessário consolidar todas as classificações de acordo com a CBO 2002.

Em seguida, para aplicar o ISEI à realidade brasileira, é preciso converter os códigos ocupacionais da CBO 2002 para Classificação Internacional Uniforme de Ocupações de 1988 (*International Standard Classification of Occupations* - ISCO-88) e depois é possível construir o ISEI. Nesse procedimento são gerados 16.629 casos com *missing*, cerca de 2% da amostra.

Tabela 21 – Número de casos sem informação no ISEI, em razão do procedimento de construção desse índice– 1995 a 2015

Ano	Estrangeiros selecionados entre 2011 a 2015 (A)	Casos sem informação do ISEI (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1995	10.399	430	3%
1996	10.740	443	3%
1997	11.352	507	4%
1998	12.110	547	4%
1999	12.917	570	4%
2000	14.249	644	4%
2001	15.816	694	4%
2002	17.127	788	4%
2003	17.794	601	3%
2004	20.217	630	3%
2005	22.464	689	3%
2006	24.507	748	3%
2007	28.345	897	3%
2008	33.052	943	3%
2009	39.592	1.158	3%
2010	50.435	1.212	2%
2011	65.380	1.433	2%
2012	83.509	1.709	2%

<sup>16</sup> A versão de 1994 da Classificação Brasileira de Ocupações vinha sendo utilizada pela administração pública, particularmente nos registros do Ministério do Trabalho e Emprego, como, por exemplo, na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e no Cadastro Geral de Desempregados - CAGED. Não era utilizada, no entanto, no sistema estatístico, que vinha adotando uma classificação de ocupações própria, elaborada com base na Classificação de Ocupações do Programa de Censos da América - COTA. Com o objetivo de possibilitar a comparabilidade das informações tanto em nível nacional como internacional, o Ministério do Trabalho, em conjunto com o IBGE, iniciou em 1996 a revisão da Classificação Brasileira de Ocupações - 1994. A nova versão oficial da classificação de ocupações é a CBO - 2002, que teve sua estrutura aprovada e divulgada pela Resolução Concla nº 5, de 2002, publicada no Diário Oficial de União de 22/09/2002, e está sendo implementada nos registros da administração federal desde 2003.

2013	108.689	1.376	1%
2014	132.110	1.365	1%
2015	140.941	1.531	1%
Total	871.745	18.915	2%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Ainda em relação à retirada de casos inconsistentes, verificou-se que vários imigrantes apresentavam “missing” na idade. Para tanto, foi identificada a idade desses trabalhadores com base nos outros anos os quais eles apareciam no banco. Entretanto, ainda restaram 11.867 observações que não foram possíveis de estimar a idade, principalmente em razão de serem estrangeiros que apareciam somente uma vez no banco de dados, conforme indicado na Tabela 22 e Tabela 23.

Tabela 22 – Casos sem informação sobre idade

Ano	Estrangeiros selecionados entre 2011 a 2015 (A)	Casos sem informação da idade (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1995	10.399	1	0%
1996	10.740	17	0%
2009	39.592	1	0%
2011	65.380	5.395	8%
2012	83.509	6.453	8%
Total	209.620	11.867	6%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 23 – Casos sem informação sobre idade segundo o número de vezes que aparece na amostra

Ano	Estrangeiros selecionados entre 2011 a 2015 (A)	Casos sem informação da idade (B)	Porcentagem de casos (B/A)
1	193.139	9.108	5%
2	138.742	2.758	2%
3	89.290	1	0%
Total	421.171	11.867	3%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Após esse processo de seleção dos indivíduos e limpeza dos dados, apresenta-se abaixo a proporção da amostra construída em relação ao total de estrangeiros existentes na RAIS (Amostra A) e ao total de estrangeiros selecionados entre 2011 e 2015, já que esses apresentavam informação sobre o ano de chegada no Brasil (Amostra B). Apresenta-se ainda no Apêndice 1 a distribuição desses estrangeiros por país de nascimento.

Tabela 24 – Comparação do número de casos no processo de construção da amostra

Ano	Estrangeiros (A)	Estrangeiros selecionados entre 2011 a 2015 (B)	Estrangeiros entre 2011 a 2015 - Amostra final (C)	Porcentagem de casos	
				(C/A)	(C/B)

1995	79.615	10.399	9.345	12%	90%
1996	70.093	10.740	9.702	14%	90%
1997	61.729	11.352	10.110	16%	89%
1998	57.913	12.110	10.592	18%	87%
1999	50.529	12.917	11.334	22%	88%
2000	49.687	14.249	11.953	24%	84%
2001	49.853	15.816	13.655	27%	86%
2002	49.063	17.127	14.696	30%	86%
2003	48.353	17.794	15.777	33%	89%
2004	48.185	20.217	17.705	37%	88%
2005	49.635	22.464	19.560	39%	87%
2006	49.256	24.507	21.015	43%	86%
2007	52.344	28.345	24.045	46%	85%
2008	55.390	33.052	27.659	50%	84%
2009	60.285	39.592	32.866	55%	83%
2010	65.470	50.435	41.740	64%	83%
2011	75.786	65.380	49.353	65%	75%
2012	90.664	83.509	63.068	70%	76%
2013	111.963	108.689	90.191	81%	83%
2014	134.952	132.110	106.315	79%	80%
2015	143.664	140.941	127.649	89%	91%
Total	1.454.429	871.745	728.330	50%	84%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, são selecionados os trabalhadores que aparecem, pelo menos, 3 anos completos em sua trajetória no mercado de trabalho formal brasileiro, pois esse é o período mínimo indicado como necessário para que o imigrante inicie alguma mobilidade no mercado local (Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017).

Além disso, serão objeto de análise dessa tese, apenas os 14 principais grupos de estrangeiros com maiores números de observações (acima de 15.000 observações - 3% do total). Foi feita essa opção por analisar grupos com mais de 3% da amostra para na medida em que os modelos estatísticos utilizados como metodologia para essa tese não se ajustam quando há poucos casos de análise. Além disso, o recorte de 15.000 observações foi definido para manter um número de países na análise diversificado, que contemplasse os vários continentes do mundo, mas que não fosse tão extenso, dificultando a discussão e fluidez na leitura desse trabalho. Portanto, com esse recorte, é analisada a mobilidade ocupacional de 14 grupos de estrangeiros indicados em branco na tabela abaixo.

Tabela 25 – Amostra final de análise segundo a nacionalidade

Nacionalidade	Amostra com estrangeiros entre 1 a 21 anos de inserção na RAIS		Amostra com estrangeiros entre 3 a 21 anos de inserção na RAIS	
	Freq.	Percentual (%)	Freq.	Percentual (%)
Portugal	118.612	16%	110.409	19%

Argentina	64.546	9%	55.802	10%
Chile	52.983	7%	50.562	9%
Bolívia	49.865	7%	39.125	7%
Uruguai	39.947	5%	35.897	6%
Haiti	83.108	11%	33.341	6%
Paraguai	40.933	6%	29.056	5%
Itália	29.698	4%	26.732	5%
Espanha	27.201	4%	24.006	4%
Japão	24.717	3%	21.583	4%
China	24.239	3%	21.303	4%
EUA	21.498	3%	18.166	3%
Alemanha	19.413	3%	17.704	3%
França	18.634	3%	16.108	3%
<i>Canadá</i>	<i>14.663</i>	<i>2%</i>	<i>14.216</i>	<i>2%</i>
<i>Peru</i>	<i>18.042</i>	<i>2%</i>	<i>14.069</i>	<i>2%</i>
<i>Bangladesh</i>	<i>18.761</i>	<i>3%</i>	<i>12.243</i>	<i>2%</i>
<i>Grã Bretanha</i>	<i>8.220</i>	<i>1%</i>	<i>7.209</i>	<i>1%</i>
<i>Angola</i>	<i>8.044</i>	<i>1%</i>	<i>6.949</i>	<i>1%</i>
<i>Coréia</i>	<i>8.310</i>	<i>1%</i>	<i>6.203</i>	<i>1%</i>
<i>Colômbia</i>	<i>8.461</i>	<i>1%</i>	<i>5.612</i>	<i>1%</i>
<i>Suíça</i>	<i>4.543</i>	<i>1%</i>	<i>4.170</i>	<i>1%</i>
<i>Bélgica</i>	<i>4.084</i>	<i>1%</i>	<i>3.582</i>	<i>1%</i>
<i>África do Sul</i>	<i>5.011</i>	<i>1%</i>	<i>3.519</i>	<i>1%</i>
<i>Venezuela</i>	<i>4.456</i>	<i>1%</i>	<i>3.468</i>	<i>1%</i>
<i>Rússia</i>	<i>1.932</i>	<i>0%</i>	<i>1.640</i>	<i>0%</i>
<i>Equador</i>	<i>1.560</i>	<i>0%</i>	<i>1.195</i>	<i>0%</i>
<i>Índia</i>	<i>1.865</i>	<i>0%</i>	<i>1.084</i>	<i>0%</i>
<i>Congo</i>	<i>1.443</i>	<i>0%</i>	<i>776</i>	<i>0%</i>
<i>Paquistão</i>	<i>1.021</i>	<i>0%</i>	<i>499</i>	<i>0%</i>
<i>Senegal</i>	<i>1.372</i>	<i>0%</i>	<i>465</i>	<i>0%</i>
<i>Ganes</i>	<i>1.148</i>	<i>0%</i>	<i>187</i>	<i>0%</i>
<b>Total</b>	<b>728.330</b>	<b>100%</b>	<b>586.880</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Após esses procedimentos, o painel de dados construído contempla 75.343 estrangeiros de 14 países de origem ao longo de 21 anos, totalizando 499.794 observações, como detalhado na Tabela 26. Dentre os casos analisados predominam os portugueses (22% dos casos), seguidos dos argentinos (11% dos casos), chilenos (10% dos casos), bolivianos (8% dos casos), uruguaios (7% dos casos), haitianos (7% dos casos) paraguaios (6%), italianos (5% dos casos), espanhóis (5% dos casos), japoneses (4% dos casos), chinês (4% casos), estadunidenses (4%), alemães (4% dos casos) e franceses (3% dos casos).

Tabela 26 – Distribuição de observações segundo o ano e o país de nascimento da amostra selecionada para as análises

Ano	Argentina	Bolívia	Chile	Paraguai	Uruguai	Alemanha	Espanha	EUA	França	Itália	Haiti	Japão	China	Portugal	Total	%
1995	585	287	1.117	143	475	267	560	156	147	578	1	471	139	3.031	7.957	<b>2%</b>
1996	664	313	1.177	125	522	292	566	171	176	599	2	481	153	3.082	8.323	<b>2%</b>
1997	696	347	1.254	145	561	323	587	192	195	631	4	486	168	3.176	8.765	<b>2%</b>
1998	745	380	1.385	170	583	365	578	222	221	655	2	508	160	3.214	9.188	<b>2%</b>
1999	877	443	1.472	198	651	400	609	259	243	707	2	532	176	3.260	9.829	<b>2%</b>
2000	953	496	1.575	232	703	422	642	294	272	741	5	548	200	3.250	10.333	<b>2%</b>
2001	1.141	587	1.772	274	818	480	702	334	305	791	7	598	236	3.719	11.764	<b>2%</b>
2002	1.321	680	1.885	312	869	510	737	372	330	834	7	636	288	3.906	12.687	<b>3%</b>
2003	1.512	735	1.902	376	980	536	760	394	356	846	7	648	326	4.236	13.614	<b>3%</b>
2004	1.819	866	2.066	463	1.105	601	837	455	407	954	9	722	366	4.567	15.237	<b>3%</b>
2005	2.014	1.036	2.215	595	1.243	677	891	501	466	1.066	8	769	439	4.876	16.796	<b>3%</b>
2006	2.210	1.158	2.337	656	1.368	738	927	568	530	1.155	10	798	564	5.011	18.030	<b>4%</b>
2007	2.633	1.453	2.578	765	1.610	848	1.044	689	631	1.282	9	927	698	5.442	20.609	<b>4%</b>
2008	3.077	1.742	2.781	1.036	2.016	975	1.185	849	775	1.424	9	1.090	845	5.895	23.699	<b>5%</b>
2009	3.669	2.050	3.064	1.308	2.452	1.166	1.380	1.136	980	1.629	17	1.340	1.210	6.499	27.900	<b>6%</b>
2010	4.418	2.690	3.427	2.158	2.876	1.365	1.603	1.531	1.258	1.880	42	1.600	1.647	7.301	33.796	<b>7%</b>
2011	4.924	3.733	3.711	2.304	3.323	1.579	1.883	1.957	1.562	2.193	670	1.898	2.614	8.130	40.481	<b>8%</b>
2012	5.636	4.563	4.013	3.996	3.555	1.690	2.131	2.192	1.818	2.352	3.162	2.129	3.010	8.708	48.955	<b>10%</b>
2013	6.333	5.688	4.075	4.925	3.774	1.760	2.530	2.359	2.079	2.602	9.831	2.240	3.191	9.181	60.568	<b>12%</b>
2014	5.402	5.105	3.283	4.537	3.244	1.387	1.819	1.907	1.746	1.730	9.920	1.484	2.565	6.198	50.327	<b>10%</b>
2015	5.173	4.773	3.473	4.338	3.169	1.323	2.035	1.628	1.611	2.083	9.617	1.678	2.308	7.727	50.936	<b>10%</b>
<b>Total</b>	55.802	39.125	50.562	29.056	35.897	17.704	24.006	18.166	16.108	26.732	33.341	21.583	21.303	110.409	499.794	<b>100%</b>
<b>%</b>	<b>11%</b>	<b>8%</b>	<b>10%</b>	<b>6%</b>	<b>7%</b>	<b>4%</b>	<b>5%</b>	<b>4%</b>	<b>3%</b>	<b>5%</b>	<b>7%</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>	<b>22%</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Dados da RAIS trabalhados pelas autoras– 1995 a 2015

### 3.3 Delimitação dos modelos

Para responder as perguntas propostas e testar as hipóteses, utilizamos o *Multi level mixed-effects linear regression models* para análises longitudinais. Para tanto, construímos o banco de dados em formato longitudinal, classificado como não balanceado, isto é, não há informações sobre cada indivíduo em todos os anos, já que existem inúmeras situações que podem retirar um trabalhador dos registros da RAIS, como a ida para o mercado informal, a demissão, a abertura de um negócio como empregador e o falecimento.

Os dados provenientes de estudos longitudinais se caracterizam pela seqüência temporal de duas ou mais observações em cada indivíduo e, portanto, apresentam estrutura hierárquica, uma vez que as medidas repetidas são aninhadas dentro do indivíduo. Nesse sentido, a escolha dos *Multi level mixed-effects linear regression models* baseia-se no formato de estruturação dos dados deste estudo, isto é, a variável dependente, apresenta estrutura hierárquica (“aninhada”) em relação a cada um dos indivíduos, assim como as co-variáveis que caracterizam os trabalhadores e o ambiente no qual eles se inserem, tal como as empresas e os estados de moradia no Brasil (Bryk e Raudenbush, 1992).

Tal estrutura hierárquica dos dados tem como suposição a independência das observações entre os indivíduos e que as aninhadas no indivíduo possuam a característica da dependência com erros correlacionados. Essa suposição de erros correlacionados exige a modelagem da matriz de co-variância dos dados. A utilização usual do modelo de regressão linear para esses casos ignora tal correlação porque trata as observações como independentes, obtendo inferências menos confiáveis. Em particular, as estimativas dos erros-padrão dos coeficientes do modelo ficam viciadas (Bryk e Raudenbush, 1992).

A partir dessas considerações, um modelo estatístico que permite analisar dados longitudinais desbalanceados em estrutura hierárquica, incorporando a dependência e a estrutura de correlação dos erros é o modelo linear de efeitos mistos ou modelo de efeitos aleatórios (*Multi level mixed-effects linear regression models*) (Harvey, 2003).

Em suma, justifica-se o uso do *Multi level mixed-effects linear regression models* em razão da propriedade estrutural dos dados que apresentam uma variabilidade da variável

resposta por grupos. A causa dessa variabilidade é a correlação intra-classe ( $\rho$ ). Dessa forma, a análise hierárquica controla a heterogeneidade observada no nível agregado (indivíduos ao longo do tempo) e não exige como pressuposto a independência dos resíduos, permitindo uma estrutura de dados com resíduos correlacionados. Se uma equação por mínimos quadrados ordinários é usada inadequadamente para dados agrupados com erros correlacionados, o resultado dos erros-padrão será menor do que deveria, resultando numa maior chance de cometimento de erros.

Com intuito de confirmar a utilização de um modelo multinível, ao contrário de uma regressão estimada por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), foi realizado o teste de *Breusch-Pagan Lagrange multiplier* (LM). A hipótese nula no teste LM é que a correlação intra-classe é zero, não sendo necessário utilizar um multinível. A partir do resultado do teste, apresentado no Apêndice 2, rejeita-se a hipótese nula de correlação intra classe igual a zero e confirma-se a necessidade de utilização de um modelo de regressão multinível, cuja estimação é realizada a partir de mínimos quadrados generalizados (MQG).

Confirmada a adequação de se utilizar os modelos de efeitos aleatórios para dados longitudinais, destaca-se que essa metodologia permite que os coeficientes da regressão variem entre os indivíduos. Esses modelos têm dois componentes: um intra-individual (uma mudança longitudinal intra-individual é descrita pelo modelo de regressão com um intercepto e inclinação populacional) e outro entre indivíduos (variação no intercepto e na inclinação individual) (Bryk e Raudenbush, 1992). Na literatura, as variáveis cuja variação observada é intra-individual são consideradas como de nível 1 e aquelas com variação entre os indivíduos são definidas como de nível 2.

A seguir, apresentamos as variáveis utilizadas para as estimações, descrevendo se são consideradas de nível 1 ou 2 e se são variáveis dependentes ou independentes (Quadro 2 e Quadro 3).

#### *a) Variável dependente*

Quadro 2 – Quadro da variável dependente utilizada para a estimação



Variável	Tipo	Descrição
<i>Mobilidade</i>	Contínua	<p><i>Subtração do International Socio-Economic Index of Occupational (ISEI) da última ocupação em relação ao International Socio-Economic Index of Occupational (ISEI) da primeira ocupação.</i></p> <p>Ou seja,</p> <p>Mobilidade = ISEI última ocupação - ISEI primeira ocupação</p>

Fonte: Elaboração própria

A seguir, apresentamos as variáveis utilizadas para as estimações, descrevendo as variáveis independentes.

Quadro 3– Quadro das variáveis independentes utilizadas nos modelos

Variável	Tipo	Nível	Descrição
<i>Sexo</i>	Binária	2	1= Homens 0 = Mulheres
<i>Branca</i>	Binária	2	1= Branco 0= Não branco
<i>Idade</i>	Contínua	1	Idade do indivíduo, em anos
<i>Idade2</i>	Contínua	1	Idade ao quadrado
Grau de instrução			
<i>Educ2</i>	Binária	1	1= Ensino fundamental completo e médio incompleto/ 0 = Analfabeto ou ensino fundamental incompleto/
<i>Educ3</i>	Binária	1	1= Ensino médio completo ou superior incompleto/ 0 = Analfabeto ou ensino fundamental incompleto/
<i>Educ4</i>	Binária	1	1= Ensino superior completo/ 0= Analfabeto ou ensino fundamental incompleto/
<i>Educ_Brasil</i>	Binária	1	1= Educação adquirida no Brasil/ 0=Educação adquirida no exterior
Idade ao migrar			
<i>17 a 24</i>	Binária	2	1= Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos/ 0= Grupo de pessoas que migraram com 16 ou menos anos de idade
<i>25 a 40</i>	Binária	2	1= Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos/ 0= Grupo de pessoas que migraram com 16 ou menos anos de idade
<i>Mais de 41</i>	Binária	2	1= Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos/ 0= Grupo de pessoas que migraram com 16 ou menos anos de idade
Tempo de residência			
<i>fx_resid2</i>	Binária	1	Faixa de tempo de residência no Brasil 1= Tempo de residência no Brasil entre 4 a 5 anos/ 0= Tempo de residência no Brasil entre 0 a 3 anos
<i>fx_resid3</i>	Binária	1	1= Tempo de residência no Brasil entre 6 a 10 anos/

<i>fx_resid4</i>	Binária	1	0= Tempo de residência no Brasil entre 0 a 3 anos 1= Tempo de residência no Brasil entre 11 a 20 anos/
<i>fx_resid5</i>	Binária	1	0= Tempo de residência no Brasil entre 0 a 3 anos 1= Tempo de residência no Brasil maior do que 21 anos/ 0= Tempo de residência no Brasil entre 0 a 3 anos
<i>TempEmp</i>	Contínua	1	Tempo de emprego na empresa
<i>T</i>	Contínua	1	Variável contínua de 0 a 20, correspondente aos anos de 1995 a 2015
<i>Tempo</i>	Contínua	2	Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS.
<i>Vínculo</i>	Binária	1	1= Vínculo de trabalho ativo / 0 = Vínculo de trabalho inativo (demitido)
Nacionalidade <sup>17</sup>			
<i>Argentina</i>	Binária	2	1 = Argentino / 0 = Português
<i>Chile</i>	Binária	2	1 = Chileno / 0 = Português
<i>Bolívia</i>	Binária	2	1 = Boliviano / 0 = Português
<i>Uruguai</i>	Binária	2	1 = Uruguaio / 0 = Português
<i>Haiti</i>	Binária	2	1 = Haitiano / 0 = Português
<i>Paraguai</i>	Binária	2	1 = Paraguaio / 0 = Português
<i>Itália</i>	Binária	2	1 = Italiano / 0 = Português
<i>Espanha</i>	Binária	2	1 = Espanhol / 0 = Português
<i>Japão</i>	Binária	2	1 = Japonês / 0 = Português
<i>China</i>	Binária	2	1 = Chinês / 0 = Português
<i>EUA</i>	Binária	2	1 = Estadunidense / 0 = Português
<i>Alemanha</i>	Binária	2	1 = Alemão/ 0 = Português
Tipologia de classe da primeira ocupação (classificação EGP)	Contínua		
<i>Egp1</i>	Binária	2	1= Profissionais de alto nível 0= Trab. agrícolas e outros na produção primária
<i>Egp2</i>	Binária	2	1= Profissionais, baixo nível 0= Trab. agrícolas e outros na produção primária
<i>Egp3</i>	Binária	2	1= Não-manuais de rotina, grau superior 0= Trab. agrícolas e outros na produção primária
<i>Egp4</i>	Binária	2	1= Serviços e vendas 0= Trab. agrícolas e outros na produção primária
<i>Egp5</i>	Binária	2	1= Supervisores do trabalho manual 0= Trab. agrícolas e outros na produção primária
<i>Egp6</i>	Binária	2	1= Trab. manual qualificado 0= Trab. agrícolas e outros na produção primária
<i>Egp7</i>	Binária	2	1= Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados

<sup>17</sup> Os portugueses são os imigrantes utilizados como referência na maioria das equações estatísticas porque fazem parte do grupo com maior representatividade no mercado de trabalho, dado o seu tamanho, e porque é o grupo de menor distância social face aos brasileiros. Apenas em uma equação no capítulo 5 utilizamos os estadunidenses como grupo de referência para testar a hipótese 1.2, que assume que quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem dos estrangeiros, maior serão os níveis de mobilidade ascendente, na medida em que os EUA é o país com maior nível de desenvolvimento econômico.

			0= Trab. agrícolas e outros na produção primária
<b><i>predict_Formal</i></b>	Contínua	2	Probabilidade do trabalhador estar no setor formal
Setor da empresa			
<b><i>Setor2</i></b>	Binária	1	1 = Setor rígido / 0 = Setor tradicional
<b><i>Setor3</i></b>	Binária	1	1 = Setor flexível / 0 = Setor tradicional
<b><i>Setor4</i></b>	Binária	1	1 = Setor público / 0 = Setor tradicional
Tamanho da empresa <sup>18</sup>			
<b><i>Média</i></b>	Binária	1	1 = Empresas entre 40 e 99 empregados / 0 = Empresas entre 4 e 49 empregados
<b><i>Grande</i></b>	Binária	1	1 = Empresas acima de 100 empregados/ 0 = Empresas entre 4 e 49 empregados
<b><i>Região do país</i></b>			
<b><i>Norte</i></b>	Binária	1	1 = Norte do país / 0 = Sudeste do país
<b><i>Nordeste</i></b>	Binária	1	1 = Nordeste / 0 = Sudeste do país
<b><i>Centroeste</i></b>	Binária	1	1 = Centrooeste / 0 = Sudeste do país
<b><i>Sul</i></b>	Binária	1	1 = Sul do país / 0 = Sudeste do país

Fonte: Elaboração própria

Em relação às variáveis independentes, apresentadas no quadro anterior, são incluídas informações tanto sobre as características dos indivíduos, quanto em relação às empresas e os postos de trabalho cujos estrangeiros encontram-se empregados.

Em relação às variáveis relacionadas ao capital humano do trabalhador, são incluídas nos modelos as seguintes informações: 1) idade do trabalhador, em anos; 2) idade do trabalhador em anos ao quadrado<sup>19</sup>; 3) grau de instrução; 4) número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS, sendo no mínimo 3 anos, que é uma *proxy* de experiência no mercado de trabalho; 5) educação adquirida no Brasil; 6) tempo de emprego na empresa.

Sobre a educação adquirida no Brasil, construímos essa variável por meio da comparação do nível educacional dos estrangeiros ao longo do tempo. Quando identificamos casos de mudança de escolaridade, quando o estrangeiro já estava morando no país, assumimos que a credencial educacional foi adquirida no país.

<sup>18</sup> Foi utilizado como referência para classificação os parâmetros do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

<sup>19</sup> A variável é elevada ao quadrado como um procedimento estatístico para linearizar os valores para serem melhor ajustados às regressões lineares. Mincer (1974) indica a inclusão dessa variável no modelo devido ao comportamento parabólico da curva da variável anterior.

Em seguida, são incluídas, nos modelos, informações que indicam a distância social entre a sociedade hospedeira e a sociedade de origem do trabalhador, entendido como o grau de distinção em cultura, aparência física e *background* socioeconômico: 1) faixas de tempo de residência no Brasil; 2) idade ao migrar; 3) nacionalidade (referente ao país de nacionalidade). Em relação à informação sobre a nacionalidade disponível na RAIS, não temos o controle se o trabalhador obteve por meio de procedimento “*Jus Solis*”, cuja nacionalidade é obtida em virtude do território onde o indivíduo tenha nascido ou “*Jus Sanguinis*”, cuja nacionalidade é adquirida em direito de sangue decorrente da nacionalidade dos pais.

Além disso, as variáveis independentes também se referem à caracterização demográfica desses trabalhadores, que segundo a literatura, interfere na mobilidade desses estrangeiros, quais sejam: 1) sexo; 2) cor/raça branca, cuja variável identifica os amarelos e os brancos, em oposição aos pardos, pretos e indígenas; 3) vínculo ativo ou desligado que identifica se o trabalhador está na situação de empregado ou se foi demitido;

Por fim, a literatura indica que a mobilidade ocupacional dos estrangeiros é determinada não só pelas características pessoais dos indivíduos, mas também pelas características dos postos de trabalho. Dessa forma, incluímos a informação sobre o setor de atuação das empresas nas quais os estrangeiros estão inseridos. Para classificação dos setores das empresas, utilizamos quatro categorias, baseando-nos no estudo de Xavier (2013): a) setor tradicional – inclui atividades de agricultura, pecuária e extrativismo; b) setor rígido – indústria de transformação, indústria de construção e outras atividades industriais; c) setor flexível – comércio de mercadorias, prestação de serviços, serviços auxiliares de atividades econômicas, transporte e comunicação, social e outra atividade; d) setor público – administração pública e defesa. Também incluímos nos modelos estatísticos informações sobre o tamanho da empresa e a região do país de localização.

Além disso, consideramos no modelo o *status* da primeira ocupação identificada na RAIS entre o período analisado, de 1995 a 2005. O *status* ocupacional dos trabalhadores é classificado com base no esquema de classes proposto por Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (1979), comumente reconhecido como EGP. Esse esquema, amplamente aplicado em estudos comparativos nacionais e internacionais, tem como objetivo diferenciar posições dentro de mercados de trabalho e unidades de produção (Ribeiro e

Scalon, 2001; Carvalhaes, 2015). Segundo essa abordagem, classes são definidas como constructos relacionados a posições no mercado de trabalho e na divisão social do trabalho, mecanismos centrais de alocação de retornos socialmente desejáveis (Breen e Rottman, 1995; Breen, 2005). Ressalta-se que as categorias *IVa e IVc*, em destaque abaixo, não são compreendidas na RAIS, na medida em que esse banco de dados não apresenta informação sobre empregadores.

Quadro 4 – Tipologia de classe EGP

<b>Tipologia ocupacional - Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (1979)</b>
I: Profissionais de alto nível
II: Profissionais, baixo nível
IIIa: Funcionários não-manuais de rotina, grau superior
IIIb: Serviços e vendas
<i>IVa</i> : Conta própria com empregados
<i>IVb</i> : Conta própria sem empregados
<i>IVc</i> : Agricultores e pequenos proprietários; outros trabalhadores autônomos na produção primária
V: Supervisores do trabalho manual
VI: Trabalhador manual qualificado
VIIa: Trabalhadores manuais semi-qualificados e não qualificados (não na agricultura)
VIIb: Trabalhadores agrícolas e outros na produção primária

Fonte: Carvalhaes, 2015

Cabe também esclarecer a inserção da variável *predict\_Formal*, como variável controle, criada com intuito de corrigir possíveis vieses de seletividade existentes na amostra. O viés refere-se ao fato da RAIS apenas incluir trabalhadores do mercado formal, entretanto, sabe-se que há um grande número de imigrantes inseridos em ocupações informais no Brasil. Com intuito de corrigir esse viés, foi estimada a variável *predict\_Formal* que se refere a probabilidade de um trabalhador estar inserido no mercado formal. Para estimação dessa probabilidade, foi aplicada uma regressão logística aos dados da RAIS agregados aos dados do Censo demográfico brasileiro para os indivíduos no setor informal. Na regressão foram incluídas as seguintes variáveis independentes: idade, sexo, escolaridade, se é estrangeiro ou brasileiro, se é portador de deficiência e região do país. Dessa forma, foi gerado um escore de propensão a estar no setor formal para todos os indivíduos do banco de dados.

Como variável dependente, utilizamos o *International Socio-Economic Index of Occupational* (ISEI). O índice trata-se de uma escala internacional criada através de uma ponderação das características socioeconômicas (Educação e renda) das pessoas bem como a ocupação inseridas por elas. Esse índice varia de 16 a 90. Basicamente, mede os atributos da ocupação que converte a educação dos indivíduos em renda. Essa medida de *status* foi desenvolvida por Ganzeboom, De Graaf e Treiman (1992) a partir dos códigos ocupacionais da *International Standard Classification of Occupations – ISCO 88*.

Com relação às equações estatísticas, estimamos alguns modelos, sendo um para todos os estrangeiros (incluindo homens e mulheres na mesma equação), em seguida, estimamos modelos separadamente para os 14 grupos de estrangeiros estudados e outro separadamente para homens e mulheres. Dessa forma, somam-se 17 equações, para as quais utilizamos os portugueses como grupo de referência, já que fazem parte do grupo com maior representatividade no mercado de trabalho, dado o seu tamanho, e porque é o grupo que assumimos menor distância social face aos brasileiros. Além desses modelos, estimamos mais uma equação, para todos os estrangeiros conjuntamente, na qual utilizamos os estadunidenses como grupo de referência para testar a hipótese 1.2, discutida no capítulo 5. Fazemos essa opção, com objetivo de testar a hipótese na qual conjecturamos que quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem dos estrangeiros, maiores serão os níveis de mobilidade ascendente. Nesse sentido, apenas para essa equação utilizamos os EUA como grupo de referência na medida em que é o país com maior nível de desenvolvimento econômico dentre os demais. Para definição dos EUA como grupo de referência, analisamos a média dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países estudados.

Tabela 27 – Serie histórica dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)

<b>País</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>	<b>Média</b>
EUA	0,850	0,885	0,896	0,894	0,897	0,881
Alemanha	0,822	0,842	0,849	0,861	0,867	0,844
Japão	0,825	0,839	0,848	0,850	0,854	0,841
França	0,810	0,835	0,842	0,842	0,843	0,832
Itália	0,805	0,829	0,833	0,826	0,822	0,823
Espanha	0,779	0,815	0,826	0,824	0,821	0,811
Portugal	0,750	0,787	0,790	0,789	0,781	0,779
Chile	0,617	0,689	0,702	0,725	0,740	0,683
Argentina	0,630	0,680	0,687	0,729	0,743	0,682
Uruguai	0,628	0,674	0,671	0,709	0,722	0,671
Paraguai	0,548	0,537	0,540	0,564	0,562	0,547
Bolívia	0,498	0,524	0,530	0,550	0,560	0,526
China	0,355	0,483	0,548	0,623	0,646	0,502
Haiti	0,396	0,352	0,346	0,341	0,350	0,359

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Para facilitar a compreensão, no quadro abaixo, apresentamos a síntese dos modelos estimados e as hipóteses correspondentes.

<i>Var. dependente</i>	<i>Amostra</i>	<i>Hipótese de teste</i>	<i>Capítulo da tese</i>
Mobilidade = ISEI última ocupação – ISEI primeira ocupação	<p><u>MODELO 1.1</u> – estimado para todos os estrangeiros conjuntamente, com portugueses como grupo de referência.</p> <p><u>MODELO 1.2</u> – estimado para todos os estrangeiros conjuntamente, com estadunidenses como grupo de referência.</p>	<p><b>HIPÓTESE 1 –</b></p> <p><b>1.1</b> Dado que estrangeiros com maior distância cultural tem um impacto positivo no ISEI, resultando em maiores níveis de mobilidade ascendente, visto que esses trabalhadores têm maior depreciação dos diplomas decorrentes do movimento migratório e têm, sem seguida, curvas mais acentuadas de crescimento, esperamos que:          Dos 14 grupos analisados, os asiáticos (chineses e japoneses), entre os estrangeiros com maiores distâncias culturais, tenham maiores níveis de mobilidade ascendente. Em seguida, os europeus (alemães, franceses e italianos), norte americanos (estadunidenses), depois os estrangeiros da América Central (haitianos). Com menores distâncias culturais estão os espanhóis, seguido dos latino americanos (argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios) e, por fim, os portugueses (o grupo de referência) sendo o grupo mais próximo dos brasileiros, por terem sido os colonizadores do Brasil e, conseqüentemente, terem a mesma língua oficial.</p> <p><b>1.2</b> Assume-se que quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem dos estrangeiros, melhor será o desempenho desses trabalhadores no mercado de trabalho de destino, refletindo em maiores níveis de mobilidade ascendente. Nessa perspectiva, por meio da média do IDH dos países pesquisados, entre 1995 a 2005, supomos que:          Dos 14 grupos analisados, os haitianos, seguido dos chineses e latinos (bolivianos, paraguaios, uruguaios, argentinos e chilenos) são os estrangeiros de países com menores níveis de desenvolvimento econômico, refletindo em menores níveis de mobilidade ascendente. Em seguida, os europeus (portugueses, espanhóis, italianos, franceses e alemães), japoneses e estadunidenses (grupo de referência), são os estrangeiros com maiores níveis de mobilidade, dado o desenvolvimento econômico dos respectivos países.</p> <p><b>1.3</b> Em relação ao local de destino, espera-se que os estrangeiros inseridos no mercado de trabalho do sudeste tenham maiores níveis de mobilidade ascendente, dado que essa região do país tem maior nível de desenvolvimento econômico, em razão da concentração de empresas e atividades, comparada as</p>	<p><b>Capítulo 5:</b>          Quais os efeitos da nacionalidade do trabalhador e do estado de destino no Brasil para o sucesso ocupacional dos imigrantes?</p>



		demais regiões. Dessa forma, o maior desenvolvimento econômico do sudeste representa um efeito positivo para o ISEI dos trabalhadores, se traduzido em maiores taxas de mobilidade ascendente.	
<b><i>Variável dependente</i></b>	<b><i>Modelo</i></b>	<b><i>Hipótese de teste</i></b>	<b><i>Capítulo da tese</i></b>
Mobilidade = ISEI última ocupação – ISEI primeira ocupação	<u>MODELO 1.1</u> – para todos os estrangeiros, com portugueses como grupo de referência. <u>MODELO 2</u> - estimado separadamente para cada um dos 14 grupos de estrangeiros estudados.	<b>HIPÓTESE 2:</b>  Dado que as mulheres imigrantes têm padrões de mobilidade diferentes dos homens, em razão das características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado como sexualmente segregado, acreditamos que, no Brasil, ser mulher estrangeira tenha um efeito negativo no índice socioeconômico do trabalhador, representando menores níveis mobilidade ascendente do que os homens.	<b>Capítulo 6:</b> Qual o efeito do sexo para mobilidade ocupacional dos estrangeiros?

<p>Mobilidade = ISEI ultima ocupação – ISEI primeira ocupação</p>	<p><u>MODELO 1.1</u> – para todos os estrangeiros, com portugueses como grupo de referência.</p> <p><u>MODELO 2</u> – cada um dos 14 grupos de estrangeiros.</p> <p><u>MODELO 3</u> – para homens e mulheres separadamente.</p>	<p><b>HIPÓTESES 3:</b></p> <p><b>3.1</b> Esperamos que haja um crescimento subsequente do <i>status</i> ocupacional com aumento do tempo de permanência dos estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro, resultando em taxas de mobilidade ascendente.</p> <p><b>3.2</b> Dado que maior o tempo de residência no país hospedeiro, maior seria a assimilação do trabalhador estrangeiro e, portanto, melhores seriam os resultados dos imigrantes no mercado de trabalho, refletindo em um crescimento no ISEI e consequentemente maiores taxas de mobilidade ocupacional, esperamos que a mobilidade ocupacional dos imigrantes estrangeiros no Brasil se aproxime do padrão em “J” que corresponde a uma mobilidade ascendente com o aumento do tempo de permanência no país.</p> <p><b>3.3</b> Prevemos que estrangeiros que migram mais jovens têm efeito positivo no ISEI representando uma mobilidade ascendente, considerando que esses trabalhadores estão mais adaptados ao mercado brasileiro.</p>	<p><b>Capítulo 7:</b> Qual efeito do tempo de residência do trabalhador no Brasil e da idade ao migrar nos resultados ocupacionais dos estrangeiros?</p>
---	---	--	--

<i>Variável dependente</i>	<i>Modelo</i>	<i>Hipótese de teste</i>	<i>Capítulo da tese</i>
----------------------------	---------------	--------------------------	-------------------------

<p>Mobilidade = ISEI ultima ocupação – ISEI primeira ocupação</p>	<p><u>MODELO 1.1</u> – para todos os estrangeiros, com portugueses como grupo de referência.</p> <p><u>MODELO 2</u> – cada um dos 14 grupos de estrangeiros.</p> <p><u>MODELO 3</u> – para homens e mulheres separadamente.</p>	<p><b>HIPÓTESE 4 –</b></p> <p><b>4.1</b> Esperamos encontrar para a realidade brasileira que as credenciais obtidas no Brasil tenham maior efeito para a trajetória ascendente do imigrante do que aquelas obtidas no exterior.</p> <p><b>4.2</b> Esperamos que maiores níveis de escolaridade tenham maiores efeitos para a probabilidade de mobilidade ascendente do estrangeiro no mercado de trabalho. Dessa forma, nos modelos estatísticos estimados para análise da mobilidade dos imigrantes se espera que os níveis de escolaridade mais altos tenham coeficientes maiores, traduzindo os maiores efeitos para a probabilidade de mobilidade ascendente do estrangeiro no mercado de trabalho hospedeiro.</p>	<p><b>Capítulo 8:</b> Qual o efeito da educação para a trajetória ocupacional dos estrangeiros?</p>
<p>Mobilidade = ISEI ultima ocupação – ISEI primeira ocupação</p>	<p><u>MODELO 1.1</u> – para todos os estrangeiros, com portugueses como grupo de referência.</p> <p><u>MODELO 3</u> – para homens e mulheres separadamente.</p>	<p><b>HIPÓTESE 5–</b></p> <p><b>5.</b> Esperamos identificar uma situação de desvantagem para os não brancos, comparado aos brancos, quanto ao alcance e realização ocupacional no mercado de trabalho.</p>	<p><b>Capítulo 9:</b> Qual o efeito da cor/raça do estrangeiro para a mobilidade dos imigrantes?</p>

A forma geral do modelo multinível é a seguinte:

$$y_{it} = X_{it}\beta + c_i + \varepsilon_{it}.$$

Onde,  $y$  representa a variável dependente,  $X$  as variáveis explicativas,  $\beta$  os coeficientes a serem estimados,  $c$  as características não observadas e  $\varepsilon$  o termo de erro aleatório. Os índices  $i$  e  $t$  representam, respectivamente, o indivíduo e o tempo. No modelo de efeitos aleatórios, a suposição é de que o efeito não observado é não correlacionado com as demais variáveis explicativas.

Estimamos quatro modelos, sendo o primeiro referente a todos os estrangeiros, tendo os portugueses como grupo de referência (equação 1.1), a equação 1.2 também para todos os estrangeiros, tendo os estadunidenses como grupo de referência, outro separadamente para os grupos de estrangeiros estudados (14 equações) e, por fim, outro modelo econométrico separadamente para homens (1 equação) e mulheres (1 equação).

Abaixo especificamos os modelos estimados:

**MODELO 1.1** - Com a variável sexo incluída e portugueses como grupo de referência.

$$\begin{aligned} mobilidade_{ij} = & \beta_{0jk} + \beta_{1jk}*(sexo_{ij}) + \beta_{2jk}*(Branca_{ij}) + \beta_{3jk}*(Idade_{ij}) + \beta_{4jk}*(Idade2_{ij}) + \\ & \beta_{5jk}*(Educ2_{ij}) + \beta_{6jk}*(Educ3_{ij}) + \beta_{7jk}*(Educ4_{ij}) + \beta_{8jk}*(Educ\_Brasil_{ij}) + \beta_{9jk}*(17\ a\ 24_{ij}) \\ & + \beta_{10jk}*(25\ a\ 40_{ij}) + \beta_{11jk}*(Mais\ de\ 41_{ij}) + \beta_{12jk}*(fx\_resid2_{ij}) + \beta_{13jk}*(fx\_resid3_{ij}) + \\ & \beta_{14jk}*(fx\_resid4_{ij}) + \beta_{15jk}*(fx\_resid5_{ij}) + \beta_{16jk}*(TempEmp_{ij}) + \beta_{17jk}*(T_{ij}) + \beta_{18jk}*(Tempo_{ij}) \\ & + \beta_{20jk}*(Vínculo_{ij}) + \beta_{21jk}*(Argentina_{ij}) + \beta_{22jk}*(Chile_{ij}) + \beta_{23jk}*(Bolívia_{ij}) + \\ & \beta_{24jk}*(Uruguai_{ij}) + \beta_{25jk}*(Haiti_{ij}) + \beta_{26jk}*(Paraguai_{ij}) + \beta_{27jk}*(Itália_{ij}) + \beta_{28jk}*(Espanha_{ij}) \\ & + \beta_{29jk}*(Japão_{ij}) + \beta_{30jk}*(China_{ij}) + \beta_{31jk}*(EUA_{ij}) + \beta_{32jk}*(Alemanha_{ij}) + \beta_{33jk}*(Egp1_{ij}) \\ & + \beta_{34jk}*(Egp2_{ij}) + \beta_{35jk}*(Egp3_{ij}) + \beta_{36jk}*(Egp4_{ij}) + \beta_{37jk}*(Egp5_{ij}) + \beta_{38jk}*(Egp6_{ij}) \\ & + \beta_{39jk}*(Egp7_{ij}) + \beta_{40jk}*(predict\_Formal_{ij}) + \beta_{41jk}*(Setor2_{ij}) + \beta_{42jk}*(Setor3_{ij}) + \beta_{43jk}*(Setor4_{ij}) \\ & + \beta_{44jk}*(Média_{ij}) + \beta_{45jk}*(Grande_{ij}) + \beta_{46jk}*(Norte_{ij}) + \beta_{47jk}*(Nordeste_{ij}) + \\ & \beta_{48jk}*(Centroeste_{ij}) + \beta_{49jk}*(Sul_{ij}) r_{ij} + r_{ik} \end{aligned}$$

**MODELO 1.2** - Com a variável sexo incluída e estadunidenses como grupo de referência.

$$\begin{aligned}
\text{mobilidade}_{ij} = & \beta_{0jk} + \beta_{1jk}*(\text{sexo}_{ij}) + \beta_{2jk}*(\text{Branca}_{ij}) + \beta_{3jk}*(\text{Idade}_{ij}) + \beta_{4jk}*(\text{Idade2}_{ij}) + \\
& \beta_{5jk}*(\text{Educ2}_{ij}) + \beta_{6jk}*(\text{Educ3}_{ij}) + \beta_{7jk}*(\text{Educ4}_{ij}) + \beta_{8jk}*(\text{Educ\_Brasil}_{ij}) + \beta_{9jk}*(\text{17 a 24}_{ij}) \\
& + \beta_{10jk}*(\text{25 a 40}_{ij}) + \beta_{11jk}*(\text{Mais de 41}_{ij}) + \beta_{12jk}*(\text{fx\_resid2}_{ij}) + \beta_{13jk}*(\text{fx\_resid3}_{ij}) + \\
& \beta_{14jk}*(\text{fx\_resid4}_{ij}) + \beta_{15jk}*(\text{fx\_resid5}_{ij}) + \beta_{16jk}*(\text{TempEmp}_{ij}) + \beta_{17jk}*(\text{T}_{ij}) + \beta_{18jk}*(\text{Tempo}_{ij}) \\
& + \beta_{20jk}*(\text{Vínculo}_{ij}) + \beta_{21jk}*(\text{Argentina}_{ij}) + \beta_{22jk}*(\text{Chile}_{ij}) + \beta_{23jk}*(\text{Bolívia}_{ij}) + \\
& \beta_{24jk}*(\text{Uruguai}_{ij}) + \beta_{25jk}*(\text{Haiti}_{ij}) + \beta_{26jk}*(\text{Paraguai}_{ij}) + \beta_{27jk}*(\text{Itália}_{ij}) + \\
& \beta_{28jk}*(\text{Espanha}_{ij}) + \beta_{29jk}*(\text{Japão}_{ij}) + \beta_{30jk}*(\text{China}_{ij}) + \beta_{31jk}*(\text{Portugal}_{ij}) + \\
& \beta_{32jk}*(\text{Alemanha}_{ij}) + \beta_{33jk}*(\text{Egp1}_{ij}) + \beta_{34jk}*(\text{Egp2}_{ij}) + \beta_{35jk}*(\text{Egp3}_{ij}) + \beta_{36jk}*(\text{Egp4}_{ij}) + \\
& \beta_{37jk}*(\text{Egp5}_{ij}) + \beta_{38jk}*(\text{Egp6}_{ij}) + \beta_{39jk}*(\text{Egp7}_{ij}) + \beta_{40jk}*(\text{predict\_Formal}_{ij}) + \\
& \beta_{41jk}*(\text{Setor2}_{ij}) + \beta_{42jk}*(\text{Setor3}_{ij}) + \beta_{43jk}*(\text{Setor4}_{ij}) + \beta_{44jk}*(\text{Média}_{ij}) + \beta_{45jk}*(\text{Grande}_{ij}) + \\
& \beta_{46jk}*(\text{Norte}_{ij}) + \beta_{47jk}*(\text{Nordeste}_{ij}) + \beta_{48jk}*(\text{Centrooeste}_{ij}) + \beta_{49jk}*(\text{Sul}_{ij}) r_{ij} + r_{ik}
\end{aligned}$$

**MODELO 2-** Para cada grupo de estrangeiros separadamente. São estimadas 14 equações para cada uma das nacionalidades dos estrangeiros.

$$\begin{aligned}
\text{mobilidade}_{ij} = & \beta_{0jk} + \beta_{1jk}*(\text{sexo}_{ij}) + \beta_{2jk}*(\text{Branca}_{ij}) + \beta_{3jk}*(\text{Idade}_{ij}) + \beta_{4jk}*(\text{Idade2}_{ij}) + \\
& \beta_{5jk}*(\text{Educ2}_{ij}) + \beta_{6jk}*(\text{Educ3}_{ij}) + \beta_{7jk}*(\text{Educ4}_{ij}) + \beta_{8jk}*(\text{Educ\_Brasil}_{ij}) + \beta_{9jk}*(\text{17 a 24}_{ij}) \\
& + \beta_{10jk}*(\text{25 a 40}_{ij}) + \beta_{11jk}*(\text{Mais de 41}_{ij}) + \beta_{12jk}*(\text{fx\_resid2}_{ij}) + \beta_{13jk}*(\text{fx\_resid3}_{ij}) + \\
& \beta_{14jk}*(\text{fx\_resid4}_{ij}) + \beta_{15jk}*(\text{fx\_resid5}_{ij}) + \beta_{16jk}*(\text{TempEmp}_{ij}) + \beta_{17jk}*(\text{T}_{ij}) + \beta_{18jk}*(\text{Tempo}_{ij}) \\
& + \beta_{20jk}*(\text{Vínculo}_{ij}) + \beta_{21jk}*(\text{Egp1}_{ij}) + \beta_{22jk}*(\text{Egp2}_{ij}) + \beta_{23jk}*(\text{Egp3}_{ij}) + \beta_{24jk}*(\text{Egp4}_{ij}) + \\
& \beta_{25jk}*(\text{Egp5}_{ij}) + \beta_{26jk}*(\text{Egp6}_{ij}) + \beta_{27jk}*(\text{Egp7}_{ij}) + \beta_{28jk}*(\text{predict\_Formal}_{ij}) + \\
& \beta_{29jk}*(\text{Setor2}_{ij}) + \beta_{30jk}*(\text{Setor3}_{ij}) + \beta_{31jk}*(\text{Setor4}_{ij}) + \beta_{32jk}*(\text{Média}_{ij}) + \beta_{33jk}*(\text{Grande}_{ij}) + \\
& \beta_{34jk}*(\text{Norte}_{ij}) + \beta_{34jk}*(\text{Nordeste}_{ij}) + \beta_{35jk}*(\text{Centrooeste}_{ij}) + \beta_{36jk}*(\text{Sul}_{ij}) r_{ij} + r_{ik}
\end{aligned}$$

**MODELO 3 -** Separadamente para homens e mulheres.

$$\begin{aligned}
\text{mobilidade}_{ij} = & \beta_{0jk} + \beta_{1jk}*(\text{Branca}_{ij}) + \beta_{2jk}*(\text{Idade}_{ij}) + \beta_{3jk}*(\text{Idade2}_{ij}) + \beta_{4jk}*(\text{Educ2}_{ij}) + \\
& \beta_{5jk}*(\text{Educ3}_{ij}) + \beta_{6jk}*(\text{Educ4}_{ij}) + \beta_{7jk}*(\text{Educ\_Brasil}_{ij}) + \beta_{8jk}*(\text{17 a 24}_{ij}) + \beta_{9jk}*(\text{25 a 40}_{ij}) \\
& + \beta_{10jk}*(\text{Mais de 41}_{ij}) + \beta_{11jk}*(\text{fx\_resid2}_{ij}) + \beta_{12jk}*(\text{fx\_resid3}_{ij}) + \beta_{13jk}*(\text{fx\_resid4}_{ij}) + \\
& \beta_{14jk}*(\text{fx\_resid5}_{ij}) + \beta_{15jk}*(\text{TempEmp}_{ij}) + \beta_{16jk}*(\text{T}_{ij}) + \beta_{17jk}*(\text{Tempo}_{ij}) + \beta_{18jk}*(\text{Tempo2}_{ij}) \\
& + \beta_{19jk}*(\text{Vínculo}_{ij}) + \beta_{20jk}*(\text{Argentina}_{ij}) + \beta_{21jk}*(\text{Chile}_{ij}) + \beta_{22jk}*(\text{Bolívia}_{ij}) + \\
& \beta_{23jk}*(\text{Uruguai}_{ij}) + \beta_{24jk}*(\text{Haiti}_{ij}) + \beta_{25jk}*(\text{Paraguai}_{ij}) + \beta_{26jk}*(\text{Itália}_{ij}) + \beta_{27jk}*(\text{Espanha}_{ij}) \\
& + \beta_{28jk}*(\text{Japão}_{ij}) + \beta_{29jk}*(\text{China}_{ij}) + \beta_{30jk}*(\text{Portugal}_{ij}) + \beta_{31jk}*(\text{Alemanha}_{ij}) + \beta_{32jk}*(\text{Egp1}_{ij}) \\
& + \beta_{33jk}*(\text{Egp2}_{ij}) + \beta_{34jk}*(\text{Egp3}_{ij}) + \beta_{35jk}*(\text{Egp4}_{ij}) + \beta_{36jk}*(\text{Egp5}_{ij}) + \beta_{37jk}*(\text{Egp6}_{ij}) \\
& + \beta_{38jk}*(\text{Egp7}_{ij}) + \beta_{39jk}*(\text{predict\_Formal}_{ij}) + \beta_{40jk}*(\text{Setor2}_{ij}) + \beta_{41jk}*(\text{Setor3}_{ij}) + \beta_{42jk}*(\text{Setor4}_{ij})
\end{aligned}$$

$$\text{Setor}_{4ij} + \beta_{43jk} * (\text{Média}_{ij}) + \beta_{44jk} * (\text{Grande}_{ji}) + \beta_{45jk} * (\text{Norte}_{ij}) + \beta_{46jk} * (\text{Nordeste}_{ij}) + \beta_{47jk} * (\text{Centroeste}_{ij}) + \beta_{48jk} * (\text{Sul}_{ij}) r_{ij} + r_{ik}$$

Os modelos estatísticos são usados para mensurarmos se as variáveis de testes (sexo, idade, tempo de residência, idade ao migrar, entre outras...) impactam ou não e como impactam na mobilidade dos estrangeiros. Essa discussão sobre as características que determinam a trajetória dos imigrantes é realizada nos capítulos 5 a 10. Isto é, em cada uma dessas sessões discutimos o efeito de uma variável específica que a literatura indica como importante para compreender a mobilidade ocupacional dos imigrantes.

Entretanto, antes de entrarmos nessa discussão mais detalhada, para a qual utilizamos os resultados dos modelos estatísticos, no próximo capítulo (quarto) fazemos a análise descritiva dos padrões de mobilidade dos estrangeiros. Para tanto, os níveis de mobilidade são apresentados por meio dos cálculos percentuais das diagonais da tabela de mobilidade ou, também, denominada matriz de transição de *status*, onde é comparado o status inicial do estrangeiro quando ingressou no mercado de trabalho formal brasileiro e o status final no último ano que aparece no banco de dados.

A análise da matriz de transição de status, disposta abaixo, é realizada a partir de diversos componentes. A primeira medida obtida por meio da matriz é a Taxa de Mobilidade Total que se refere à porcentagem de casos que se encontram fora da diagonal principal da tabela de mobilidade, representando os imigrantes que não permaneceram na mesma classe ocupacional no início e no final da sua trajetória no mercado de trabalho. Em seguida, é possível obter a Taxa de Mobilidade Ascendente, definida como um componente da mobilidade total. Por meio desse indicador é possível verificar o número de estrangeiros que obtiveram movimento vertical ascendente no esquema de classes. Em contraposição ao item anterior, a mobilidade descendente é aquela na qual o trabalhador imigrante obteve diminuição no status ocupacional comparado o início da carreira e o último ano analisado de sua trajetória no mercado.

<i>Status</i> de origem (i)	<i>Status</i> de destino (j)						Total
	1	2	3	.	.	t	
1	<b>n11</b>	n12	n13	.	.	n1t	n1.
2	n21	<b>n22</b>	n23	.	.	n2t	n2.
3	n31	n32	<b>n33</b>	.	.	n3t	n3.
.	.	.	.	.	.	.	.
.	.	.	.	.	.	.	.
t	nt1	nt2	nt3	.	.	<b>ntt</b>	nt.
Total	n.1	n.2	n.3	.	.	n.t	N

Figura 2 – Matriz de Transição de *Status*

Fonte: Pastore, J. (1979). Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil. São Paulo, TAQ Editor.

Além disso, fazemos também o cálculo dos níveis de mobilidade (ascendente/descendente) ou imobilidade, por meio da análise da nossa variável dependente, denominada como “mobilidade” e construída pela subtração do ISEI do último emprego do estrangeiro pelo ISEI do primeiro emprego. Os resultados positivos obtidos nessa variável são definidos como mobilidade ascendente, os negativos como mobilidade descendente e os valores iguais a zero são classificados como situações de imobilidade.

A partir dessas considerações, os capítulos a seguir apresentam as análises de dados propostas, com intuito de elucidar as características demográficas, econômicas e sociais dos imigrantes contemplados nesse estudo e a trajetória ocupacional percorrida por esses imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, além é claro da verificação dos fatores que explicam essa trajetória.

#### **4. Quais são os níveis de mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro?**

Concebemos esse capítulo como um item introdutório de apresentação dos resultados da amostra dessa tese. Nesse sentido, apresentamos uma breve caracterização dos indivíduos que compõe a amostra, com intuito de trazer ao leitor uma compreensão geral do perfil dos estrangeiros que analisamos nesse trabalho. Além disso, também discutimos a primeira pergunta colocada nessa tese: Será que, em geral, a mobilidade ocupacional dos imigrantes estrangeiros no Brasil se aproxima mais do padrão em “J” que corresponde a uma mobilidade ascendente com o aumento do tempo de permanência no país?

Dessa forma, temos como objetivo identificar os níveis de mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro, comparando o primeiro e o último emprego entre 1995 e 2015. Para isso, o cálculo dos níveis de mobilidade será realizado por meio de duas metodologias:

- a) Análise das diagonais de Tabelas Transição de *Status*, construídas a partir dos grupos ocupacionais definidos pela tipologia EGP;
- b) Análise da variável “mobilidade”, utilizada como dependente nos modelos estatísticos estimados nessa tese e construída pela subtração do ISEI do último emprego do estrangeiro pelo ISEI do primeiro emprego. Os resultados positivos obtidos nessa variável são definidos como mobilidade ascendente, os negativos como mobilidade descendente e os valores iguais a zero são classificados como situações de imobilidade.

Entretanto, vale destacar que essas estratégias metodológicas, conforme discutido por Ribeiro (2007), não consideram a associação estatística existente entre as classes ocupacionais do início da carreira do trabalhador e no final da carreira. Além disso, também não controlam as características sócio demográficas dos trabalhadores, cuja literatura indica serem importantes para mensurar a mobilidade. Portanto, esse capítulo é apenas uma seção descritiva dos dados para identificação dos níveis de mobilidade total (ascendente e descendente) e de imobilidade. Em seguida, os capítulos 5 a 10 dessa tese, são destinados à discussão detalhada dos fatores que impactam a mobilidade ocupacional



dos estrangeiros, incorporando na análise, metodologias mais avançadas que explicam estatisticamente os padrões de mobilidade.

#### 4.1 O perfil dos estrangeiros que compõe a amostra de trabalho

Em relação à amostra analisada, são 75.343 indivíduos de 14 diferentes nacionalidades, que, ao longo de 21 anos, são empregados por 91.143 empresas. Os portugueses (16%), haitianos (14%) e argentinos (11%) são os grupos com maior quantidade de estrangeiros na amostra, considerando todos os anos.

Tabela 28–Nacionalidade dos estrangeiros que compõe a amostra

Nacionalidade	Asb.	Perc.
Português	12.169	16%
Haitiano	10.196	14%
Argentino	8.100	11%
Boliviano	6.926	9%
Paraguaio	6.007	8%
Chileno	5.534	7%
Uruguaio	5.095	7%
Chinês	3.922	5%
Italiano	3.350	4%
Espanhol	3.190	4%
Estadunidense	3.052	4%
Japonês	2.877	4%
Francês	2.601	3%
Alemão	2.324	3%
Total	75.343	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Porém, como nossa análise adota uma perspectiva longitudinal, ou seja, acompanhamos os estrangeiros ao longo dos anos, o conjunto total de casos se refere aos vínculos de emprego formal dos estrangeiros no Brasil, totalizando 499.794 casos. Em relação ao total de observações, os portugueses (22%), argentinos (11%) e chilenos (10%) são os grupos com maiores percentuais. Nesse caso, grupos de estrangeiros com entrada recente no país, como os haitianos, não se destacam tanto, apesar de terem muitos indivíduos na amostra. Para detalhar esse ponto, apresentamos a seguir a distribuição do total de observações no banco de dados, somando todos os anos.

Tabela 29–Total de observações da amostra segundo a nacionalidade dos estrangeiros

Nacionalidade	Frequência absoluta	Percentual
Português	110.409	22%
Argentino	55.802	11%
Chileno	50.562	10%
Boliviano	39.125	8%
Uruguaio	35.897	7%
Haitiano	33.341	7%
Paraguaio	29.056	6%
Italiano	26.732	5%
Espanhol	24.006	5%
Japonês	21.583	4%
Chinês	21.303	4%
Estadunidense	18.166	4%
Alemão	17.704	4%
Francês	16.108	3%
Total	499.794	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Percebemos que a amostra construída para essa tese segue a tendência dos fluxos de entrada de imigrantes, discutido no capítulo 1 dessa tese. Isto é, também prevalecem na nossa amostra até os anos 2000, vínculos empregatícios de estrangeiros vindos de Portugal (35%), Chile (15%), Argentina (8%), Itália (6%) e Espanha (6%). Já em um contexto mais recente, a partir de meados de 2000-2010, inicia-se outro momento na história da migração brasileira, na qual se observa um aumento no fluxo de entrada de estrangeiros originários de países localizados na fronteira do país, tais como bolivianos e paraguaios, além de asiáticos e africanos. Essa tendência também é verificada na nossa amostra de trabalho, na qual bolivianos, paraguaios e uruguaios aumentam nesse período e haitianos têm um crescimento expressivo iniciado em 2012.

Tabela 30–Distribuição do total de observações segundo a nacionalidade dos estrangeiros– 1995 a 2015

País de nascimento	1995- 2000		2001-2006		2007-2012		2013- 2015	
	Abs	Perc	Abs	Perc	Abs	Perc	Abs	Perc
Haiti	16	0%	48	0%	3.909	2%	29.368	18%
Portugal	19.013	35%	26.315	30%	41.975	21%	23.106	14%
Argentina	4520	8%	10.017	11%	24.357	12%	16.908	10%
Bolívia	2.266	4%	5.062	6%	16.231	8%	15.566	10%
Paraguai	1.013	2%	2.676	3%	11.567	6%	13.800	9%
Chile	7.980	15%	12.177	14%	19.574	10%	10.831	7%
Uruguai	3.495	6%	6.383	7%	15.832	8%	10.187	6%
China	996	2%	2.219	3%	10.024	5%	8.064	5%
Itália	3.911	7%	5.646	6%	10.760	6%	6.415	4%

Espanha	3.542	7%	4.854	6%	9.226	5%	6.384	4%
EUA	1.294	2%	2.624	3%	8.354	4%	5.894	4%
França	1.254	2%	2.394	3%	7.024	4%	5.436	3%
Japão	3.026	6%	4.171	5%	8.984	5%	5.402	3%
Alemanha	2.069	4%	3.542	4%	7.623	4%	4.470	3%
Total	54.395	100%	88.128	100%	195.440	100%	161.831	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

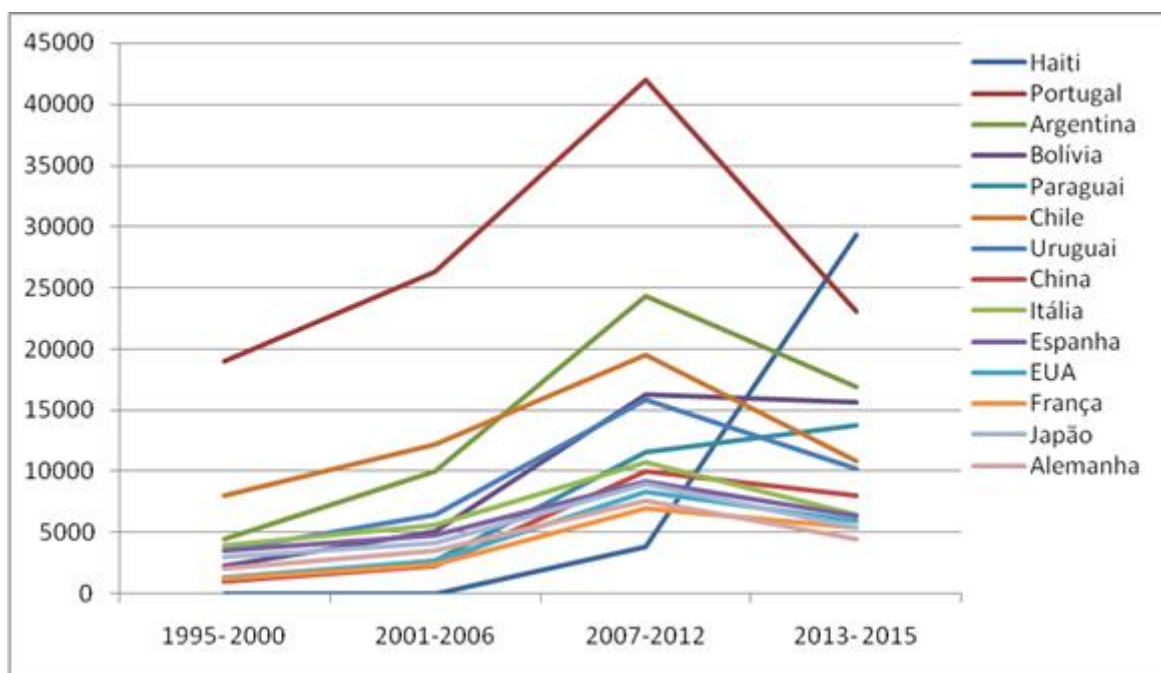


Gráfico 3 - País de nascimento dos estrangeiros que compõe a amostra – 1995 a 2015

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Do total de observações que compõe o banco de dados, a maioria se refere a situações de emprego ativo (85%), empresas pequenas (47%) no sudeste do país (70%). São majoritariamente homens (70%), brancos (84%) com 42 anos de idade, em média, e ensino superior (42%), com tempo de trabalho na empresa de 1 a 2 anos, que vivem no Brasil há 9 anos, em média, e migraram para o país com 21 anos de idade, em média. Esses trabalhadores aparecem no nosso banco, em média, por 10 anos e apenas 8% tem educação adquirida no Brasil.

Tabela 31–Medidas descritivas das principais variáveis para o total de observações do banco

Variável	Descrição	Valor mínimo	Valor máximo	Média/ Proporção
Vínculo	Vínculo de trabalho ativo	0	1	85%
Idade	Idade do indivíduo, em anos.	14	91	42
Grau de instrução				
Educ1	Analfabeto ou ensino fundamental incompleto	0	1	8%
Educ2	Ensino fundamental completo e médio incompleto	0	1	14%
Educ3	Ensino médio completo ou superior incompleto	0	1	34%
Educ4	Ensino superior completo ou mais	0	1	42%
Educ_Brasil	Educação adquirida no Brasil	0	1	8%
Setor da empresa				
Setor1	Setor tradicional	0	1	2%
Setor2	Setor rígido	0	1	33%
Setor3	Setor flexível	0	1	62%
Setor4	Setor público	0	1	3%
Tamanho da empresa				
Pequena	Empresas entre 4 e 49 empregados	0	1	47%
Média	Empresas entre 40 e 99 empregados	0	1	11%
Grande	Empresas acima de 100 empregados	0	1	41%
Região do país				
Sudeste	Sudeste	0	1	70%
Norte	Norte	0	1	2%
Nordeste	Nordeste	0	1	4%
Centroeste	Centro Oeste	0	1	3%
Sul	Sul	0	1	19%
TempEmp	Tempo de emprego na empresa	0	16 anos	1,6 anos
Tempo de residência	Tempo de residência no Brasil	0	84 anos	15 anos
Tempo	Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco	3 anos	21 anos	10 anos

	da RAIS, sendo no mínimo 3 anos.			
Idade ao migrar	Idade do estrangeiro ao migrar para o Brasil	0	85 anos	21 anos
Sexo	Mulheres	0	1	30%
Branca	Branco (branco e amarelo)	0	1	84%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Após essa descrição geral dos casos que compõe nossa amostra de trabalho, a seguir apresentamos a descrição dos níveis de mobilidade desses estrangeiros.

#### **4.2 Os níveis de mobilidade ocupacional dos estrangeiros**

Com intuito de compreender como os estrangeiros se inserem no mercado formal brasileiro, inicialmente, analisamos os setores de atuação das empresas, nas quais os estrangeiros se encontram empregados. Para a análise utilizamos quatro categorias:

- a. setor tradicional – inclui atividades de agricultura, pecuária e extrativismo;
- b. setor rígido – referente a atividades da indústria de transformação, indústria de construção e outras atividades industriais;
- c. setor flexível – comércio de mercadorias, prestação de serviços, serviços auxiliares de atividades econômicas, transporte e comunicação, social e outra atividade;
- d. setor público – administração pública e defesa.

Percebemos que o setor flexível e rígido são os que mais concentram vínculos empregatícios dos estrangeiros durante todo o tempo de análise, indicando que, em geral, esses trabalhadores exercem atividades relacionadas ao comércio e prestação de serviços, seguidas de atividades industriais. Um menor percentual de estrangeiros trabalha em atividades públicas, na agricultura, na pecuária ou no extrativismo.

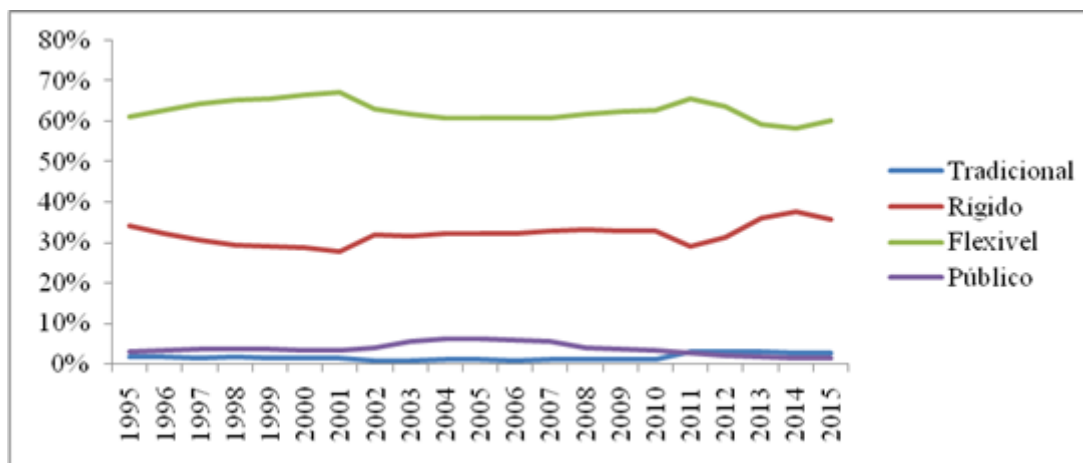


Gráfico 4 – Distribuição dos estrangeiros segundo o setor de atuação da empresa – 1995 a 2015

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Com intuito de investigar se há concentração de estrangeiros em algum tipo de trabalho, apresentamos a seguir as ocupações com maiores percentuais identificados. Vendedores de comércio varejista (3,8%) e assistente administrativo (3,2%) são os cargos com maiores percentuais, apesar de ambos representarem uma pequena parcela de casos. Identificamos com isso que, para os estrangeiros como um todo, não há ocupações com alta concentração. Entretanto, observamos a existência de três “ramos” de inserção dos estrangeiros, quais sejam ocupações relacionadas a atividades administrativas, em linhas de produção e em oficinas de costura.

Tabela 32 – Ocupações com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Vendedor de comércio varejista	18.931	3,8%
Assistente administrativo	16.104	3,2%
Gerente administrativo	14.272	2,9%
Auxiliar de escritório	13.834	2,8%
Alimentador de linha de produção	8.429	1,7%
Costureiro na confecção em série	8.195	1,6%
Supervisor administrativo	7.405	1,5%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, apresentamos a distribuição da ocupação dos trabalhadores classificados segundo a tipologia EGP (Tabela 33). Notam-se dois padrões distintos de participação no mercado, no qual, inicialmente, entre 1995 a 2012, predominavam estrangeiros em ocupações classificadas como “Profissionais de alto nível”, ao passo que a partir de 2013 há predominância de estrangeiros em ocupações de “Trabalho manual qualificado”. Esses

dados indicam uma mudança na inserção dos estrangeiros no Brasil que passam de trabalhadores com grande concentração no topo da hierarquia sócio ocupacional, nos anos mais antigos, para inserção também de trabalhadores em ocupações com menor *status* no período mais recente.

Tabela 33 – Distribuição de estrangeiros segundo a classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	22,4%	16,2%	16,7%	13,6%	12,9%	14,1%	3,7%	0,4%	100%
1996	22,7%	16,4%	16,7%	13,4%	12,4%	14,0%	3,9%	0,4%	100%
1997	23,0%	17,1%	16,2%	13,1%	12,0%	14,0%	4,2%	0,4%	100%
1998	22,2%	17,9%	16,1%	13,1%	11,6%	14,4%	4,1%	0,5%	100%
1999	22,2%	18,1%	16,0%	13,2%	11,4%	14,3%	4,3%	0,5%	100%
2000	20,4%	18,8%	16,1%	13,5%	10,1%	16,1%	4,5%	0,6%	100%
2001	21,8%	18,5%	15,6%	13,2%	10,5%	15,6%	4,3%	0,5%	100%
2002	22,3%	18,5%	15,3%	13,1%	10,7%	15,6%	4,1%	0,4%	100%
2003	27,9%	16,3%	21,1%	10,9%	8,8%	11,9%	2,5%	0,6%	100%
2004	28,5%	16,2%	20,7%	10,5%	8,6%	12,3%	2,6%	0,7%	100%
2005	28,3%	15,8%	20,6%	10,9%	8,4%	12,7%	2,5%	0,7%	100%
2006	28,4%	15,7%	20,5%	11,1%	8,1%	12,7%	2,7%	0,7%	100%
2007	28,9%	15,5%	20,1%	11,1%	7,9%	13,3%	2,6%	0,7%	100%
2008	28,9%	15,1%	19,0%	11,3%	7,8%	14,4%	2,9%	0,6%	100%
2009	29,3%	15,1%	18,2%	11,6%	7,7%	14,7%	2,8%	0,6%	100%
2010	29,0%	14,6%	17,4%	11,8%	7,5%	15,9%	3,0%	0,8%	100%
2011	28,5%	14,3%	16,3%	12,2%	7,1%	17,7%	3,3%	0,8%	100%
2012	26,2%	12,8%	14,8%	12,2%	6,9%	21,3%	4,7%	1,0%	100%
2013	22,9%	11,3%	13,2%	11,7%	6,2%	26,5%	7,3%	1,1%	100%
2014	22,1%	10,8%	12,4%	11,4%	5,7%	28,9%	7,6%	1,1%	100%
2015	22,2%	10,9%	12,5%	11,9%	5,9%	28,1%	7,4%	1,1%	100%
Total	25,4%	14,0%	16,0%	11,9%	7,7%	19,6%	4,7%	0,8%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

A análise da evolução dos Índices Socioeconômicos (ISEI) médios dos trabalhadores (Tabela 34) também indica uma diminuição no *status* dos estrangeiros a partir de 2012. Essa queda das médias do ISEI, também identificada na distribuição dos estrangeiros segundo a tipologia EGP, pode ter duas explicações que serão investigadas mais a frente:

- 1) mudança no perfil dos estrangeiros que estão se inserindo no mercado formal brasileiro mais recentemente;
- 2) resultado do próprio padrão de mobilidade ocupacional desses estrangeiros. Ou seja, ao longo do tempo, há tendência de queda no *status* ocupacional dos trabalhadores, dado a entrada de um volume grande de imigrantes.

Tabela 34 – Distribuição de estrangeiros segundo a média do ISEI – 1995 a 2015

Ano	ISEI
1995	50,5
1996	50,5
1997	50,8
1998	50,7
1999	50,7
2000	50,0
2001	50,4
2002	50,7
2003	52,5
2004	52,6
2005	52,5
2006	52,4
2007	52,3
2008	51,9
2009	51,9
2010	51,4
2011	50,8
2012	48,9
2013	46,2
2014	45,4
2015	45,5

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Para tanto, analisamos abaixo a evolução média do ISEI conforme o tempo de permanência na RAIS, variável definida como sendo uma *proxy* da experiência do estrangeiro no mercado formal. Percebe-se que com o aumento dos anos no mercado formal, há crescimento médio anual de 1% no *status* dos estrangeiros. Chama atenção, na Tabela 35, que o crescimento mais expressivo ocorre do terceiro para o quarto ano do



trabalhador na RAIS, corroborando com a literatura que afirma ser necessário, pelo menos três anos do estrangeiro no mercado local para que ocorra a mobilidade ocupacional (Cavalcanti, Leonardo *et al.*, 2015; Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017).

Dessa forma, a análise dos dados descritivos parece indicar que a queda do *status* verificada, a partir de 2012, entre os estrangeiros, diz respeito a uma mudança no perfil desses trabalhadores com chegada mais recente, na medida em que observamos que o padrão de evolução do ISEI é crescente ao longo do tempo de permanência do estrangeiro no mercado formal.

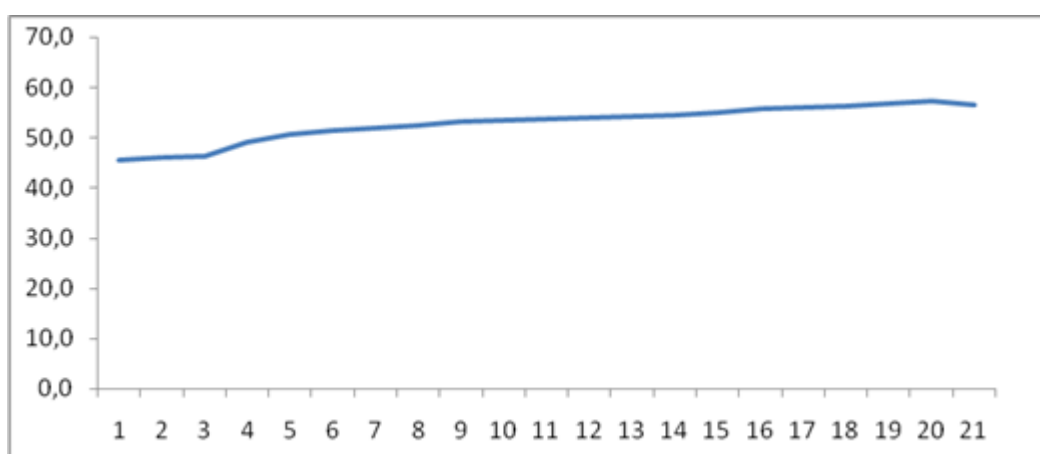


Gráfico 5 – Evolução média do ISEI conforme o tempo de permanência na RAIS, *proxy* da experiência no mercado formal

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 35 – Evolução média do ISEI conforme o tempo de permanência na RAIS, *proxy* da experiência no mercado formal

Tempo de permanência na RAIS	Média ISEI	Crescimento relativo
1	45,6	-
2	46,0	1%
3	46,3	1%
4	49,1	6%
5	50,7	3%
6	51,4	2%
7	52,0	1%
8	52,5	1%
9	53,3	1%
10	53,6	1%
11	53,8	0%
12	54,0	0%
13	54,4	1%
14	54,6	0%
15	55,1	1%

16	55,7	1%
17	56,1	1%
18	56,4	0%
19	57,0	1%
20	57,4	1%
21	56,7	-1%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Ainda sobre a evolução média do ISEI, o Gráfico 6 apresenta a variação observada com o aumento dos anos de residência do estrangeiro no Brasil. No gráfico apresentamos os resultados até 65 anos de residência no Brasil, com intuito de facilitar a visualização dos dados e diminuir a influência dos poucos casos identificados de estrangeiros que residem no Brasil mais de 65 anos e que continuam inseridos no mercado de trabalho. Essas situações são *outliers* da amostra, conforme indicado na descrição das medidas de tendência central dessa variável (Tabela 36).

Tabela 36 – Medidas de tendência central da variável tempo de residência do estrangeiro no Brasil

Medidas de tendência central da variável	Tempo de residência
Média	21 anos
Mediana	19 anos
Máximo	93 anos
Percentil 25	5 anos
Percentil 50	19 anos
Percentil 75	35 anos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Percebemos que até três anos de residência no Brasil há uma tendência de diminuição do *status* ocupacional do trabalhador. Depois disso, há tendência de aumento médio do ISEI, com momentos pontuais de quedas, mas que não chegam a diminuir o *status* do estrangeiro para menor do que o ISEI do primeiro emprego.

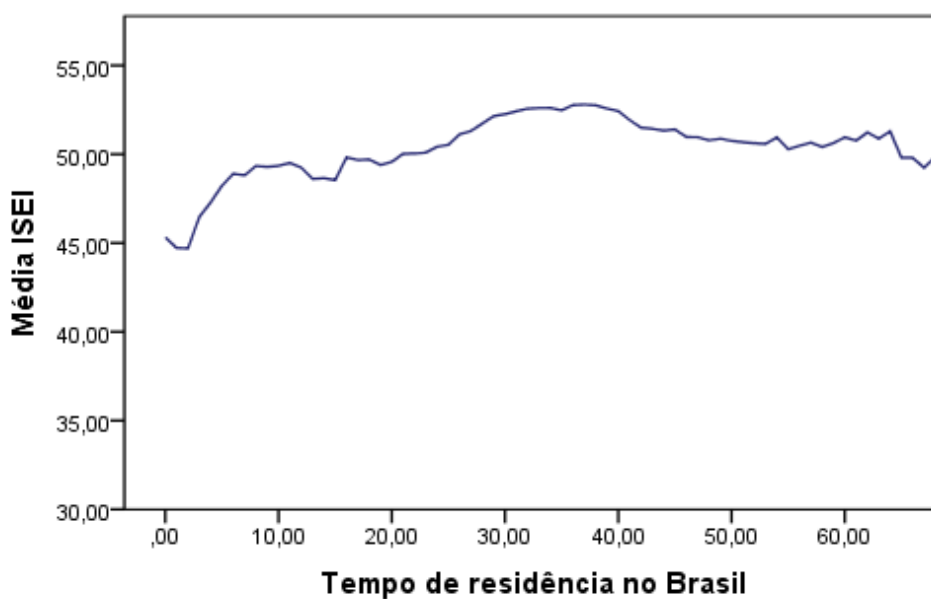


Gráfico 6 – Evolução média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Verificamos que, com o aumento dos anos de residência no Brasil, o ISEI varia em média 0,27 pontos, conforme Gráfico 7, indicando que os estrangeiros fazem movimentos curtos de mobilidade, mas acima de 21 anos de residência esse crescimento no ISEI diminui o ritmo, ficando próximo à variação positiva de 0,22 pontos médios a cada ano.

Esse resultado nos faz responder uma de nossas perguntas construídas para orientar nossa pesquisa, qual seja: Será que a mobilidade ocupacional dos imigrantes estrangeiros no Brasil se aproxima mais do padrão em “J” que corresponde a uma mobilidade ascendente com o aumento do tempo de permanência no país? Percebemos um crescimento médio do *status* do estrangeiro com aumento do tempo de residência no Brasil, mas conforme indicado por Chiswick (2005), esse crescimento é precedido de um movimento inicial de queda do *status* e, para o caso do Brasil, essa queda permanece nos primeiros 3 anos de residência no país. A partir desses resultados, confirmamos que um formato de mobilidade em “J” se mostra adequado à trajetória dos estrangeiros no mercado formal brasileiro.

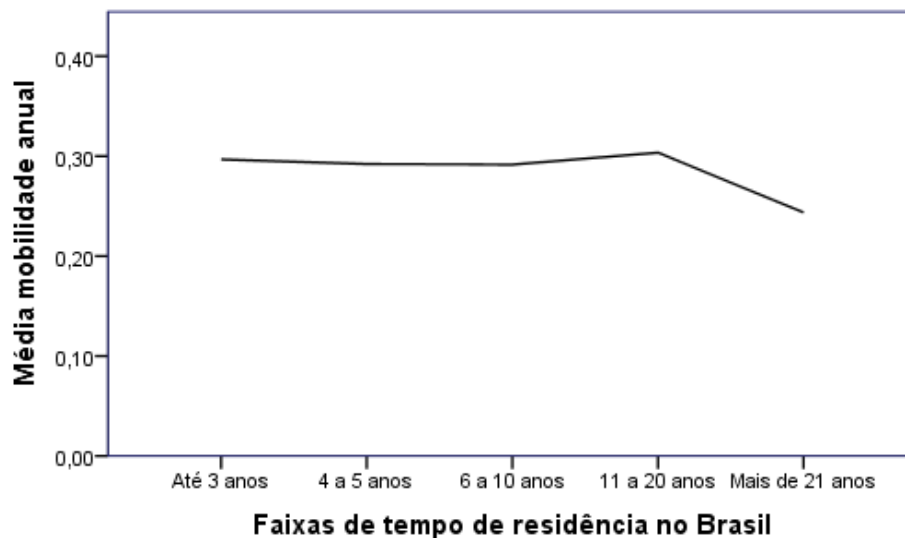


Gráfico 7 – Variação média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Ainda sobre a evolução do ISEI conforme o tempo de residência, apresentamos abaixo a análise separada por grupo ocupacional do primeiro emprego do estrangeiro. Percebemos que entre os trabalhadores com médias de ISEIs superiores, quais sejam os “I Profissionais de alto nível” e “II Profissionais de baixo nível”, há uma tendência de queda inicial do *status* nos primeiros anos de residência no Brasil. Para os trabalhadores de *status* intermediário, compostos por “IIIa Não-manuais de rotina, grau superior”, “IIIb Serviços e vendas” e “V Supervisores do trabalho manual”, essa tendência não se mostra tão clara. Já em relação aos trabalhadores com médias inferiores do ISEI, “VI Trabalhadores manuais qualificados”, “VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados” e “VIIb Trabalhador agrícola e outros na produção primária”, nota-se crescimento do *status* logo nos primeiros anos.

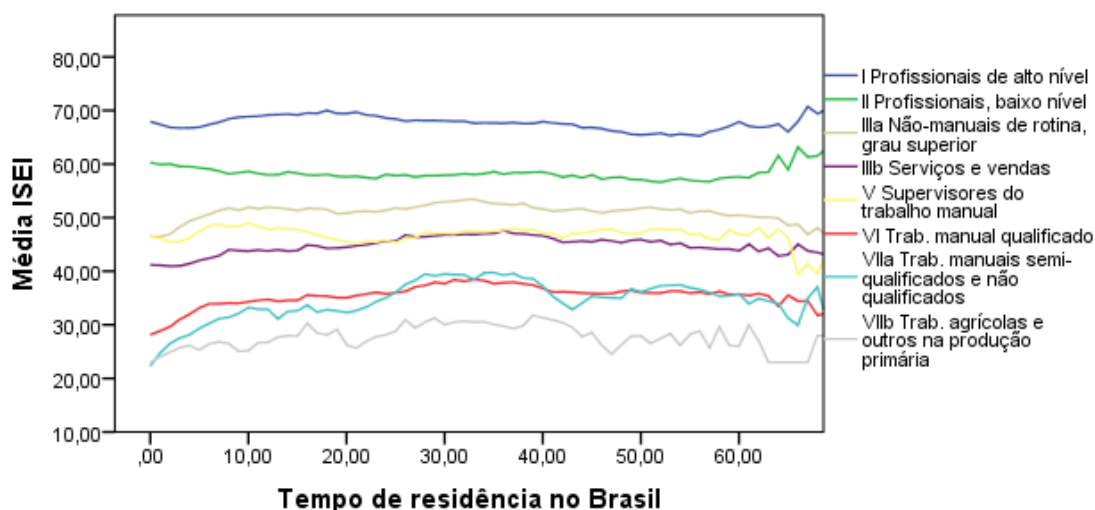


Gráfico 8 – Evolução média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil por grupo ocupacional

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Identificamos que a variação média do ISEI, com o aumento do tempo de residência no país, é diferente conforme o grupo ocupacional inicial do estrangeiro (Gráfico 9). Grupos com alto status ocupacional como “I Profissionais de alto nível” e “II Profissionais de baixo nível” tem menor variação do ISEI, sendo essa negativa (de até -1 ponto). Já os grupos com menores status, como “VIIa Trab manuais semi- qualificados e não qualificados” e “VIIb trabalhadores agrícolas e outros da produção primária” tem maior intervalo de variação do ISEI (entre 1 a 3 pontos) e tem crescimento do status ocupacional.

Uma possível explicação para esse fato pode ser o argumento construído pelos autores da Teoria da Assimilação que afirmam que trabalhadores com maiores níveis de habilidades têm maior dificuldade de transferência de suas habilidades no mercado de destino (Duleep e Regets, 1999; Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Miret-Gamundi, 2014; Fernández-Macías *et al.*, 2015; Ressia, Strachan, *et al.*, 2017). Sob essa perspectiva, dado que nos anos iniciais de residência no Brasil os estrangeiros ainda estão “aprendendo as regras do jogo” do mercado brasileiro, observaríamos uma tendência de mobilidade descendente entre esses trabalhadores.

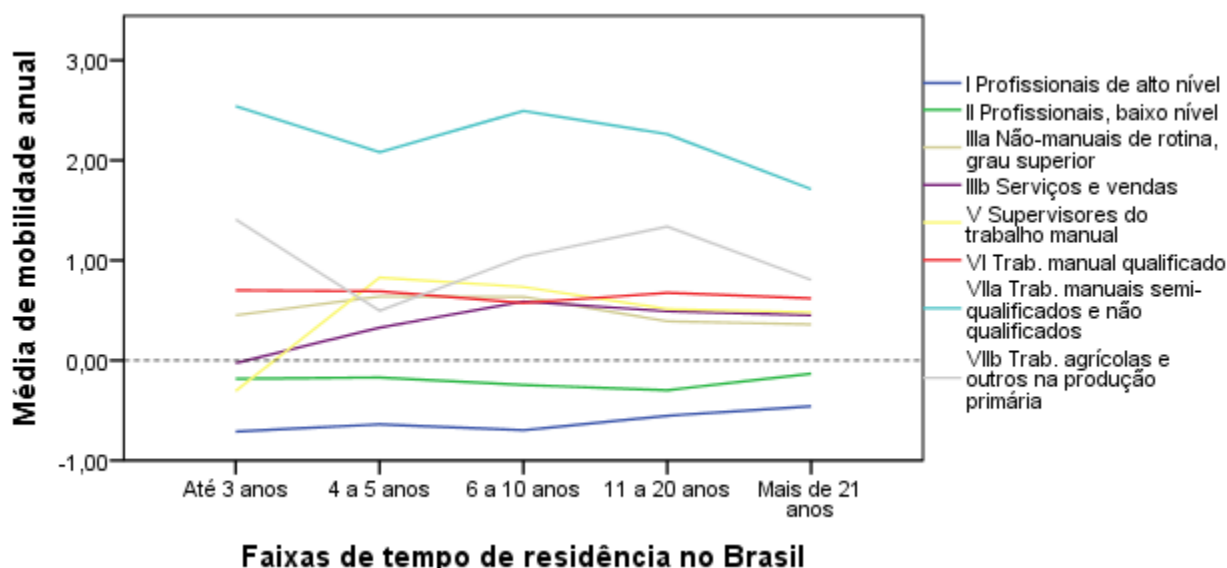


Gráfico 9 – Variação média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil por grupo ocupacional

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, para analisar a trajetória desses trabalhadores no Brasil, apresentamos as taxas absolutas de mobilidade obtidas pelos cálculos percentuais das diagonais da tabela de transição de *status*. Sobre o conjunto geral dos estrangeiros, verificamos que prevalece a imobilidade (62%), indicando que a maioria dos trabalhadores estrangeiros permanece na diagonal principal da tabela, se mantendo na mesma classe ocupacional do início ao final da trajetória no mercado de trabalho.

Tabela 37 – Resultados da tabela de mobilidade

Resultado	Geral
Taxa de Imobilidade	62%
Taxa de Mobilidade Ascendente	23%
Taxa de Mobilidade Descendente	15%
Total	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Apesar de prevalecer a imobilidade entre os estrangeiros, esse resultado deve ser analisado com mais detalhe, pois como observado na Tabela 38, há uma parcela de estrangeiros que, ao entrarem no país, já se inserem em ocupações de alto *status* ocupacional no mercado formal brasileiro, representando 20% em média de “I Profissionais de alto nível”. Nota-se, por meio da Tabela 38, que os casos de imobilidade predominam entre esses profissionais com alto *status* ocupacional (81%) e, portanto, esse fenômeno não deve ser entendido como uma trajetória de fracasso dos estrangeiros no

mercado formal brasileiro. Dessa forma, as taxas de imobilidade podem ser influenciadas pelos casos de trabalhadores que já se encontram no topo da hierarquia ocupacional e permanecem nessa posição. Os resultados dessa pesquisa mostram-se peculiares na medida em que estão sendo analisados apenas os estrangeiros do mercado formal de trabalho e, como observado, anteriormente, 42% tem no mínimo ensino superior.

Esses resultados indicam que, em geral, os estrangeiros no mercado formal brasileiro são positivamente selecionados, representando uma parcela de trabalhadores com boa situação sócio ocupacional.

Tabela 38 – Tabela de mobilidade para estrangeiros

Grupo ocupacional	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total	% distribuição
I Profissionais de alto nível	81%	8%	6%	1%	2%	1%	0%	0%	100%	20%
II Profissionais, baixo nível	25%	50%	13%	5%	3%	3%	1%	0%	100%	12%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	15%	13%	53%	7%	4%	6%	3%	0%	100%	13%
IIIb Serviços e vendas	8%	10%	12%	55%	2%	9%	3%	0%	100%	14%
V Supervisores do trabalho manual	16%	8%	6%	3%	51%	13%	2%	0%	100%	6%
VI Trab. manual qualificado	2%	2%	4%	6%	5%	72%	8%	1%	100%	26%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	3%	3%	8%	9%	3%	35%	38%	1%	100%	8%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	2%	1%	3%	4%	3%	23%	8%	56%	100%	1%
% distribuição	24%	12%	14%	12%	6%	25%	6%	1%	100%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.



Em relação à variável “mobilidade”, definida como a subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego do estrangeiro, identificamos que os casos de imobilidade (49%) caem percentualmente, comparado ao cálculo por meio das tabelas de transição de *status* (62%). Essa situação é esperada, na medida em que a mobilidade pelo ISEI é classificada como a mudança de, pelo menos, um ponto no índice sócio ocupacional, ao passo que a mudança de uma classe ocupacional para outra, equivale à alteração de vários pontos do ISEI. Entretanto, verificamos que os casos de imobilidade ainda são expressivos. Sobre os estrangeiros que mudaram o *status* ocupacional, o maior percentual percorreu uma trajetória ascendente (29%), melhorando o ISEI no período analisado. Porém, 21% dos estrangeiros pioraram o ISEI, realizando mobilidade descendente.

Tabela 39 – Tabela de mobilidade calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego

<b>Resultado</b>	<b>Variável (ISEI final – ISEI inicial)</b>
Taxa de Imobilidade	49%
Taxa de Mobilidade Ascendente	29%
Taxa de Mobilidade Descendente	21%
Total	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

A Tabela 40 indica os níveis de mobilidade, calculados por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional de entrada do estrangeiro. Prevalece a imobilidade entre a maioria dos grupos ocupacionais, exceto entre os “VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados” e os “V Supervisores do trabalho manual”. Nota-se que os estrangeiros que tem a primeira ocupação no mercado formal, no período analisado, como “I Profissionais de alto nível” são aqueles com maiores níveis de imobilidade ocupacional (60%), seguido dos “VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária” (55%).

Sobre a mobilidade ascendente, os “VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados” são os trabalhadores com maiores percentuais. Já a mobilidade descende é mais expressiva entre “II Profissionais, baixo nível” (27%) e “I Profissionais de alto nível” (25%).

Em suma, identificamos uma imobilidade mais acentuada no topo e na base da hierarquia ocupacional. Apenas os “VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados” e “V Supervisores do trabalho manual” tem um padrão de mobilidade ascendente.

Tabela 40 – Tabela de mobilidade calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	67%	8%	25%	100%
II Profissionais, baixo nível	49%	24%	27%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	44%	35%	21%	100%
IIIb Serviços e vendas	44%	32%	24%	100%
V Supervisores do trabalho manual	38%	38%	24%	100%
VI Trab. manual qualificado	49%	32%	18%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	31%	60%	10%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	55%	35%	10%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Nesse capítulo encontramos que os estrangeiros, em geral, têm altos percentuais de imobilidade, identificados pelas tabelas de transição de *status* e as pequenas variações no *status* ocupacional com o tempo de residência no Brasil. Nossos achados se aproximam em alguma medida aos de Simón, Ramos e Sanromá (2014) que analisam a situação de estrangeiros na Espanha, também, pela análise do ISEI. Os autores identificam uma grande parcela de imobilidade ou pequenos movimentos de mobilidade ascendente ao longo do tempo de permanência do estrangeiro no mercado espanhol. Porém, os dados do mercado espanhol sugerem que um dos elementos que impedem a mobilidade ocupacional dos imigrantes durante a permanência na Espanha é o tamanho significativo de ocupações desqualificadas no mercado local, que restringe as oportunidades dos imigrantes principalmente para ocupações de baixo status. Essa situação parece ser distinta da encontrada por nós, em alguma medida, visto que uma parte considerável dos altos níveis de imobilidade dos estrangeiros está entre os trabalhadores no topo da hierarquia sócio ocupacional desde o início do período analisado.

### 4.3 Considerações finais do capítulo

Essa seção teve como principal objetivo responder a seguinte pergunta: Será que, em geral, a mobilidade ocupacional dos imigrantes estrangeiros no Brasil se aproxima mais do padrão em “J” que corresponde a uma mobilidade ascendente com o aumento do tempo de permanência no país?

As análises nos levaram as seguintes verificações:

1. Identificamos dois padrões distintos de participação no mercado, visto que entre 1995 a 2012, predominavam estrangeiros em ocupações classificadas como “Profissionais de alto nível”, ao passo que a partir de 2013 há predominância de estrangeiros em ocupações de “Trabalho manual qualificado”. Ou seja, é identificada a queda nos *status* médio dos estrangeiros a partir de 2013.
2. Identificamos que, com o aumento dos anos no mercado formal, há crescimento médio anual de 1% no *status* dos estrangeiros.
3. Sobre a evolução do ISEI conforme o tempo de residência, percebemos que, até três anos de residência no Brasil, há uma tendência de diminuição do *status* ocupacional do trabalhador. Depois disso, há tendência de aumento médio do ISEI. A cada ano a mais de residência no Brasil, o ISEI varia entre 0,2 a 0,3 pontos, indicando que os estrangeiros fazem movimentos curtos de mobilidade.

Portanto, identificamos um crescimento médio com aumento do tempo do estrangeiro no Brasil, mas esse crescimento precede um movimento inicial de queda do *status* nos primeiros três anos de residência no país. Dessa forma, confirmamos o formato de mobilidade em “J” para realidade do mercado formal brasileiro.

4. A análise da evolução do ISEI pelo tempo de residência no Brasil, segundo o grupo ocupacional do primeiro emprego na RAIS, nos indica que entre os trabalhadores com médias de ISEIs superiores, há uma tendência de queda inicial do *status* nos primeiros três anos de residência no Brasil. Já em relação aos

trabalhadores com médias inferiores do ISEI, nota-se crescimento do *status* logo nos primeiros anos.

Uma possível explicação pode ser o argumento dos autores da Teoria da Assimilação de que trabalhadores com maiores níveis de habilidades têm maior dificuldade de transferência de suas habilidades no mercado de destino (Duleep e Regets, 1999; Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Miret-Gamundi, 2014; Fernández-Macías *et al.*, 2015; Ressia, Strachan, *et al.*, 2017). Sob essa perspectiva, dado que nos anos iniciais de residência no Brasil os estrangeiros ainda estão “aprendendo as regras do jogo” do mercado brasileiro, observaríamos uma tendência de mobilidade descendente entre esses trabalhadores.

5. Sobre o conjunto geral dos estrangeiros, verificamos que prevalece a imobilidade no mercado formal quando analisada a distribuição da tabela de mobilidade (62%) e do cálculo pelo ISEI (49%). Porém, as taxas de imobilidade podem ser influenciadas pela alta percentual de trabalhadores que já se encontram no topo da hierarquia ocupacional e permanecem nessa posição (81% de casos de profissionais de alto nível permanecem nessa classe ocupacional).

Prevalece a imobilidade entre a maioria dos grupos ocupacionais, exceto entre os “VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados” e “V Supervisores do trabalho manual”, sendo os estrangeiros que têm a primeira ocupação no mercado formal, no período analisado, como “I Profissionais de alto nível” são aqueles com maiores níveis de imobilidade ocupacional (60%), seguido dos “VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária” (55%). Sobre a mobilidade ascendente, os “VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados” são os trabalhadores com maiores percentuais. Já a mobilidade descente é mais expressiva entre “II Profissionais, baixo nível” (27%) e “I Profissionais de alto nível” (25%).

Após a identificação dos níveis de mobilidade total (ascendente e descendente) e de imobilidade existentes no mercado de trabalho formal, nos capítulos seguintes fazemos

análises controlas que explicam estatisticamente os padrões de mobilidade dos estrangeiros.

## **5. Quais os efeitos da nacionalidade do trabalhador e do estado de destino no Brasil para o sucesso ocupacional dos imigrantes?**

Os estudos sobre mobilidade ocupacional dos imigrantes têm demonstrado que para compreensão da trajetória do estrangeiro no mercado de trabalho é necessário incorporar nas análises as características socioculturais e econômicas próprias do trabalhador, como a escolaridade, experiência, fluência na língua do país de destino, mas também informações relativas às regiões de origem e destino da migração (Chiswick, 2005; Van Tubergen, Maas *et al.*, 2004). Ou seja, é evidenciado que a mobilidade ocupacional dos estrangeiros é determinada tanto por características do indivíduo, bem como por características estruturais próprias do país de onde os estrangeiros se originam ("efeito de origem") e do país para o qual migram ("efeito de destino"). Sob essa perspectiva, esse capítulo da tese tem como objetivo discutir quais são os efeitos da origem dos estrangeiros, isto é da nacionalidade, e do local de destino para a mobilidade ocupacional desses trabalhadores.

A literatura indica que as principais variáveis que controlam esses efeitos da origem e do destino na mobilidade dos estrangeiros são: 1) níveis de desigualdade de renda; 2) grau de desenvolvimento econômico; 3) distância geográfica; 4) distância cultural; 5) tamanho do grupo de estrangeiros no mercado de destino (Borjas, 1987; Chiswick, 1987; Van Tubergen *et al.*, 2004; Izquierdo *et al.*, 2009; Gustafsson Ba, 2017).

Em relação à desigualdade de renda, os autores explicam que a composição dos grupos de imigrantes em termos de habilidades não observadas (tais como talentos e motivação) é determinada pela extensão da desigualdade de renda nos países de origem e destino (mensurada, em geral, pelo GINI<sup>20</sup>). Estrangeiros oriundos de países com maior desigualdade de renda tendem a ser menos habilidosos e, conseqüentemente, terão pior níveis de mobilidade na sociedade de destino. Por outro lado, estrangeiros de países com menor desigualdade de renda tendem a ser mais positivamente selecionados e, portanto, mais talentosos, refletindo em um melhor desempenho no mercado de trabalho de destino. Dessa mesma forma, os autores conjecturam que sociedades de destino com maior desigualdade tendem a atrair estrangeiros menos talentosos que terão pior desempenho

---

<sup>20</sup> Mede o grau de desigualdade na distribuição de renda entre ricos e pobres.

no mercado de trabalho, traduzindo em menores níveis de mobilidade ascendente. Já as sociedades mais igualitárias tendem a proporcionar maiores níveis de mobilidade ascendente para estrangeiros. Em suma, quanto menor a desigualdade de renda tanto no país de origem quanto na região de destino, melhor será o desempenho dos estrangeiros no mercado de trabalho, refletindo em maiores níveis de mobilidade ascendente (Van Tubergen, Maas *et al.*, 2004; Borjas 1987; Chiswick *et al* 2002).

Nessa mesma lógica, vários pesquisadores sugerem que a seleção de habilidades dos imigrantes está associada ao nível de desenvolvimento econômico dos países de origem e de destino (Chiswick, 1978; Borjas, 1987; Jasso e Rosenzweig, 1990). Argumenta-se que os imigrantes dos países em desenvolvimento têm habilidades de capital humano menos valorizadas do que as provenientes de economias mais avançada. Dessa forma, os imigrantes dos países ricos podem ter uma vantagem sobre os migrantes dos países mais pobres em relação à transferibilidade de suas habilidades e recompensas subsequentes. Por exemplo, os diplomas de educação obtidos em países em desenvolvimento são mais difíceis de transferir para países economicamente avançados do que os diplomas obtidos em outras nações avançadas. Em resumo, a teoria prevê que, quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem e de destino melhor será o desempenho dos imigrantes no mercado de trabalho, traduzindo em maiores probabilidades de mobilidade ascendente.

A distância geográfica entre países de origem e destino também pode apresentar efeito sobre a mobilidade ocupacional do estrangeiro. Assume-se que uma maior distância entre o país de origem e de destino aumenta os custos de migração (Borjas, 1987; Jasso e Rosenzweig, 1990). Como consequência, indivíduos com maior capital humano tendem a ser mais frequentes entre os imigrantes que se deslocaram em longas distâncias. A distância geográfica também diminui a probabilidade de migração de retorno (Borjas, 1987), que, por sua vez, aumenta os incentivos para investir em capital humano, como a aquisição da língua de destino (Chiswick e Miller, 2002). Os autores concluem, portanto, que uma maior distância geográfica entre os países de origem e de destino tem um impacto positivo no desempenho econômico dos imigrantes.

Outra dimensão diz respeito à distância cultural entre o país de origem e de destino. Os autores da Teoria da Assimilação argumentam que indivíduos de países culturalmente diferentes apresentam maior depreciação dos diplomas e certificações decorrentes do movimento migratório devido às limitações de transferência de características relativas ao capital humano do trabalhador e, dessa forma, tendem a ter maiores níveis de mobilidade ascendente. Isto é, os estrangeiros de países muito distintos culturalmente, têm maior dificuldade no momento da mudança para o novo mercado de trabalho, resultando em uma queda maior na hierarquia sócio profissional. Contudo, ao longo do tempo, em razão da maior queda, esses trabalhadores apresentam curvas de mobilidade mais acentuadas de crescimento (Duleep e Regets, 1999; Chiswick, B. *et al.*, 2005; Miret-Gamundi, 2014; Fernández-Macías *et al.*, 2015; Ressa, Austrália, *et al.*, 2017).

Entretanto, existe também outra corrente de autores que analisam de maneira diferente os impactos da distância cultural sobre a trajetória do imigrante no mercado de trabalho de destino. Há pesquisadores que argumentam que, pelo fato da distância cultural acompanhar em grande escala a distinção em aparência física, formação socioeconômica, afiliação religiosa e língua utilizada, os imigrantes com maior distância cultural teriam maior dificuldade de compreensão das regras, tácitas e explícitas, existentes no mercado de trabalho do país de destino, representando menores níveis de mobilidade ascendente. Alguns pesquisadores ainda argumentam que distância social entre nativos e grupos de imigrantes pode resultar em discriminação no mercado de trabalho, limitando as chances de mobilidade ascendente do estrangeiro (Borjas, 1994; Portes e Rumbaut, 2001; Van Tubergen *et al.*, 2004).

Outra variável destacada na literatura refere-se ao tamanho do grupo de imigrantes. Embasados na hipótese de ameaça étnica, os autores sugerem que o tamanho do grupo pode influenciar na situação econômica do indivíduo, já que grupos maiores podem ser vistos como uma ameaça ao trabalhador nativo e, conseqüentemente, despertar práticas hostis da sociedade hospedeira, o que acarretaria uma maior dificuldade para o alcance ocupacional pelos membros dos grupos vistos como ameaçadores. A hipótese da ameaça étnica foi originalmente desenvolvida no contexto dos estudos raciais nos Estados Unidos (Blalock, 1967) e, em seguida, aplicada nas pesquisas sobre a integração dos imigrantes na sociedade de destino (Pottie-Sherman *et al.*, 2017). Um dos primeiros trabalhos de



destaque a aplicar o conceito de ameaça étnica, em estudos com foco nos imigrantes foi Quillian (1995), que analisou 12 países da Europa por meio do banco de dados denominado “Eurobarometer Survey 30”. O autor testou a hipótese da ameaça étnica através de um modelo multi-nível com a variável dependente definida por um “índice de preconceito”<sup>21</sup>.

O autor encontra associação positiva entre a variação do tamanho do grupo e as pontuações médias do índice de preconceito (variável dependente), confirmando a hipótese de ameaça étnica. O resultado é teoricamente fundamentado na suposição de que a discriminação do imigrante está relacionada à disputa, com o nativo, de recursos escassos no mercado de trabalho e em esferas políticas (Blalock, 1967). Nesse sentido, Quillian (1995) conclui que características de nível estrutural, no caso o tamanho da população imigrante, afeta o sentimento anti-imigrante/ preconceito de nível individual. Desde a publicação desse artigo, uma série de estudos adotou a abordagem multinível de Quillian (1995) para compreensão da relação ameaça-preconceito (Ceobanu e Escandell, 2010; Pottie-Sherman *et al.*, 2017).

Entretanto, Pottie-Sherman *et al* (2017) discutem a consistência desses estudos que testam a hipótese da ameaça étnica, em razão da grande variedade de metodologias utilizadas para definição do conceito de “preconceito com o imigrante” e para definição do tamanho do grupo de imigrantes.

O preconceito foi medido de diferentes maneiras em todos os estudos. Quais os grupos são considerados imigrantes? O que é o preconceito exatamente? Enquanto, alguns estudos medem o imigrante como a porcentagem real da população nascida no exterior, outros usam a percepção do tamanho da população estrangeira. Ainda, outros usam índices de diversidade racial. Da mesma forma, em termos de preconceito, enquanto alguns estudos consideram o impacto dos imigrantes na economia, outros se concentram em casamento ou crime (Pottie-Sherman *et al*, 2017, pág. 220)

---

<sup>21</sup> O índice de preconceito é construído a partir de 7 declarações, colocadas no questionário, que exprimem situações de preconceito: “(1) Eles exploram benefícios de segurança social (2) Sua presença é uma das causas da linhagem e da violência. (3) Casar-se com um desses grupos sempre termina mal. (4) Para tê-los como vizinhos cria problemas. (5) Se há muitos filhos na escola, isso reduz o nível de educação. (6) De um modo geral, como se sente sobre o número de pessoas de outro (nacionalidade / raça) que vivem em nosso país? Existem muitos, muito, mas não muitos, ou não muitos? (7) Você pessoalmente, na sua vida cotidiana, se perturba com a presença de pessoas de outra nacionalidade? (Quillian, 1995, pág. 593)”. Para responder as cinco primeiras declarações, os entrevistados deveriam escolher, dentre os seguintes grupos de pessoas, a quem a afirmação poderia ser aplicada: 1) pessoas de outra nacionalidade; 2) pessoas de outra raça; 3) pessoas de outra religião; 4) pessoas de outra cultura; 5) pessoas de outra classe social; 6) nenhuma das categorias e 7) todas as categorias.

Outros estudos que tentam integrar informações estruturais, dando importância para informações do país de origem e de destino são os de Borjas (1988) e Reitz (2009) que analisam a posição econômica de grupos de imigrantes na Austrália, Canadá e Estados Unidos. Ambos os autores concluem que os ganhos de imigrantes em relação aos dos nativos são menores nos Estados Unidos do que na Austrália e no Canadá. Além disso, esses estudos verificam que grupos de origem europeia eram mais bem sucedidos que os grupos africanos e asiáticos nos três destinos. Os estudos que investigam as primeiras ondas de migração para os Estados Unidos, no início do século 20, também mostram que alguns grupos, como os judeus e russos, apresentavam uma maior mobilidade econômica, ao passo que outros grupos, como os poloneses, eram pior sucedidos no mercado de trabalho (Thomas *et al.*, 1984). Ainda pesquisas realizadas na Austrália descobriram que os imigrantes de origem mediterrânea apresentam menor mobilidade ascendente no mercado de trabalho do que outros grupos (Kelley e Mcallister, 1984). Há também evidência de diferenças na mobilidade e inserção econômica entre os grupos de origem belga (Lesthaeghe, 2000), no Canadá (Basavarajappa e Jones, 1999), na Alemanha (Kalter e Granato, 2002) e em Israel (Rajman e Semyonov, 1995).

Ainda merece destaque o estudo de Van Tubergen, Maas, Flap (2004) que analisa os efeitos de origem e destino no sucesso econômico dos estrangeiros. Apesar dos autores examinarem os efeitos de características estruturais sobre a inserção do imigrante no mercado de trabalho e não em relação à mobilidade, cabe trazer algumas conclusões desse estudo que nos ajudam a elaborar as nossas hipóteses a serem testadas. Os autores estudam as diferenças na participação no mercado de trabalho e no desemprego a partir da aplicação de regressões hierárquicas para estimar o efeito “origem”, o efeito “destino” e o efeito “comunidade” (interação entre origem e destino) no sucesso econômico dos imigrantes no mercado de trabalho. Para testar esses efeitos, reuniram e padronizaram mais de 100 pesquisas existentes e criaram um conjunto de dados transnacionais para um total de 18 países ocidentais, no período de 1980 a 2001, com mais de 300 mil imigrantes. Alguns grupos de origem no conjunto de dados, como chineses, alemães, italianos e turcos, podem ser observados na maioria dos países de destino, enquanto outros grupos de origem são observados em um único destino.

Para as análises, os autores inicialmente argumentam que as técnicas de regressão simples, estimadas por meio de mínimos quadrados ordinários, comumente utilizadas na literatura para analisar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho não são apropriadas, já que ignoram a estrutura multinível dos dados. Para tanto, utilizam análises longitudinais e hierárquicas. Os resultados obtidos pelos autores indicaram que a origem representa um fator de impacto, às vezes positivo, em outros, negativo, dependendo do grupo de referência a ser analisado. Por outro lado, a pesquisa não encontrou diferenças significativas entre imigrantes da mesma origem em diferentes países receptores (Van Tubergen, Maas *et al.*, 2004). Dessa forma, os autores sugerem que a origem tem um impacto maior do que o local de acolhimento na situação dos imigrantes no mercado de trabalho da sociedade de acolhimento.

Encontramos ainda estudos como o de Aysa-Lastra e Cachon (2013), no qual os autores analisam a mobilidade de estrangeiros na Espanha e concluem que imigrantes de países em desenvolvimento tendem a experimentar menor mobilidade ascendente do que os estrangeiros de país desenvolvidos. A desvantagem dos estrangeiros dos países em desenvolvimento também é verificada por Gustafsson *et al* (2017) que analisa o efeito da idade do estrangeiro no momento da imigração e identifica que a maioria das pessoas que nasceram em países de renda média ou baixa que imigram depois dos 50 anos para Suécia não consegue nem ao menos se inserir no mercado de trabalho sueco.

Dos estudos brasileiros, há pesquisas que já confirmam que há vários modos de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho e que nem todos estão em uma situação permanente de exploração e inferioridade, sendo, portanto, necessária a incorporação de informações de origem nacional do imigrante e do destino (Sala, 2005, Vilela, 2008, 2009 e Vilela *et al*, 2015). Entretanto, esses estudos tratam da posição do indivíduo na hierarquia socioocupacional e não da trajetória desse trabalhador no mercado. Isto é, apresentam uma perspectiva da estratificação ocupacional, mas não discutem a mobilidade no mercado de trabalho.

Dos trabalhos já desenvolvidos sobre estratificação dos estrangeiros, Sala (2005), Vilela (2008, 2011) e Vilela *et al.* (2015) buscam compreender e mensurar quantitativamente a situação econômica do imigrante internacional no contexto brasileiro e identificam a

origem étnico/nacional como uma variável importante para análise da estratificação social no país. Esses trabalhos sugerem que latinos – bolivianos e paraguaios – estão em condição semelhante ou pior no mercado de trabalho que os brasileiros em geral (Sala, 2005; Vilela, 2011). Por outro lado, coreanos, chineses e argentinos, comparados aos brasileiros, estão em melhores situações ocupacionais e têm melhores rendimentos. Destaca-se que os chineses, embora tenham rendimentos melhores, são discriminados negativamente; ou seja, eles deveriam ganhar bem mais do que ganham, dados seus atributos produtivos (Vilela, 2011).

Dos estudos nacionais que discutem a mobilidade dos estrangeiros e incorporam a informação sobre a nacionalidade do indivíduo predominam aqueles com abordagem qualitativa que, em sua maioria, não tratam especificamente do cálculo da mobilidade, mas trazem a ideia de uma melhora ou piora das ocupações dos estrangeiros no Brasil. Destacam-se aqueles que discutem a trajetória profissional comum entre os imigrantes sírios e libaneses que chegam ao Brasil (Truzzi, 2001; Vilela, 2011; Tosi, 2015). Estabelecidos predominantemente em áreas urbanas, a grande maioria dos imigrantes árabes vai para São Paulo (os de imigração mais antiga) e Paraná (especificamente mais Foz do Iguaçu, para os fluxos mais recentes), onde forma uma comunidade de comerciantes (os mais antigos iniciaram como ambulantes), tendo sua trajetória econômica marcada pelo trabalho autônomo nessa ocupação e depois tornam-se donos de lojas de armarinhos e tecidos e até mesmo industriais. Esses pequenos negócios começam no varejo, chegam ao atacado e, em alguns casos, atingem até o estágio industrial evidenciando um movimento de mobilidade ascendente desses estrangeiros.

Sobre a trajetória ocupacional dos sírios e libaneses no comércio de armarinhos e tecidos, Vilela (2011) ainda explica que a inserção ocupacional em massa desse grupo no ramo de comércio é explicada pelos vínculos estabelecidos entre esses estrangeiros, formando o que a literatura define como nichos ocupacionais. Isso é demonstrado por Truzzi (1997) e Hajjar (1985) quando evidencia que, embora sírios e libaneses fossem concorrentes, os mesmos criaram redes de apoio, uma cadeia de negócios, para concorrer e superar seus adversários nos negócios, principalmente italianos e portugueses.

Há ainda estudos brasileiros que evidenciam a ascensão profissional de armênios no ramo calçadista. Esse grupo étnico se estabelece, sobretudo, em São Paulo e inicia a atividade no segmento de calçados a partir de 1920. Em seguida, imigrantes armênios, recém-chegados, empregam-se nessas sapatarias de seus conterrâneos e, como forma de pagamento, recebem moldes de coleções anteriores e matérias-primas rejeitadas. Dessa forma, conseguem fabricar seus próprios calçados, comercializá-los e, posteriormente, tornarem-se empresários autônomos no ramo calçadista (Grün, 1992; Kechichian, 2000).

Além disso, merecem destaque os trabalhos sobre os bolivianos no Brasil que apresentam uma grande gama de estudos qualitativos. Entre eles, Sidney Silva (1997; 2006), por exemplo, realiza grande esforço para descrever o processo de inserção dos imigrantes bolivianos em São Paulo, descrevendo as dificuldades enfrentadas pelos bolivianos em suas trajetórias na cidade, como discriminação, e as estratégias de mobilidade econômica adotada por eles.

Já nos anos 2000, observa-se a multiplicação de trabalhos acadêmicos sobre esse grupo populacional (Buechler, 2004; Silva, 2005a; b; Cacciamali, 2006; Silva, 2006; Cymbalista e Xavier, 2007; Souchaud, 2010; Baeninger, 2012) que, ao mesmo tempo, torna-se também um tema de interesse para a imprensa brasileira. Esse interesse se deve ao aumento no ritmo de crescimento de imigrantes bolivianos no país (Baeninger, 2012)<sup>22</sup>; e um aspecto que também chama atenção da imigração boliviana em São Paulo reside na sua especialização profissional, já que grande parte dos imigrantes ativos e ocupados, 44,1% (IBGE, 2010), trabalha na “confecção de artigos do vestuário e acessórios”, segundo a designação do IBGE.

Do ponto de vista ocupacional, os bolivianos que entraram no país, a partir da década de 1980, trabalham, em sua maioria, no setor da costura, por ser esse um segmento do mercado de trabalho que não exige experiência prévia nem idade mínima para o trabalho, incorporando até mesmo menores. Em geral, eles trabalham para coreanos, brasileiros, ou para os próprios compatriotas que vão à Bolívia agenciar trabalhadores para as suas

---

<sup>22</sup> Segundo o Censo de 2000, a população nascida na Bolívia aumentou em 2,95% ao ano em média no período. Somente os contingentes de imigrantes peruanos (7,1%), paraguaios (4,73%) e angolanos (3,38%) superaram esse ritmo de crescimento. No censo de 2010, verifica-se o aumento também no contingente de bolivianos que chegam a, aproximadamente, 39.053 imigrantes.

oficinas de costura. Além da atividade da costura, vale destacar um significativo grupo de profissionais liberais, entre eles, médicos e dentistas, os quais, além de enfrentarem o problema da regularização no país, são desafiados também pela dificuldade da revalidação dos seus títulos acadêmicos, cujo processo é lento e dispendioso (Silva, 1997).

Dessa forma, a mobilidade econômica desse grupo é possível mediante a combinação de diferentes estratégias (Silva, 1997). Entre os mais jovens o trabalho da costura é visto como algo transitório, pois grande parte deles alimenta o sonho de estudar e, assim, poder mudar de profissão num futuro não tão distante, ou simplesmente voltar a exercer a atividade que realizava na Bolívia, antes de emigrar. Contudo, para esses jovens, o grande desafio é conciliar as exigências do trabalho na oficina de costura com os horários de estudo. Os “oficinistas” já estabelecidos na cidade procuram conjugar o trabalho da costura com outras atividades econômicas, como em bares e restaurantes, serviço de telefonia e transporte, ou ainda a venda de produtos típicos. Esses são vendidos em pequenos negócios localizados nos bairros do Brás e do Pari, ou ainda nas feiras livres realizadas nos fins de semana, como é o caso da que acontece todos os domingos na Praça Kantuta, no bairro do Canindé (Silva, 1997).

Em São Paulo, os mais idosos são incorporados de alguma forma ao processo de produção nas oficinas de costura, exercendo atividades suplementares, como é o caso das mulheres que preparam a comida servida aos trabalhadores (Silva, 1997). Hoje, a presença boliviana é um fato consolidado na cidade de São Paulo, seja pela manutenção do fluxo migratório ao longo da década de 1990, tornando-se o grupo mais numeroso entre os hispano-americanos que vivem na cidade, seja pelo fato de que novas famílias começaram a se formar em São Paulo, em geral de forma endogâmica (Baeninger, 2012).

Através de entrevistas em profundidade com imigrantes, realizadas entre 2009 e 2010, Souchaud (2012) descobre que o segmento da indústria da confecção não é um nicho apenas de bolivianos, mas está presente também na trajetória ocupacional de imigrantes paraguaios, na medida em que é verificada a entrada de trabalhadores do Paraguai no mesmo ramo de negócio. Nesse sentido, Souchaud (2012) ressalta a necessidade de estudos sobre imigrantes no mercado de trabalho adotar uma perspectiva comparativa

entre os diversos grupos étnicos; isso porque, ao focalizar apenas em um grupo de análise, pode-se estabelecer um viés nos resultados e o pesquisador acabar atribuindo características existentes em vários grupos de imigrantes a apenas uma parcela da população.

Essa abordagem, ao focalizar um grupo étnico, traz com ela um risco de viés que é a tendência de, ao identificar as características da organização social de uma população específica (por sua origem geográfica, por exemplo), considerar que essas características são específicas. Em consequência, ao isolar o grupo do resto da sociedade, tornamo-lo diferente por essência e, ao mesmo tempo, tendemos a negar a possibilidade que os caracteres supostamente específicos desta população existam em outros grupos, sejam de migrantes ou não (Souchaud, 2012, p. 77)

Coutinho (2015), por sua vez, descreve as estruturas organizacionais existentes nas oficinas de costura, principalmente, na cidade de São Paulo, ressaltando que existe uma ligação histórica entre a migração internacional e a produção e comercialização de vestuário nas grandes cidades da América e do oeste europeu.

Costurar e/ou comercializar vestuário foi o caminho encontrado por imigrantes de diferentes nacionalidades e seus descendentes para sua estadia em metrópoles como São Paulo, Buenos Aires, Los Angeles, Nova Iorque e Paris durante todo o século passado e continua a ser no início deste. Apenas nos últimos trinta anos é que esse vínculo privilegiado se expandiu do terreno de pesquisa dos historiadores e dos estudiosos das migrações para tornar-se uma problemática eloquente também na sociologia do trabalho, justamente no período em que a produção e o trabalho no setor corporificaram os contornos das mudanças no regime de acumulação do capital. As primeiras contribuições sobre o tema surgiram ainda nos anos de 1980 nos Estados Unidos. O debate centrou-se na relação entre o crescimento da economia informal e a presença dos imigrantes irregulares, procurando desmitificar uma relação causal direta na qual se atribuía aos estrangeiros indocumentados seu propulsor (Coutinho, 2015, p.93).

Mais recentemente, são produzidos no Brasil estudos sobre a inserção dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro, como empregados nos setores de construção civil (Faria, 2012; Fernandes e Castro, 2014; Silva, 2016). Após o terremoto que atingiu o Haiti, em 2010, é verificada a entrada de trabalhadores haitianos no Brasil, sobretudo nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina e, a partir de 2013, esse grupo de estrangeiros passa a ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, superando os portugueses (Cavalcanti *et al.*, 2014; Cavalcanti, 2015; Cavalcanti e Tonhati, 2017; Handerson, 2015). Os haitianos passaram de pouco mais de 815 pessoas no ano 2011 a mais de 30 mil pessoas no mercado formal em 2014, inseridos principalmente no nicho econômico de construção civil (Cavalcanti, 2015). Esse nicho econômico, no entanto, não é visto como um mecanismo de mobilidade ascendente desses estrangeiros, já que no

setor de construção civil esses trabalhadores ocupam cargos temporários e de baixa remuneração. Porém, como exposto por Cavalcanti (2014) e discutido nessa tese, o tempo de permanência no país e no mercado de trabalho local é fundamental para mobilidade e os haitianos em 2014 tem ainda tempo limitado para mensuração da mobilidade.

A partir da literatura discutida, conjectura-se uma não padronização de mobilidade entre os grupos de imigrantes, na medida em que esperamos efeitos da origem dos estrangeiros, isto é da nacionalidade para a mobilidade ocupacional desses trabalhadores. Construímos duas hipóteses nesse sentido. Em relação à primeira hipótese, esperamos que os estrangeiros com maior distância cultural têm maior probabilidade de mobilidade ascendente. Isto é, os estrangeiros de países com maior distância cultural apresentam maior depreciação dos diplomas e certificações decorrentes do movimento migratório, resultando em uma queda maior na hierarquia sócio profissional no Brasil. Ao longo do tempo, em razão da maior queda, esses trabalhadores apresentam curvas mais acentuadas de crescimento. Dentre os grupos pesquisados, supomos que asiáticos (chineses e japoneses) como são os estrangeiros com maiores distâncias culturais têm maior probabilidade de mobilidade ascendente. Em seguida, os europeus (alemães, franceses e italianos), estadunidenses, seguido dos haitianos. Com menores distâncias culturais estão os espanhóis, seguido dos latino-americanos (argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios) e, por fim, os portugueses sendo o grupo mais próximo dos brasileiros, por terem sido os colonizadores do Brasil e, conseqüentemente, terem a mesma língua oficial e terem juridicamente mais direitos do que os demais estrangeiros no Brasil.

Entretanto, há outra corrente de autores que assume que quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem dos estrangeiros, melhor será o desempenho desses trabalhadores no mercado de trabalho de destino, refletindo em maiores níveis de mobilidade ascendente. Nessa perspectiva, por meio da média do IDH dos países pesquisados, entre 1995 a 2005, supomos que, dos 14 grupos analisados, os haitianos, seguido dos chineses e latinos (bolivianos, paraguaios, uruguaios, argentinos e chilenos) são os estrangeiros de países com menores níveis de desenvolvimento econômico, refletindo em menores níveis de mobilidade ascendente. Em seguida, os europeus (portugueses, espanhóis, italianos, franceses e alemães), japoneses e estadunidenses, são os estrangeiros com maiores níveis de mobilidade, dado o desenvolvimento



econômico dos respectivos países. Tomamos os Estados Unidos como o grupo de referência para testar essa hipótese.

Em relação ao local de destino, espera-se que os estrangeiros inseridos no mercado de trabalho do sudeste tenham maiores níveis de mobilidade ascendente, dado que essa região do país tem maior nível de desenvolvimento econômico, em razão da concentração de empresas e das atividades, comparada as demais regiões. Dessa forma, o maior desenvolvimento econômico do sudeste é traduzido em maiores taxas de mobilidade ascendente dos estrangeiros inseridos na região.

## 5.1 Resultados da origem do trabalhador para o sucesso ocupacional dos imigrantes

Por meio dos resultados do capítulo anterior, no qual foi realizada a análise descritiva dos níveis de mobilidade dos estrangeiros, calculado pelas tabelas de transição de *status* e pelos resultados do ISEI do trabalhador, verificamos que prevalece no Brasil a imobilidade entre os trabalhadores imigrantes internacionais, sobretudo entre os trabalhadores de alto *status* e de baixo *status* ocupacionais. Trabalhadores em grupos ocupacionais intermediários fazem pequenos movimentos de aumento do *status* ocupacionais, de curta distância. Nesse capítulo pretendemos realizar a análise separada por grupo de estrangeiros, na medida em que a literatura aponta que a nacionalidade do trabalhador apresenta efeito sobre a inserção e para mobilidade ocupacional dos estrangeiros.

Inicialmente, a análise da inserção ocupacional dos estrangeiros nos indica que há diferentes perfis de trabalhadores, conforme a nacionalidade do imigrante. Um primeiro ponto observado é que bolivianos (Tabela 41) e haitianos (Tabela 43) são os grupos com a conformação mais evidente de nichos ocupacionais. Entre os bolivianos há concentração de quase 30% dos vínculos de trabalho em ocupações relacionadas à confecção de roupas, confirmando com os achados da literatura (Coutinho, 2015; Souchaud, 2012; Silva, 1997; Souchaud e Baeninger, 2008). De maneira adicional, Sylvain Souchaud (2012) também indica que os paraguaios se inserem em nichos ocupacionais no ramo de costura. Em nossos dados (Tabela 42), identificamos cerca de 7,4% dos vínculos, ao longo do período analisado, são referentes à paraguaios em ocupações como costureiro, ramo com maiores percentuais, mas que ainda está relativamente em um nível bem inferior à de bolivianos.

Entre os haitianos, por sua vez, 21,3% dos vínculos referem-se a trabalhadores da construção civil, seja atuando em atividades como servente de obras ou pedreiro. Esse resultado também confirma os achados da literatura (Silva, 2016, Fernandes e Castro, 2014, Faria, 2012).

Tabela 41 – Ocupações dos bolivianos com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Costureiro na confecção em série	6.318	16,1
Médico clínico	3.247	8,3
Costureiro, a máquina na confecção em série	3.086	7,9
Costureira de peças sob encomenda	1.223	3,1
Modelista de roupas	983	2,5

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 42 – Ocupações dos paraguaios com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Vendedor de comércio varejista	1.681	5,8
Costureiro na confecção em série	1.403	4,8
Alimentador de linha de produção	983	3,4
Auxiliar de escritório	828	2,8
Costureiro, a máquina na confecção em série	736	2,5
Cozinheiro geral	690	2,4

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 43 – Ocupações dos haitianos com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Servente de obras	5.282	15,8
Alimentador de linha de produção	3.734	11,2
Pedreiro	1.810	5,4
Magarefe	1.714	5,1
Abatedor	1.435	4,3
Faxineiro	1.096	3,3
Ajudante de motorista	683	2,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Entre os europeus, as posições administrativas como gerentes, diretores e assistentes são as mais frequentes. Os alemães são os estrangeiros com maior percentual de gerentes e diretores e os portugueses com menores percentuais.

Tabela 44 – Ocupações dos alemães com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Gerente administrativo	1.094	6,2
Diretor geral de empresa e organizações (exceto de interesse público)	758	4,3
Gerente de produção e operações	595	3,4
Assistente administrativo	555	3,1
Administrador	401	2,3

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 45 – Ocupações dos franceses com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Gerente administrativo	734	4,6
Diretor geral de empresa e organizações (exceto de interesse público)	578	3,6
Gerente de produção e operações	569	3,5
Administrador	405	2,5
Assistente administrativo	389	2,4
Gerente comercial	382	2,4
Gerente de pesquisa e desenvolvimento (p&d)	374	2,3

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 46 – Ocupações dos espanhóis com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Gerente administrativo	1.093	4,6
Assistente administrativo	846	3,5
Auxiliar de escritório	574	2,4
Vendedor de comércio varejista	570	2,4
Diretor geral de empresa e organizações (exceto de interesse público)	510	2,1

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 47 – Ocupações dos italianos com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Gerente administrativo	1228	4,6
Assistente administrativo	900	3,4
Vendedor de comércio varejista	832	3,1
Auxiliar de escritório	811	3,0
Supervisor administrativo	665	2,5
Diretor geral de empresa e organizações (exceto de interesse público)	658	2,5
Gerente de produção e operações	579	2,2

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 48 – Ocupações dos portugueses com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Vendedor de comércio varejista	5.293	4,8
Assistente administrativo	5.149	4,7
Auxiliar de escritório	4.145	3,8
Gerente administrativo	3.484	3,2
Administrador	2.288	2,1
Supervisor administrativo	2.268	2,1

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Entre os latino-americanos, verificamos que as posições administrativas também são as mais frequentes, além de cargos no comércio varejista. Porém, não identificamos posições de liderança, como diretores, tal como observado entre os europeus.

Tabela 49 – Ocupações dos argentinos com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Vendedor de comércio varejista	2039	3,7
Gerente administrativo	1973	3,5
Assistente administrativo	1781	3,2
Auxiliar de escritório	1445	2,6

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 50 – Ocupações dos chilenos com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Vendedor de comércio varejista	1.792	3,5
Assistente administrativo	1.730	3,4
Auxiliar de escritório	1.715	3,4

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 51 – Ocupações dos uruguaios com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Vendedor de comércio varejista	3.079	8,6
Auxiliar de escritório	1.276	3,6
Assistente administrativo	1.019	2,8
Cozinheiro geral	812	2,3

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Entre estadunidenses, destacam-se posições como professor, além de cargos administrativos como gerente e diretor.

**Tabela 52** – Ocupações dos estadunidenses com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Professor de língua inglesa	689	3,8
Gerente administrativo	672	3,7
Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	575	3,2
Assistente administrativo	543	3,0
Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	533	2,9
Diretor geral de empresa e organizações (exceto de interesse público)	412	2,3
Instrutor de cursos livres	402	2,2

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Entre os asiáticos, notamos que há inserção em cargos administrativos e de vendas, com destaque de trabalhadores no ramo de alimentação entre os chineses (Atendente de lanchonete e cozinheiro).

**Tabela 53** – Ocupações dos japoneses com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Gerente administrativo	1112	5,2
Assistente administrativo	853	4,0
Auxiliar de escritório	779	3,6
Secretária(o) executiva(o)	728	3,4
Vendedor de comércio varejista	706	3,3
Supervisor administrativo	685	3,2
Gerente de produção e operações	595	2,8
Gerente comercial	477	2,2

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

**Tabela 54** – Ocupações dos chineses com maiores percentuais de vínculos

Ocupação	Abs.	Perc.
Atendente de lanchonete	1.325	6,2
Vendedor de comércio varejista	1.321	6,2
Cozinheiro geral	1.269	6,0
Assistente administrativo	1.245	5,8
Gerente administrativo	884	4,1
Auxiliar de escritório	766	3,6
Engenheiro de telecomunicações	562	2,6

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em relação às médias do Índice Sócio Ocupacional dos estrangeiros, verificamos que, em geral, latino americanos (exceto os argentinos) e haitianos têm menores médias. Por outro lado, os europeus (exceto os portugueses) têm as maiores médias e os asiáticos têm

resultados intermediários. Os estadunidenses são os estrangeiros com melhores resultados e os haitianos com piores.

Esse primeiro resultado nos sugere que, conforme hipótese 1.2 construída, o padrão ocupacional dos estrangeiros no mercado formal brasileiro parece ter relação com níveis de renda/desigualdade do país de origem (nacionalidade) do estrangeiro, mais do que com semelhanças culturais entre o Brasil e o país de origem do estrangeiro (hipótese 1.1), como o uso do mesmo idioma. Em geral, percebemos que os estrangeiros com melhores médias de ISEI correspondem com os países com maiores níveis de renda e maior desenvolvimento econômico, ao passo que os estrangeiros com menores médias de ISEI têm nacionalidade correspondente aos países com menores níveis de renda e, maiores desigualdades.

Tabela 55 – Média do ISEI por nacionalidade do estrangeiro

<b>Nacionalidade</b>	<b>ISEI Médio</b>
Estadunidense	60,8
Francês	58,6
Alemão	58,4
Italiano	54,6
Espanhol	54,4
Japonês	53,8
Argentino	53,3
Chinês	52,4
Português	50,6
Chileno	49,0
Boliviano	46,8
Uruguaio	45,6
Paraguaio	38,0
Haitiano	28,1

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, analisamos a distribuição dos trabalhadores por grupo ocupacional (classificados segundo a tipologia EGP). Os resultados, apresentados no Apêndice 3, indicam que existe uma inserção muito diferente dos estrangeiros no mercado de trabalho. Verificamos que alemães (45,4%), franceses (48,7%), italianos (35,7%), espanhóis (35,6%), japoneses (33%), argentinos (32,9%) e chineses (31,4%) têm maior concentração de trabalhadores no grupo ocupacional de “I Profissionais de alto nível” durante todos os anos analisados.

Estadunidenses (43,5%), portugueses (24%) e chilenos (20,3%) também têm a maior concentração média de trabalhadores como “I Profissionais de alto nível”, mas essa tendência não se mantém em todos os anos. Para esses três grupos, os anos mais recentes apresentam maior concentração de trabalhadores como “Profissionais de alto nível”, mas os anos mais antigos há maior concentração em classes ocupacionais com status menores, tal como “II Profissionais, baixo nível” entre estadunidenses, trabalhadores “IIIa Não-manuais de rotina, grau superior” entre portugueses e “V Supervisores do trabalho manual” entre chilenos. Esse resultado apontando para duas possibilidades: 1) tendência de mobilidade ascendente desses trabalhadores ao longo dos anos, na medida em que há melhoria no status ocupacional; 2) melhoria no perfil dos trabalhadores que entraram nos anos mais recentes.

Uruguaios, por sua vez, têm maior concentração de trabalhadores no grupo de “IIIb Serviços e vendas” (21,7%). Já bolivianos (47,4%), paraguaios (39,6%) e haitianos se concentram em trabalhos manuais qualificados (59,2%), grupos de menor status ocupacional comparado aos resultados dos demais estrangeiros.

Em seguida, apresentamos os resultados das tabelas de mobilidade segundo a nacionalidade do trabalhador. As tabelas de mobilidade para cada grupo de estrangeiros é apresentada no Apêndice 4 e o resumo dos resultados na Tabela 56 abaixo. Percebe-se que todos os países têm maiores níveis de imobilidade do que de mobilidade, sendo os bolivianos (78%) e chineses (74%) os países com maiores percentuais de trabalhadores que permanecem na mesma classe ocupacional.

Em relação às situações de imobilidade, todos os grupos de europeus (alemães, espanhóis, italianos, franceses e portugueses) e asiáticos (chineses e japoneses), além dos estadunidenses, chilenos e argentinos, têm maiores percentuais de imobilidade na diagonal referente aos profissionais de alto nível. Nesse sentido, são profissionais que entram em ocupações no topo da hierarquia e se mantêm no topo ao longo do tempo. Não verificamos essa situação para os haitianos e latino-americanos, exceto chilenos e argentinos. Para bolivianos, paraguaios e haitianos, os casos de imobilidade têm maior parcela referente a profissionais que entram no mercado como trabalhador manual qualificado e permanece nessa classe ocupacional. Já para os uruguaios a maior parcela

de imobilidade é verificada entre os trabalhadores agrícolas e de produções do setor primário. Essas conclusões são obtidas por meio da análise das tabelas de mobilidade apresentadas a frente.

Esses achados sugerem que para os europeus, asiáticos, estadunidenses, chilenos e argentinos, os altos percentuais de imobilidade representam uma situação benéfica, na medida em que esses trabalhadores já estão em posições de alto *status* ocupacional, ao passo que para os demais latino-americanos (paraguaios, bolivianos, uruguaios) e haitianos se manter na mesma posição no mercado resulta como trabalhadores com baixo *status* ocupacional.

Em relação à mobilidade total, todos os grupos têm maior percentual de mobilidade ascendente do que descendente, indicando que, no Brasil, os trabalhadores estrangeiros que não permanecem na mesma classe ocupacional, tendem a fazer um movimento ascendente. Os grupos com maiores níveis de mobilidade ascendente são chilenos (32%), portugueses (27%) e argentinos (26%).

Até o momento, percebemos uma grande distinção de inserção ocupacional e de níveis de mobilidade entre os latino-americanos. Enquanto argentinos e chilenos prevalecem em ocupações de maiores *status* ocupacionais, mantendo-se ao longo do tempo a concentração no grupo ocupacional de “I Profissionais de Alto Nível”, além de apresentarem os maiores percentuais de mobilidade ascendente, uruguaios, bolivianos e paraguaios se inserem em ocupações de *status* mais baixos e se mantêm imóveis nessas posições. Sobre a mobilidade descendente, os haitianos (19%) são os trabalhadores com maior percentual, seguido dos uruguaios (18%) e chilenos (18%).

Tabela 56 – Resultados da tabela de mobilidade segundo a nacionalidade

<b>País</b>	<b>Taxa de Imobilidade</b>	<b>Taxa de Mobilidade Ascendente</b>	<b>Taxa de Mobilidade Descendente</b>	<b>Total</b>
Bolívia	78%	13%	9%	100%
China	74%	16%	10%	100%
França	69%	19%	12%	100%
Paraguai	67%	19%	14%	100%
EUA	67%	20%	13%	100%
Japão	66%	20%	14%	100%
Alemanha	64%	24%	12%	100%
Espanha	63%	22%	15%	100%



Itália	62%	24%	14%	100%
Portugal	59%	27%	15%	100%
Argentina	58%	26%	16%	100%
Uruguai	57%	25%	18%	100%
Haiti	56%	25%	19%	100%
Chile	50%	32%	18%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, quando analisada a mobilidade por meio do cálculo do ISEI do último trabalho subtraído do ISEI do primeiro trabalho para cada grupo de estrangeiros, conforme verificado anteriormente, as taxas de imobilidade caem, comparadas ao resultado obtido por meio das tabelas de transição de *status*. Por meio da Tabela 57 percebemos que os haitianos, por exemplo, têm taxas de mobilidade ascendente (36,3%) e de imobilidade (36,2%) muito próximas. Chineses e bolivianos continuam sendo os grupos com maiores percentuais de imobilidade, com 67,3% e 59,5% respectivamente. Chilenos e haitianos são os grupos com maiores percentuais de mobilidade ascendente e também descendentes, com 37,6% e 36,3% de trabalhadores que aumentam o status ocupacional, e 25,7% e 27,4% que diminuem o *status*.

Tabela 57 – Tabela de mobilidade, segundo a nacionalidade, calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego

País	Taxa de Imobilidade	Taxa de Mobilidade Ascendente	Taxa de Mobilidade Descendente	Total
China	67,3%	19,3%	13,4%	100%
Bolívia	59,5%	24,2%	16,3%	100%
EUA	59,2%	24,0%	16,8%	100%
Japão	58,6%	24,2%	17,2%	100%
França	57,9%	23,3%	18,8%	100%
Alemanha	52,9%	28,4%	18,7%	100%
Paraguai	52,6%	26,4%	21,0%	100%
Itália	51,8%	28,9%	19,4%	100%
Espanha	51,6%	27,2%	21,1%	100%
Portugal	48,4%	30,3%	21,4%	100%
Uruguai	45,5%	30,3%	24,2%	100%
Argentina	45,2%	31,6%	23,1%	100%
Chile	36,7%	37,6%	25,7%	100%
Haiti	36,2%	36,3%	27,4%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Com intuito de compreender com mais detalhe o padrão de mobilidade de cada grupo de estrangeiros, fizemos as análises dos níveis de imobilidade, mobilidade descendente e ascendente por meio ISEI, segundo a classe ocupacional dos trabalhadores. Os resultados são colocados no Apêndice 5, mas destacamos abaixo (Tabela 58 e Tabela 59), os

resultados dos haitianos e paraguaios, únicos grupos que têm percentuais de mobilidade descendente que prevalecem entre algumas classes de ocupações. Isto é, para os demais estrangeiros, dependendo do tipo de ocupação, prevalece à imobilidade ou a mobilidade ascendente. Porém, para os haitianos e paraguaios notamos que existem grupos ocupacionais nos quais os estrangeiros têm maior percentual de mobilidade descendente, evidenciando a pior situação desses trabalhadores no mercado formal, comparado aos demais grupos.

Bolivianos, uruguaios, chineses têm maior percentual de imobilidade em todas os grupos ocupacionais, exceto entre “VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados”. Destacam-se dentre chilenos, italianos, franceses, espanhóis e portugueses os altos percentuais de mobilidade ascendente nos grupos na “base” da hierarquia sócio-ocupacional.

Tabela 58 – Tabela de mobilidade dos haitianos calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	53%	7%	40%	100%
II Profissionais, baixo nível	15%	15%	71%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	23%	13%	64%	100%
IIIb Serviços e vendas	38%	9%	53%	100%
V Supervisores do trabalho manual	18%	4%	78%	100%
VI Trab. manual qualificado	41%	32%	26%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	30%	56%	14%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	18%	52%	30%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 59 – Tabela de mobilidade dos paraguaios calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	64%	5%	31%	100%
II Profissionais, baixo nível	51%	17%	33%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	47%	24%	30%	100%
IIIb Serviços e vendas	52%	22%	27%	100%
V Supervisores do trabalho manual	39%	21%	40%	100%
VI Trab. manual qualificado	56%	25%	19%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	43%	51%	7%	100%

VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	61%	29%	9%	100%
--	-----	-----	----	------

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, apresentamos os resultados obtidos para a equação (Modelo 1.1), na qual são incluídos todos os estrangeiros, homens e mulheres, tendo os portugueses como grupo de referência (Tabela 60). Por meio dessa equação pretendemos verificar se estrangeiros com maior distância cultural (idioma utilizado, hábitos sociais, aparência física, etc) têm um impacto positivo para o ISEI no mercado de trabalho, resultando em maiores níveis de mobilidade ascendente (Hipótese 1.1)

Os resultados indicam que comparados aos portugueses, os haitianos são o grupo de trabalhadores com maiores efeitos negativos no ISEI, representando uma mobilidade descendente no status do trabalhador de 4 pontos ao ano. Os latino-americanos, exceto argentinos, também têm efeito negativo no ISEI, sendo os paraguaios, uruguaios e bolivianos, com maiores coeficientes negativos, comparados aos portugueses. Os chilenos têm efeito negativo de -0,8 pontos no ISEI e os argentinos não têm diferença estatística em relação aos portugueses.

Já os europeus, chineses e estadunidenses têm efeito positivo o ISEI, sendo os alemães, os estrangeiros com maior impacto positivo no *status* ao longo do tempo. Os japoneses, por sua vez, não têm diferença estatística em relação aos portugueses.

Tabela 60 – Resultado dos estimadores do modelo de equação 1 estimada para todos os estrangeiros conjuntamente

Amostra	Descrição	Variável	(Coef. (b))
<i>Homens e mulheres</i>	Estrangeiros da Argentina	origem1	-0,134
	Estrangeiros da Bolívia	origem2	-2,170***
	Estrangeiros do Chile	origem3	-0,811***
	Estrangeiros do Paraguai	origem4	-3,481***
	Estrangeiros do Uruguai	origem5	-1,863***
	Estrangeiros da Alemanha	origem6	1,515***
	Estrangeiros da Espanha	origem7	0,479**
	Estrangeiros dos Estados Unidos	origem8	1,304***
	Estrangeiros da França	origem9	1,080***
	Estrangeiros da Itália	origem10	0,473***
	Estrangeiros do Haiti	origem11	-3,771***

	Estrangeiros do Japão	origem12	0,128
	Estrangeiros da China	origem13	0,635***

\*significante ao nível de 10%;\*\* significante ao nível de 5% \*\*\* significante ao nível de 1%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Nossos resultados se assemelham aos trabalhos já desenvolvidos sobre estratificação dos estrangeiros de Sala (2005), de Vilela (2008, 2011) e Vilela *et al.* (2012), nos quais os trabalhadores latinos – bolivianos e paraguaios – estão em condição semelhante ou pior no mercado de trabalho, enquanto argentinos, comparados aos brasileiros, estão em melhores situações ocupacionais e têm melhores rendimentos.

Entretanto, nossos resultados refutam a hipótese 1.1, para a qual esperávamos encontrar que os estrangeiros com maior distância cultural tivessem probabilidade mais elevada de mobilidade ascendente. Percebemos que, em geral, latino-americanos e haitianos, exceto argentinos, têm efeito negativo na mobilidade ocupacional, comparado aos portugueses, ao passo que europeus, estadunidenses e chineses têm efeito positivo para mobilidade ascendente. Além disto, o caso dos japoneses não se apresentou estatisticamente significativo.

Nesse cenário, sugerimos que a realidade do mercado formal brasileiro, se mostra mais adequada a teoria que prevê que, em geral, quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem, melhor será o desempenho dos imigrantes no mercado de trabalho, traduzindo em maiores probabilidades de mobilidade ascendente (Borjas 1987, 1988; Chiswick 1978, 1979; Jasso e Rosenzweig, 1990). Nesse sentido, apresentamos abaixo os resultados do modelo 1.2 estimado para testar a hipótese 1.2, na qual esperamos que quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem dos estrangeiros, melhor será o desempenho desses trabalhadores no mercado de trabalho de destino, refletindo em maiores níveis de mobilidade ascendente. Por meio da média do IDH dos países pesquisados, entre 1995 a 2005, supomos que, dos 14 grupos analisados, os haitianos, seguido dos chineses e latinos (bolivianos, paraguaios, uruguaios, argentinos e chilenos) são os estrangeiros de países com menores níveis de desenvolvimento econômico, refletindo em menores níveis de mobilidade ascendente. Em seguida, os europeus (portugueses, espanhóis, italianos, franceses e alemães), japoneses e estadunidenses (grupo de referência), são os estrangeiros com maiores níveis de mobilidade, dado o desenvolvimento econômico dos respectivos países.

Os resultados confirmam parcialmente nossa hipótese 1.2, na medida em que verificamos que, em geral, quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem dos estrangeiros, melhor será o desempenho desses trabalhadores no mercado de trabalho de destino, refletindo em maiores níveis de mobilidade ascendente. Comparado aos estadunidenses, alemães e franceses não têm diferença estatística. Os demais grupos tem efeito negativo na variável mobilidade, sendo os haitianos e latino americanos, aqueles com maior impacto negativo, seguido de portugueses, japonese, italianos, espanhóis e chineses. Dessa forma, podemos concluir que a realidade do mercado formal brasileiro, se mostra mais adequada a teoria que prevê que quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem, melhor será o desempenho dos imigrantes no mercado de trabalho, traduzindo em maiores probabilidades de mobilidade ascendente, do que aquela relacionada às distâncias culturais.

Tabela 61 – Resultado dos estimadores do modelo de equação 1 estimada para todos os estrangeiros conjuntamente

<b>Amostra</b>	<b>Descrição</b>	<b>Variável</b>	<b>(Coef. (b))</b>
<i>Homens e mulheres</i>	Estrangeiros do Haiti	Haiti	-5,076***
	Estrangeiros do Paraguai	Paraguai	-4,786***
	Estrangeiros do Uruguai	Uruguai	-3,168***
	Estrangeiros da Bolívia	Bolívia	-3,474***
	Estrangeiros do Chile	Chile	-2,116***
	Estrangeiros da Argentina	Argentina	-1,439***
	Estrangeiros de Portugal	Portugal	-1,304***
	Estrangeiros do Japão	Japao	-1,176***
	Estrangeiros da Itália	Italia	-0,830**
	Estrangeiros da Espanha	Espanha	-0,825***
	Estrangeiros da China	China	-0,668**
	Estrangeiros da Alemanha	Alemanha	0,210
	Estrangeiros da França	Franca	-0,223

\*significante ao nível de 10%;\*\* significante ao nível de 5% \*\*\* significante ao nível de 1%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

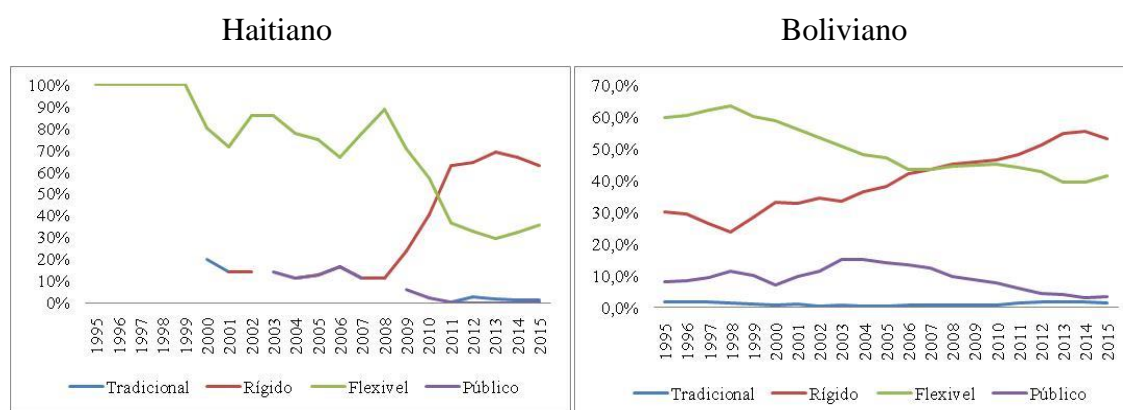
Em seguida, analisamos o efeito do local de destino dos estrangeiros para o sucesso ocupacional no mercado de trabalho. Para tanto, comparamos os resultados para as cinco regiões do Brasil.

## 5.2 Resultados do destino do trabalhador para o sucesso ocupacional dos imigrantes

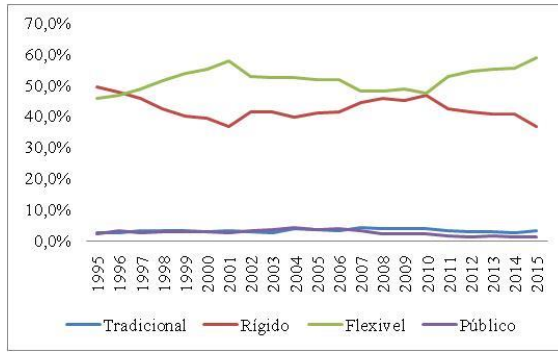
Nesse item da tese, fazemos a análise dos efeitos do local de destino do trabalhador, ou seja, a região do estado do Brasil no qual a empresa que o estrangeiro trabalha está localizada, para a mobilidade ocupacional do estrangeiro. Chamamos atenção que analisamos somente o efeito da região de localização da empresa que o estrangeiro trabalha e não o local de moradia do trabalhador, embora a probabilidade de ser a mesma região é alta.

Para compreender melhor as características dessas empresas, apresentamos inicialmente, a distribuição dos estrangeiros conforme o setor de atuação das empresas. Percebemos que os haitianos e bolivianos são os únicos grupos nos quais prevalecem estrangeiros em empresas do setor rígido, referente ao desenvolvimento de atividades industriais de transformação, construção e outras. Os japoneses e alemães também apresentam destaque do setor rígido, na medida em que em algum momento do período analisado, esse setor teve a maior concentração de trabalhadores. Entre os bolivianos, ressalta-se ainda, em 2003, a participação de 15% de trabalhadores no setor público, maior percentual verificado de estrangeiros na área pública no Brasil.

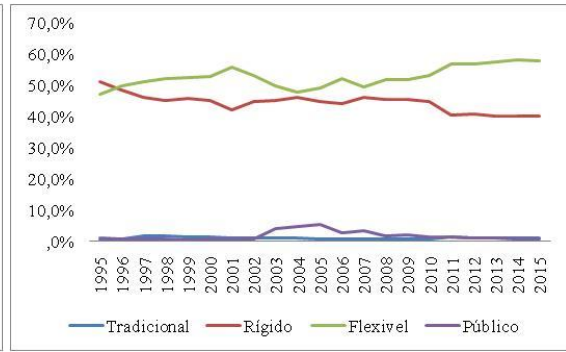
Os demais grupos a maior parte dos trabalhadores está inserida em ocupações do setor flexível, referente a atividades de comércio de mercadorias, prestação de serviços e serviços auxiliares de atividades econômicas, transporte e comunicação.



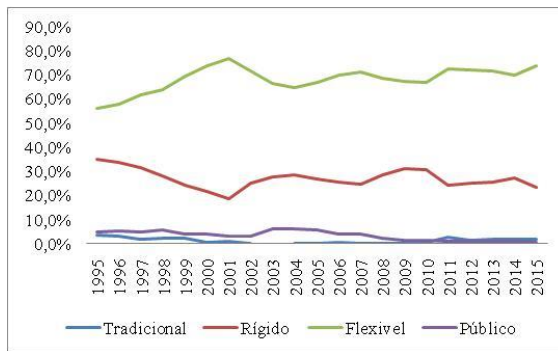
### Japonês



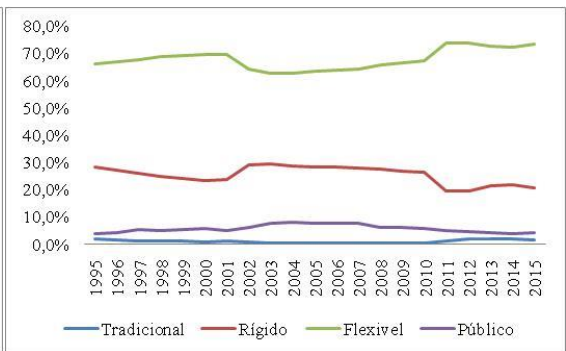
### Alemão



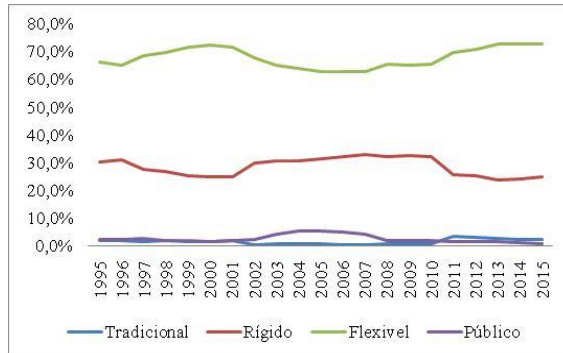
### Chinês



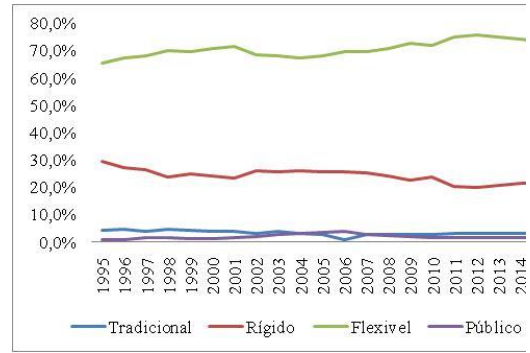
### Português



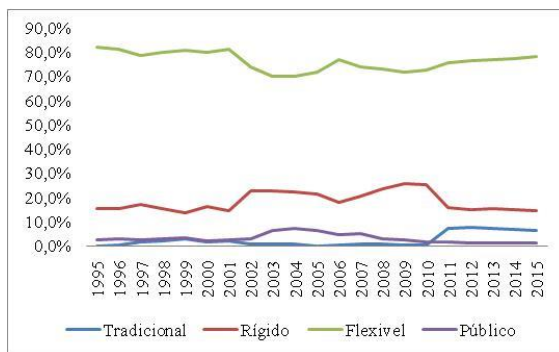
### Argentinos



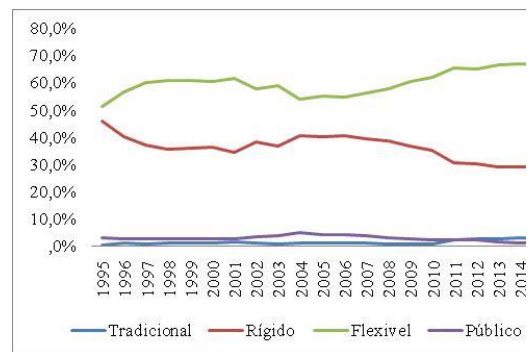
### Uruguiaio



### Estadunidense



### Italiano



### Chileno

### Paraguaio

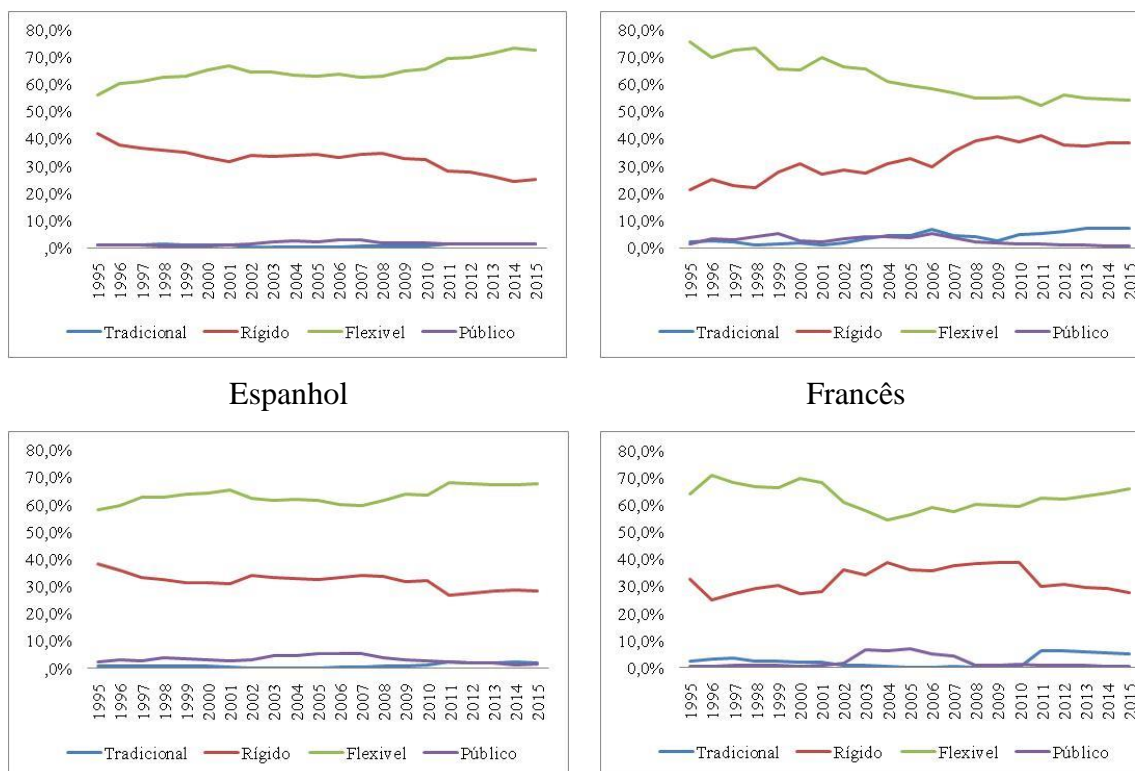


Gráfico 10 – Distribuição dos estrangeiros por setor de atuação da empresa segundo a nacionalidade – 1995 a 2015

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Sobre a distribuição dos vínculos de emprego segundo a região do país, verificamos que o sudeste concentra a maior parte dos vínculos ao longo do período analisado. O sul destaca-se como uma região que aumenta progressivamente o percentual de estrangeiros no mercado formal, partindo de 10% dos casos, em 1995, para 29% ao final do período estudado.

Tabela 62 – Distribuição dos vínculos por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	84%	1%	3%	2%	10%	100%
1996	83%	1%	3%	2%	10%	100%
1997	83%	1%	3%	2%	10%	100%
1998	83%	1%	3%	2%	10%	100%
1999	81%	1%	4%	2%	11%	100%
2000	80%	1%	4%	2%	13%	100%
2001	80%	1%	4%	2%	13%	100%
2002	79%	2%	4%	3%	13%	100%
2003	76%	2%	4%	3%	14%	100%
2004	76%	2%	4%	3%	15%	100%
2005	75%	2%	4%	3%	15%	100%
2006	75%	2%	4%	3%	15%	100%
2007	74%	2%	4%	3%	16%	100%



2008	73%	2%	4%	3%	17%	100%
2009	73%	2%	5%	2%	18%	100%
2010	72%	2%	4%	4%	18%	100%
2011	75%	4%	5%	4%	13%	100%
2012	68%	4%	3%	4%	21%	100%
2013	62%	3%	4%	5%	25%	100%
2014	58%	3%	4%	5%	29%	100%
2015	60%	2%	4%	5%	29%	100%
Total	70%	3%	4%	4%	19%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

No Apêndice 6 apresentamos a distribuição dos estrangeiros, de 1995 a 2015, nas regiões do Brasil, para cada uma das 14 nacionalidades estudadas. Nesse período, em média, a maioria dos estrangeiros se concentra em empresas inseridas na região sudeste do país, exceto uruguaios, paraguaios e haitianos que se inserem, em maior percentual, no sul do Brasil. Sobre os uruguaios, desde 1995, já se observa a prevalência de estrangeiros no sul. Já os paraguaios, há um progressivo aumento de estrangeiros no sul e também centro oeste e diminuição no sudeste. Os haitianos apenas a partir de 2012 apresentam destaque no sul, sendo que nos anos anteriores, há grande destaque para haitianos no Norte do país.

Em geral, se observa que, com o passar dos anos, há uma tendência de maior distribuição dos estrangeiros por outras regiões do país, diminuindo a concentração de trabalhadores no sudeste. Porém, essa situação não é verificada entre os chineses e os bolivianos, cuja concentração de trabalhadores no sudeste aumenta com o passar do tempo, em específico no estado de São Paulo.

Tabela 63 – Distribuição dos vínculos por região do país, segundo a nacionalidade do trabalhador

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
Portugal	86%	1%	5%	3%	6%	100,00%
Chineses	83%	3%	4%	1%	9%	100%
Bolivianos	83%	5%	2%	5%	5%	100%
Japoneses	82%	7%	2%	2%	7%	100%
Espanhóis	82%	2%	7%	3%	7%	100%
Italianos	81%	1%	7%	3%	8%	100%
Franceses	80%	3%	6%	3%	8%	100%
Chilenos	80%	1%	4%	2%	13%	100%
Estadunidenses	77%	2%	7%	6%	7%	100%
Alemão	74%	2%	6%	2%	16%	100%
Argentinos	63%	1%	5%	2%	28%	100%
Uruguaios	35%	1%	3%	2%	59%	100%
Paraguaios	34%	1%	1%	16%	47%	100%
Haitianos	26%	11%	0%	8%	55%	100%

Em relação ao tipo de emprego no qual os estrangeiros trabalham nessas regiões, no Apêndice 7 é indicada a distribuição dos vínculos, entre 1995 a 2015, separados por região do país e abaixo é apresentada a síntese desses resultados. Nota-se que apenas no sudeste, ao longo do período analisado, a concentração de vínculos de trabalho formal de estrangeiros esteve sempre em cargos de “I Profissionais de alto nível”. Por outro lado, os vínculos no sudeste de “VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária” são menores do que 1% do total.

Nas demais regiões do Brasil, há concentração inicial de profissionais de alto nível, mas por volta de 2011, há aumento no emprego de estrangeiros como “VI Trab. manual qualificado”.

Tabela 64 – Distribuição dos estrangeiros nas regiões do Brasil, segundo a classificação ocupacional EGP

Ano	I Prof. de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas produção primária	Total
Sudeste	29%	15%	16%	11%	8%	17%	3%	0%	100%
Nordeste	22%	13%	15%	6%	10%	23%	8%	1%	100%
Norte	22%	13%	15%	6%	10%	23%	8%	1%	100%
Centro Oeste	16%	11%	20%	11%	5%	22%	9%	5%	100%
Sul	14%	9%	13%	17%	6%	29%	10%	2%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Sobre a inserção ocupacional desses trabalhadores, apresentamos no Apêndice 8 as tabelas de mobilidade para cada região do país e, abaixo, a síntese dos resultados. Verificamos que a região sudeste é a parte do país com maior taxa de imobilidade e o sul com menor. A região sul, por sua vez é onde há maior percentual de mobilidade ascendente e descendente.

Tabela 65 – Resultados da tabela de mobilidade segundo a região do país

País	Taxa de Imobilidade	Taxa de Mobilidade Ascendente	Taxa de Mobilidade Descendente	Total
Sudeste	64%	23%	13%	100%
Centro Oeste	62%	22%	16%	100%
Norte	61%	22%	17%	100%
Nordeste	61%	22%	16%	100%
Sul	58%	24%	18%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Após as análises descritivas dos dados, por meio dos resultados dos modelos, percebemos que, em comparação ao Sudeste, estar empregado nas demais regiões do país tem efeito negativo para mobilidade ascendente. Os trabalhadores do Norte, seguido do Nordeste têm efeito negativo mais expressivo, comparado aos trabalhadores da região Sudeste. Possivelmente, o mercado do sudeste do país, por ser mais dinâmico do que os demais apresenta empregos de melhor qualidade dos empregos que contribuindo para a trajetória ocupacional ascendente dos estrangeiros localizados nessa região de destino.

Tabela 66 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 1, para todos os estrangeiros conjuntamente

Modelo	Amostra	Descrição	Variável	(Coef. (b))
Modelo 1	<i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-1,887***
		Região Nordeste do país	nordeste	-1,490***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,583***
		Região Sul do país	sul	-0,439***

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, os modelos foram estimados separadamente para cada uma das 14 nacionalidades estudadas. Em geral, o sudeste se mantém como a região com impacto positivo para mobilidade ascendente dos estrangeiros, tendo as demais partes do país, efeito negativo, exceto para estadunidenses no sul do país, cujo resultado indica acréscimo de 0,3 pontos em média no status do trabalhador nesse local de destino. Entre alemães no centro oeste, estadunidenses no norte, nordeste e centro oeste e chineses no centro oeste, os estimadores não se mostraram estatisticamente significativos, comparado aos trabalhadores das respectivas nacionalidades localizados no sudeste.

Tabela 67 – Resultados dos estimadores do modelo longitudinal da equação 2, separados para cada uma das nacionalidades

(Estimação de 14 equações separadas para cada nacionalidade)

<b>Modelo</b>	<b>Amostra</b>	<b>Descrição</b>	<b>Variável</b>	<b>(Coef, (b))</b>
<b>Modelo 2</b>	<i>ARGENTINOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-1,576***
		Região Nordeste do país	nordeste	-1,246***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,36***
		Região Sul do país	sul	-0,511***
<b>Modelo 2</b>	<i>BOLIVIANOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-0,913***
		Região Nordeste do país	nordeste	-1,334***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,469***
		Região Sul do país	sul	-0,411***
<b>Modelo 2</b>	<i>CHILENOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-2,039***
		Região Nordeste do país	nordeste	-2,034***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,573***
		Região Sul do país	sul	-0,816***
<b>Modelo 2</b>	<i>PARAGUAIOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-1,123***
		Região Nordeste do país	nordeste	-0,995***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,207***
		Região Sul do país	sul	-0,398**
<b>Modelo 2</b>	<i>URUGUAIOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-2,070***
		Região Nordeste do país	nordeste	-1,110***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,257***
		Região Sul do país	sul	-0,559**
<b>Modelo 2</b>	<i>ALEMÃES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-0,920***
		Região Nordeste do país	nordeste	-0,702***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,281
		Região Sul do país	sul	-0,236***
<b>Modelo 2</b>	<i>ESPAÑHÓIS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-1,518***
		Região Nordeste do país	nordeste	-1,070***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,682***
		Região Sul do país	sul	-0,276**
<b>Modelo 2</b>	<i>ESTADUNIDENSES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-0,077
		Região Nordeste do país	nordeste	-0,090
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,133
		Região Sul do país	sul	0,328***
<b>Modelo 2</b>	<i>FRANCESES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-0,892***
		Região Nordeste do país	nordeste	-0,645***

		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,753***
		Região Sul do país	sul	-0,367***
<b>Modelo 2</b>	<i>ITALIANOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-1,034***
		Região Nordeste do país	nordeste	-1,040***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,415***
		Região Sul do país	sul	-0,370***
<b>Modelo 2</b>	<i>HAITIANOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-0,589***
		Região Nordeste do país	nordeste	-0,508***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,134***
		Região Sul do país	sul	-0,208***
<b>Modelo 2</b>	<i>JAPONESES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-1,172***
		Região Nordeste do país	nordeste	-1,596***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,501***
		Região Sul do país	sul	-0,783***
<b>Modelo 2</b>	<i>CHINESES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-0,763***
		Região Nordeste do país	nordeste	-0,973***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,087
		Região Sul do país	sul	-0,395***
<b>Modelo 2</b>	<i>PORTUGUESES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Região Norte do país	norte	-1,406***
		Região Nordeste do país	nordeste	-1,387***
		Região Centro Oeste do país	centrooeste	-0,497***
		Região Sul do país	sul	-0,577***

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### 5.3 Considerações finais do capítulo

1. A análise da inserção ocupacional dos estrangeiros nos indica que há diferentes perfis de trabalhadores, conforme a nacionalidade do imigrante. Haitianos e bolivianos são os grupos com a conformação mais evidente de nichos ocupacionais. Entre os bolivianos há concentração de quase 30% dos vínculos de trabalho em ocupações relacionadas à confecção de roupas. Entre os haitianos, por sua vez, 21,3% dos vínculos referem-se a trabalhadores da construção civil, seja atuando como servente de obras ou pedreiro.
2. A distribuição dos estrangeiros, separados por nacionalidade, segundo a tipologia EGP indica que alemães, franceses, italianos, espanhóis, japoneses, argentinos e chineses têm maior concentração de trabalhadores no grupo ocupacional de “I Profissionais de alto nível” durante todo período analisado. Estadunidenses (43,5%), portugueses (24%) e chilenos (20,3%) também têm a maior concentração média de trabalhadores como “I Profissionais de alto nível”, mas essa tendência não se mantém em todos os anos. Uruguaios, por sua vez, têm maior concentração de trabalhadores no grupo de “IIIb Serviços e vendas” (21,7%). Já bolivianos (47,4%), paraguaios (39,6%) e haitianos se concentram em trabalhos manuais qualificados (59,2%), grupos de menor status ocupacional comparado aos resultados dos demais estrangeiros.
3. A tabela de transição de *status* indica que a maioria dos países tem maiores níveis de imobilidade. Todos os grupos de europeus (alemães, espanhóis, italianos, franceses e portugueses) e asiáticos (chineses e japoneses), além dos estadunidenses, chilenos e argentinos, têm maiores percentuais de imobilidade na diagonal referente aos profissionais de alto nível.

Bolivianos, paraguaios e haitianos, os casos de imobilidade têm maior parcela referente a profissionais que entram no mercado como trabalhador manual qualificado e permanece nessa classe ocupacional e os uruguaios a maior parcela de imobilidade é verificada entre os trabalhadores agrícolas e de produções.

Em relação aos percentuais de mobilidade total, todos os grupos têm maior percentual de mobilidade ascendente do que descendente, indicando que no Brasil, os trabalhadores estrangeiros que não permanecem na mesma classe ocupacional, tendem a fazer um movimento ascendente. Os grupos com maiores níveis de mobilidade ascendente são chilenos (32%), portugueses (27%) e argentinos (26%). Sobre a mobilidade descendente, os haitianos (19%) são os trabalhadores com maior percentual, seguido dos uruguaios (18%) e chilenos (18%).

4. A análise da mobilidade pelo ISEI, indica que chilenos e haitianos são os grupos com maiores taxas de mobilidade ascendente e descendente. Os demais grupos há maiores percentuais de imobilidade.
5. Os resultados obtidos pela equação estimada para todos os estrangeiros, homens e mulheres, indicam que os haitianos são o grupo de trabalhadores com maiores efeitos negativos na mobilidade dos estrangeiros, quando comparados aos portugueses. Os latino-americanos, exceto argentinos, também têm efeito negativo para mobilidade, sendo paraguaios, uruguaios e bolivianos, com maiores coeficientes negativos, comparados aos portugueses. Europeus, chineses e estadunidenses têm efeito positivo para mobilidade, sendo os alemães, os estrangeiros com maior impacto positivo no status ao longo do tempo. O coeficiente estimado para os japoneses e argentinos não se mostrou estatisticamente significativo, comparado aos portugueses.

Dessa forma, refutamos a nossa hipótese 1.1 para a qual esperávamos encontrar que os estrangeiros com maior distância cultural tivessem probabilidade mais elevada de mobilidade ascendente.

6. Nossos resultados confirmam parcialmente nossa hipótese 1.2, na medida em que verificamos que, em geral, quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem dos estrangeiros, melhor será o desempenho desses trabalhadores no mercado de trabalho de destino, refletindo em maiores níveis de mobilidade ascendente. Comparado aos estadunidenses, alemães e franceses não têm

diferença estatística. Os demais grupos tem efeito negativo na variável mobilidade, sendo os haitianos e latino americanos, aqueles com maior impacto negativo, seguido de portugueses, japonese, italianos, espanhóis e chineses. Dessa forma, podemos concluir que a realidade do mercado formal brasileiro, se mostra mais adequada à teoria que prevê que quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem, melhor será o desempenho dos imigrantes no mercado de trabalho, traduzindo em maiores probabilidades de mobilidade ascendente, do que aquela relacionada às distâncias culturais.

7. Percebemos que, em comparação ao Sudeste, todas as demais regiões do país têm efeito negativo para a mobilidade dos estrangeiros, sendo o norte, seguido do nordeste, centro oeste e sul os impactos com ênfase mais negativa. Possivelmente, o mercado o sudeste do país, por ser mais dinâmico do que os demais apresenta empregos de melhor qualidade dos empregos que contribuem para a trajetória ocupacional dos estrangeiros localizados nessa região de destino.
8. Os modelos que foram estimados separadamente para cada uma das 14 nacionalidades estudadas indicam que, em geral, o sudeste se mantém como a região com impacto positivo para mobilidade ascendente dos estrangeiros, tendo as demais partes do país, efeito negativo.



## 6. Qual o efeito do sexo para mobilidade ocupacional dos estrangeiros?

Nesse capítulo da tese é discutido o efeito do sexo para a mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro, com intuito de investigar as diferenças existentes nos padrões de mobilidade entre homens e mulheres estrangeiras. A investigação sobre os diferenciais de mobilidade ocupacional por sexo para a população nativa brasileira é um assunto bastante abordado na literatura sociológica do país, sobretudo a partir dos anos 1960, quando se observa um crescente interesse pelas mudanças sociais ocasionadas pela urbanização, industrialização e progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho (Pastore, 1979; Scalon, 1999; Oliveira e Machado, 2000; Guimarães, 2001; Hasenbalg e Valle Silva, 2003; Hasenbalg, 2005; Aguiar *et al.*, 2007).

Os resultados dessas pesquisas apontam para um pior alcance ocupacional e salarial das mulheres comparado aos homens, sendo que a maior parte desse diferencial não se explica pelas diferenças nos atributos produtivos, pois as mulheres ultrapassam, em média, a escolaridade masculina (Silva, 1981; Barros e Mendonça, 1996; Ribeiro, 2007; Santos, 2009 e 2007). Alguns autores indicam que essa desigualdade pode ser resultado de uma segregação ocupacional no mercado de trabalho, explicada por dois fatores: 1) "preferências" dos trabalhadores, fruto da socialização dos indivíduos, delimitando papéis específicos para homens e mulheres; 2) preferências dos empregadores, o que pode representar discriminação no mercado de trabalho (Fresneda, 2007).

Entretanto, quando se foca a análise da mobilidade ocupacional entre os trabalhadores estrangeiros no Brasil, ainda são escassas pesquisas que analisam o efeito do sexo para as trajetórias dos imigrantes no mercado de trabalho (Peres, 2009; 2012). Os estudos brasileiros existentes analisam a inserção dos estrangeiros na estrutura ocupacional, mas não verificam a mobilidade no mercado de trabalho ao longo do tempo. Isto é, essas pesquisas analisam apenas a estratificação ocupacional dos estrangeiros, indicando a posição e os fatores que afetam a inserção no mercado de trabalho. Esses estudos, que focam as estrangeiras do cone sul, concluem que as mulheres tendem a se inserir em empregos na economia informal (Peres e Baeninger, 2017), sendo bolivianas, paraguaias e uruguaianas identificadas como especialmente vulneráveis, pelo baixo nível educacional e pelos níveis elevados de inserção em empregos de má qualidade (Sala, 2005). Um

exemplo é o estudo de Peres (2009) que investiga a entrada de imigrantes bolivianas em Corumbá (MS) e identifica que o maior contingente de mulheres bolivianas preenche ocupações no comércio, exercendo a função de “sacoleiras”, devido a fatores, de natureza econômica e histórica: a) a cidade de Corumbá apresenta historicamente uma economia ligada ao comércio; b) nas culturas andinas, o comércio é uma atividade desvalorizada e, portanto, em maior número, exercida por mulheres. Destaca-se, porém, que o estudo de Peres (2009) apresenta algumas limitações, na medida em que adota uma abordagem qualitativa sem possibilidade de generalização para a situação dos bolivianos e bolivianas em São Paulo, por exemplo, e realiza um recorte de grupo étnico (enfoca somente as bolivianas) e de mercado de destino (apenas o mercado da cidade de Corumbá).

Outro exemplo de estudo brasileiro que discute a estratificação e não a mobilidade dos estrangeiros latino americanos é a pesquisa de Sala (2005) que analisa as características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul<sup>23</sup> residentes no Brasil no período de 1980-2000. Apesar da discussão relacionada ao gênero não ser foco de interesse da autora, o estudo traz evidências de mudanças da presença feminina nas correntes migratórias, com redução proporcional de argentinas dentre o total de imigrantes latinas e aumento de paraguaias. Sobre o nível educacional, bolivianas, paraguaias e uruguaias são identificadas como menos escolarizadas e com níveis elevados de inserção em empregos de má qualidade. Entre as mulheres ocupadas em 2000, as paraguaias se concentram no ramo de serviços domésticos, as argentinas no ramo da educação, as bolivianas na indústria de transformação e as uruguaias no comércio e reparação de veículos automotores, de objetos pessoais e domésticos. Quanto à ocupação, a maioria das argentinas é classificada como profissionais da ciência e artes; já bolivianas, paraguaias e uruguaias inserem em ocupações de trabalhadoras de serviços e vendedoras de comércio. No que diz respeito à compatibilidade entre escolaridade e requerimentos educacionais médios das ocupações entre as trabalhadoras latinas, apenas entre as paraguaias é observada uma proporção menor de trabalhadoras sobreescolarizadas<sup>24</sup> do que os nascidos no Brasil.

---

<sup>23</sup>Argentinos, Peruanos, Bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios.

<sup>24</sup> Existe no mercado de trabalho brasileiro uma tendência dos trabalhadores serem sobreescolarizados, em relação aos requerimentos médios educacionais das ocupações, porque a crescente oferta de pessoas mais escolarizadas não é, adequadamente, absorvida pelo mercado de trabalho (Sala, 2005).

O trabalho desenvolvido por Vilela e Noronha (2013) também busca verificar, de forma exploratória, a inserção (e não a mobilidade) das mulheres imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, investigam a empregabilidade e os rendimentos salariais das imigrantes latinas – argentinas, paraguaias, peruanas, bolivianas e uruguaianas- no Brasil observando a variação pela discriminação no mercado local, comparado às migrantes interestaduais nativas. Os resultados encontrados confirmam a literatura existente, já que apontam a existência de vários modos de incorporação dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho e que nem todos estão em uma situação permanente de exploração e inferioridade (Van Tubergen *et al.*, 2004; Portes e Manning, 2008).

Atualmente, observa-se um crescente número de estudos que analisam, em específico, as haitianas no Brasil, motivados pelo aumento do fluxo dessas estrangeiras para o país (Handerson e Joseph, 2015; Vinente, 2016; Peres e Baeninger, 2017; Handerson, 2015). Em geral, esses trabalhos chegam a conclusões sobre a importante participação das mulheres nesse fluxo (Peres e Baeninger, 2017), assim como observado entre as latino-americanas (Peres, 2009; 2012). Além disso, é identificada a existência de discriminação dessas mulheres no mercado de trabalho brasileiro, no qual essas trabalhadoras ocupam posições de baixo status ocupacional, assim como os homens haitianos. Handerson e Joseph (2015) fazem um estudo qualitativo e acompanham a trajetória de mulheres haitianas de classe média que, ao chegarem ao Brasil, passam a trabalhar como empregadas domésticas. Nesse ponto os autores destacam a importância da raça ser incluída em estudos com haitianas, visto a discriminação existente em relação ao negro no Brasil.

Em específico, sobre os estudos que consideram o efeito do sexo para a mobilidade ocupacional dos estrangeiros, os trabalhos são internacionais e, principalmente, desenvolvidos nos EUA e na Espanha (Powers *et al.*, 1998; Borrell *et al.*, 2008; Aysa-Lastra, 2013; Miret-Gamundi, 2014; Fernández-Macías *et al.*, 2015; Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017). Entretanto, cabe ressaltar que esses estudos, que consideram o efeito do sexo ainda são escassos, mesmo no contexto internacional. A maioria dos autores opta em analisar amostras apenas de homens, excluindo as mulheres estrangeiras dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos, em razão das evidências de que o mercado de trabalho apresenta dinâmicas diferenciadas para homens e mulheres. Dessa forma, os

estudos realizados na área discutem, em sua maioria, a situação dos homens estrangeiros no mercado de trabalho (Chiswick, 1977; Chiswick e R., 1978; Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Chiswick e Miller, 2014; Chiswick e Wang, 2016; Vinente, 2016).

O interesse pelo estudo da migração feminina é muito recente e tem o seu início a partir da constatação do aumento nos fluxos migratórios de mulheres e crescente participação feminina no mercado de trabalho (Peres, 2009; Robert, 2011; Zavala e Morales, 2011). Cavalcanti (2014) destaca que, na atualidade, a proporção de mulheres migrantes no Brasil está em torno de 49% do total de pessoas. Dos estudos já realizados, os autores indicam que as mulheres imigrantes têm padrões de mobilidade diferentes dos homens, em razão das características estruturais do mercado de trabalho, caracterizado como sexualmente segregado, e da configuração da estrutura social, que atribui às mulheres posições no mercado de trabalho simbolicamente subordinadas ou secundárias aos trabalhos dos homens, no quadro de um modelo culturalmente tradicional (Blossfeld e Drobnic, 2001; Carrasquer, 2002). Neste contexto, as mulheres imigrantes estão expostas a uma “discriminação cumulativa”, resultante da condição de mulher e estrangeira (Rubio, 2003 ; Killian e . Manohar, 2015; Arranz *et al.*, 2017). Dessa forma, nota-se a concentração de mulheres imigrantes em ocupações de baixa qualificação e tendência de se inserir em empregos na economia informal do mercado de trabalho de destino com baixa possibilidade de mobilidade (Zavala e Morales, 2011).

Verd e López-Andreu (2016) ainda classificam os padrões de mobilidade de mulheres estrangeiras como “trajetórias de descontinuidade feminina”, em razão da representativa parcela de mulheres que, após a imigração para o país hospedeiro, se encontra em situação de inatividade ou desemprego. Ou seja, o movimento migratório representa a saída de algumas mulheres do mercado de trabalho. Essa trajetória ocupacional, caracterizada por alta proporção de períodos de desemprego é predominante entre as mulheres jovens com baixa qualificação (Arranz *et al.*, 2017).

No bojo dos estudos adeptos à Teoria da Assimilação Clássica, que explicam a trajetória ocupacional dos estrangeiros a partir de um padrão “U” de mobilidade, alguns autores também fazem a aplicação desse modelo para as mulheres (Powers *et al.*, 1998; Solé *et al.*, 2008; Fernández-Macías *et al.*, 2015). Powers *et al.* (1998) usaram as Pesquisas de

População Legalizada nos Estados Unidos, de 1989 a 1992, e acompanharam a trajetória dos estrangeiros no país em três momentos. A partir das informações sobre a ocupação dos trabalhadores, os autores criaram o Índice de Status Ocupacional e estimam regressões lineares, tendo como variáveis independentes informações de capital humano (educação, proficiência em inglês), caracterização familiar e pessoal (gênero, local de origem, estado civil, número de crianças que vivem no domicílio, tempo de residência no país). Os autores estimam três modelos estatísticos diferentes, sendo que no primeiro, o sexo é incluído como uma das variáveis independentes, enquanto nos outros dois são especificados modelos separados para homens e mulheres.

Os autores identificam que o sexo é uma das principais características dos trabalhadores que explica a mobilidade sócio-ocupacional, seguido do nível educacional e da proficiência na língua nativa (inglês). Ainda verificam a existência de mobilidade ascendente entre as imigrantes, ao longo do tempo de residência nos Estados Unidos e, sobretudo, após solicitar a legalização de residência no país. Os autores identificam também que a mobilidade ascendente se mostra mais acentuada entre os homens do que entre as mulheres (Powers *et al*, 1998).

Basilio *et al* (2017) também adotam essa estratégia metodológica de estimar regressões separadas para homens e mulheres para análise da mobilidade ascendente entre grupos de estrangeiros na Alemanha. O estudo utiliza o Painel Socioeconômico de 1984 a 2013 e os resultados indicam que diferencial salarial entre os nativos e os imigrantes, na chegada dos imigrantes a Alemanha, pode ser explicado pelo menor valor atribuído ao capital humano estrangeiro dos imigrantes. Entretanto, essa situação é observada somente entre os homens, ou seja, o retorno à educação adquirida entre as mulheres no exterior e no mercado de trabalho alemão mostraram-se estatisticamente iguais.

Fernández-Mácias *et al* (2015) discutem a mobilidade ocupacional dos estrangeiros na Espanha, por meio da perspectiva da Teoria da Assimilação e encontram diferenças significativas entre os padrões de homens e mulheres. Para tanto, a análise é realizada com base nos microdados da *National Survey on Immigration*, realizada pelo Instituto Espanhol de Estatística em 2007. A amostra desta pesquisa é representativa de todos os residentes em domicílios espanhóis que nasceram em outros países, com 16 anos e mais,

e que viviam na Espanha no momento da pesquisa (Novembro de 2006 a fevereiro de 2007).

Para a análise, os autores usam tabelas de mobilidade profissional, com oito categorias, e modelos multi-variáveis estimados separadamente para homens e mulheres. Como variável dependente, constroem uma escala sócio ocupacional própria, com base no ISEI (*International Socio-Economic Index of Occupational Status*) e nos salários médios dos imigrantes. Essa adaptação tem como objetivo incluir na análise pessoas desempregadas ou inativas e incorporar os casos de mulheres que se dedicam exclusivamente aos deveres domésticos, já que em uma análise ocupacional tradicional, essas pessoas seriam retiradas da análise. Entretanto, os autores argumentam a necessidade de incorporar esses casos específicos. Ainda sobre essa pesquisa (Fernández-Macías *et al.*, 2015), a variável dependente utilizada pelos autores, o status ocupacional dos imigrantes, é mensurado em três pontos diferentes no tempo: antes de migrar, depois de chegar na Espanha e no momento da entrevista. Embora esses dados tenham um aspecto longitudinal, as informações são apenas uma construção feita pelo entrevistado no momento da entrevista.

Os resultados revelam uma transição significativa de mulheres em atividades fora do mercado no país de origem (principalmente tarefas domésticas) para o emprego remunerado no país anfitrião. Isso representa para elas, uma mudança de papel importante e positiva associada à migração, que tem sido raramente estudada na literatura de mobilidade, mas é especialmente importante considerando a feminização das migrações nas últimas décadas. Entretanto, para aqueles trabalhadores que já se encontravam trabalhando, os autores verificam, em geral, uma forte queda do status ocupacional dos imigrantes no momento da chegada no país de destino e um mercado de trabalho extremamente segmentado com base no sexo do trabalhador. Essa segregação tem um papel tão dominante na inserção do trabalhador que, segundo os autores, determinam o padrão de mobilidade observado. Isto é, os autores identificam um único ponto de entrada para o mercado de trabalho espanhol para cada gênero, que deve ser ocupado pela maioria dos migrantes em seu processo de integração.

No caso das mulheres imigrantes, este ponto de entrada são ocupações de serviços mais baixas, que representam mais da metade de todos os primeiros empregos para mulheres

migrantes na Espanha (apesar desta categoria ocupacional representar menos de 10% da última ocupação das mesmas mulheres antes da migração). Para imigrantes do sexo masculino, este ponto de entrada são as ocupações industriais mais baixas, que representam quase 40% de todos os primeiros empregos para migrantes do sexo masculino na Espanha.

A probabilidade desses estrangeiros encontrarem um emprego de *status* ocupacional mais alto no momento de chegada à Espanha é muito pequena para ambos os sexos. Esses achados sugerem que a extensão da segregação ocupacional para os imigrantes no momento da chegada é tão esmagadora que o mercado de trabalho apresenta um ponto de entrada definido pelo sexo do trabalhador estrangeiro. Em relação à mobilidade ocupacional dos estrangeiros após a chegada à Espanha, os autores identificam marcantes diferenças entre homens e mulheres. Verifica-se mobilidade ascendente entre os homens, em níveis baixos. Já as mulheres ainda se observam níveis significativos de mobilidade descendente e alta probabilidade de abandonar o emprego por completo.

Há estudos que questionam a aplicação do modelo “U” de mobilidade para as mulheres, na medida em que encontram evidências de outros padrões que se ajustam de forma mais adequada à trajetória das imigrantes no mercado de trabalho (Salaff e Greve, 2003; Aysa-Lastra e Cachón, 2013; Miret-Gamundi, 2014; Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J., 2017). Aysa-Lastra e Cachón (2013) analisam as estrangeiras na Espanha e identificam um padrão “L” de mobilidade ocupacional, fazendo referência a queda inicial do status ocupacional, comparando o último trabalho no país de origem e o primeiro emprego no país de destino, e imobilidade ocupacional após a inserção no mercado de trabalho hospedeiro. Nesse contexto, Aysa-Lastra e Cachón (2013) classificam o padrão de mobilidade das imigrantes na Espanha como “padrões sólidos”, em razão dos altos índices de estagnação do status ocupacional ao longo da trajetória das estrangeiras no mercado espanhol.

Vidal-Coso e Miret-Gamundi (2014) também adicionaram a perspectiva de gênero em seus estudos para imigrantes na Espanha e verificam que as mulheres são mais propensas a sofrerem uma desvalorização profissional no momento de inserção no mercado de trabalho espanhol, comparado aos homens, com apenas uma pequena proporção capaz de

ultrapassar os empregos tradicionalmente ocupados por imigrantes mulheres, como a limpeza e serviço doméstico. Sánchez-Soto e Singelmann (2017) também verificaram que as mulheres são o grupo mais propenso a experimentar mobilidade descendente nos Estados Unidos.

Os estudos que focam na inserção das mulheres estrangeiras no mercado de trabalho hospedeiro ainda verificam que as imigrantes, em geral, assumem ocupações no setor de “cuidados” (empregadas domésticas, babás e cuidados com idosos) e um número menor se insere nos setores de serviço, da indústria e da agricultura. Nesse sentido, os autores indicam a existência de um nicho ocupacional das mulheres (Buján, 2011; Robert, 2011). Exemplos são as imigrantes (latinas, principalmente) na Espanha que ingressam como trabalhadoras domésticas, babás e enfermeiras (Ariza, 2008; Zavala e Morales, 2011), ou as filipinas no Oriente Médio, Estados Unidos e Europa que se tornam também enfermeiras e domésticas (Sassen, 2011); ou ainda as empregadas domésticas mexicanas nos EUA (Zavala e Morales, 2011). John e Mandamba (2001) também evidenciam que mulheres hispânicas nos EUA têm uma taxa de desemprego 1,5 vezes maior do que as mulheres nativas brancas.

Segundo Ariza (2008), o fenômeno de crescimento da inserção de mulheres imigrantes, sobretudo, em ocupações de serviço doméstico é uma consequência inesperada do processo de globalização em curso. Isso porque há uma crescente demanda por trabalhadoras nos serviços domésticos, principalmente nas economias de países desenvolvidos, em razão dos seguintes fatores: a) tendência de terceirização do mercado de trabalho; b) o envelhecimento da população e o crescimento dos serviços de “cuidado” (Ariza, 2008).

Em específico ao grupo de mulheres altamente qualificadas, alguns autores indicam que a mobilidade ascendente no mercado de trabalho hospedeiro dessas estrangeiras é ainda mais difícil em comparação com homens com características comparáveis (Purkayastha, 2005; Kofman e Raghuram, 2006). Isso é, em razão a processos institucionais de gênero, são criados obstáculos ao acesso dessas mulheres a posições com maior status ocupacional no mercado de trabalho. As principais barreiras que dificultam a trajetória ascendente das mulheres são a transferência limitada das credenciais (Purkayastha 2005;



Salaff e Greve, 2003), o privilégio de campos dominados pelos homens no mercado de trabalho e, conseqüente, desvalorização dos papéis ocupados pelas mulheres (Kofman e Raghuram 2006) e as responsabilidades domésticas atribuídas às mulheres (Purkayastha, 2005; Meares, 2010).

Há evidências de que as mulheres migrantes também se enveredam no mundo dos negócios tornando-se empresárias. “Nos Estados Unidos, 28% dos negócios étnicos são de propriedade de mulheres. No caso das mulheres hispânicas nos EUA, 34% de todos os negócios são elas que dominam” (Zavala e Morales, 2011: 197). Além disto, a literatura sobre a inserção do imigrante internacional (homens ou mulheres) no mercado de trabalho da sociedade hospedeira argumenta que o trabalhador imigrante, que está inserido em uma economia étnica<sup>25</sup>, pode estar em melhor situação do que aquele que se estabelece no mercado aberto competitivo com o trabalhador nativo (Wilson e Martin, 1982; Portes e Manning, 2008; Kesler e Hout, 2010)<sup>26</sup>.

Sob essa perspectiva, alguns estudos têm verificado que a formação de negócios étnicos por mulheres pode constituir uma alternativa para mobilidade social e saída dos setores de trabalho tradicionalmente reservados às imigrantes, como de limpeza, serviços domésticos e de cuidados (Zavala e Morales, 2011). Barros (2006) investiga o desenvolvimento dos pequenos negócios empreendidos por mexicanas na área rural da Califórnia e identifica que várias mulheres obtêm êxito em seus negócios. Para tanto, elas acionam os contatos sociais de coétnicos existentes na região de destino e as novas redes de conhecidos formados, sobretudo, nas escolas dos filhos e nas igrejas.

A partir dos estudos discutidos anteriormente, conjecturamos que a variável sexo tem efeito para compreensão das trajetórias ocupacionais dos estrangeiros no Brasil. Dessa forma, acreditamos que as mulheres imigrantes têm padrões de mobilidade diferentes dos homens, em razão das características estruturais do mercado de trabalho brasileiro,

---

<sup>25</sup>Estão inscritas na economia étnica as empresas de posse de imigrantes ou por eles controladas ou que empregam membros da comunidade étnica, em números significativos, independentemente do tipo de negócio, dimensão da empresa e concentração espacial (Zhou, 2004). Isto é, pode ser entendido como o caso das empresas onde se concentra uma proporção significativa de trabalhadores de um mesmo grupo étnico/nacional ou se observa a presença de proprietários e/ou diretores/ gerentes estrangeiros.

<sup>26</sup>Vale lembrar que há alguns pesquisadores que argumentam que a entrada na economia étnica é apenas uma fuga ao desemprego; e/ou a permanência em tal economia dificulta a assimilação de imigrantes, diminuindo a taxa de aquisição de capital humano (por exemplo, a linguagem) acarretando em perdas salariais e de mobilidade social (Sanders e Nee, 1987; Chiswick, 1999; Nee e Sanders, 2001).

caracterizado como sexualmente segregado. Acreditamos que os dados nos mostrarão que as mulheres têm chances menores de mobilidade ascendente e que se concentram em ocupações de status ocupacional mais baixo, inserindo-se em situações ocupacionais com limitadas chances de mobilidade, quando comparados aos homens com características socioeconômicas semelhantes.

Para tanto, a seguir são apresentadas as distribuições de frequência dos dados, tabelas de mobilidade e os resultados de modelos estatísticos.

## 6.1 Resultados do efeito do sexo para mobilidade social dos estrangeiros

A amostra analisada totaliza 75.343 estrangeiros, sendo 53.692 (71,2%) homens e 21.651 (28,8%) mulheres e em relação à distribuição desses estrangeiros, ao longo dos anos, verifica-se sempre uma prevalência de homens em relação às mulheres. Ao contrário das recentes constatações do aumento nos fluxos migratórios de mulheres e crescente participação feminina no mercado de trabalho (Peres, 2009; Robert, 2011; Zavala e Morales, 2011), a amostra analisada não apresenta grandes variações nos percentuais entre homens (em média 70%) e mulheres (30%) ao longo do tempo.

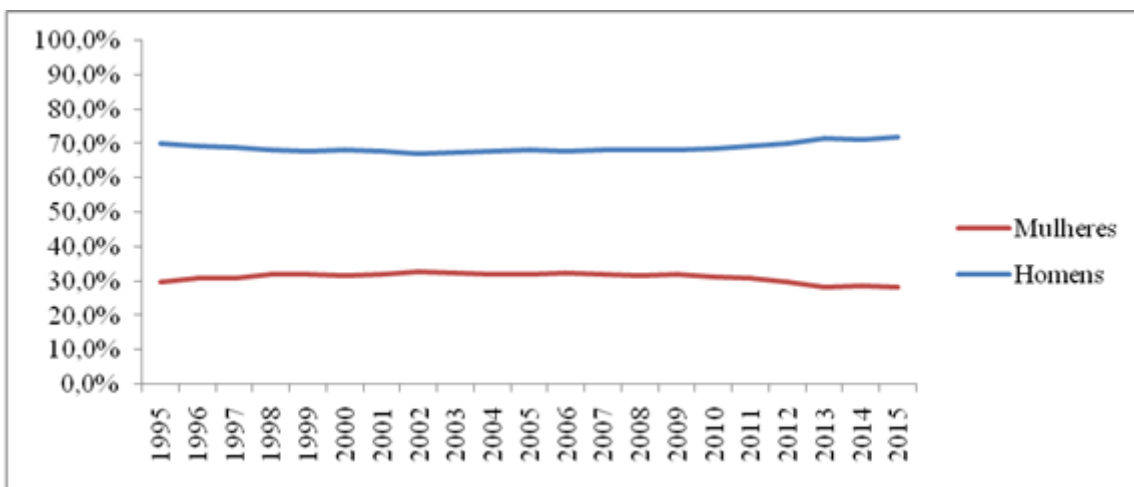


Gráfico 11 – Distribuição por sexo

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Dentre os 75.343 estrangeiros, os haitianos são o grupo com menor percentual de mulheres, ao passo que os paraguaios são aqueles com maior percentual.

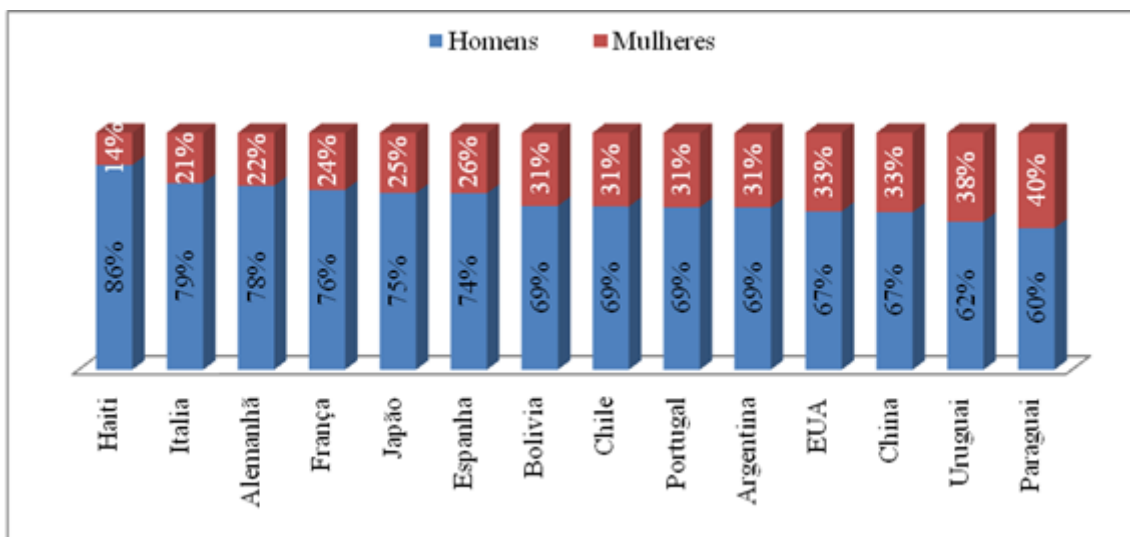


Gráfico 12 – Distribuição de indivíduos por sexo segundo a nacionalidade

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Sobre a distribuição do percentual de mulheres ao longo do tempo, separamos os 14 grupos de estrangeiras, nos gráficos abaixo. Verifica-se que as latino-americanas e as europeias têm um fluxo de entrada constante, que permanece aproximadamente em uma mesma proporção ao longo do tempo, cerca de 30% de mulheres, sendo que as paraguaias chegam próximo aos 40% em alguns anos.

Chama atenção, o fluxo das haitianas e das chinesas, descrito no Gráfico 15. Entre as haitianas nota-se uma queda acentuada no percentual de mulheres, principalmente, após 2007. Entre as chinesas, por sua vez, nota-se um aumento expressivo de mulheres no mercado formal entre 2000 e 2010, sendo 2006 o ano com maior percentual identificado de estrangeiras dentre todos os grupos, comparado aos homens (45,2% de mulheres chinesas e 54,8% de homens chineses).

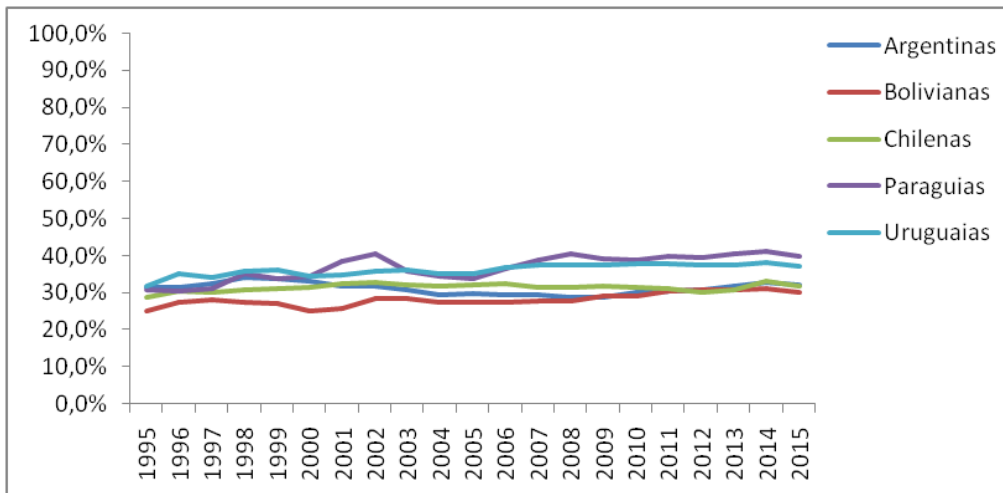


Gráfico 13 – Percentual de mulheres segundo a nacionalidade – Latino americanas

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

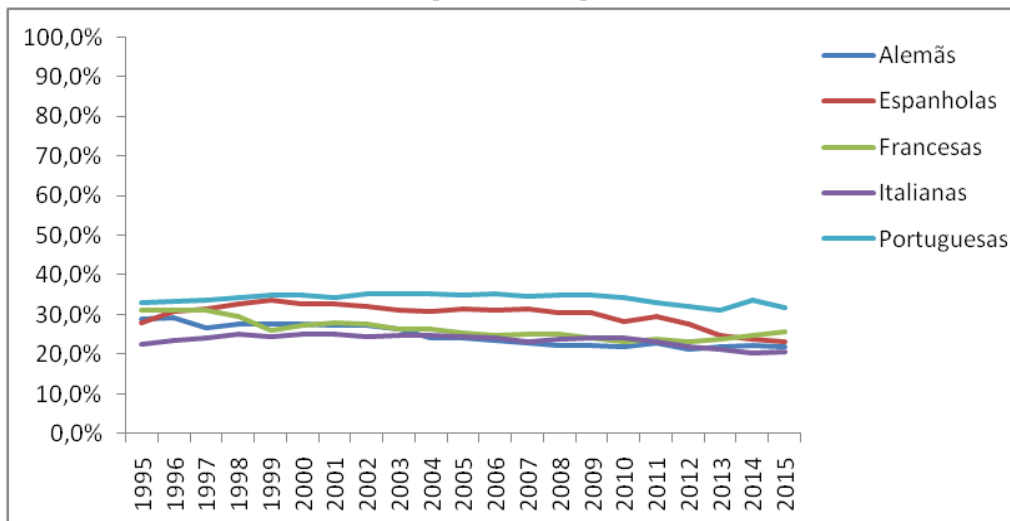


Gráfico 14 – Percentual de mulheres segundo a nacionalidade – Europeias

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

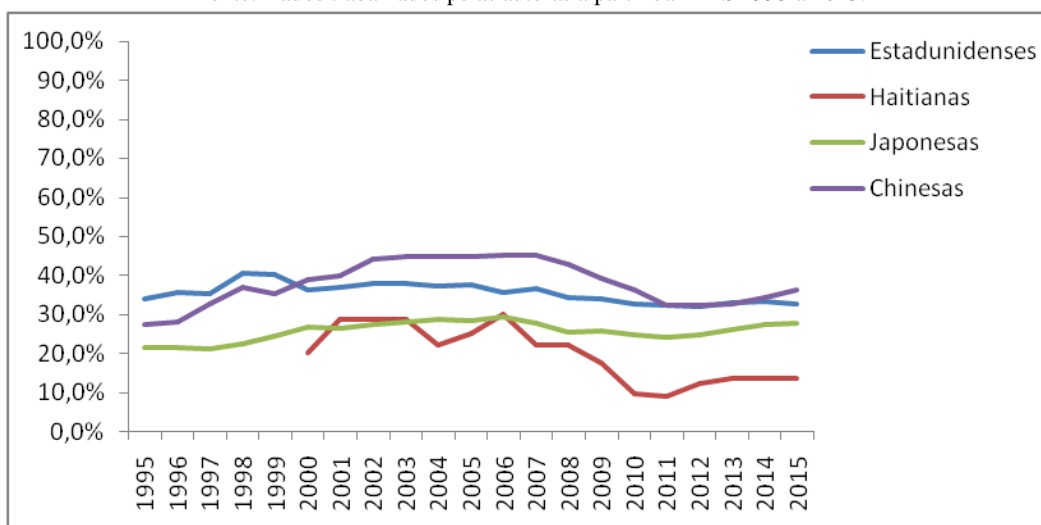


Gráfico 15 – Percentual de mulheres segundo a nacionalidade – Outros grupos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em relação à distribuição do percentual dos homens, verificamos que latino-americanos e os europeus têm um fluxo de entrada que se mantêm, ao longo do tempo, em cerca de 70%. Entre os haitianos percebemos um fluxo mais variável, em relação à proporção de homens.

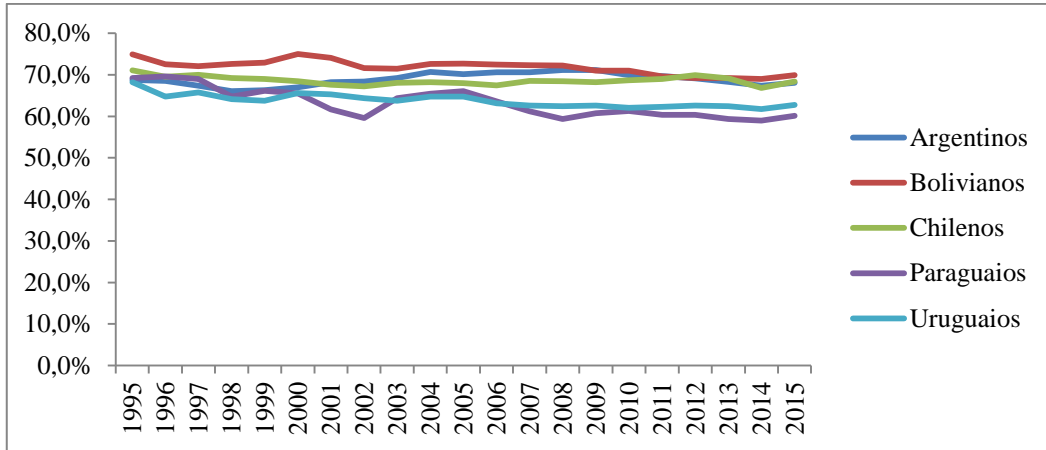


Gráfico 16 – Percentual de homens segundo a nacionalidade – Latino americanos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

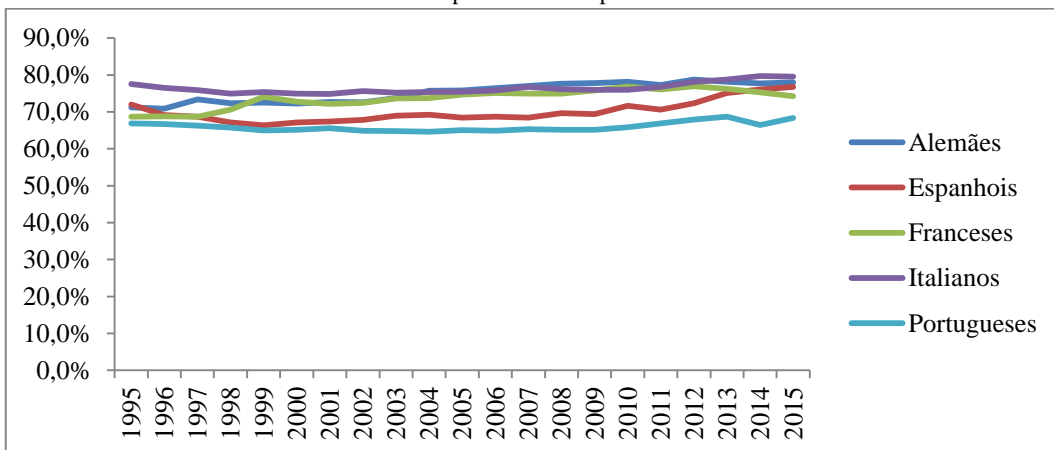


Gráfico 17 – Percentual de homens segundo a nacionalidade – Europeus

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

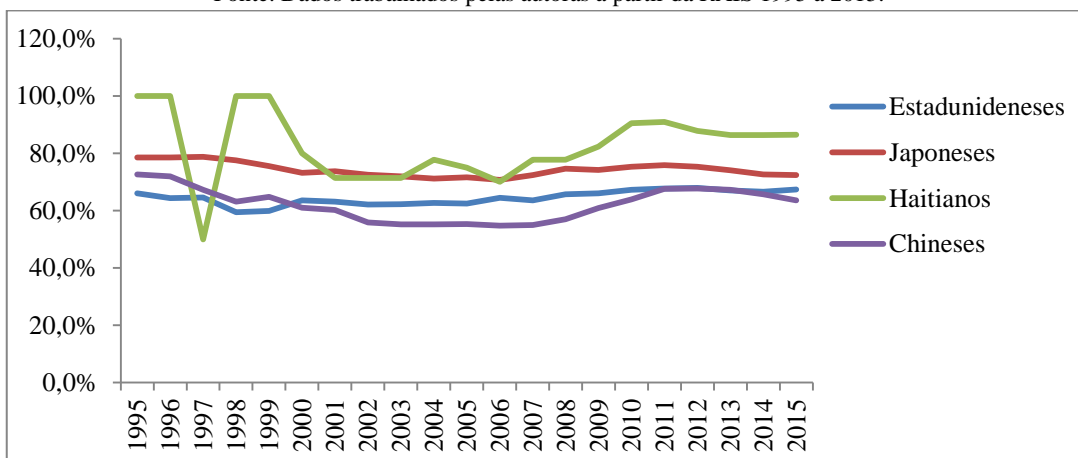


Gráfico 18 – Percentual de homens segundo a nacionalidade – Outros grupos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Com intuito de compreender como homens e mulheres se inserem no mercado formal brasileiro, apresenta-se a distribuição desses trabalhadores segundo a tipologia ocupacional EGP. Pela análise do Gráfico 19, percebe-se a evolução na distribuição das estrangeiras por categoria ocupacional. Nota-se que as mulheres estrangeiras trabalham como “IIIa Trabalhadoras Não-manuais de rotina, grau superior”, em maior concentração percentual ao longo dos anos, mas é possível verificar 3 momentos na trajetória ocupacional das mulheres. Entre 1995 a 2001, os maiores percentuais de estrangeiros estão inseridas no mercado como “IIIa Trabalhadoras Não-manuais de rotina, grau superior”, seguido de “II Profissionais, baixo nível”. No período seguinte, entre 2002 a 2011, nota-se aumento das “I Profissionais de alto nível” e das “IIIa Trabalhadoras Não-manuais de rotina, grau superior”. O último período, entre 2011 e 2015, percebe-se uma diminuição das estrangeiras nas categorias do topo da hierarquia profissional e aumento das estrangeiras na base, com aumento proporcional de imigrantes no grupo ocupacional de “VI Trab. manual qualificado”. Por meio da análise das tabelas de mobilidade, será possível compreender qual a distribuição desses percentuais corresponde à mobilidade ascendente ou descendente das mulheres no mercado formal brasileiro.

Tabela 68 – Distribuição de mulheres por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária
1995	16,1%	22,0%	28,3%	19,2%	2,7%	6,4%	5,2%	,0%
1996	16,6%	21,5%	28,4%	19,3%	2,5%	6,4%	5,3%	,1%
1997	17,6%	22,5%	27,7%	18,2%	2,6%	5,8%	5,5%	,1%
1998	16,9%	23,6%	26,6%	18,3%	2,7%	6,6%	5,1%	,2%
1999	16,7%	24,1%	27,1%	17,3%	3,0%	6,7%	5,0%	,2%
2000	15,4%	25,0%	26,9%	17,3%	2,4%	7,7%	5,2%	,2%
2001	16,4%	25,4%	25,4%	17,1%	2,6%	7,8%	5,0%	,2%
2002	16,4%	25,8%	25,0%	17,0%	2,9%	8,1%	4,7%	,1%
2003	21,5%	20,3%	32,2%	14,8%	2,3%	6,1%	2,4%	,2%
2004	21,8%	20,4%	31,6%	15,0%	2,1%	6,3%	2,5%	,3%
2005	21,1%	19,7%	32,1%	15,4%	1,8%	6,7%	2,9%	,2%
2006	21,0%	19,3%	31,7%	15,8%	2,1%	6,7%	3,1%	,3%
2007	22,0%	18,5%	31,3%	15,7%	2,0%	7,4%	2,9%	,3%
2008	22,1%	18,4%	29,3%	16,2%	2,0%	8,6%	3,2%	,2%

2009	21,9%	17,8%	28,6%	17,0%	2,0%	9,3%	3,2%	,3%
2010	21,1%	17,0%	27,4%	17,8%	2,2%	10,5%	3,5%	,4%
2011	21,1%	16,7%	25,6%	18,3%	2,1%	12,3%	3,5%	,4%
2012	19,6%	15,6%	23,6%	19,2%	2,3%	14,5%	4,6%	,6%
2013	18,0%	14,5%	21,1%	19,5%	2,3%	17,4%	6,6%	,5%
2014	18,3%	14,4%	19,9%	19,0%	2,3%	18,4%	7,1%	,6%
2015	18,5%	14,6%	20,2%	19,1%	2,2%	17,6%	7,3%	,5%
Total	19,5%	17,8%	25,6%	17,8%	2,3%	11,8%	4,8%	,4%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

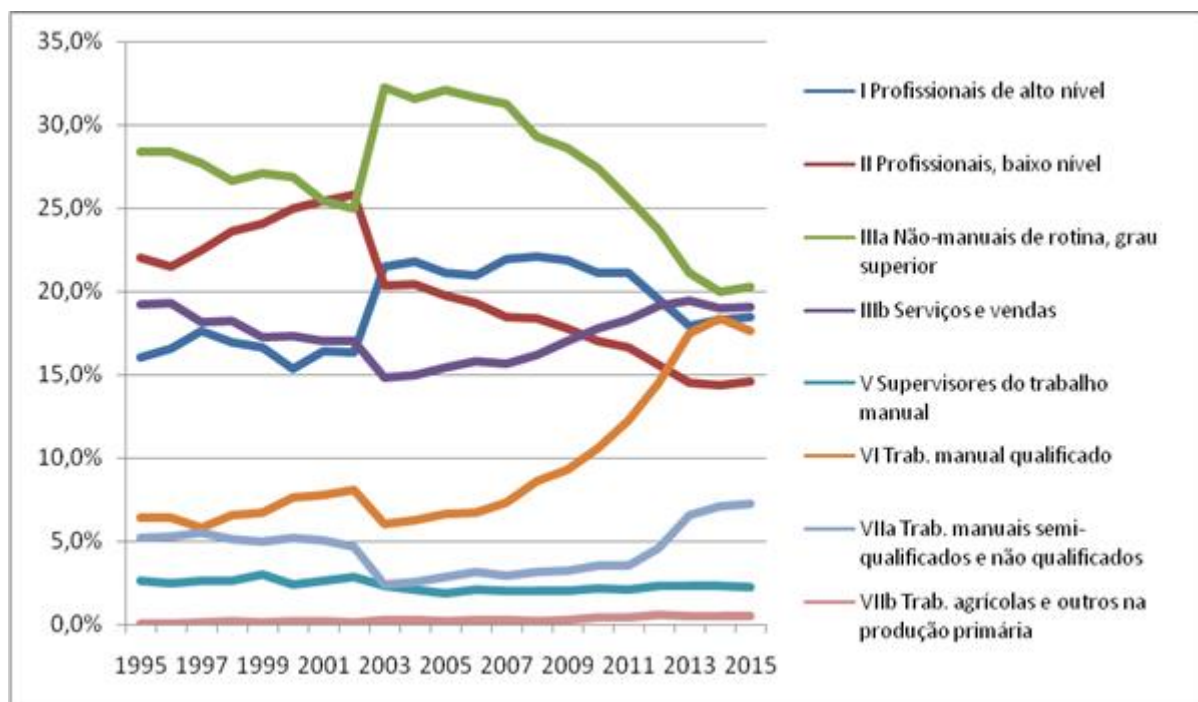


Gráfico 19 - Distribuição de mulheres por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Sobre a inserção dos homens estrangeiros no mercado formal, nota-se concentração de trabalhadores em cargos de “I Profissionais de alto nível” e tendência de crescimento proporcional de imigrantes nessa categoria (27,9%) e em posições de “VI Trabalho manual qualificado” (23,2%). Entre os homens também se nota três diferentes momentos na distribuição ocupacional. Entre 1995 e 2001 nota-se um declínio da proporção de homens em posições de “I Profissionais de alto nível” e aumento de “VI Trabalho manual qualificado”. De 2001 a 2011 “I Profissionais de alto nível” voltam a apresentar crescimento relativo, mas a partir de 2013 nota-se grande proporção de “VI Trab. manual qualificado” que passam a ser maioria.



Tabela 69 -Distribuição de homens por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária
1995	25,0%	13,7%	11,7%	11,2%	17,3%	17,4%	3,1%	,6%
1996	25,4%	14,2%	11,6%	10,8%	16,8%	17,4%	3,3%	,6%
1997	25,5%	14,6%	11,1%	10,8%	16,3%	17,6%	3,6%	,5%
1998	24,7%	15,2%	11,2%	10,8%	15,8%	18,1%	3,7%	,6%
1999	24,7%	15,3%	10,9%	11,3%	15,4%	17,8%	4,0%	,7%
2000	22,8%	15,9%	11,1%	11,8%	13,6%	19,9%	4,1%	,7%
2001	24,3%	15,2%	11,0%	11,3%	14,2%	19,4%	4,0%	,7%
2002	25,2%	14,9%	10,5%	11,1%	14,5%	19,2%	3,9%	,6%
2003	31,0%	14,4%	15,7%	9,0%	11,9%	14,6%	2,6%	,8%
2004	31,6%	14,3%	15,6%	8,4%	11,6%	15,1%	2,6%	,8%
2005	31,6%	13,9%	15,2%	8,8%	11,6%	15,6%	2,4%	,9%
2006	32,0%	14,0%	15,2%	8,9%	10,9%	15,6%	2,5%	,9%
2007	32,1%	14,0%	14,9%	8,9%	10,6%	16,1%	2,5%	,8%
2008	32,1%	13,6%	14,2%	9,0%	10,5%	17,1%	2,8%	,8%
2009	32,8%	13,8%	13,3%	9,0%	10,3%	17,3%	2,7%	,8%
2010	32,6%	13,4%	12,9%	9,0%	9,9%	18,4%	2,8%	1,0%
2011	31,7%	13,2%	12,1%	9,5%	9,3%	20,1%	3,2%	,9%
2012	29,0%	11,7%	11,1%	9,3%	8,9%	24,1%	4,7%	1,2%
2013	24,8%	10,1%	10,0%	8,6%	7,7%	30,0%	7,6%	1,3%
2014	23,6%	9,3%	9,4%	8,4%	7,0%	33,1%	7,9%	1,3%
2015	23,6%	9,5%	9,5%	9,1%	7,4%	32,2%	7,5%	1,3%
Total	25,4%	14,0%	16,0%	11,9%	7,7%	19,6%	4,7%	0,8%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

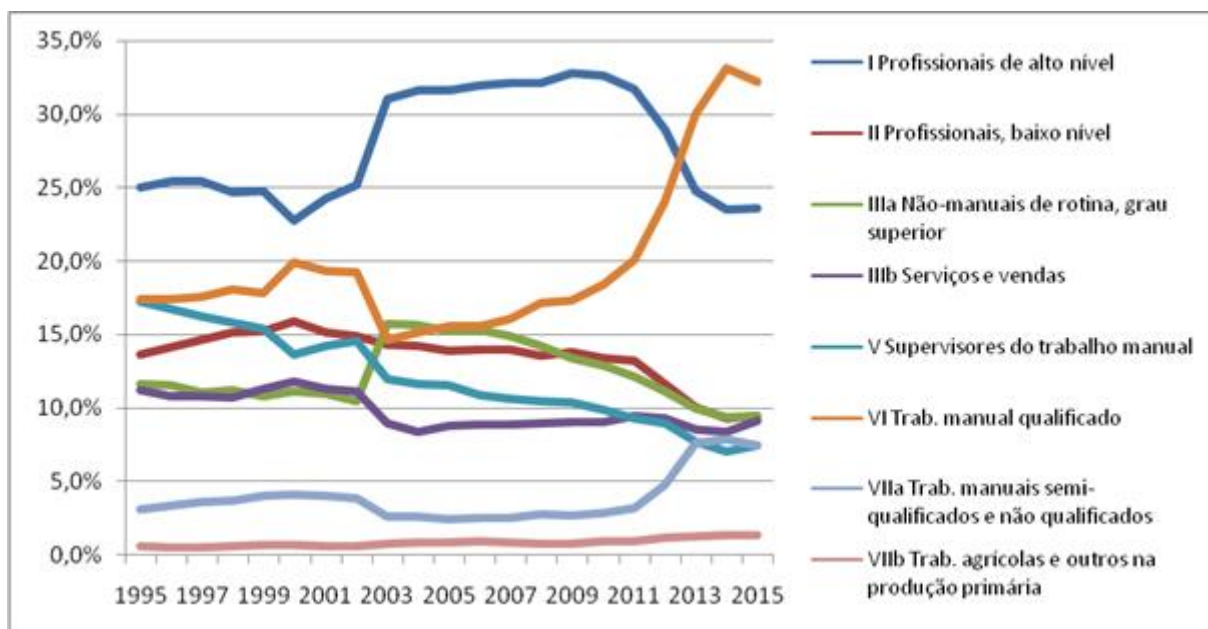


Gráfico 20 -Distribuição de homens por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Com intuito de identificar a existência de centralização em grupos ocupacionais entre os estrangeiros, foram analisadas as ocupações com maiores percentuais ao longo os anos. Tanto para homens quanto para mulheres não há grande concentração de imigrantes em uma determinada ocupação. O maior percentual observado entre homens é de gerente administrativo com 3% do total das observações e para as mulheres é de vendedora de comércio varejista com 6%. Destaca-se ainda que quatro posições ocupacionais com maiores percentuais são equivalentes entre homens e mulheres, quais sejam: Gerente administrativo, Vendedor de comércio varejista, Assistente administrativo e Auxiliar de escritório.

Ainda se observa para os homens uma segmentação das ocupações, isto é, dentre as ocupações com maior proporção de estrangeiros existem tanto posições com maiores status ocupacionais como gerentes, assim como cargos com na base da hierarquia ocupacional como servente de obra e assim como alimentador de linha de produção. Sobre as mulheres em específico, refuta-se a ideia de que as mulheres imigrantes internacionais no mercado formal brasileiro se concentrem em posições relacionadas aos setores de cuidados e limpezas, evidenciando um perfil diferenciado de estrangeiras no mercado formal.

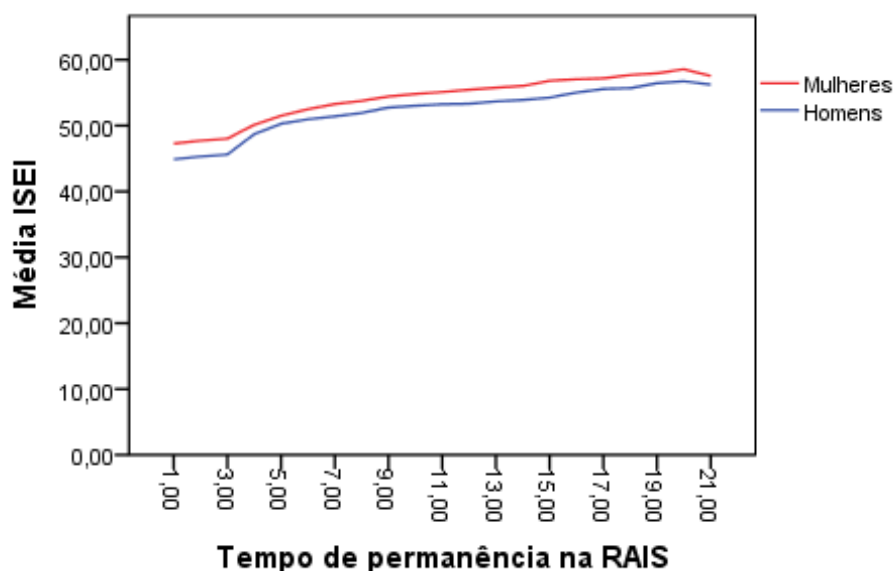
Tabela 70 – Ocupações com maiores concentrações de estrangeiros, segundo o sexo – 1995 a 2015

<b>Ocupação – HOMENS</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Gerente administrativo	10.872	3,1%
Vendedor de comércio varejista	9.668	2,8%
Assistente administrativo	7.426	2,1%
Servente de obras	6.447	1,9%
Alimentador de linha de produção	6.266	1,8%
Auxiliar de escritório	5.814	1,7%
Total de casos	347.910	-
<b>Ocupação – MULHERES</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Vendedor de comércio varejista	9.263	6,1%
Assistente administrativo	8.678	5,7%
Auxiliar de escritório	8.020	5,3%
Gerente administrativo	3.400	2,2%
Total de casos	151.884	-

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em relação à evolução média do ISEI conforme o tempo de permanência na RAIS, percebemos que homens e mulheres têm um padrão semelhante. Verifica-se crescimento do ISEI com o aumento da experiência no mercado local, variando em média cerca de 1%

por ano. Também se verifica que o ISEI das mulheres se mantém superior ao dos homens com o passar do tempo. Nesse sentido, os dados parecem indicar que quanto maior a experiência no mercado de trabalho formal, maior é o status ocupacional do trabalhador.



**Gráfico 21** – Evolução média do ISEI conforme o tempo de permanência na RAIS, *proxy* da experiência no mercado formal segundo o sexo do estrangeiro

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Quando analisamos essa evolução das médias dos ISEIs, percebemos uma tendência de aumento ao longo do tempo, sendo o ponto de maior aumento relativo aos 3 anos de permanência no mercado formal, tanto para homens quanto para mulheres, corroborando a literatura que afirma ser necessário, pelo menos três anos do estrangeiro no mercado local para que ocorra a mobilidade ocupacional (Feldman-Bianco *et al.*, 2017).

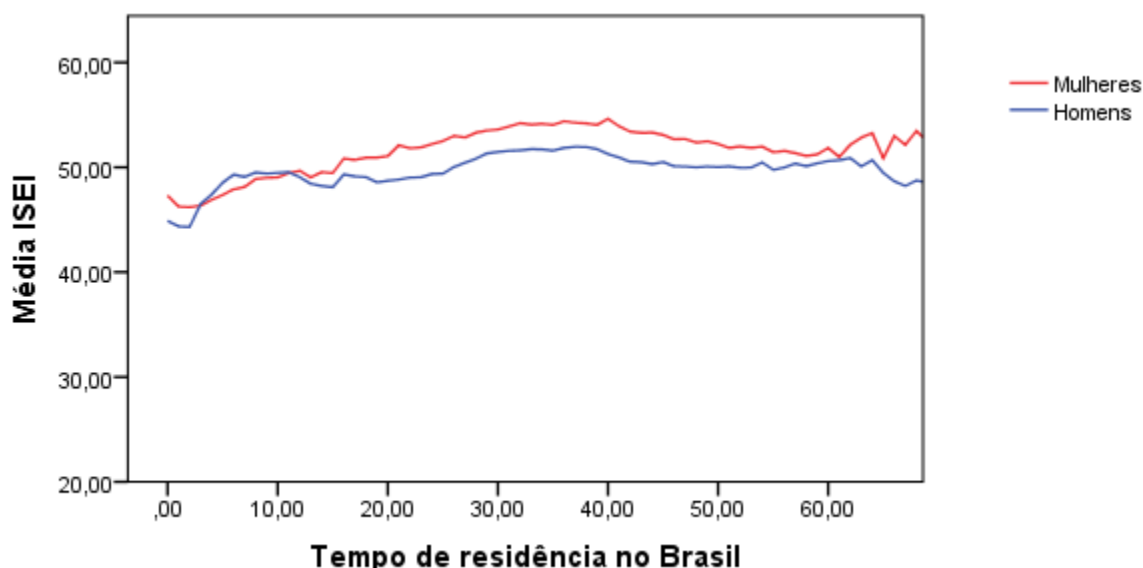
**Tabela 71** – Média do ISEI segundo o tempo de inserção na RAIS

Ano	Homens			Mulheres		
	N	Média	Desvio Padrão	N	Média	Desvio Padrão
1	53.657	44,9	17,8	21.686	47,3	16,6
2	53.657	45,3	17,7	21.686	47,7	16,6
3	53.657	45,6	17,6	21.686	48,0	16,7
4	35.624	48,7	17,3	15.390	50,1	16,3
5	26.410	50,3	17,1	11.937	51,5	16,1
6	21.109	51,0	17,0	9.746	52,5	16,0
7	17.623	51,4	16,9	8.237	53,3	15,7
8	15.062	51,9	16,8	7.096	53,8	15,5
9	12.936	52,7	16,6	6.080	54,4	15,4
10	11.093	53,0	16,6	5.303	54,8	15,5
11	9.490	53,3	16,6	4.555	55,1	15,3
12	8.083	53,3	16,5	3.899	55,5	15,0

13	6.800	53,7	16,4	3.294	55,8	14,9
14	5.676	53,9	16,3	2.765	56,0	14,6
15	4.720	54,3	16,2	2.307	56,8	14,3
16	3.856	55,0	16,2	1.909	57,1	14,3
17	3.106	55,6	16,2	1.536	57,2	14,1
18	2.369	55,7	16,4	1.189	57,7	14,1
19	1.670	56,5	16,1	843	57,9	14,0
20	995	56,7	16,2	501	58,6	13,5
21	363	56,2	15,8	193	57,5	13,2

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Ainda sobre a evolução média do ISEI, verificamos que para homens e mulheres até três anos de residência no Brasil há uma tendência de diminuição do status ocupacional do trabalhador, sobretudo para os homens. Depois disso, há tendência de aumento médio do ISEI, com momentos pontuais de pequenas quedas, mas que não chegam a diminuir o *status* do estrangeiro para menor do que o ISEI do primeiro emprego.

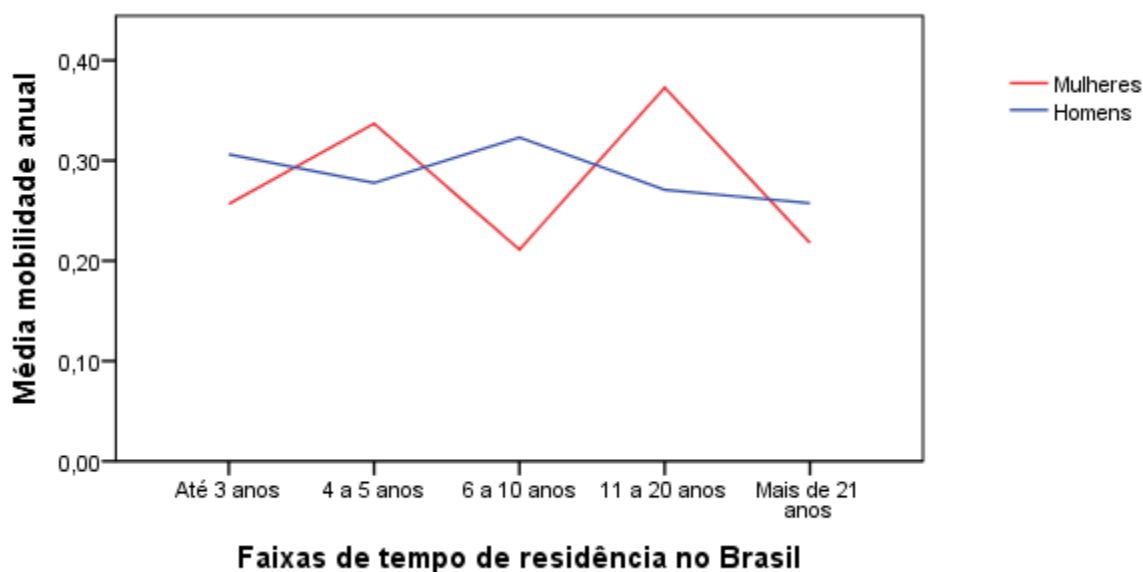


**Gráfico 22** – Evolução média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil e o sexo do estrangeiro

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

No gráfico abaixo apresentamos a variação do ISEI conforme as faixas de tempo de residência no Brasil. Ou seja, no eixo Y do gráfico, apresentamos o quanto o ISEI aumenta ou diminui, em média a cada ano, em relação às faixas do tempo de residência. Verificamos que tanto os homens quanto as mulheres têm crescimento do ISEI, entretanto, as variações no ISEI das mulheres têm maior amplitude do que dos homens. Podemos dizer que as mulheres realizam “saltos” maiores do que dos homens. Entretanto

para ambos os sexos, as variações médias dos status ocupacional são pequenas, entre 0,2 a 0,5 pontos no ISEI.



**Gráfico 23** – Variação média do ISEI conforme o tempo de residência no Brasil e o sexo do estrangeiro

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Pela análise descritiva dos dados parece haver uma queda inicial do status do estrangeiro, homens e mulheres, até três anos de moradia no país, seguido momentos de crescimento, porém em pequena medida. Também observamos que o aumento da experiência dos homens e das mulheres no mercado formal, há crescimento no status ocupacional do trabalhador. De maneira adicional, vimos no capítulo anterior, que existe uma tendência de imobilidade entre os estrangeiros no Brasil, sobretudo, em razão da entrada desses trabalhadores em ocupações de alto status ocupacional e permanência nesses cargos ao longo do tempo. Dessa forma, com intuito de verificar se existem padrões de mobilidade diferentes, conforme o grupo ocupacional de entrada do estrangeiro no mercado local, analisamos a evolução do ISEI, separadamente, para os grupos ocupacionais classificados de acordo com a tipologia EGP.

O Gráfico 24 apresenta os resultados para as mulheres e evidência que existem padrões diferentes conforme o grupo ocupacional de entrada do estrangeiro no mercado formal brasileiro. Percebe-se que profissionais com ISEI médio mais elevados, pertencentes aos grupos ocupacionais de “I Profissionais de alto nível” e “II Profissionais, baixo nível”, há

uma tendência de queda inicial do status nos primeiros anos de residência no Brasil. Por outro lado, trabalhadoras com ISEI médio inferiores, quais sejam “VI Trabalhadores manuais qualificados”, “VIIa Trabalhadores manuais semiquualificados e não qualificados” e “VIIb Trabalhador agrícola e outros na produção primária”, nota-se crescimento do status logo nos primeiros anos.

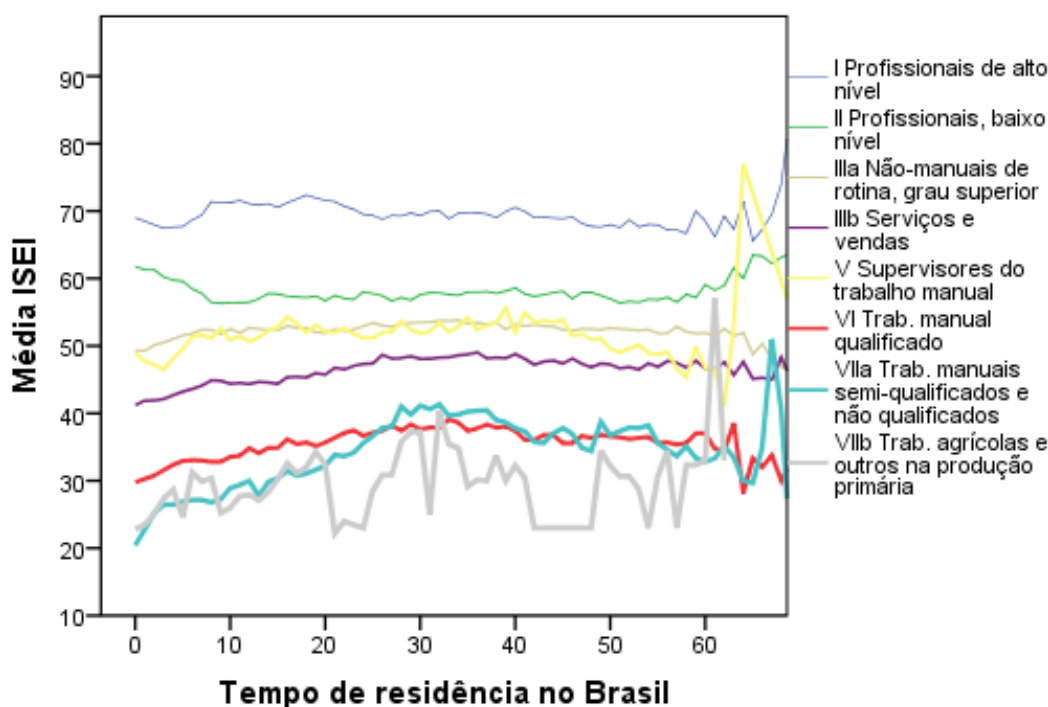
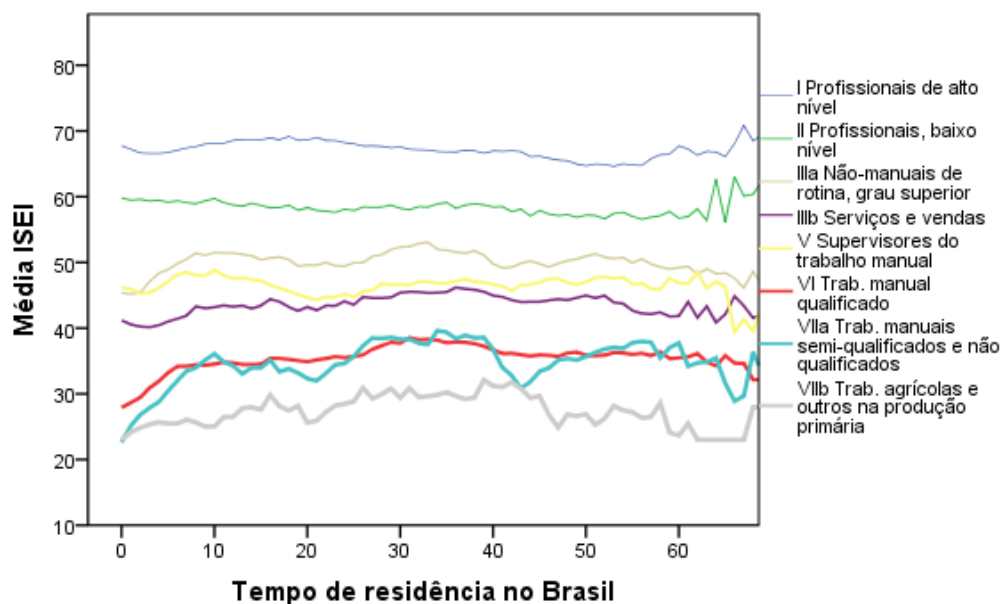


Gráfico 24– Evolução média do ISEI mulheres conforme o tempo de residência no Brasil por grupo ocupacional

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Entre os homens observamos que “I-Profissionais de alto nível” e “II - Profissionais, baixo nível” têm trajetória sem mudanças marcantes no ISEI, caracterizando uma possível situação de imobilidade dentro do grupo ocupacional. Nos outros grupos ocupacionais há grandes variações no ISEI, sobretudo entre os “VIIa Trabalhadores manuais semi-qualificados e não qualificados”. Assim como observado entre as mulheres também notamos que entre “IProfissionais de alto nível” e “II Profissionais, baixo nível”, há uma tendência de queda inicial do status nos primeiros anos de residência no Brasil. Já entre trabalhadores com ISEI médio inferiores, “VI Trabalhadores manuais qualificados”, “VIIa Trabalhadores manuais semiquualificados e não qualificados” e “VIIb Trabalhador

agrícola e outros na produção primária”, se percebe crescimento do status logo nos primeiros anos.



**Gráfico 25** – Evolução média do ISEI homens conforme o tempo de residência no Brasil por grupo ocupacional

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, apresentam-se os resultados dos níveis de mobilidade obtidos por meio de matrizes de transição de status construídas segundo a tipologia EGP (Tabela 73 e da Tabela 74). Predominam entre homens e mulheres os casos de imobilidade no mercado de trabalho formal brasileiro, indicando que a maioria dos estrangeiros, de ambos os sexos, não realiza movimento de mudança de classe ocupacional no Brasil. Notam-se altas taxas entre homens e mulheres, 63% e 60% respectivamente, sendo correspondente a mais da metade dos casos.

Em relação à mobilidade total, nota-se que 37% dos casos entre homens e 40% entre mulheres não permaneceram na mesma classe ocupacional. Dentre esses trabalhadores, tanto para homens quanto para mulheres, é maior a parcela de imigrantes que realizaram um movimento vertical ascendente do que descendente no esquema de classe, ou seja, melhoraram a posição ocupacional comparado o início da trajetória e o final, sendo 23% para homens e 25% para mulheres. Chama atenção o fato das mulheres terem maiores

níveis de mobilidade ascendente, comparado aos homens, contradizendo a maioria dos estudos existentes.

Em contrapartida, 14% dos estrangeiros homens e 15% das mulheres tiveram uma trajetória de mobilidade descendente, aquela na qual o trabalhador obtém diminuição no *status* ocupacional comparado o início da carreira e o último ano analisado de sua trajetória no mercado. Nesse ponto, nota-se desvantagem das mulheres, comparado aos homens. Entretanto, no cômputo geral no que diz respeito à mobilidade ascendente ou descendente, a mulher estrangeira apresenta uma pequena vantagem comparada ao homem estrangeiro. Tal resultado é diferente daqueles desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos e Espanha, nos quais é encontrado grande desvantagem na trajetória das mulheres estrangeiras no mercado de trabalho comparado aos homens estrangeiros (Borrell *et al.*, 2008; Aysa-Lastra, 2013; Aysa-Lastra e Cachón, 2013; Miret-Gamundi, 2014; Fernández-Macías *et al.*, 2015; Powers *et al.*, 2017; Sánchez-Soto, G. e Singelmann, J. S., 2017).

Tabela 72 – Resultados da Tabela de Mobilidade

<b>Resultado</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Taxa de Imobilidade	63%	60%
Taxa de Mobilidade Ascendente	23%	25%
Taxa de Mobilidade Descendente	14%	15%
Total	100%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.



**Tabela 73 – Tabela de mobilidade para homens estrangeiros**

Grupo ocupacional	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total	% distribuição
I Profissionais de alto nível	83%	8%	4%	1%	2%	1%	0%	0%	100,0	21,9
II Profissionais, baixo nível	28%	50%	10%	5%	3%	3%	1%	0%	100,0	10,6
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	17%	12%	46%	7%	5%	9%	4%	0%	100,0	10,5
IIIb Serviços e vendas	10%	9%	10%	53%	3%	12%	3%	0%	100,0	10,1
V Supervisores do trabalho manual	16%	7%	6%	3%	53%	13%	2%	0%	100,0	8,3
VI Trab. manual qualificado	2%	2%	4%	5%	5%	73%	7%	1%	100,0	29,4
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	4%	2%	7%	7%	3%	39%	36%	1%	100,0	7,8
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	2%	1%	3%	4%	3%	22%	7%	58%	100,0	1,4
% distribuição	26%	11%	10%	9%	8%	29%	6%	1%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 74 – Tabela de mobilidade para mulheres estrangeiras

Grupo ocupacional	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total	% distribuição
I Profissionais de alto nível	76%	9%	10%	2%	1%	1%	0%	0%	100,0	14,5
II Profissionais, baixo nível	20%	51%	19%	6%	1%	2%	1%	0%	100,0	14,6
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	12%	14%	60%	8%	1%	2%	1%	0%	100,0	20,7
IIIb Serviços e vendas	7%	10%	15%	57%	2%	6%	3%	0%	100,0	22,6
V Supervisores do trabalho manual	16%	12%	12%	7%	39%	9%	5%	0%	100,0	2,3
VI Trab. manual qualificado	2%	3%	4%	10%	1%	70%	9%	1%	100,0	17,4
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	2%	5%	10%	15%	1%	22%	45%	0%	100,0	7,3
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	2%	2%	1%	4%	1%	27%	11%	50%	100,0	0,6

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Quando analisamos a mobilidade por meio da subtração do ISEI do último emprego do estrangeiro pelo ISEI do primeiro emprego, identificamos que os casos de imobilidade diminuem. Como já citado no capítulo anterior, é esperado que o cálculo da mobilidade por meio do ISEI dê resultados superiores do que por meio das tabelas de transição de status. Isso porque, a mobilidade pelo ISEI é classificada como a mudança de pelo menos um ponto no índice sócio ocupacional, ao passo que a mudança de uma classe ocupacional para outra requer a alteração de um intervalo equivalente a vários pontos do ISEI.

As taxas de mobilidade obtidas pelo ISEI indicam que os resultados de homens e mulheres são bastante próximos em todas as dimensões (imobilidade, mobilidades ascendente ou descendente). Entretanto, vale destacar um pequeno percentual (de 0,06%) a mais entre os homens de mobilidade ascendente, quando comparados às mulheres. A partir desse resultado, identificamos que as mulheres têm médias de ISEI superiores à dos homens, que as trajetórias de mobilidade delas não são muito diferentes das dos homens, porém com uma pequena desvantagem em relação a menores percentuais de mobilidade ascendente. Contudo, isso não nos permite inferir que as estrangeiras estão em pior situação ocupacional e de mobilidade do que os homens estrangeiros no mercado formal brasileiro. Para tanto é necessário uma análise mais avançada, controlando outros fatores, como faremos a seguir.

Tabela 75 – Tabela de mobilidade para homens e mulheres estrangeiras, calculado por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego

Resultado	Variável (ISEI final – ISEI inicial)	
	Mulheres	Homens
Taxa de Imobilidade	49,6%	49,1%
Taxa de Mobilidade Ascendente	28,8%	29,6%
Taxa de Mobilidade Descendente	21,6%	21,3%
Total	100%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Após a análise dos níveis de mobilidade para homens e mulheres, investigamos o efeito do sexo para a mobilidade ocupacional mantendo as características individuais dos estrangeiros controladas. Em relação aos resultados dos modelos econométricos, apresenta-se o coeficiente estimado para variável de teste sexo, indicando um efeito positivo para os homens em média, de aumento de 0,9 pontos no ISEI.

A partir desse resultado, confirmamos parcialmente a hipótese 2 construída. Nossos achados corroboram que as mulheres imigrantes têm padrões de mobilidade diferentes dos homens, sendo que os homens têm chances maiores de mobilidade ascendente. Entretanto, não verificamos a grande concentração de mulheres em ocupações de *status* ocupacional mais baixo, com limitadas chances de mobilidade.

Tabela 76 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 1, para todos os estrangeiros, com a inserção da variável sexo como variável independente

<b>Modelo</b>	<b>Amostra</b>	<b>Variável de teste</b>	<b>(Coef. (b))</b>
<b>Modelo 1</b>	<i>Homens e mulheres</i>	Sexo	0,940***

\*significante ao nível de 10%;\*\* significante ao nível de 5% \*\*\* significante ao nível de 1%  
 Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Para o conjunto dos estrangeiros, verificamos que ser homem no mercado de trabalho formal brasileiro tem efeito positivo no status ocupacional dos estrangeiros, comparado as mulheres. Mas, será que a desigualdade entre homens e mulheres varia segundo o país de origem do trabalhador?

Para respondermos tal questão, examinamos as principais ocupações nas quais esses estrangeiros se encontram inseridos e percebemos a formação de nichos ocupacionais entre alguns grupos. Apresentamos os resultados estatísticos no Apêndice 9.

As maiores concentrações de vínculos em um tipo de ocupação são observadas entre bolivianos (homens e mulheres), mulheres uruguaias, mulheres estadunidenses e haitianos (homens e mulheres). Desses grupos, observamos que os homens e mulheres bolivianos têm respectivamente 28% e 30% do total dos vínculos de trabalho no período analisado em cargos relacionados a confecções e produções de roupas, tais como costureiro e modelista de roupas. Entre os homens haitianos 24% são vínculos empregatícios de serventes de obras e pedreiros, e das mulheres 14% são de faxineiras. Entre mulheres uruguaias, observamos 13% dos vínculos de trabalho como vendedoras de comércio varejista e 6% dos homens também nessa mesma ocupação. Entre as

estrangeiras dos EUA, 33% dos vínculos são de professoras/ instrutoras e entre os homens dos EUA é de gerente administrativo (4,8%).

Também observamos que, entre os homens, há mais posições de chefia, como diretores e gerentes, ao passo que entre as mulheres existem mais supervisoras e assistentes. Entretanto, em geral, não observamos que como indicado pela literatura a concentração das mulheres estrangeiras como em ocupações de *status* baixo no setor de “cuidados” (empregadas domésticas, babás e cuidados com idosos), exceto entre as haitianas.

Em seguida, no Apêndice 10 apresentamos 28 tabelas de transição de *status*, construídas com base nos grupos ocupacionais EGP e realizadas separadamente para homens e mulheres de cada uma das nacionalidades pesquisadas. Trazemos abaixo o resumo dos resultados.

Em todos os grupos analisados, tanto entre homens quanto entre mulheres, os maiores percentuais referem-se a situações de imobilidade no mercado de trabalho. Porém, tal como a reflexão feita para o conjunto geral dos estrangeiros, para os grupos que se encontram concentrados em ocupações de alto status, a imobilidade representa uma situação benéfica. Nesse sentido, verificamos os maiores percentuais de imobilidade na diagonal referente aos profissionais de alto nível para homens e mulheres dos seguintes países: Argentina, Chile, Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Itália e Portugal.

A situação dos asiáticos (japoneses e chineses) e dos uruguaios é curiosa. As mulheres chinesas, japonesas e uruguaias têm maiores percentuais de imobilidade em cargos como “trabalhadoras agrícolas e outras na produção primária”, enquanto os homens chineses, japoneses e uruguaios têm os maiores percentuais de imobilidade em cargos como “profissionais de alto nível”. Isto é, as mulheres se mantêm imóveis na base e os homens no topo da hierarquia sócio ocupacional. Esse resultado indica a necessidade de compreensão mais aprofundada desses grupos de estrangeiros, na medida em que pode existir entre eles uma maior segmentação ocupacional baseada no sexo.

Paraguaios e bolivianos, homens e mulheres, têm grande concentração de imobilidade entre “Trabalhadores manuais qualificados”, apesar de verificarmos também entre as

mulheres paraguaias um alto percentual de imobilidade entre profissionais de alto nível. Já entre os haitianos, os homens têm alto percentual de imobilidade entre trabalhadores manuais qualificados e as mulheres entre profissionais de alto nível.

Temos visto que o grupo ocupacional é uma importante informação para compreendermos os níveis de mobilidade entre os estrangeiros, na medida em que os altos níveis de imobilidade verificados no mercado de trabalho formal brasileiro são interpretados de maneira diferente para os trabalhadores que se encontram em cargos de alto *status* e para aqueles que estão em ocupações de baixo *status*. Isto é, a imobilidade para os estrangeiros que estão em cargos de “Profissionais de alto nível” representa uma situação benéfica, de manutenção no topo da hierarquia ocupacional, ao passo que os estrangeiros que estão em cargos como “Trabalhadores agrícolas e da produção primária” a imobilidade representa uma situação de limitada chance de ascendência.

Sobre os trabalhadores que realizaram algum movimento no mercado de trabalho, em todos os grupos, as taxas de mobilidade ascendente são maiores do que os percentuais de mobilidade descendente.

Também já verificamos nos capítulos anteriores que os movimentos de variação do ISEI são pequenos e, em muitas situações, não são traduzidos em mudanças de grupos ocupacionais. Dessa forma, é importante analisarmos as taxas de mobilidade também através da variável dependente utilizada em nossos modelos, obtida por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego dos estrangeiros.

A Tabela 77 abaixo apresenta os resultados para os homens e a Tabela 78 para as mulheres. Em geral, os homens têm maiores percentuais de imobilidade, exceto entre estrangeiras da Bolívia, Estados Unidos e Portugal. Dessa forma, as mulheres têm percentuais de mobilidade total superiores, que podem representar um movimento ascendente ou descendente. As mulheres têm maiores níveis de mobilidade descendente, exceto entre estadunidenses e italianas, e maiores percentuais de mobilidade ascendente entre todos os grupos, comparado aos homens, exceto entre portuguesas.

Tabela 77 – Resultados da Tabela de Mobilidade para homens

<b>País</b>	<b>Taxa de Imobilidade</b>	<b>Taxa de Mobilidade Ascendente</b>	<b>Taxa de Mobilidade Descendente</b>
Bolívia	78%	13%	9%
China	76%	15%	9%
França	71%	18%	11%
Paraguai	68%	19%	13%
Japão	67%	19%	14%
EUA	67%	20%	13%
Alemanha	65%	24%	11%
Espanha	64%	22%	14%
Itália	63%	23%	14%
Portugal	60%	26%	15%
Argentina	59%	25%	16%
Uruguai	58%	24%	18%
Haiti	57%	25%	18%
Chile	52%	30%	18%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela 78 – Resultados da Tabela de Mobilidade para mulheres

<b>País</b>	<b>Taxa de Imobilidade</b>	<b>Taxa de Mobilidade Ascendente</b>	<b>Taxa de Mobilidade Descendente</b>
Bolívia	77%	13%	10%
Portugal	70%	20%	10%
EUA	69%	19%	12%
Paraguai	65%	20%	14%
França	64%	23%	13%
Japão	63%	23%	14%
China	63%	23%	14%
Alemanha	61%	25%	14%
Espanha	61%	23%	16%
Itália	61%	28%	11%
Uruguai	56%	27%	17%
Argentina	56%	27%	17%
Haiti	51%	27%	22%
Chile	46%	35%	19%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Mas, como vimos no capítulo anterior que a nacionalidade do estrangeiro é uma informação relevante para trajetória no mercado de trabalho formal, apresentamos os percentuais de mobilidade calculados pelo ISEI separados por grupo de estrangeiros. A análise das taxas de mobilidade por meio do cálculo do ISEI do último emprego menos o do primeiro emprego indica que todos os grupos têm maiores níveis de imobilidade, exceto homens chilenos e mulheres haitianas que têm maiores percentuais de mobilidade ascendente, sendo 38% e 37% respectivamente. Os grupos com maiores percentuais de

imobilidade são as mulheres e os homens chineses, com respectivamente 69% e 64%, seguido de homens e mulheres bolivianos com 62% e 59%.

Já a mobilidade descendente atinge maiores percentuais entre os homens haitianos (29%), homens chilenos (28%) e mulheres haitianas (27%).

Tabela 79 – Tabela de mobilidade calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo a nacionalidade e o sexo do estrangeiro

<b>Resultado – ARGENTINA</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	44%	46%
Mobilidade ascendente	33%	31%
Mobilidade descendente	23%	23%
Total	100%	100%
<b>Resultado – BOLÍVIA</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	62%	59%
Mobilidade ascendente	21%	25%
Mobilidade descendente	17%	16%
Total	100%	100%
<b>Resultado – CHILE</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	34%	38%
Mobilidade ascendente	38%	37%
Mobilidade descendente	28%	25%
Total	100%	100%
<b>Resultado – PARAGUAI</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	53%	53%
Mobilidade ascendente	26%	27%
Mobilidade descendente	22%	21%
Total	100%	100%
<b>Resultado – URUGUAI</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	45%	46%
Mobilidade ascendente	31%	30%
Mobilidade descendente	24%	24%
Total	100%	100%
<b>Resultado – ALEMANHA</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	53%	53%
Mobilidade ascendente	26%	29%
Mobilidade descendente	21%	18%
Total	100%	100%
<b>Resultado – ESPANHA</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	51%	52%
Mobilidade ascendente	27%	27%
Mobilidade descendente	22%	21%
Total	100%	100%
<b>Resultado – EUA</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	59%	59%
Mobilidade ascendente	24%	24%
Mobilidade descendente	17%	17%
Total	100%	100%
<b>Resultado – FRANÇA</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	55%	59%



Mobilidade ascendente	23%	23%
Mobilidade descendente	22%	18%
Total	100%	100%
<b>Resultado – ITÁLIA</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	53%	52%
Mobilidade ascendente	30%	29%
Mobilidade descendente	18%	20%
Total	100%	100%
<b>Resultado – HAITI</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	40%	36%
Mobilidade ascendente	31%	37%
Mobilidade descendente	29%	27%
Total	100%	100%
<b>Resultado – JAPÃO</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	55%	60%
Mobilidade ascendente	27%	23%
Mobilidade descendente	18%	17%
Total	100%	100%
<b>Resultado – CHINA</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	64%	69%
Mobilidade ascendente	22%	18%
Mobilidade descendente	13%	13%
Total	100%	100%
<b>Resultado – PORTUGAL</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Imobilidade	47%	49%
Mobilidade ascendente	31%	30%
Mobilidade descendente	22%	21%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, foram estimados modelos separados para cada um dos 14 países que compõe a amostra. Os resultados indicam que entre argentinos, paraguaios, uruguaios, italianos, japoneses e chineses não há efeito estatisticamente significativo na mobilidade entre homens e mulheres. Já entre bolivianos, chilenos, alemães, espanhóis, estadunidenses, franceses, haitianos e portugueses, ser homem representa um efeito positivo no status ocupacional dos trabalhadores, indicando uma pior situação das mulheres estrangeiras.

Tabela 80 – Resultados dos estimadores do modelo longitudinal da equação 2, separados para cada uma das nacionalidades

(Estimação de 14 equações separadas para cada nacionalidade)

Modelo	Amostra	Variável de teste	(Coef. (b))
Modelo 2	<i>ARGENTINOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	0,585
Modelo 2	<i>BOLIVIANOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	1,336***
Modelo 2	<i>CHILENOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	1,035**

<b>Modelo 2</b>	<i>PARAGUAIOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	0,041
<b>Modelo 2</b>	<i>URUGUAIOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	0,008
<b>Modelo 2</b>	<i>ALEMÃES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	1,592**
<b>Modelo 2</b>	<i>ESPAHÓIS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	1,738***
<b>Modelo 2</b>	<i>ESTADUNIDENSES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	1,172**
<b>Modelo 2</b>	<i>FRANCESES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	2,009***
<b>Modelo 2</b>	<i>ITALIANOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	0,560
<b>Modelo 2</b>	<i>HAITIANOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	0,623***
<b>Modelo 2</b>	<i>JAPONESES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	0,659
<b>Modelo 2</b>	<i>CHINESES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	0,266
<b>Modelo 2</b>	<i>PORTUGUESES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Sexo	1,145***

\*significante ao nível de 10%;\*\* significante ao nível de 5% \*\*\* significante ao nível de 1%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

## 6.2 Considerações finais do capítulo

1. As estrangeiras, em sua maioria, se inserem no mercado formal brasileiro em ocupações da classe “IIIa Não-manuais de rotina, grau superior”. Esse achado contradiz os estudos da área que identificam concentração das mulheres estrangeiras em ocupações de baixo status ocupacional. Uma explicação refere-se ao fato de analisarmos mulheres documentadas inseridas no mercado formal que possivelmente são positivamente selecionadas em relação ao capital humano e demais características valorizadas no mercado de trabalho, diferentemente das estrangeiras que se encontram no mercado informal.
2. Sobre a inserção dos homens estrangeiros no mercado formal, nota-se concentração de trabalhadores em cargos de “I Profissionais de alto nível” e tendência de crescimento de estrangeiros em posições de “VI Trabalho manual qualificado”, diferentemente também daqueles que se encontram no setor informal.
3. Homens e mulheres têm um padrão semelhante em relação à evolução média do ISEI conforme o tempo de permanência na RAIS, variável utilizada como *proxy* de experiência no mercado de trabalho. Também se verifica que o ISEI das mulheres se mantém superior ao dos homens com o passar do tempo.
4. Para homens e mulheres, com até três anos de residência no Brasil, há uma tendência de diminuição do status ocupacional do trabalhador, sobretudo para os homens. Depois disso, há tendência de aumento médio do ISEI.
5. Tanto para homens quanto para mulheres, percebe-se que profissionais com ISEI médio mais elevados, pertencentes aos grupos ocupacionais de “I Profissionais de alto nível” e “II Profissionais, baixo nível”, há uma tendência de queda inicial do status nos primeiros anos de residência no Brasil. Por outro lado, trabalhadoras com ISEI médio inferiores, quais sejam “VI Trabalhadores manuais qualificados”, “VIIa Trabalhadores manuais semi qualificados e não qualificados” e “VIIb

Trabalhador agrícola e outros na produção primária”, nota-se crescimento do status logo nos primeiros anos.

6. As taxas de mobilidade indicam que prevalecem casos de imobilidade entre homens e mulheres, tanto por meio da análise pelas tabelas de transição de *status* (63% para homens e 60% para mulheres) quanto por meio da variação dos resultados do ISEI (49,6% mulheres e 49,1% homens).
7. Em relação às taxas de mobilidade total, tanto homens quanto mulheres têm maiores percentuais de mobilidade ascendente do que descendente. Os homens têm uma pequena vantagem em relação ao maior percentual de mobilidade ascendente, comparando com as mulheres.
8. Observamos que entre os homens há mais posições de chefia, como diretores e gerentes, ao passo que entre as mulheres existem mais supervisoras e assistentes. Entretanto, em geral, não observamos que, como indicado pela literatura, há concentração das mulheres estrangeiras em ocupações de *status* baixo no setor de “cuidados” (empregadas domésticas, babás e cuidados com idosos), exceto entre as haitianas.
9. As tabelas de mobilidade realizadas separadamente segundo a nacionalidade e sexo dos estrangeiros indicam que em todos os grupos analisados, tanto entre homens quanto mulheres, os maiores percentuais se referem a situações de imobilidade no mercado de trabalho.
10. A análise das taxas de mobilidade por meio do cálculo do ISEI do último emprego menos o do primeiro emprego indica que todos os grupos têm maiores níveis de imobilidade, exceto homens chilenos e mulheres haitianas que têm maiores percentuais de mobilidade ascendente.
11. Para o conjunto total dos estrangeiros, a variável sexo têm efeito para compreensão das trajetórias ocupacionais dos estrangeiros no Brasil, tendo os homens estrangeiros maiores probabilidades de mobilidade ascendente do que as

mulheres estrangeiras. Ou seja, o modelo utilizado para todos os estrangeiros, utilizado para testar a hipótese 2, confirma nossa suposição geral de que imigrantes têm padrões de mobilidade diferentes dos homens com menores probabilidade de ascensão. Entretanto, a análise realizada separadamente para os 14 grupos estudados, uma maior parte (8 grupos) a diferença é positiva para os homens. Para os 6 grupos não há diferença estatística observada.

A análise separada para cada um dos grupos de estrangeiros nos indica que entre argentinos, paraguaios, uruguaios, italianos, japoneses e chineses não há efeito estatisticamente significativo na mobilidade entre homens e mulheres. Já entre bolivianos, chilenos, alemães, espanhóis, estadunidenses, franceses, haitianos e portugueses, ser homem representa um efeito positivo no status ocupacional dos trabalhadores, indicando uma pior situação das mulheres estrangeiras.

## **7. Qual efeito de variáveis relacionadas ao tempo nos resultados ocupacionais de estrangeiro(a)s?**

Nesse capítulo é analisado o efeito de variáveis relacionadas ao “tempo” para a mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro. São consideradas as seguintes variáveis relacionadas ao “tempo”: 1) tempo de residência no Brasil; 2) tempo de permanência na base de dados construída entre 1995 a 2015, sendo uma variável *proxy* do tempo de experiência no mercado de trabalho formal brasileiro; 3) a idade do estrangeiro ao se mudar para o Brasil.

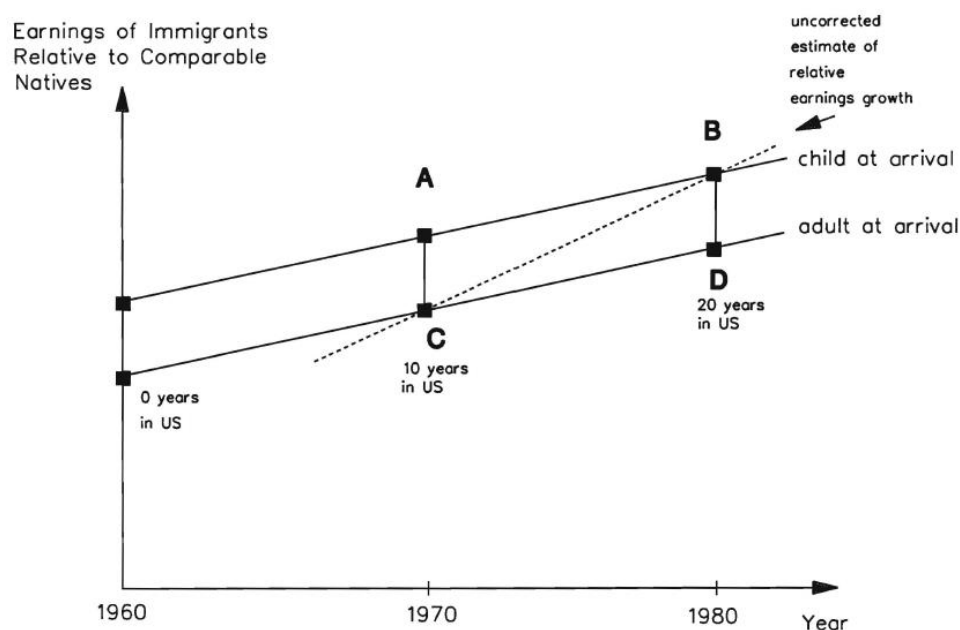
Como discutido nos capítulos anteriores, a literatura internacional é vasta e, em geral, os pesquisadores enfatizam a necessidade de incorporar nos estudos a informação sobre o ano de chegada do estrangeiro no país de destino e, a partir dessa informação, calcular a idade de imigração, o tempo de residência no país hospedeiro e o tempo que o trabalhador está inserido no mercado local (Chiswick, 1978; Duleep e Regets, 1999; Lam e Liu, 2002; Weiss *et al.*, 2003; Chiswick e Miller, 2014; Dustmann e Gorlach, 2015).

O principal argumento para incorporar essas informações sobre o ano de chegada e, conseqüentemente, sobre a idade ao migrar, tempo de residência e tempo de participação no mercado local nos estudos sobre a mobilidade ocupacional dos estrangeiros baseia-se na idéia de que essas variáveis indicariam o quanto o estrangeiro está “integrado” no país hospedeiro (Borjas, 1994; Van Tubergen, Maas *et al.*, 2004). Sobretudo, entre os pesquisadores da Teoria da Assimilação, argumenta-se que, ao longo do tempo, os trabalhadores fazem investimentos que irão melhorar a produtividade dos estrangeiros no mercado de trabalho de destino (Chiswick e Miller, 2014). Dessa forma, quanto maior o tempo de residência no país hospedeiro e maior o tempo de participação no mercado local, maior seria a assimilação do trabalhador estrangeiro e, portanto, melhores seriam os resultados dos imigrantes no mercado de trabalho (Van Tubergen, Maas e Flap, 2004). Nesse sentido, um estrangeiro com maior tempo de residência e maior tempo de participação no mercado local, já teria incorporado as “regras do jogo” do mercado de trabalho hospedeiro e já teria acumulado experiência no mercado, contribuindo para aumento do capital humano.

Um dos primeiros estudos que discute o assunto foi desenvolvido por Barry Chiswick (1978) no qual o autor estima um modelo de regressão, com dados *cross-section*, no qual a variável dependente é o salário do trabalhador e as variáveis independentes são a idade do trabalhador, uma *dummy* indicando se o trabalhador é imigrante e o número de anos que o trabalhador imigrante morava no país de destino. Os resultados de Chiswick indicam que os rendimentos dos imigrantes são menores do que os rendimentos dos nativos no momento de sua chegada, mas com o tempo, os rendimentos dos imigrantes ultrapassam aos dos nativos. A estimativa é que os imigrantes masculinos brancos ultrapassem os nativos de características semelhantes em 15 a 20 anos de residência nos Estados Unidos. Em seguida, as conclusões de Chiswick (1978) foram questionadas por Borjas (1985), que argumentou que, por ser uma análise de *cross section*, não é possível identificar separadamente o efeito de idade dos efeitos da coorte. Isto é, a correlação positiva entre rendimentos e tempo de migração pode ser explicada por um efeito das diferentes características das coortes e não por um efeito da assimilação dos indivíduos, como Chiswick preconizava.

Na perspectiva de Borjas (1985), após um exame dos dados para os EUA, não existe o processo de ultrapassagem dos estrangeiros apontado por Chiswick (1978) e sim uma diminuição do nível de habilidades dos imigrantes. Tal diminuição estaria ligada ao fato de que os fluxos migratórios mais recentes são oriundos de países de maior desigualdade renda, o que, segundo o modelo de Borjas (1985), significa que os migrantes têm maiores chances de serem negativamente selecionados. Conforme indicado na Figura 3, para Borjas (1985) o equívoco cometido por Chiswick (1978) é examinar a diferença entre os pontos B e C, ao passo que a análise deve ser realizada entre os pontos A e B ou C e D, quando serão comparados indivíduos dentro das mesmas coortes.

Figura 3 – Críticas de Borjas (1985) ao modelo de Chiswick (1978) para assimilação dos imigrantes nos EUA.



Fonte: Friedberg, p. 82, 1992

A partir das considerações metodológicas de Borjas (1985) ao trabalho de Chiswick (1978), o banco de dados construído para essa pesquisa mostra-se ainda mais adequado para o estudo da trajetória ocupacional dos estrangeiros no Brasil, visto que uma amostra longitudinal de painel pode controlar as influências relativas às características das coortes, pois é possível acompanhar um mesmo indivíduo ao longo dos anos.

Há também aqueles estudos que encontram uma tendência de declínio nos salários e status ocupacional de alguns imigrantes, ao longo do tempo de permanência na sociedade de acolhimento e participação no mercado local. Nessa perspectiva, Chiswick e Miller (2011, 2012) revisitam seus estudos e identificam uma “assimilação negativa” entre os imigrantes estabelecidos em regiões desenvolvidas em que o país de origem e de destino apresentam semelhanças em termos culturais, práticas no mercado de trabalho e padrões econômicos, como por exemplo, os estrangeiros do Reino Unido nos EUA. A hipótese de assimilação negativa é testada utilizando dados sobre imigrantes dos países desenvolvidos de língua inglesa (ou seja, Reino Unido, Irlanda, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) para os Estados Unidos. Os autores usam os Censos Demográficos dos Estados Unidos de 1980, 1990 e 2000 e estimam equações com a variável dependente referente ao logaritmo natural dos rendimentos anuais dos imigrantes do sexo masculino adulto (de 25 a 64



anos). As variáveis independentes do modelo são: anos de educação, anos de experiência no mercado de trabalho (medida pela idade menos os anos de educação menos 5) e seu quadrado, estado civil (casado ou não), o logaritmo natural das semanas trabalhadas no ano, se o entrevistado fala um idioma diferente do inglês em casa, situação do domicílio (rural/ urbano), região dos EUA e variáveis dicotômicas referentes ao país de nascimento. A variável de teste são os anos de residência nos EUA, que se apresenta negativa nos resultados, confirmando a hipótese de assimilação negativa.

De acordo com os autores, o modelo é aplicável apenas aos imigrantes de países desenvolvidos e semelhantes em cultura, linguagem e práticas no mercado entre a sociedade de origem e a de destino. Isso porque, esses trabalhadores tendem a migrar já no topo da hierarquia socioeconômica (ou só migram quando esperam salários mais elevados) e, pelo fato de terem proximidades culturais, necessitam de pouco investimento em treinamento no momento da chegada ao novo país. Nesse sentido, a permanência desse trabalhador no mercado de trabalho hospedeiro há indícios de que esse estrangeiro não teve outra oferta atraente para provocar a nova mudança ou que os custos da migração aumentaram devido ao estabelecimento de vínculos pessoais, como formação de uma família no mercado de destino. Isso ocorre com diretores de multinacionais e profissionais qualificados da área de Tecnologia da Informação (TI) que são atraídos para cargos em diferentes países em razão da possibilidade de ascensão na carreira. Entretanto, uma vez que esses profissionais estabelecem família no novo local, os custos de uma nova migração tornam-se maiores (Beeverstock, 2005; Bauder, 2012).

Com esse estudo Chiswick e Miller (2011, 2012) introduzem um termo de “assimilação negativa”, indicando que, em algumas situações, o aumento da experiência na sociedade hospedeira, isto é, o aumento do tempo da participação do estrangeiro no mercado local, nem sempre contribui para a mobilidade econômica ascendente. Ao contrário do tipo dos imigrantes tipicamente assumidos no modelo convencional de assimilação positiva, aqueles imigrantes com habilidades globais facilmente transferíveis em países desenvolvidos podem ter diminuição nas chances de mobilidade ascendente com a permanência no mercado de destino (Chiswick e Miller, 2011, 2012).

Em relação aos efeitos da idade do estrangeiro ao migrar, nessa mesma perspectiva da assimilação dos imigrantes, alguns pesquisadores explicam que estrangeiros que fazem o movimento migratório mais novos teriam maior facilidade de incorporar os hábitos do país de destino, diminuindo o tempo necessário para obtenção de emprego no mercado de trabalho (Chiswick e Miller, 2014). Além disso, pelo fato desses estrangeiros terem uma maior perspectiva, em anos, de permanecerem ativos no mercado de destino, esses imigrantes seriam mais propensos a investir na obtenção de novas habilidades e em desenvolver maior número de contatos para encontrar um emprego, facilitando a mobilidade ascendente. De maneira adicional, algumas habilidades, como o aprendizado de uma nova língua, tendem a tornar-se mais difíceis de serem desenvolvidas com o aumento da idade (Chiswick e Miller, 2015). Por todas estas razões, as pessoas que imigram em idades jovens seriam menos diferentes dos nativos do que os outros imigrantes.

Outro argumento apresentado na literatura para explicar os melhores resultados de estrangeiros que migram mais novos, refere-se aos próprios empregadores utilizarem a idade como um dispositivo de triagem para seleção de candidatos a um emprego, tendo em vista uma análise de custo benefício. Por exemplo, considerando o caso de empresas onde é necessário o aprendizado de processos internos e específicos da organização, um jovem terá um período de retorno, após o aprendizado dessas habilidades, mais longo do que um trabalhador de meia idade. Nesse sentido, o contratante pode fazer o cálculo dos custos para formação do trabalhador no momento da contratação e, conseqüentemente, optará por um candidato mais jovem (Gustafsson Ba, 2017).

Luek (2017) também encontra resultados favoráveis aos imigrantes que chegam no país de destino mais novos. O autor analisa as trajetórias ocupacionais de vietnamitas, filipinos, chineses e outros asiáticos nos Estados Unidos. Para tanto, no estudo é estimada uma regressão com variável dependente o índice de sucesso socioeconômico (SES) do estrangeiro e variáveis dependentes referentes à origem nacional do estrangeiro, idade atual, sexo, idade na imigração, proficiência em língua nativa, proficiência em inglês, redes sociais e a educação dos pais. Os achados indicam que uma pessoa que imigrou entre as idades de 18 e 34 anos tem chance de mobilidade ascendente aproximadamente 102% maior do que uma pessoa que imigrou após os 35 anos de idade.

Por outro lado, alguns autores argumentam a existência de outro tipo de relação entre a idade ao migrar e os resultados socioeconômicos dos estrangeiros. Essa outra vertente de autores defende que estrangeiros mais velhos teriam mais experiências de vidas acumuladas, comparadas aos mais jovens e, conseqüentemente, teriam objetivos de carreira e de vida mais estabelecidos, resultando em uma imagem mais confiável para os contratantes no mercado de destino (Rhodes, 1983). Esses aspectos favoreceriam a inserção dos estrangeiros menos jovens no mercado de trabalho.

A partir da literatura apresentada conjecturamos encontrar um crescimento subsequente do status ocupacional do estrangeiro com aumento do tempo de permanência dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro. Nesse sentido, esperamos taxas de mobilidade ascendente com uma permanência do estrangeiro no mercado formal brasileiro.

Além disso, prevemos que estrangeiros que migram mais jovens tenham maior probabilidade de mobilidade ascendente, considerando que esses trabalhadores estarão mais adaptados ao mercado de trabalho brasileiro, fundamentado na teoria da assimilação.

## 7.1 Resultados do efeito de variáveis relacionadas ao tempo nos resultados de mobilidade ocupacional dos estrangeiros

Inicialmente, apresenta-se a distribuição do tempo de inserção na RAIS entre os grupos de estrangeiros analisados. Na nossa amostra, chama atenção a queda dos haitianos após 5 anos de permanência na RAIS, na medida em que esse grupo tem entrada recente no Brasil, datada a partir de 2010, como discutido no capítulo 1 dessa tese. Entre 1 a 3 anos de permanência na RAIS, tendo em vista a metodologia de construção do banco, o número de estrangeiros se mantém estável.

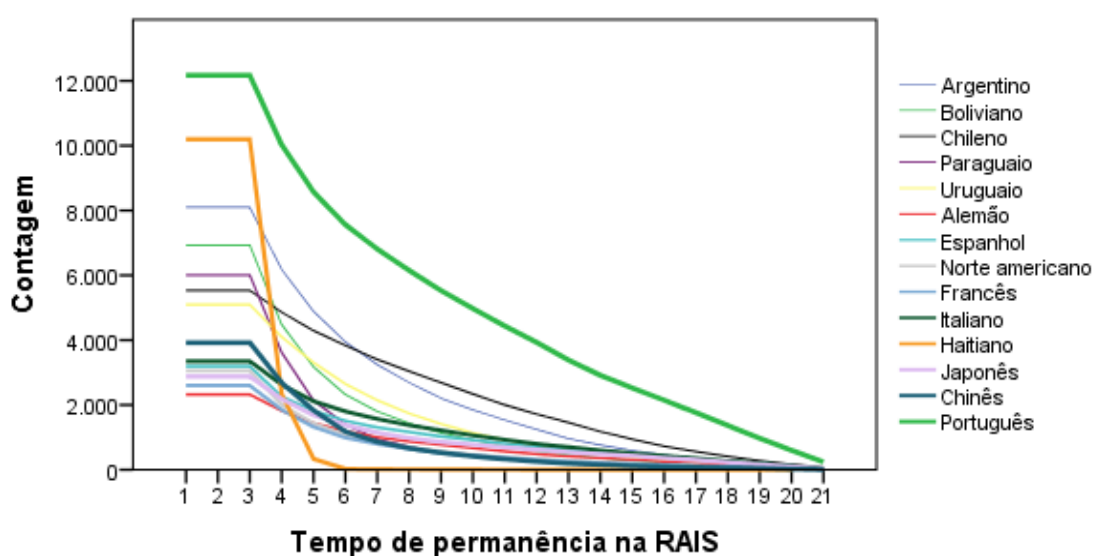


Gráfico 26 – Distribuição dos estrangeiros pelo tempo de inserção na RAIS e nacionalidade

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em relação à média do ISEI segundo o tempo de inserção na RAIS, verificamos no capítulo 4 que, para o conjunto total dos estrangeiros, há crescimento do status ocupacional com o aumento da experiência na RAIS. Nas análises separadas entre homens e mulheres, realizadas no capítulo 5, também encontramos aumento do status com aumento do tempo do estrangeiro na RAIS. Abaixo apresentamos três gráficos, nos quais separamos os resultados dos latino- americanos, dos europeus demais grupos (asiáticos, estadunidenses e haitianos) para facilitar a visualização.

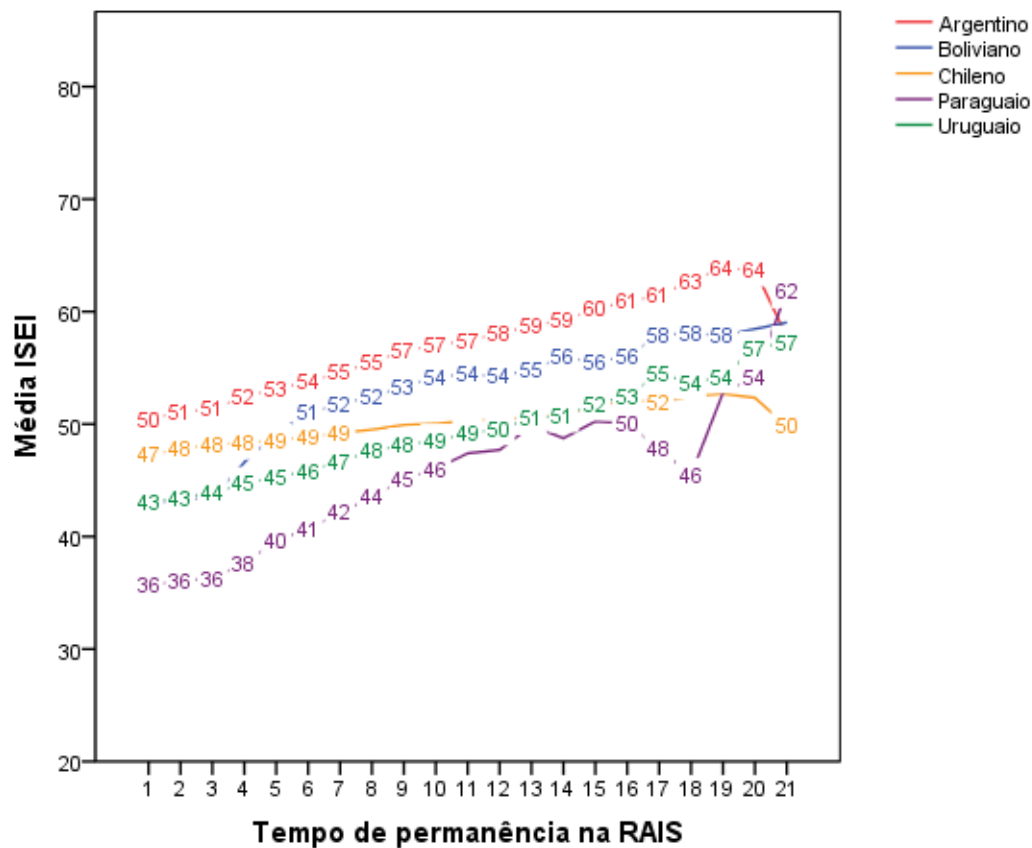


Gráfico 27 - Média do ISEI segundo o tempo de inserção na RAIS e a nacionalidade do estrangeiro – Latino americanos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

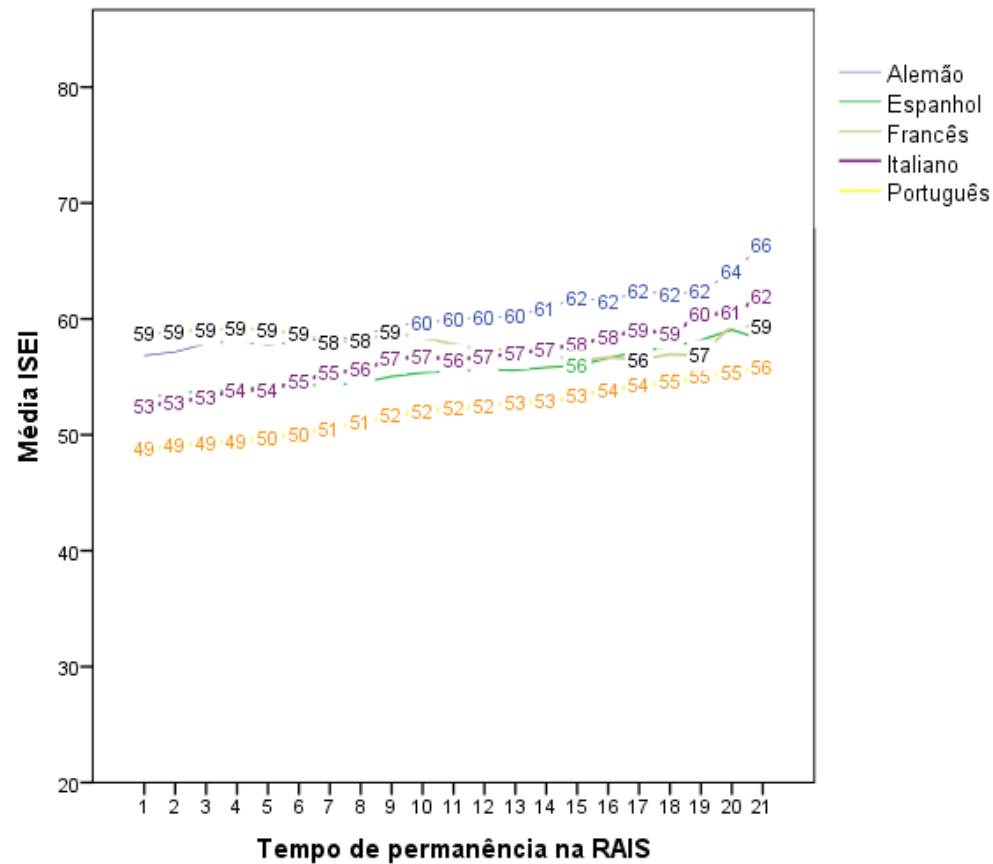


Gráfico 28 - Média do ISEI segundo o tempo de inserção na RAIS e a nacionalidade do estrangeiro – Europeus

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

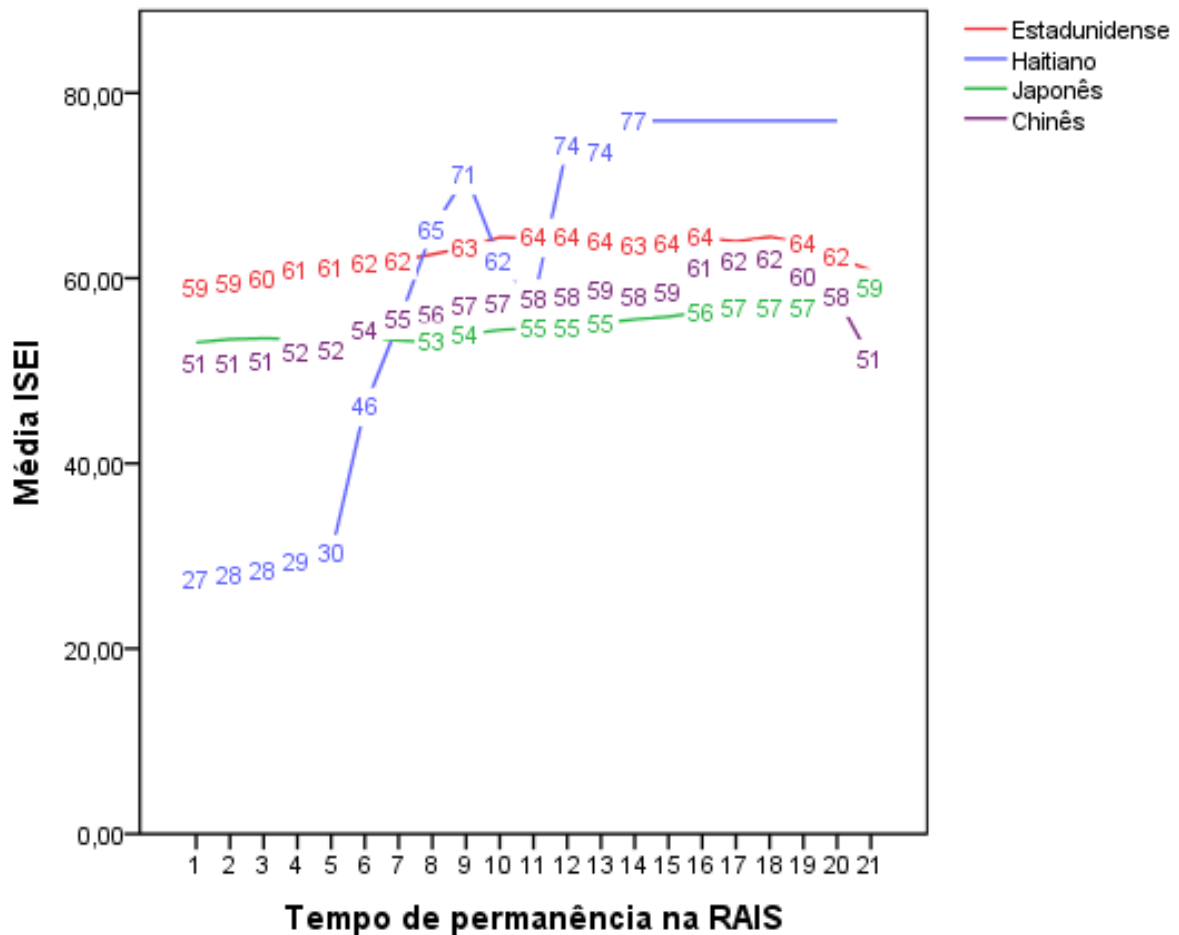


Gráfico 29 - Média do ISEI segundo o tempo de inserção na RAIS e a nacionalidade do estrangeiro – Outros grupos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Percebemos que todos os estrangeiros têm ISEI médio final maior ou igual ao ISEI inicial, indicando que os estrangeiros mantêm ou elevam o status com o aumento da experiência no mercado formal. Também verificamos que os grupos com menores médias do ISEI nos primeiros anos da trajetória no mercado formal (haitianos e paraguaios) são aqueles com crescimento mais enfático. Entretanto, ressaltamos que os resultados dos haitianos devem ser analisados com cautela, pois após os 6 anos de permanência na RAIS, o número de haitianos no Brasil cai drasticamente, sendo a média do ISEI bastante influenciada por essa questão. Percebemos ainda que o perfil desses imigrantes haitianos recentes é muito diferente dos haitianos que estão há mais tempo no país. Chegamos a essa conclusão pela comparação das médias do status ocupacional, sendo a média do status dos haitianos que participam do mercado formal brasileiro há mais de 6 anos muito mais alta do que a média dos trabalhadores haitianos recentes.

Tabela 81 – Número de haitianos conforme o tempo de permanência na RAIS

Tempo de permanência na RAIS	Número de observações
1	10.196
2	10.196
3	10.196
4	2.334
5	335
6	24
7	15
8	12
9	8
10	7
11	5
12	3
13	3
14	1
15	1
16	1
17	1
18	1
19	1
20	1
Total	33.341

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, apresentamos a evolução do ISEI com o tempo de residência no país, para cada um dos grupos estudados.

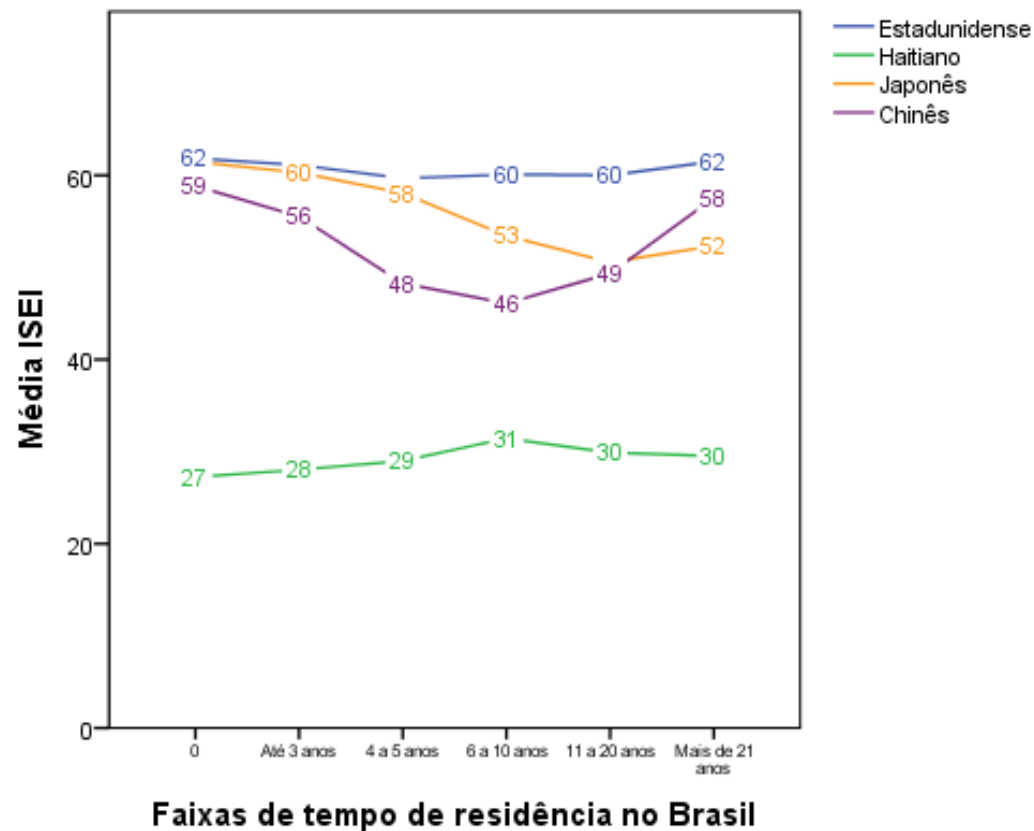


Gráfico 30 - Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil e a nacionalidade do estrangeiro – Americanos e asiáticos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

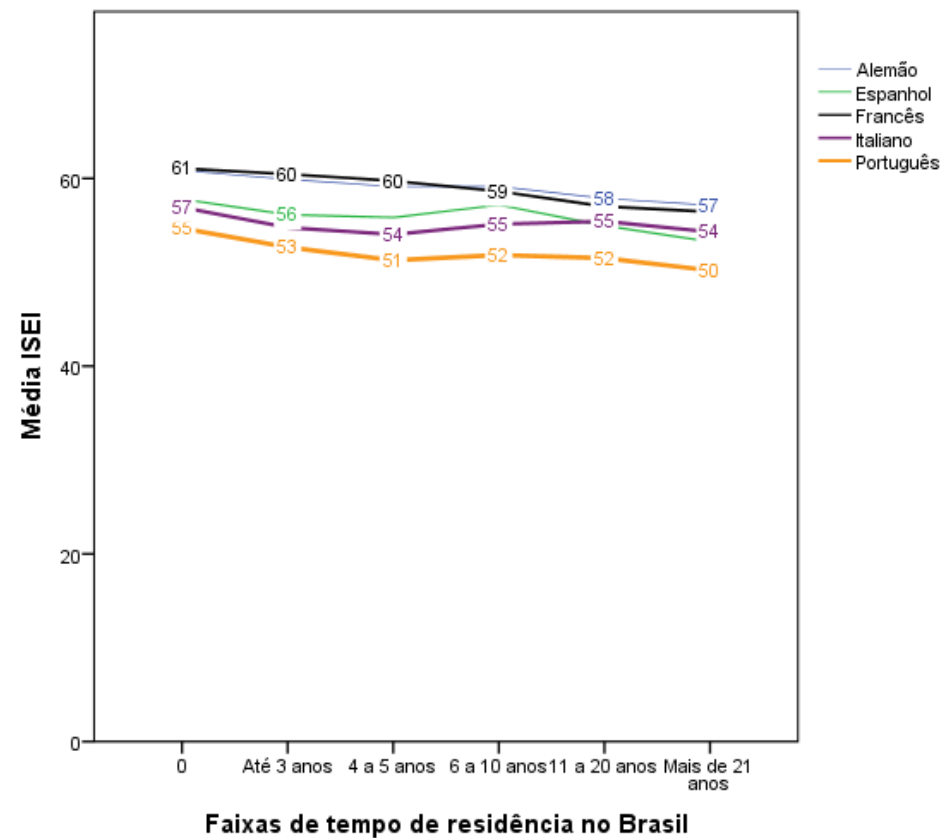


Gráfico 31 - Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil e a nacionalidade do estrangeiro – Europeus

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.



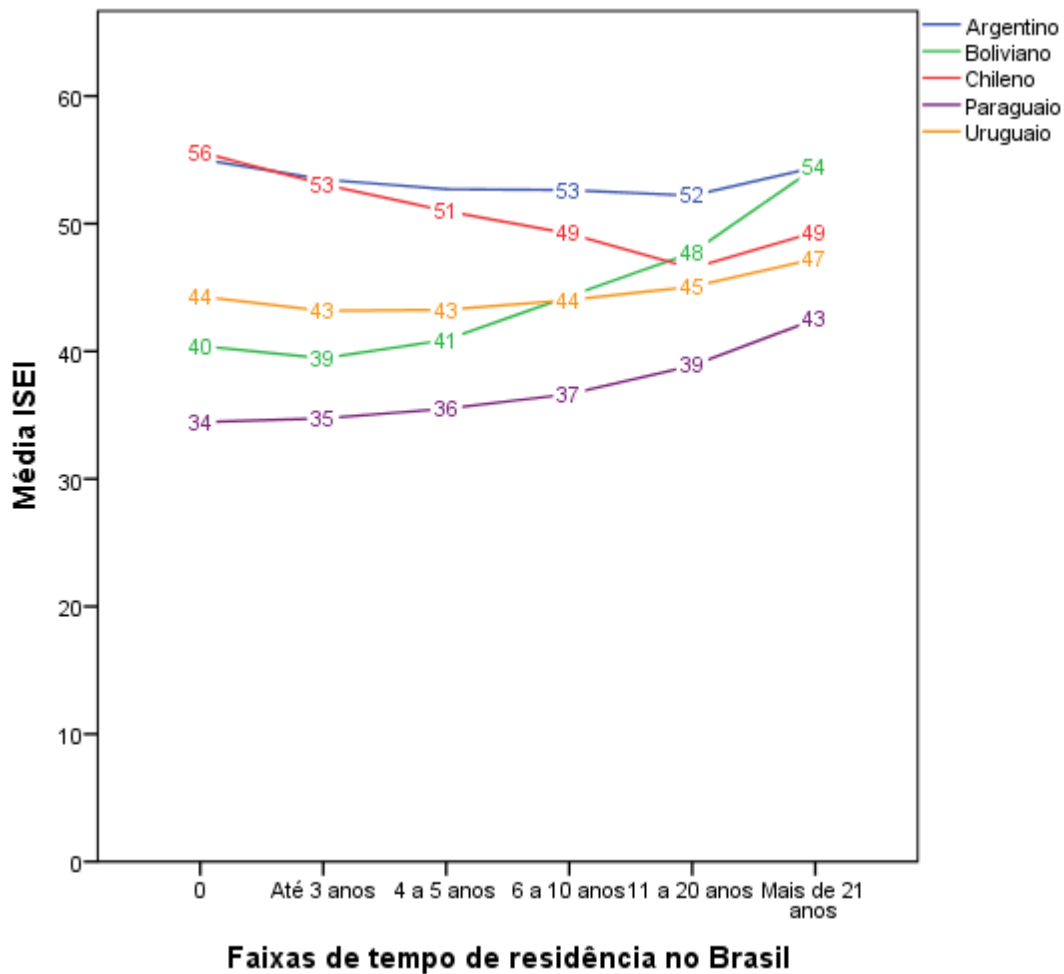


Gráfico 32 - Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil e a nacionalidade do estrangeiro – Demais grupos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Na maioria dos grupos analisados, exceto entre haitianos e paraguaios, há uma queda inicial do *status* do estrangeiro até três anos de moradia no país. Em seguida, os bolivianos, uruguaios, haitianos e paraguaios têm crescimento do *status* comparando o início e final da trajetória no mercado formal, além dos estadunidenses que têm acréscimo de apenas um ponto no ISEI. Esses grupos são também os que iniciam a trajetória ocupacional com menores médias do ISEI dentre os demais (com exceção dos estadunidenses). Nesse sentido, como verificado nos capítulos anteriores o grupo ocupacional de entrada do estrangeiro no mercado formal é uma importante informação que parece determinar a trajetória desses trabalhadores ao longo do tempo. Já os europeus, asiáticos, argentinos e chilenos têm ISEI final menor do que o ISEI inicial, indicando diminuição do *status* ao final do tempo de residência no Brasil.

Para compreendermos melhor a trajetória dos estrangeiros, apresentamos a evolução do ISEI, conforme o grupo ocupacional de início. Verificamos que os grupos ocupacionais com maior média de status (I Profissionais de alto nível e II Profissionais, baixo nível) têm tendência de diminuição do ISEI com o aumento do tempo de residência no Brasil. Já entre os demais grupos ocupacionais, principalmente entre os trabalhadores manuais semi-qualificados e não qualificados e trabalhadores agrícolas e da produção primária, há tendência de aumento do ISEI ao longo do tempo de moradia no país. São também entre esses dois grupos, cujos maiores crescimentos são observados, em geral, no mercado de trabalho.

Pela análise dos gráficos, os europeus e estadunidenses parecem ter um padrão no qual quanto maior o *status* ocupacional, mais estável o ISEI do trabalhador ao longo do tempo. Por exemplo, as linhas referentes aos ISEI dos “I Profissionais de alto nível” e “II Profissionais, baixo nível” são mais constantes, ao passo que entre os grupos ocupacionais com *status* mais baixo se observa uma trajetória com maiores variações do ISEI. Esse padrão também é observado entre argentinos e chilenos.

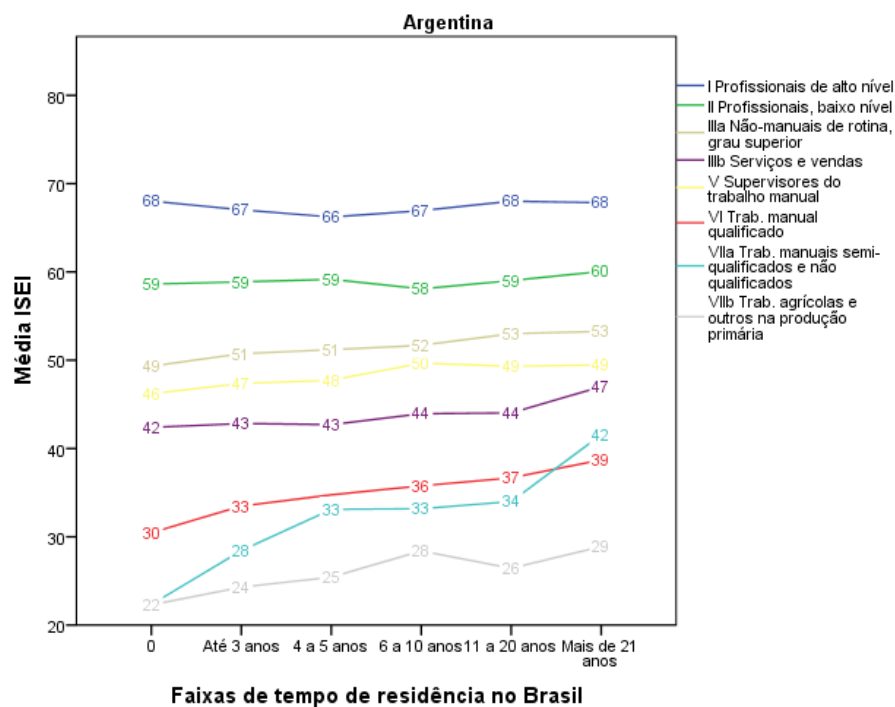


Gráfico 33 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Argentina

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

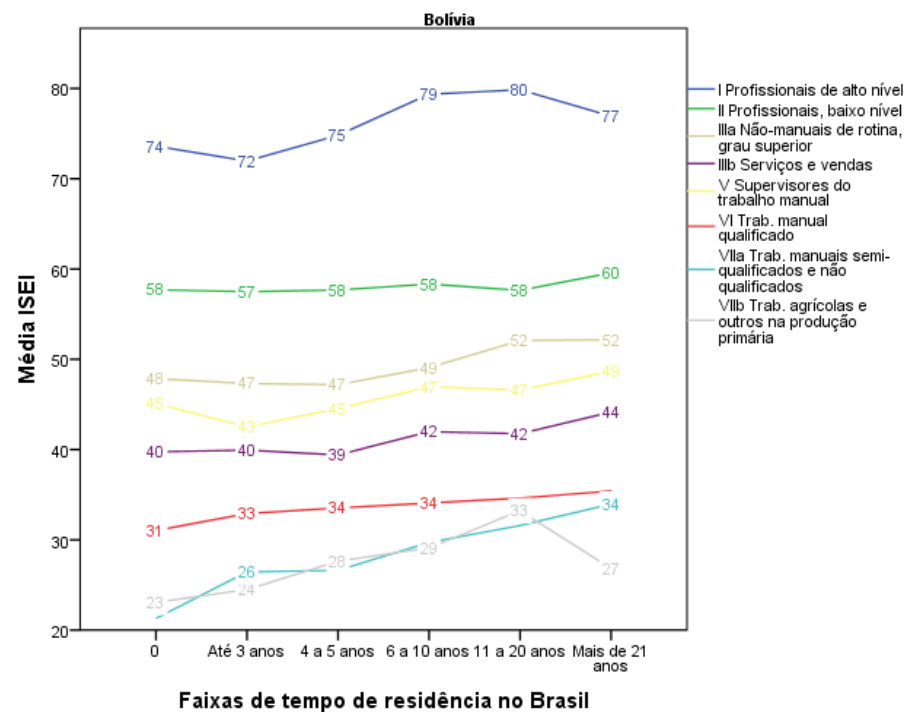
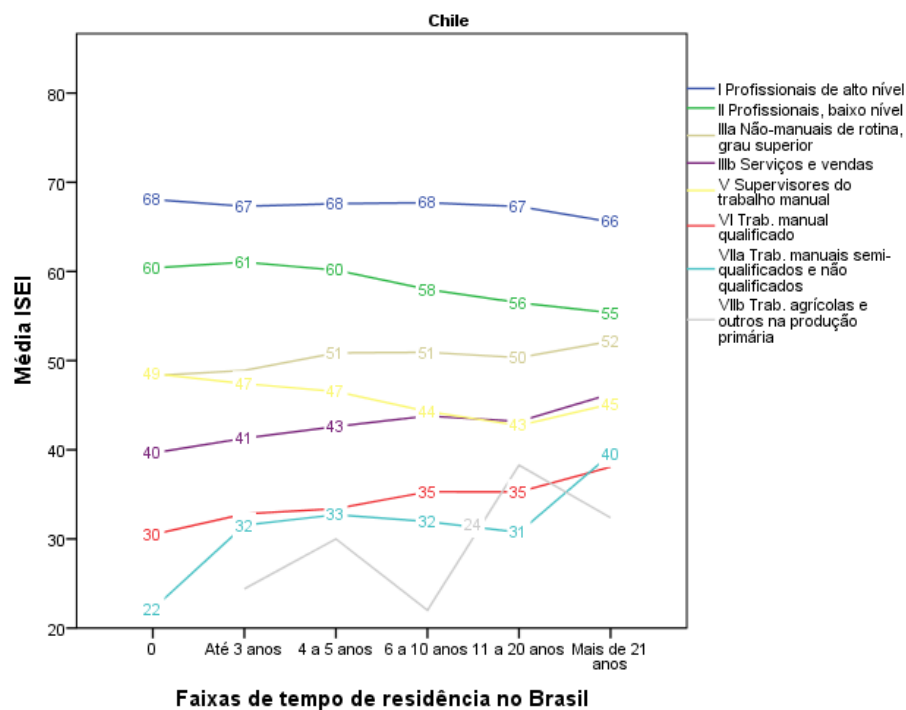


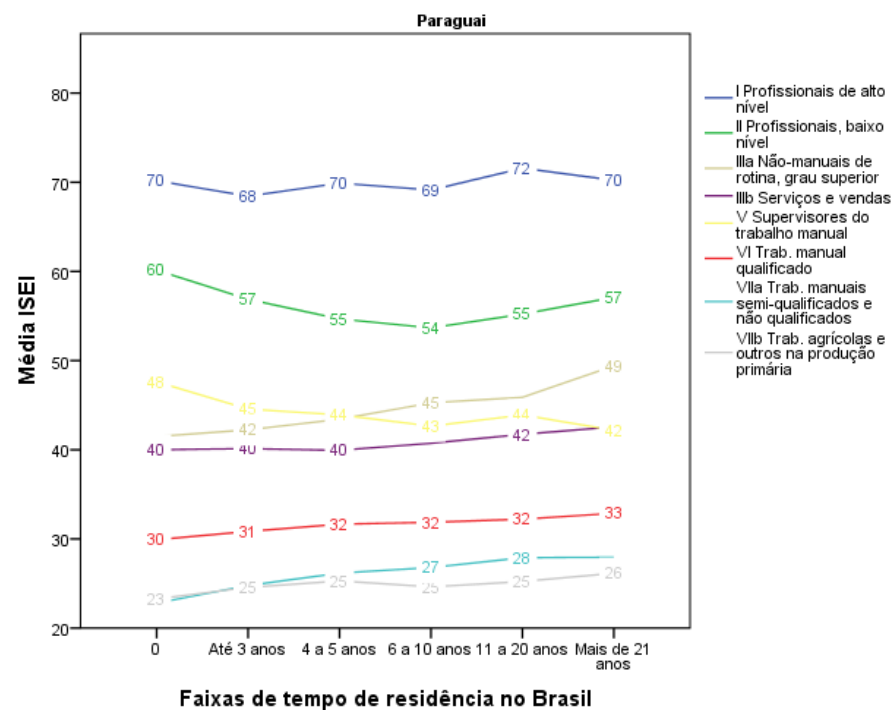
Gráfico 34 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Bolívia

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015



**Gráfico 35** – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Chile

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015



**Gráfico 36** – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Paraguai

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

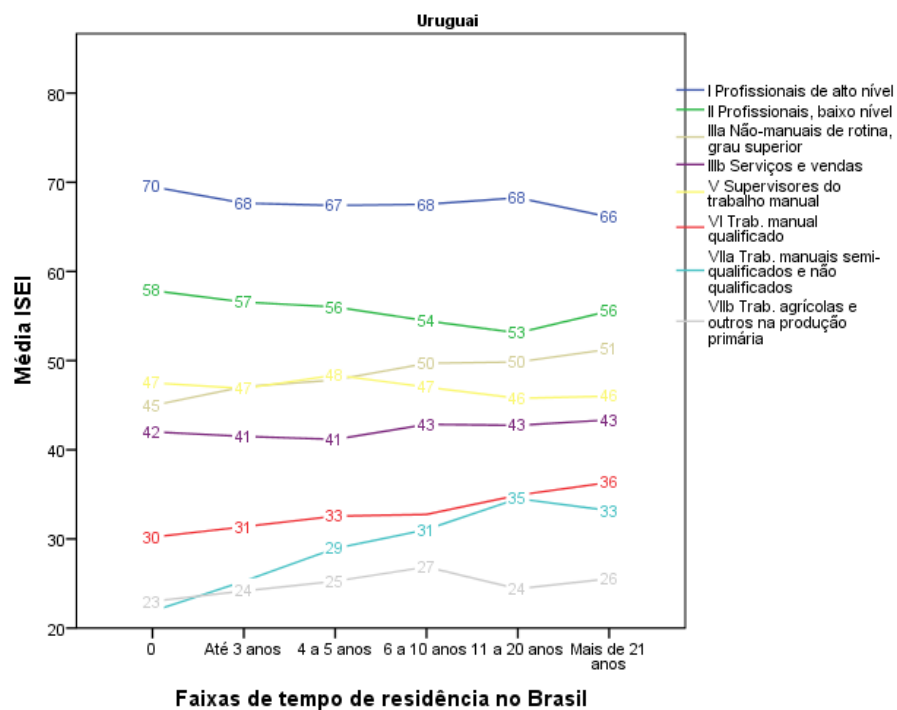


Gráfico 37 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Uruguai

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

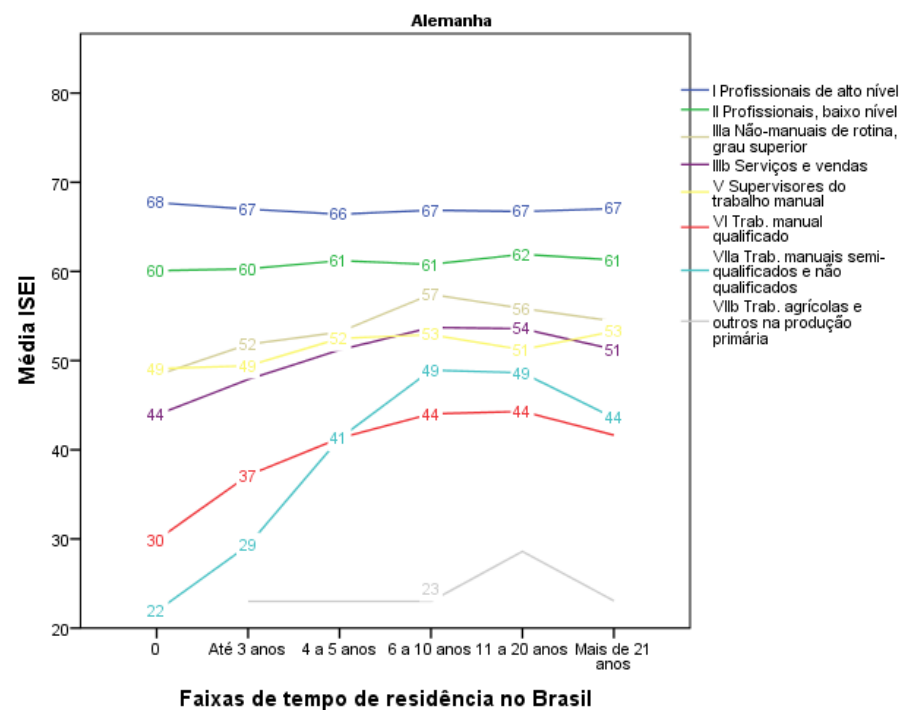


Gráfico 38 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Alemanha

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

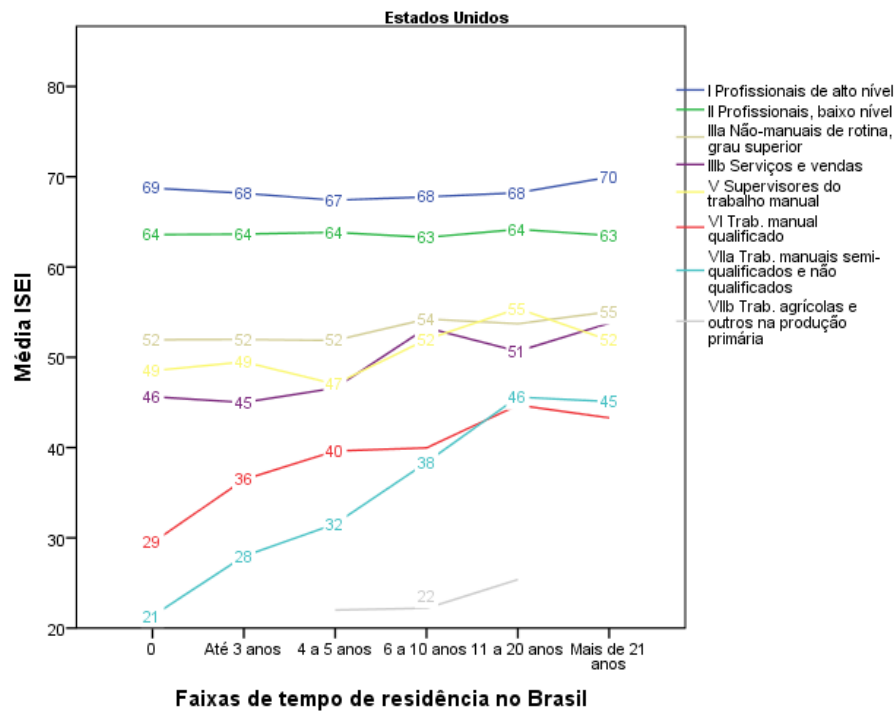


Gráfico 39 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional – Estados Unidos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

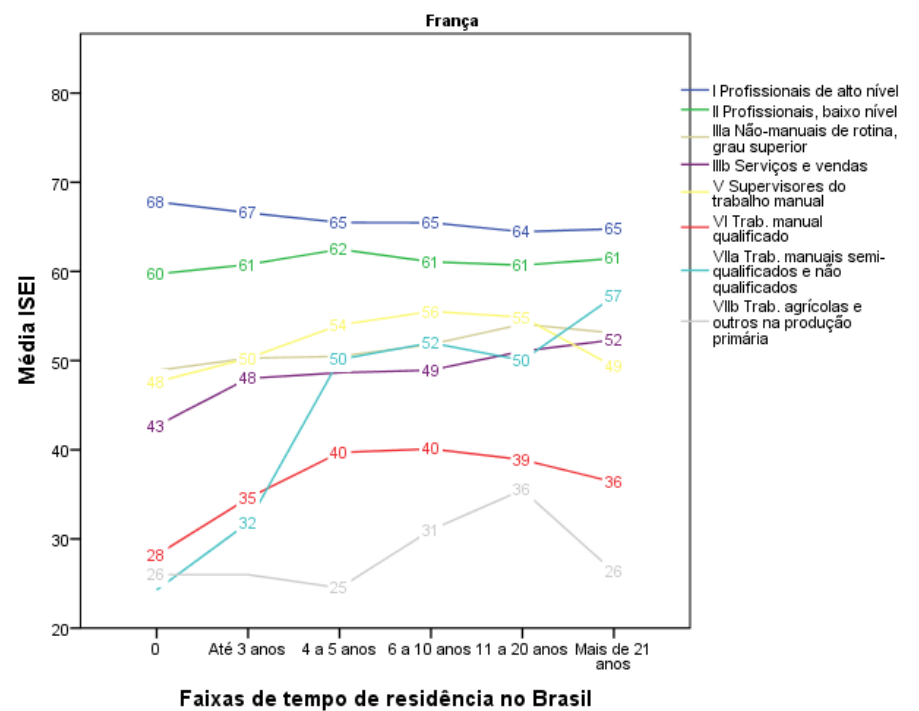


Gráfico 40 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - França

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

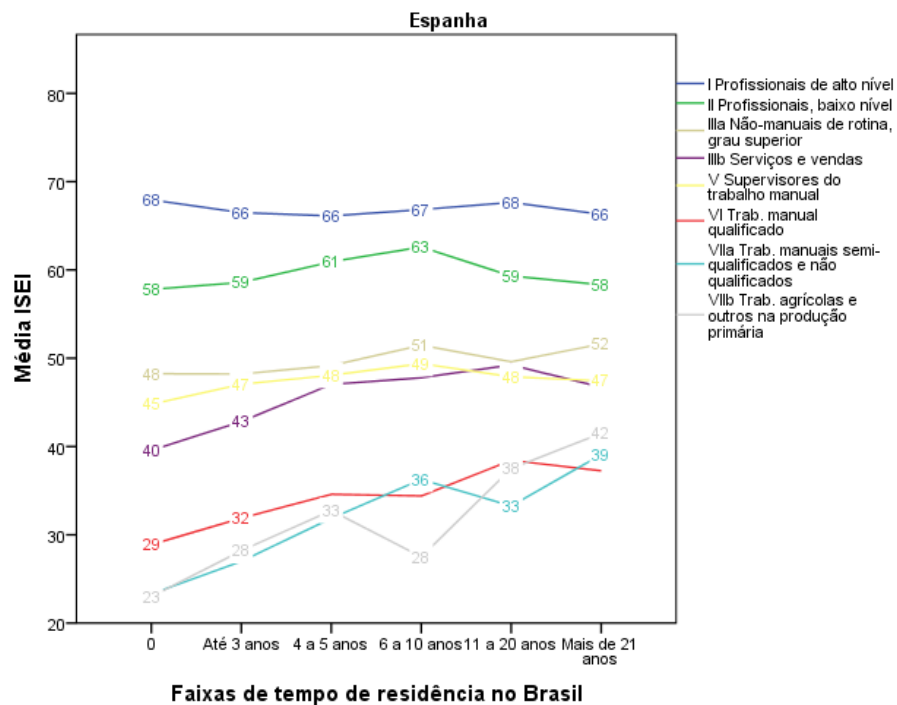


Gráfico 41 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Espanha

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

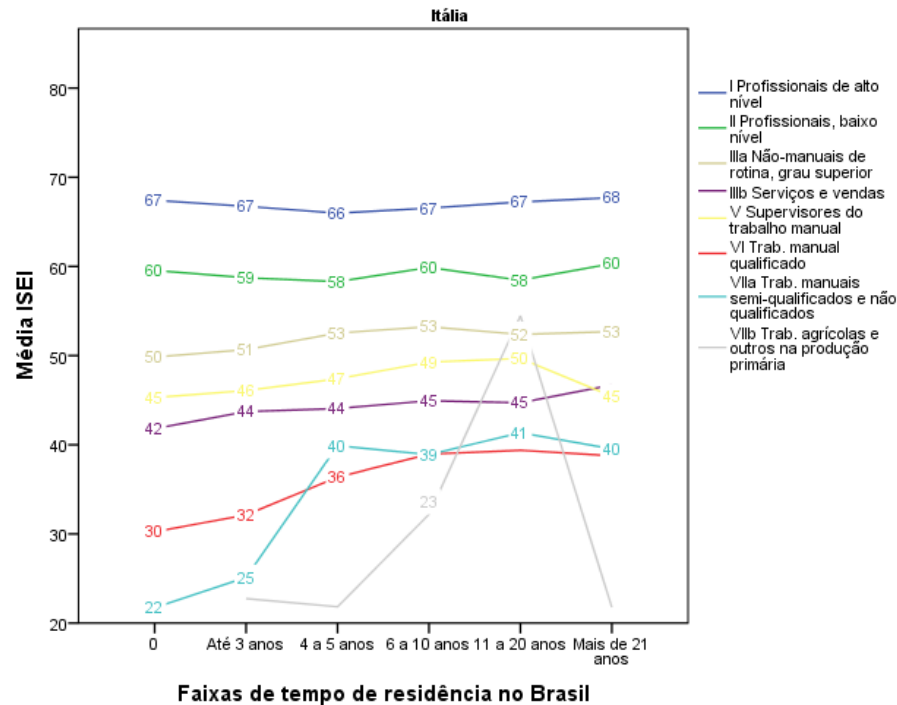


Gráfico 42 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Itália

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

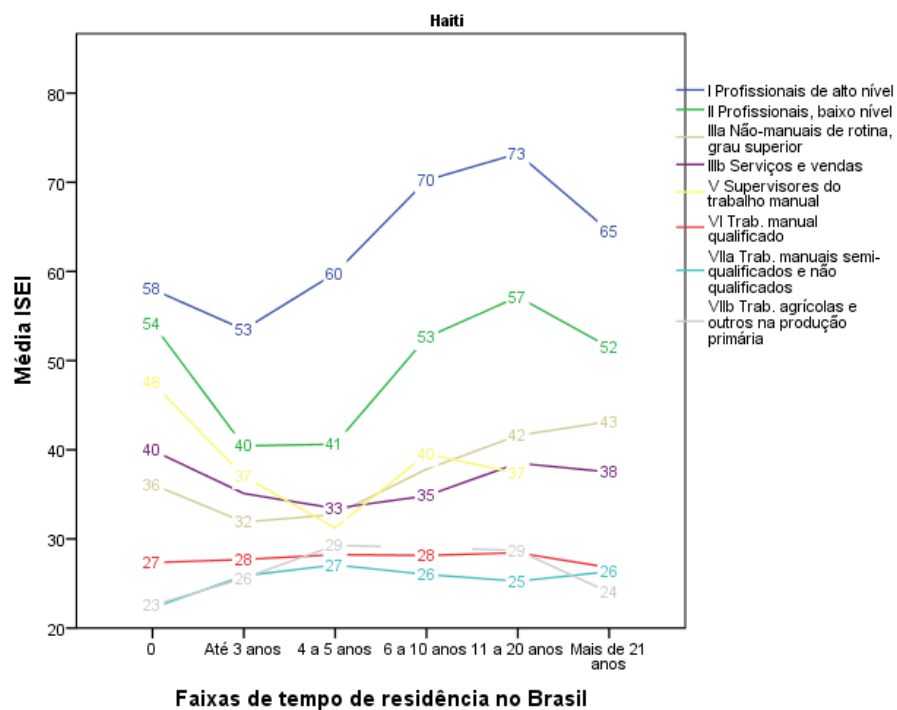


Gráfico 43 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Haiti

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

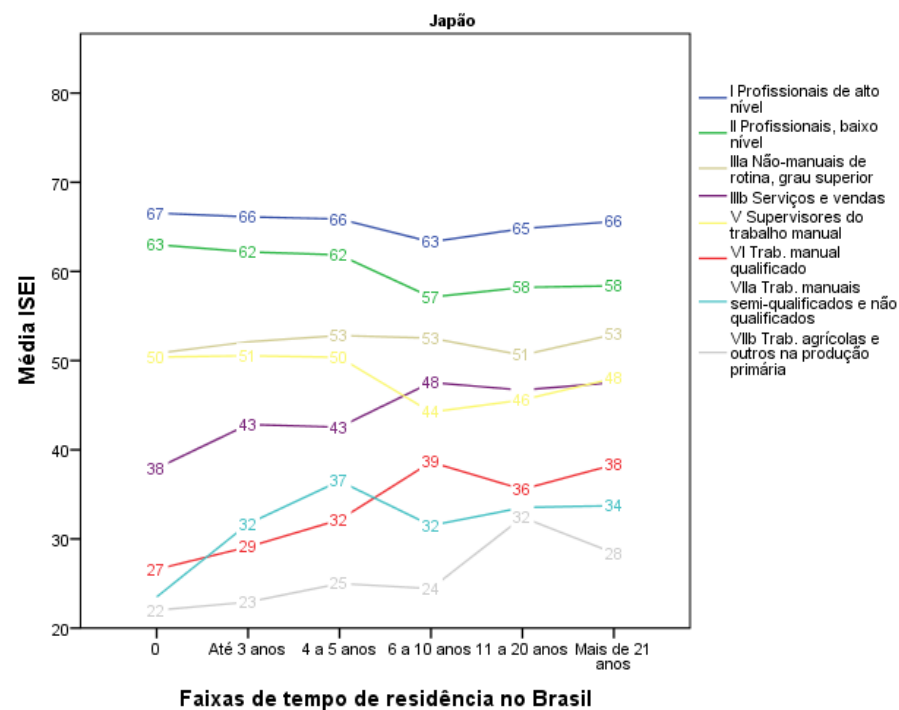


Gráfico 44 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Japão

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015



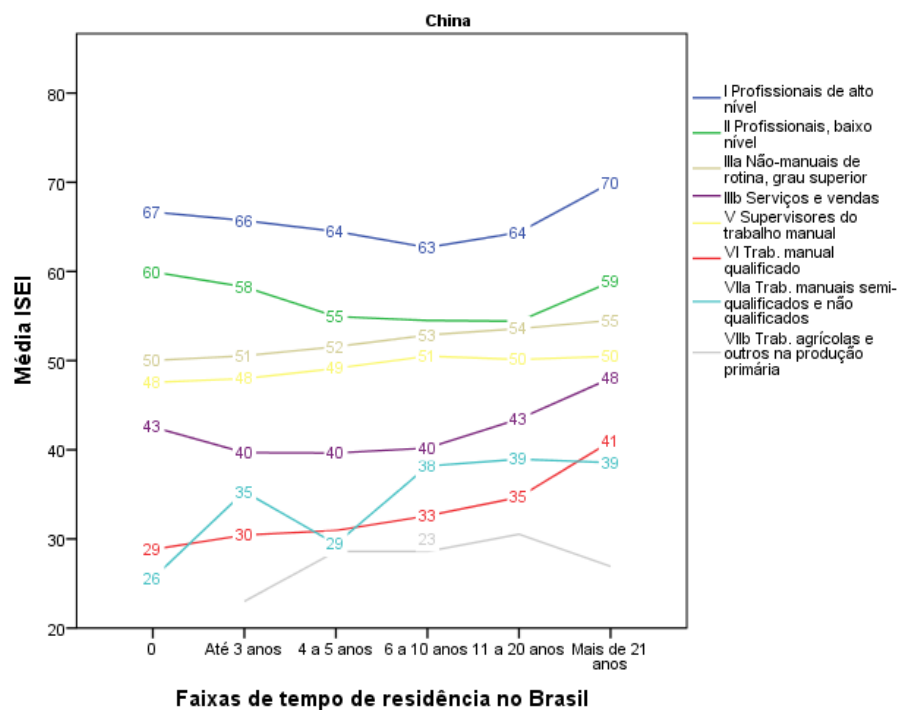


Gráfico 45 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - China

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

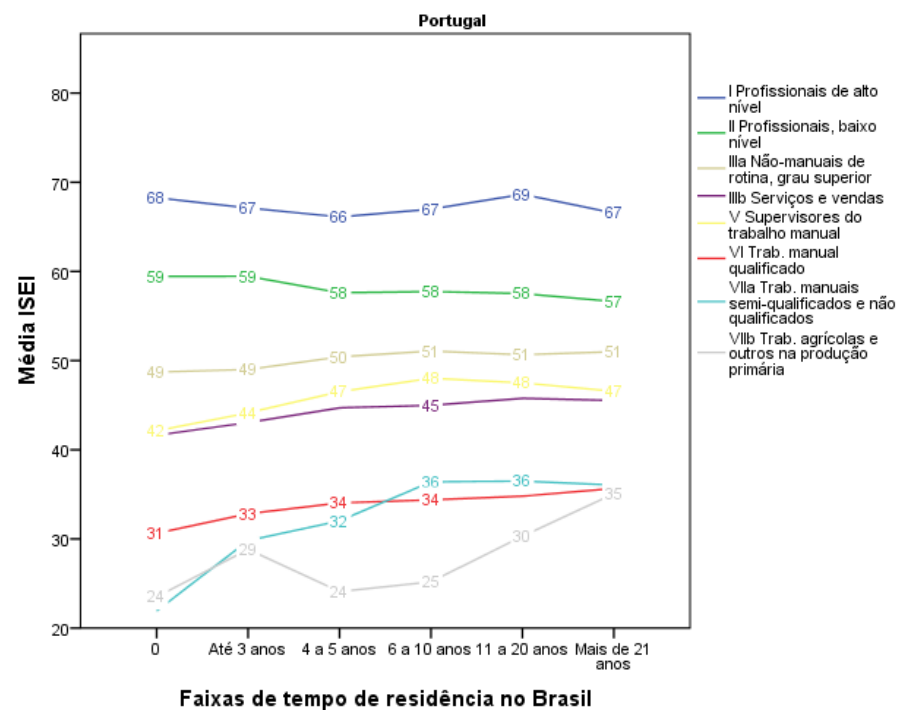


Gráfico 46 – Média do ISEI segundo o tempo de residência no Brasil, nacionalidade e grupo ocupacional - Portugal

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Em seguida, analisamos a distribuição média do ISEI segundo a idade de chegada do estrangeiro no Brasil. O gráfico abaixo indica que estrangeiros que migram entre 17 e 24 anos têm ISEI com menor média observada, estando em posição de desvantagem entre as demais faixas etárias. É preciso uma investigação mais profunda nesse ponto, o que pode ser realizado em estudos futuros, mas sugerimos que em razão de ser o momento no qual as pessoas geralmente estão cursando nível superior, a migração pode representar a interrupção desse processo, em razão da entrada no mercado de trabalho. Em relação, aos estrangeiros que migram antes dos 16 anos, comparado aos que migram mais velhos, após os 24 anos, percebemos que esses trabalhadores parecem não ter diferenças nos resultados do ISEI.

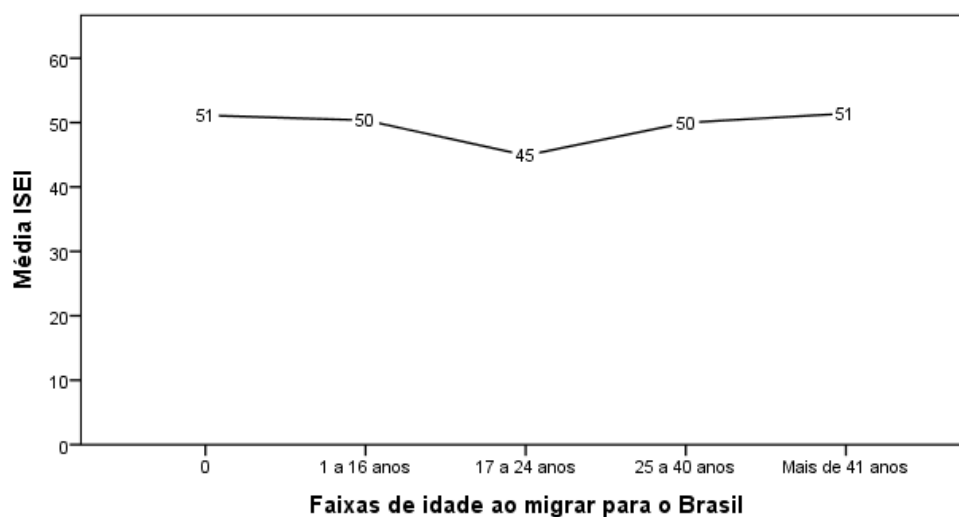


Gráfico 47 – Distribuição média do ISEI segundo a idade de chegada no Brasil

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Entretanto, identificamos que a evolução do ISEI segundo a idade de chegada do estrangeiro no Brasil varia bastante segundo os grupos de estrangeiros. Entre os europeus, chineses e bolivianos, até aproximadamente 24 anos, estrangeiros que migram mais jovens têm maiores médias de ISEI, como preconizado por pesquisadores da teoria da assimilação estrangeiros que migram mais jovens têm maiores médias de ISEI (Chiswick *et al.*, 1997; Lam e Liu 2002; Weiss *et al.* 2003; Chiswick e Miller, 2014). Também se observa que entre 17 e 24 é a pior faixa de idade para migrar. Em seguida, acima dos 25 anos, há uma recuperação do ISEI do trabalhador com o aumento da idade ao migrar, provavelmente em razão do maior acúmulo de capital humano desses estrangeiros (Rhodes, 1983).

Entre os 25 anos até os 40 anos, o aumento da idade ao migrar parece aumentar as médias do ISEI, provavelmente em razão do maior acúmulo de capital humano desses estrangeiros. Porém, após os 40 anos há uma tendência negativa entre o ISEI e a idade ao migrar. Para argentinos e estadunidenses o ISEI se mantém após os 40 anos. Já entre chilenos, após os 40 anos, a média do ISEI aumenta com o aumento da idade ao migrar. Já entre uruguaios, paraguaios e haitianos, o padrão aparenta o contrário desse padrão identificado. Isto é, até 16 anos, há aumento do ISEI médio com o aumento da idade ao migrar, assim como na faixa etária de 17 a 40 anos.

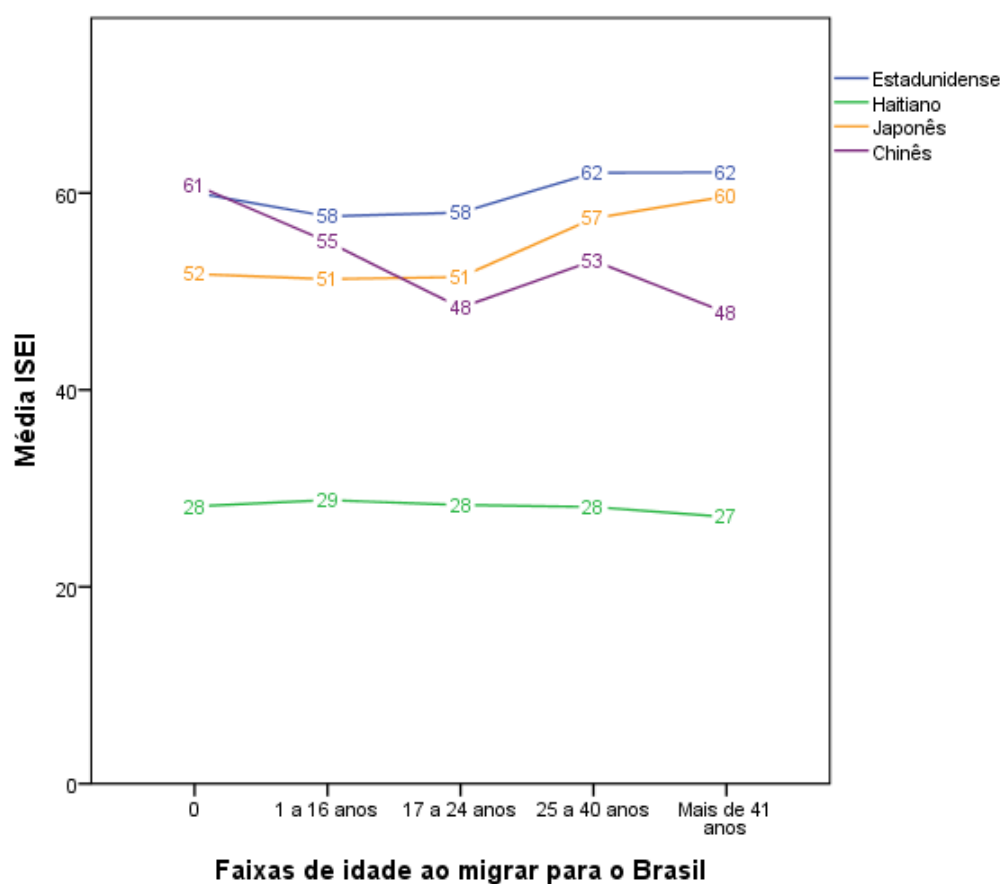


Gráfico 48 – Distribuição média do ISEI segundo a idade de chegada no Brasil – Outros grupos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

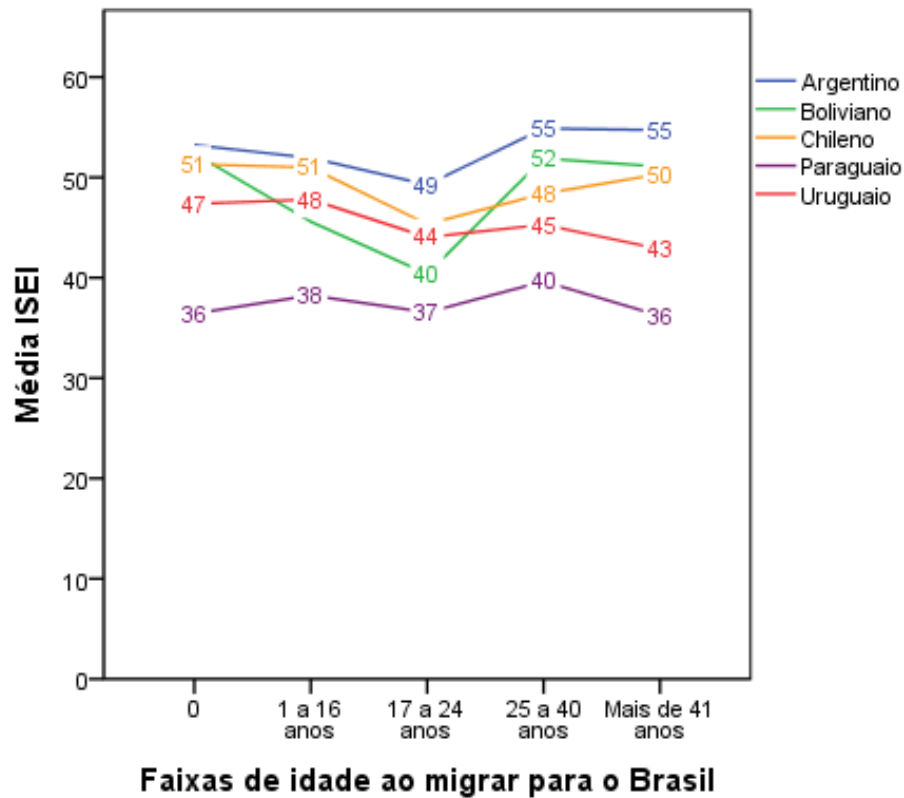


Gráfico 49 – Distribuição média do ISEI segundo a idade de chegada no Brasil – Latino-americanos

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

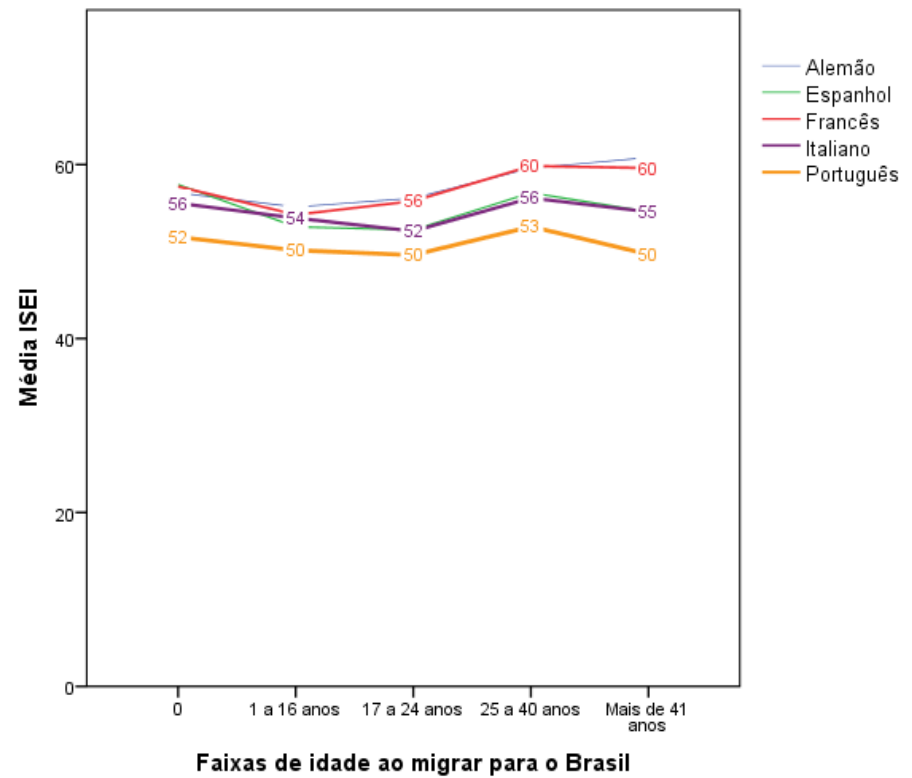


Gráfico 50 – Distribuição média do ISEI segundo a idade de chegada no Brasil - Europeus

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Apresenta-se a seguir os resultados dos modelos estatísticos estimados para mensuração dos efeitos do tempo de residência do estrangeiro no Brasil, do tempo de participação do trabalhador no mercado formal (permanência na base de dados da RAIS) e idade ao migrar para a mobilidade ocupacional do estrangeiro. Como já exposto, a variável dependente desse modelo refere-se à subtração do ISEI último emprego em relação ao ISEI do primeiro emprego. Inicialmente, são discutidos os resultados das equações 1, para o conjunto total de estrangeiros, seguido dos resultados dos modelos estimados separadamente para homens e mulheres e, por fim, dos modelos separados para cada uma das 14 nacionalidades de estrangeiros analisados nessa tese.

Em relação à variável tempo de participação na RAIS, observa-se que há um efeito positivo sobre o ISEI, confirmando a hipótese de aumento de status ocupacional do imigrante ao longo do tempo de participação no mercado local, ou seja, maior experiência, maior probabilidade de mobilidade ascendente. Os resultados indicam que a permanência de um ano a mais no mercado formal reflete em aumento de 0,3 pontos no ISEI ao longo do tempo, contribuindo para a trajetória ascendente no mercado local como argumenta a literatura internacional (Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Rooth e Ekberg, 2006; Akresh, 2008). Esse resultado nos confirma a hipótese 3.1 na qual esperávamos encontrar um crescimento subsequente do status ocupacional do estrangeiro com aumento do tempo de permanência dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro. Nesse sentido, identificamos a mobilidade ascendente com a permanência do estrangeiro no mercado formal brasileiro.

Sobre o efeito do tempo de residência do estrangeiro no Brasil, nota-se efeito positivo em relação ao ISEI. Ou seja, identificamos efeito positivo para o ISEI quanto maior a faixa de tempo de residência no Brasil. Entretanto, verificamos que o efeito positivo no ISEI decresce um pouco após 21 anos de residência. Nesse sentido, confirmamos nossa hipótese 3.2 na qual, com base na Teoria da Assimilação, encontramos que, quanto maior o tempo de residência no país hospedeiro, maior a assimilação do trabalhador estrangeiro e, portanto, melhores são os resultados dos imigrantes no mercado de trabalho, refletindo em um aumento nas probabilidades de mobilidade ocupacional, comparado com aqueles que têm 3 anos de residência no país.

Sobre o efeito da idade ao migrar, verificamos que, comparado a aqueles que imigraram com 16 anos ou menos, aqueles que imigraram entre 17 e 24 anos têm menor probabilidade de ascensão do *status*. Também verificamos que não há diferença entre aqueles que imigraram jovens e aqueles de 25 a 40 anos. Já os que imigraram acima dos 40 tem uma maior probabilidade de ascensão, provavelmente em razão do maior acúmulo de capital humano desses estrangeiros (Rhodes, 1983). Nesse sentido, refutamos nossa hipótese 3.3, na medida em que observamos que o capital humano parece ser uma dimensão com maior impacto na trajetória do estrangeiro no mercado de trabalho do que o “grau de assimilação”.

Tabela 82 – Resultado dos estimadores do modelo de equação 1 estimada para todos os estrangeiros

Modelo	Amostra	Descrição	Variável	(Coef. (b))
Modelo 1	<i>Homens e mulheres das 14 nacionalidades pesquisadas</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	Tempo	0,266***
		<b>Tempo de residência no Brasil</b>		
		Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,332***
		Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,531***
		Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,703***
		Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,564***
		<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>		
		Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_24	-0,772***
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_40	0,095		
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	0,863***		

\*significante ao nível de 10%;\*\* significante ao nível de 5% \*\*\* significante ao nível de 1%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, analisamos os resultados do modelo estimado separadamente para homens e mulheres. A situação de estrangeiros e estrangeiras é muito similar, na medida em que, tanto para homens quanto para mulheres, há um efeito positivo sobre o ISEI, com o aumento da experiência no mercado formal. Isto é, observamos o aumento de status ocupacional do imigrante ao longo do tempo de participação no mercado formal local. Para ambos, a permanência de um ano a mais no mercado formal reflete em aumento de

0,2 pontos no ISEI ao longo do tempo, contribuindo para a trajetória ascendente no mercado local.

Em relação ao tempo de residência também observamos efeitos similares, visto que quanto maior a faixa de tempo de residência no Brasil, maior o efeito positivo no ISEI do trabalhador. Porém, tanto para homens quanto mulheres, verificamos que o efeito positivo no ISEI reduz um pouco após 21 anos de residência no país.

Sobre a influência da idade ao migrar, tanto para homens quanto mulheres, verificamos que, comparado a aqueles que imigraram com 16 anos ou menos, aqueles que imigraram entre 17 e 24 anos têm menor probabilidade de ascensão do *status*. Acima dos 25 anos, o aumento da idade não tem efeito estatístico para a mobilidade das mulheres. Já para os homens, a idade volta a ter efeito estatístico para casos de imigrantes acima de 41 anos, para os quais o aumento da idade tem um efeito positivo em relação às médias do ISEI. Dessa forma, o efeito da idade ao imigrar influencia mais o grupo dos homens do que o das mulheres.

Tabela 83 – Resultado dos estimadores do modelo de equação 3 estimada para homens e mulheres, separadamente

Modelo	Amostra	Descrição	Variável	(Coef. (b))
Modelo 3	Homens	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,275***
		<b>Tempo de residência no Brasil</b>		
		Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,374***
		Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,582***
		Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,809***
		Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,696***
		<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>		
	Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_24	-0,670***	
	Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_40	0,129	
	Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	0,991***	
Mulheres		<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,281***
		<b>Tempo de residência no Brasil</b>		
		Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,335***
		Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,589***

	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,768***
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,632***
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>		
	Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_24	-0,912***
	Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_40	0,292
	Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	0,340

\*significante ao nível de 10%; \*\*significante ao nível de 5% \*\*\*significante ao nível de 1%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em seguida, analisamos os resultados dos modelos estimados separadamente para os 14 grupos de estrangeiros analisados. Para todos os grupos encontramos que o aumento no tempo de participação na RAIS tem um efeito positivo para o ISEI dos trabalhadores, refletindo na mobilidade ascendente dos estrangeiros. Percebemos que os haitianos, grupo com pior inserção no mercado de trabalho, para o qual há expressiva concentração de trabalhadores em ocupações de menor status, a permanência de um ano a mais no mercado local tem um efeito maior (0,9 pontos) para a mobilidade ascendente dos trabalhadores, comparada aos demais.

Sobre o efeito do tempo de residência para a mobilidade dos estrangeiros, verificamos que, na maioria dos grupos, quanto maior a faixa de tempo de residência no Brasil, maior o efeito positivo no ISEI do trabalhador, sendo que após os 21 anos o efeito positivo diminui. Inclusive, para os chilenos, após os 21 anos de residência no Brasil, há efeito negativo para o ISEI do trabalhador. Entretanto, a situação dos haitianos se mostra diferente dos demais grupos de estrangeiros no mercado formal brasileiro. Para esses estrangeiros, o aumento do tempo de residência no Brasil reflete um efeito negativo para o status ocupacional do trabalhador.

Esses resultados nos indicam que a mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado formal brasileiro se aproxima aos argumentos formulados pela Teoria da Assimilação Segmentada, segundo a qual tem como pressuposto a ideia de que as sociedades modernas são diversas e segmentadas e, portanto, a teoria clássica da assimilação não abarcaria às inúmeras trajetórias dos estrangeiros no mercado de destino (Massey *et al.*, 1993; Portes e Manning, 2008; Egreja e Peixoto, 2011). Dessa forma, a presença de percursos distintos no mercado de trabalho leva alguns autores à conclusão de que a assimilação, longe de poder ser vista como um processo uniforme tem de ser entendida como resultado de dificuldades socioeconômicas encontradas pelos imigrantes e seus descendentes, no



âmbito das quais coexistem diferentes estratégias de adaptação à sociedade de acolhimento (Peixoto e Egreja, 2011). Portanto, encontramos para os haitianos uma situação muito diferente do que os demais estrangeiros.

Por fim, identificamos dois padrões existentes em relação ao efeito da idade do estrangeiro ao migrar para a mobilidade ocupacional dos trabalhadores. Percebemos que entre os latino-americanos e haitianos, indivíduos que migram mais novos, até 16 anos de idade, têm efeito positivo no ISEI, na medida em que os coeficientes dos estimadores das faixas etárias de indivíduos que migram acima dessa idade têm resultados negativos ou não apresentam significância estatística, comparado àqueles que migram mais novos.

Já entre os europeus, estadunidenses e asiáticos, percebemos que indivíduos que migram mais novos não apresentam vantagens. Ao contrário, as faixas etárias de indivíduos que migram mais velhos têm efeito positivo ou, em alguns casos, a idade ao migrar não apresenta efeito sobre a mobilidade. Interpretamos que nesses casos, estrangeiros de países mais ricos têm capital humano mais valorizado e, portanto, o acúmulo de experiência seria valorizado. Para tanto, discutiremos no próximo capítulo o efeito da educação para a mobilidade dos estrangeiros.

Tabela 84 – Resultado dos estimadores do modelo de equação 3 estimada para os 14 grupos de estrangeiros separadamente

Amostra	Descrição	Variável	(Coef. (b))
<i>ARGENTINA</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	Tempo	0,386***
	<b>Tempo de residência no Brasil</b>		
	Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,185***
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,310***
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,375***
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,175***
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>		
Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_24	-1,860***	
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_40	0,065	
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	0,846	
<i>BOLÍVIA</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,289***

	<b>Tempo de residência no Brasil</b>			
	Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,261***	
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,468***	
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,562***	
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,403***	
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>			
	Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_24	-1.395***	
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_40	-0,600		
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	-1,590**		
<b>CHILE</b>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)		tempo	0,185***
	<b>Tempo de residência no Brasil</b>			
	Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,251***	
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,277***	
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,031	
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	-0,496***	
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>			
Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_25	-2,359***		
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_41	-2,042***		
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	-2,296***		
<b>PARAGUAI</b>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)		tempo	0,331***
	<b>Tempo de residência no Brasil</b>			
	Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,263***	
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,339***	
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,331***	
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,168**	
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>			
Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_25	-0,596**		
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_41	-0,596		
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	1,010		
<b>URUGUAI</b>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)		tempo	0,399***
	<b>Tempo de residência no Brasil</b>			
	Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,235***	
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,451***	
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,470***	
Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,292***		
<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>				

	Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_26	-1,361***
	Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_42	-0,392
	Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	0,356
<i>ALEMANHA</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,301***
	<b>Tempo de residência no Brasil</b> Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,066
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,077**
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,245***
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,187***
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b> Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_26	-0,865
	Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_42	1,770***
	Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	2,670***
<i>ESPAÑA</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,161***
	<b>Tempo de residência no Brasil</b> Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,352***
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,623***
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,951***
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	1,017***
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b> Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_27	0,545
	Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_43	0,666
	Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	1,062
<i>ESTADOS UNIDOS</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,161***
	<b>Tempo de residência no Brasil</b> Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,106***
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,198***
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,255***
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,232***
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b> Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_27	0,058
	Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_43	-0,315
	Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	0,190
<i>FRANÇA</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,149**
	<b>Tempo de residência no Brasil</b> Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,140***

	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,246***	
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,335***	
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,253***	
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>			
	Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_28	0,295	
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_44	1,390		
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	1,131		
<i>ITÁLIA</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,147***	
	<b>Tempo de residência no Brasil</b>			
	Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,223***	
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,385***	
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,736***	
Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,933***		
<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>				
Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_29	-0,601		
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_45	0,679		
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	1,154		
<i>HAITI</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,950***	
	<b>Tempo de residência no Brasil</b>			
	Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	-0,013	
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	-0,201***	
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	-0,628***	
Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	-1,299***		
<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>				
Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_30	-1,013		
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_46	-1,513**		
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	-2,032***		
<i>JAPÃO</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,253***	
	<b>Tempo de residência no Brasil</b>			
	Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,192***	
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,211***	
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,374***	
Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,387***		
<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>				
Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_31	0,997		
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_47	2,188***		
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	3,202***		

<i>CHINA</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,369***
	<b>Tempo de residência no Brasil</b>		
	Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,136***
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,203***
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,233***
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,166***
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>		
Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_32	-0,541	
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_48	-0,649	
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	-0,485	
<i>PORTUGAL</i>	<b>Número de vezes que o estrangeiro aparece no banco da RAIS</b> (proxy de experiência no mercado formal)	tempo	0,227***
	<b>Tempo de residência no Brasil</b>		
	Entre 4 a 5 anos de residência no Brasil	fx_resid2	0,308***
	Entre 6 a 10 anos de residência no Brasil	fx_resid3	0,583***
	Entre 11 a 20 anos de residência no Brasil	fx_resid4	0,687***
	Mais do que 21 anos de residência no Brasil	fx_resid5	0,431***
	<b>Idade ao migrar em faixas etárias</b>		
Grupo de pessoas que migraram entre 17 a 24 anos	id_17_33	-0,074	
Grupo de pessoas que migraram entre 25 a 40 anos	id_25_49	0,398	
Grupo de pessoas que migraram com mais de 41 anos	id_41_mais	1,311***	

\*significante ao nível de 10%;\*\* significante ao nível de 5% \*\*\* significante ao nível de 1%

Fonte: Dados trabalhados pela autora a partir da RAIS 1995 a 2015.

## 7.2 Considerações finais do capítulo

1. Todos estrangeiros têm crescimento do ISEI com o aumento da experiência no mercado formal. Os grupos com menores médias do ISEI nos primeiros anos da trajetória no mercado formal (haitianos e paraguaios) são os estrangeiros com crescimento mais enfático.
2. Na maioria dos grupos analisados, exceto entre haitianos e paraguaios, há uma queda inicial do status do estrangeiro até três anos de moradia no país.  
Em seguida, bolivianos, uruguaios, haitianos e paraguaios têm crescimento do status comparando o início e final da trajetória no mercado formal, além dos estadunidenses que têm acréscimo de apenas um ponto no ISEI. Esses grupos são também os que iniciam a trajetória ocupacional com menores médias do ISEI dentre os demais, exceto os estadunidenses. Já os europeus, asiáticos, argentinos e chilenos têm ISEI final menor do que o ISEI inicial, indicando diminuição do status ao final do tempo de residência no Brasil.
3. Ao analisarmos por grupo ocupacional de entrada no estrangeiro, verificamos que os grupos ocupacionais com maior média de status (I Profissionais de alto nível e II Profissionais, baixo nível) têm tendência de diminuição do ISEI com o aumento da experiência no mercado formal. Já entre os demais grupos ocupacionais, principalmente entre os trabalhadores manuais semi-qualificados e não qualificados e trabalhadores agrícolas e da produção primária, há tendência de aumento do ISEI com aumento da permanência na RAIS.
4. Para o conjunto de todos os estrangeiros, percebemos que aqueles que migram entre 17 e 24 anos têm ISEI com menor média observada, estando em posição de desvantagem entre as demais faixas etárias. É preciso uma investigação mais profunda nesse ponto. Em relação, aos estrangeiros que migram antes dos 16 anos, comparado aos que migram mais velhos, após os 24 anos, percebemos que esses trabalhadores parecem não ter diferenças nos resultados do ISEI.
5. Os resultados dos modelos estatísticos, para o conjunto total dos estrangeiros, a permanência de um ano a mais no mercado formal reflete em aumento de 0,2 pontos no ISEI ao longo do tempo, contribuindo para a trajetória ascendente no mercado local (Chiswick *et al.*, 2005; Akresh 2008; Rooth e Ekberg, 2006). Esse resultado nos confirma a hipótese 3.1 na qual esperávamos encontrar um

crescimento subsequente do status ocupacional do estrangeiro com aumento do tempo de permanência dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro, ou seja, maior experiência no mercado de trabalho. Nesse sentido, identificamos a mobilidade ascendente com a permanência do estrangeiro no mercado formal brasileiro.

6. Sobre o efeito do tempo de residência do estrangeiro no Brasil, nota-se efeito positivo em relação ao ISEI. Ou seja, identificamos efeito positivo para o ISEI quanto maior a faixa de tempo de residência no Brasil. Entretanto, verificamos que o efeito positivo no ISEI decresce um pouco após 21 anos de residência, embora ainda positivo. Nesse sentido, confirmamos nossa hipótese 3.2 na qual, com base na Teoria da Assimilação, encontramos que quanto maior o tempo de residência no país hospedeiro, maior a assimilação do trabalhador estrangeiro e, portanto, melhores são os resultados dos imigrantes no mercado de trabalho, refletindo em um aumento nas probabilidades de mobilidade ocupacional.
7. Sobre o efeito da idade ao migrar, verificamos que, comparado a aqueles que imigraram com 16 anos ou menos, aqueles que imigraram entre 17 e 24 anos têm menor probabilidade de ascensão do *status*. Também verificamos que não há diferença entre aqueles que imigraram jovens e aqueles de 25 a 40 anos. Já os que imigraram acima dos 40 tem uma maior probabilidade de ascensão, provavelmente em razão do maior acúmulo de capital humano desses estrangeiros (Rhodes, 1983). Nesse sentido, refutamos nossa hipótese 3.3, na medida em que observamos que o capital humano parece ser uma dimensão com maior impacto na trajetória do estrangeiro no mercado de trabalho do que o “grau de assimilação”.
8. Por meio dos resultados dos modelos estimados separadamente para os 14 grupos de estrangeiros analisados, identificamos que em todos os grupos encontramos que o aumento no tempo de participação na RAIS tem um efeito positivo para o ISEI dos trabalhadores, refletindo na mobilidade ascendente dos estrangeiros.
9. Sobre o efeito do tempo de residência para a mobilidade dos estrangeiros, verificamos que na maioria dos grupos, quanto maior a faixa de tempo de residência no Brasil, maior o efeito positivo no ISEI do trabalhador, sendo que após os 21 anos o efeito positivo diminui. Inclusive, para os chilenos, após os 21 anos de residência no Brasil, há efeito negativo para o ISEI do trabalhador.

Entretanto, a situação dos haitianos se mostra diferente dos demais grupos de estrangeiros no mercado formal brasileiro. Para esses estrangeiros, o aumento do tempo de residência no Brasil reflete um efeito negativo para o status ocupacional do trabalhador.

10. Identificamos dois padrões existentes em relação ao efeito da idade do estrangeiro migrar para a mobilidade ocupacional dos trabalhadores. Percebemos que entre os latino-americanos e haitianos, indivíduos que migram mais novos têm efeito positivo no ISEI. Já entre os europeus, estadunidenses e asiáticos, percebemos que as faixas etárias de indivíduos que migram mais velhos têm efeito positivo ou, em alguns casos, a idade ao migrar não apresenta efeito sobre a mobilidade.



## 8. Qual o efeito da educação para a trajetória ocupacional dos estrangeiros?

Após os estudos de Chiswick (1978) e Borjas (1985), muitos pesquisadores explicaram os padrões de mobilidade dos imigrantes a partir do pressuposto da transferência limitada de características de capital humano do trabalhador estrangeiro. Assume-se que os imigrantes internacionais enfrentam uma situação diferente dos trabalhadores nativos, na medida em que suas competências, credenciais e habilidades adquiridas no país de origem têm limitadas possibilidades transferência para o país de destino, após o movimento migratório.

De acordo com este modelo, o estoque do capital humano de um imigrante obtido no país de origem pode não ser totalmente transferível para o mercado de trabalho do país de acolhimento fazendo com que o imigrante tenha uma queda do status ocupacional no momento de chegada ao país de destino. A extensão da transferibilidade do capital humano entre dois países depende do tipo de habilidades de um indivíduo e da similaridade do país de origem e de destino em relação à linguagem, cultura, estrutura do mercado de trabalho e configurações institucionais (Chiswick, 1978; Chiswick, 1986).

Quanto menor a transferibilidade internacional do capital humano, mais acentuado é o declínio do status ocupacional do estrangeiro no momento de chegada ao novo país. Dessa forma, assume-se que os níveis mais elevados de educação são caracterizados por um maior grau de especialização ocupacional e, portanto, os migrantes mais educados vivenciam uma maior queda do status ocupacional no momento de chegada ao país de acolhimento. No entanto, o incentivo para investir em capital humano específico do país receptor para alcance do status ocupacional anterior à migração também será maior entre esses trabalhadores, fazendo com que esse grupo tenha maiores taxas de mobilidade ascendente com o aumento do tempo de residência no país anfitrião. Em resumo, os imigrantes com baixo grau de transferibilidade de capital humano sofrerão uma alta depreciação do status ocupacional no momento da imigração, mas também terão maiores níveis de mobilidade ascendente subsequente durante o tempo de residência no novo país (Duleep e Regets, 1999). Esse movimento de queda do status ocupacional e subsequente ascensão é definido na literatura como padrão “U” de mobilidade ocupacional (Duleep e

Regets, 1999; Chiswick, B. R. *et al.*, 2005; Vidal-Coso e Miret-Gamundi, 2014; Fernández-Macías *et al.*, 2015; Ressia, Strachan, *et al.*, 2017).

Schoeni (1997) e Bratsberg e Ragan (2002) realizam estudos entre os estrangeiros nos EUA distinguindo a educação adquirida no exterior e aquela adquirida localmente e descobrem que os retornos da educação para os imigrantes que investiram na escolaridade em instituições americanas é substancialmente maior do que para aqueles que só têm escolaridade estrangeira. De maneira similar, os resultados de Kossudji (1989), por exemplo, indicam retorno quase zero para a experiência do mercado de trabalho acumulado fora dos EUA. Schaafsma e Sweetman (2001) confirmam que a experiência de trabalho do exterior não apresenta praticamente nenhum retorno no Canadá e, além disso, verificam que o retorno ao ensino varia com a idade ao migrar. Na mesma linha, Friedberg (2000) documenta que a educação e a experiência adquiridas no exterior são significativamente menos valorizadas do que o capital humano obtido em Israel e que essa diferença pode dar conta dos resultados de desvantagem dos imigrantes em relação aos seus homólogos israelenses. Cohen-Goldner e Eckstein (2008) confirmam os resultados de Friedberg (2000), encontrando grande efeito de variáveis de educação e treinamento adquiridas em Israel em comparação ao retorno quase zero das habilidades importadas para trajetória ascendente do estrangeiro no mercado de trabalho.

Dessa forma, a maioria dos estudos existentes, sobretudo, dos pesquisadores adeptos da Teoria da Assimilação considera que o capital humano obtido em países estrangeiros exerce menor efeito para a mobilidade ascendente dos imigrantes no país de destino, comparado às credenciais obtidas no local de acolhimento. Entretanto, alguns autores direcionam críticas a essa perspectiva e acrescentam que os efeitos das credenciais também variam de acordo com o país no qual é obtido (Akresh, 2007; Takenaka *et al.*, 2015). Assim, a capacidade de transferência e valorização da educação dos estrangeiros depende de aspectos como a distância cultural ou lingüística entre os países de acolhimento e de origem (Chiswick e Miller 2011, 2012) e fatores de discriminação do empregador (Nakamuro *et al.*, 2015).

Além disso, alguns autores argumentam que a qualidade da educação varia substancialmente entre os países (Friedberg, 2000). A educação adquirida em países mais

pobres tem retornos mais baixos para o desempenho econômico do estrangeiro, na medida em que a educação desses países pode ter menor qualidade (real ou percebida) devido a recursos limitados que esses países dedicam aos seus sistemas educacionais. Segundo Basilio *et al* (2017) esses argumentos sugerem uma especificação de uma equação para compreensão do desempenho do estrangeiro no mercado hospedeiro que permita a identificação de diferentes retornos à escolaridade e experiência dependendo de onde este capital humano foi acumulado. Dessa forma, são incluídas na tradicional equação formulada por Chiswick (1978) variáveis que diferenciam a educação adquirida no país de origem daquela adquirida no país de destino.

Basilio *et al* (2017) investigam se o capital humano acumulado em diferentes países é recompensado de forma diferente no mercado de trabalho alemão. Usam os dados do Painel Socioeconômico Alemão (SOEP) de 1984 a 2013 para homens e mulheres. Além disso, Basilio *et al* (2017) argumentam a necessidade de estimar equações separadas para homens e mulheres, visto que esses grupos apresentam diferentes dinâmicas no mercado de trabalho. Para desagregar os anos de escolaridade obtidos no país de origem e na Alemanha, Basilio *et al* (2017) seguem o procedimento de Friedberg (2000), assumindo que as crianças começam a escola aos seis anos e terminam a educação continuamente até completarem seus anos totais de escolaridade (17 anos). Como os autores conhecem a idade em que o imigrante chegou na Alemanha, podem calcular os anos de escolaridade que supostamente são adquiridos no país de origem, antes da migração, e após a chegada na Alemanha. Os resultados indicam que a igualdade de retorno ao capital humano estrangeiro e nacional pode ser rejeitada para os homens. Um ano adicional de escolaridade na Alemanha aumenta o salário em 8,2 por cento, enquanto cada ano de escolaridade obtido em outro país produz um retorno de 7,2% no mercado de trabalho alemão. Para mulheres imigrantes, no entanto, os retornos para a escolaridade no exterior e na Alemanha não são significativamente diferentes um do outro.

Embora a análise acima permita a distinção entre capital humano nacional e estrangeiro, assume que o capital humano estrangeiro em diferentes grupos de imigrantes é recompensado de forma homogênea. O capital humano estrangeiro, no entanto, pode ser avaliado de forma diferente no mercado de trabalho alemão, dependendo da qualidade da educação ou da formação profissional no país de origem e a transferibilidade destas

qualificações para as necessidades do mercado de trabalho na Alemanha. A transferência, por sua vez, depende da proximidade do país de origem comparado com a Alemanha em termos de condições econômicas, sistemas educacionais, industrial estrutura, configurações institucionais, linguagem, etc. Para permitir que os retornos da educação e da experiência variem entre os grupos de imigrantes, os autores estimam equações separadamente para imigrantes de diferentes regiões.

Os resultados para os homens indicam heterogeneidade do retorno da educação segundo o país de origem. Na análise os imigrantes são categorizados em regiões de origem: 1) países da OCDE<sup>27</sup> de alta renda; 2) Turquia; 3) Europa Oriental e a ex-União Soviética; 4) ex-Iugoslávia; 5) grupo heterogêneo denominado “Outros” que agrega países sul americanos (Paraguai, Brasil e Chile), Asiáticos (Vietnam e Filipinas) e africanos (Gana e Marrocos). Para migrantes da OCDE, Europa Oriental e a ex-União Soviética e ex-Iugoslávia o retorno à educação obtida no exterior não são significativamente diferentes para os retornos à educação obtidos na Alemanha. Em segundo lugar, para os imigrantes da Turquia e estrangeiro do grupo “Outros”, a educação obtida nos países de origem está associada a menores retornos do que a educação obtida na Alemanha para o sucesso econômico dos estrangeiros. A partir dos resultados, os autores concluem que: 1) a educação é avaliada de forma diferente de acordo com a qualidade do sistema educacional onde foi adquirido; 2) a transferibilidade depende de quão perto o sistema educacional respectivo é em comparação ao alemão. Para as mulheres, não é verificada retornos diferentes para a educação alemã da educação adquirida nos países de origem das estrangeiras, independentemente da região de origem.

Em seguida, Basilio *at al* (2017) argumentam que nas análises foi assumida linearidade nos retornos da escolaridade, na medida em que a variável foi incluída nos modelos como contínua. Para investigar de forma mais detalhada o efeito da escolaridade, os autores dividiram a educação em três níveis, a saber: Primário (1- 9 anos de escolaridade), Ensino Secundário (10-13 anos de escolaridade) e Universidade ou pós-secundário (14 e mais anos de escolaridade). Os resultados indicam que para os imigrantes, a educação universitária tem os maiores retornos. Em geral, o ensino primário, independentemente de onde foi obtido - produz apenas retornos modestos, para os homens e para as mulheres.

---

<sup>27</sup>Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

No que diz respeito ao ensino secundário, com exceção dos imigrantes do sexo masculino da Turquia e das imigrantes do grupo heterogêneo definido como “Outros”, os migrantes recebem retornos positivos da educação adquirida no exterior. Quanto à educação superior, esse nível é o mais valorizado entre os estrangeiros pesquisados.

Em suma, os resultados de Basilio *et al* (2017) indicam que a educação estrangeira tem menor efeito para o desempenho do estrangeiro no mercado de trabalho alemão do que a escolaridade adquirida na Alemanha. Os resultados ainda indicam que o diferencial entre os nativos e os imigrantes na chegada à Alemanha pode ser explicado pelo menor valor atribuído ao capital humano estrangeiro dos imigrantes. Por fim, os autores comprovam a existência de heterogeneidade substancial em todos os grupos de imigrantes. Em particular, os imigrantes de países de alta renda tendem a obter retornos mais altos do capital humano estrangeiro do que os outros grupos. Isso dá suporte à importância da compatibilidade dos países de origem e de acolhimento dos imigrantes quanto à transferibilidade do capital humano.

Kanas *et al.* (2012) encontram resultados semelhantes aos de Basilio *et al* (2017) para a Alemanha. É verificado que os estrangeiros que obtiveram a educação no país anfitrião tiveram maior status ocupacional e renda anual do que aqueles que não adquiriram educação alemã. Da mesma forma, Zeng e Xie (2004a) mostraram especificamente que os imigrantes dos EUA com qualificação estrangeira ganharam 14 por cento menos por ano do que aqueles com a mesma qualificação adquirida nos EUA. Akresh (2006) também mostrou empiricamente que ter alguma educação americana melhora o status ocupacional dos imigrantes nos EUA. Mas, em estudos subsequentes, Akresh (2007) verificou que as credenciais educacionais obtidas no Canadá e na Europa Ocidental são valorizadas mais nos EUA do que as obtidas na Ásia ou na América Latina, assim como os achados de Bratsberg *et al* (2002). Da mesma forma, Arbeit e Warren (2013) demonstram que estrangeiros com credenciais educacionais canadenses ou britânicos nos EUA são mais propensos do que seus homólogos da América Latina e do Caribe a se empregar em cargos na área em que obtiveram a sua formação.

Li (2001) também comparou os estrangeiros qualificados no exterior daqueles com qualificação local no mercado de trabalho canadense e descobriu que os imigrantes com

educação adquirida no país de origem ganham cerca de US \$ 10.000 menos do que os imigrantes educados no Canadá anualmente. Este "efeito de desconto" (Fong e Cao, 2009), ou penalidade associada à educação estrangeira, pode ser atribuído à preferência dos empregadores ou a incapacidade de avaliar graus estrangeiros adequadamente (Arbeit e Warren, 2013). Nos olhos dos empregadores, a educação estrangeira pode conferir menos habilidades consideradas úteis. Em suma, as credenciais estrangeiras podem simplesmente ser intransmissíveis ou não aplicáveis; ou então, eles podem ser desvalorizados para proteger os trabalhadores nativos, minimizando a concorrência dos recém-chegados (Fong e Cao, 2009). Assim, o efeito de desconto da educação estrangeira pode depender da sua transferibilidade, refletida na distância cultural ou lingüística entre o país anfitrião e os países de origem (Chiswick e Miller, 2011, 2012).

Com base nos estudos discutidos anteriormente, esperamos encontrar para a realidade brasileira que as credenciais obtidas no Brasil tenham maior efeito para a trajetória ascendente do imigrante do que aquelas obtidas no exterior. Além disso, esperamos que maiores níveis de escolaridade, apresentem efeitos positivos superiores para a probabilidade de mobilidade ascendente do estrangeiro no mercado de trabalho. Dessa forma, nos modelos estatísticos estimados para análise da mobilidade dos imigrantes se espera que os níveis de escolaridade mais altos tenham coeficientes maiores, traduzindo os maiores efeitos para a probabilidade de mobilidade ascendente do estrangeiro no mercado de trabalho hospedeiro (Chiswick et al., 2005; Duleep e Regets, 1999; Vidal-Coso, Miret-Gamundi, 2014; Fernandes, 2015, Ressia *et al*, 2017).

Além disso, esperamos que os níveis de escolaridade dos estrangeiros sejam recompensados de forma heterogênea. Para tanto, iremos estimar modelos separados por nacionalidade dos diferentes grupos de estrangeiros.

## 8.1 Resultados do efeito da educação do trabalhador para a trajetória ocupacional dos estrangeiros

Percebemos que, até 2014, a maior parcela dos vínculos de emprego formal no mercado brasileiro é de estrangeiros com, no mínimo, nível superior. No último ano analisado, em 2015, aumentam percentualmente os vínculos de trabalhadores com ensino médio completo ou superior incompleto.

Tabela 85 – Distribuição dos vínculos de emprego por níveis de escolaridade do trabalhador

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	12%	16%	34%	39%	100,0%
1996	15%	16%	32%	37%	100,0%
1997	12%	15%	33%	40%	100,0%
1998	11%	15%	33%	42%	100,0%
1999	10%	14%	32%	44%	100,0%
2000	10%	15%	33%	42%	100,0%
2001	9%	14%	32%	44%	100,0%
2002	9%	14%	32%	45%	100,0%
2003	9%	14%	31%	47%	100,0%
2004	8%	13%	32%	47%	100,0%
2005	8%	13%	32%	47%	100,0%
2006	7%	13%	33%	48%	100,0%
2007	7%	13%	33%	47%	100,0%
2008	7%	12%	34%	47%	100,0%
2009	6%	12%	35%	47%	100,0%
2010	6%	12%	35%	47%	100,0%
2011	6%	13%	35%	45%	100,0%
2012	7%	14%	36%	42%	100,0%
2013	11%	16%	36%	38%	100,0%
2014	10%	16%	37%	37%	100,0%
2015	10%	16%	39%	36%	100,0%
Total	8,6%	14,2%	34,9%	42,3%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em relação às diferenças entre homens e mulheres, apresentamos abaixo a distribuição de níveis educacionais segundo o sexo do trabalhador. As linhas tracejadas são referentes aos resultados dos estrangeiros e as linhas contínuas das estrangeiras. Verificamos que as mulheres, em geral, são mais escolarizadas do que os homens, na medida em que as estrangeiras apresentam maior percentual de trabalhadoras com ensino médio completo ou superior incompleto, assim como de pessoas com ensino superior completo ou mais.

Por outro lado, os homens têm maior percentual de pessoas analfabetas ou com primário incompleto e de pessoas com ensino fundamental completo ou médio incompleto.

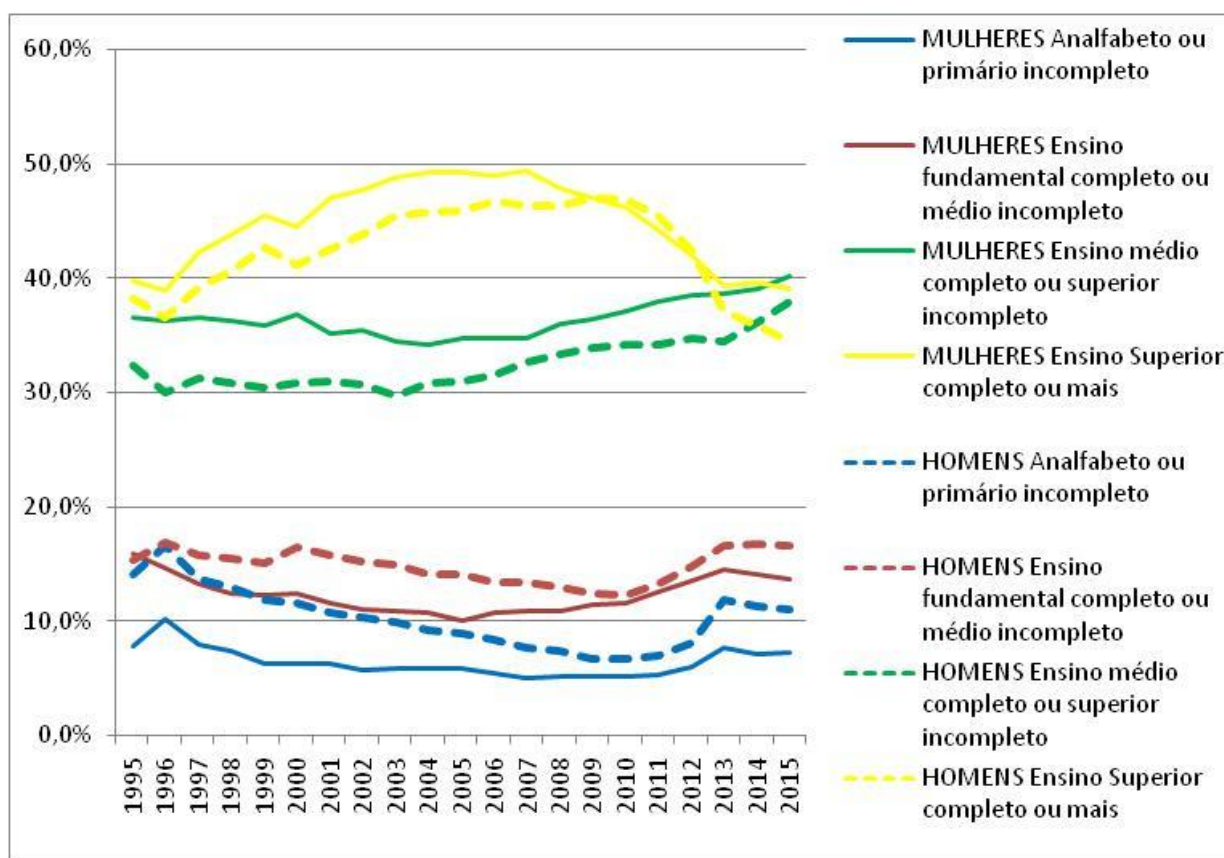


Gráfico 51– Distribuição dos vínculos de emprego por níveis de escolaridade do trabalhador

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

No Apêndice 11 apresentamos a distribuição entre 1995 a 2015 dos estrangeiros, separados entre os 14 grupos analisados, conforme o nível de escolaridade. A seguir está o resumo desses resultados. Entre estadunidenses, franceses, alemães, espanhóis e italianos estão os maiores percentual de vínculos de trabalhadores com ensino superior ou mais. Esses cinco grupos, além dos argentinos, em todo o período analisado o maior percentual de vínculos de trabalho no mercado formal sempre foi referente a trabalhadores com ensino superior ou mais. Para esses grupos, observamos que ao longo dos anos há diminuição das categorias de pessoas com até ensino médio incompleto e aumento de trabalhadores com ensino médio completo ou superior incompleto.



Já entre chilenos, japoneses, chineses e portugueses, também prevalecerem os vínculos de pessoas com educação superior ou mais, mas essa concentração não é tão grande quanto os grupos anteriores. Um exemplo é o que observamos entre os chilenos que, entre 1995 a 2012, tem maior proporção de trabalhadores com “ensino médio completo ou superior incompleto” e, após 2012, os chilenos com ensino superior completo ou mais são os maiores percentuais.

Bolivianos, paraguaios, uruguaios e, principalmente, haitianos são os grupos com trabalhadores menos escolarizados, visto que sobressaem os percentuais de trabalhadores com ensino médio completo ou superior incompleto.

Tabela 86 – Distribuição dos vínculos de emprego por níveis de escolaridade do trabalhador

Nacionalidade	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
EUA	1%	2%	16%	82%	100%
França	1%	2%	15%	82%	100%
Alemanha	2%	4%	21%	73%	100%
Espanha	6%	9%	28%	58%	100%
Itália	5%	8%	31%	55%	100%
Japão	5%	9%	31%	54%	100%
Argentina	3%	8%	35%	54%	100%
China	6%	15%	33%	46%	100%
Chile	4%	11%	45%	41%	100%
Portugal	11%	15%	35%	40%	100%
Bolívia	9%	22%	40%	30%	100%
Uruguai	9%	18%	45%	27%	100%
Paraguai	17%	28%	42%	12%	100%
Haiti	31%	32%	35%	2%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em relação à educação adquirida no Brasil, percebemos que em todos os anos esse percentual não chega a 15% das observações, sendo que os anos mais recentes, 2014 e 2015 há um crescimento, comparado aos demais anos.

Tabela 87 – Educação adquirida no Brasil – 1995 a 2015

Ano	Educação adquirida no Brasil		Total
	Não	Sim	
1995	100,0%		100,0%
1996	89,5%	10,5%	100,0%

1997	89,9%	10,1%	100,0%
1998	92,7%	7,3%	100,0%
1999	92,4%	7,6%	100,0%
2000	92,4%	7,6%	100,0%
2001	92,9%	7,1%	100,0%
2002	92,7%	7,3%	100,0%
2003	91,9%	8,1%	100,0%
2004	92,5%	7,5%	100,0%
2005	93,4%	6,6%	100,0%
2006	93,5%	6,5%	100,0%
2007	93,9%	6,1%	100,0%
2008	93,4%	6,6%	100,0%
2009	93,7%	6,3%	100,0%
2010	93,7%	6,3%	100,0%
2011	94,5%	5,5%	100,0%
2012	91,9%	8,1%	100,0%
2013	93,3%	6,7%	100,0%
2014	85,2%	14,8%	100,0%
2015	88,7%	11,3%	100,0%
Total	92,4%	7,6%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Os níveis de ensino mais baixos, quais sejam ensino fundamental e ensino médio, são os mais adquiridos no Brasil. O ensino superior, por outro lado, tem menor percentual de estrangeiros que adquirem no Brasil.

Tabela 88 – Educação adquirida no Brasil segundo o nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Educação adquirida no Brasil		Total
	Não	Sim	
Analfabeto ou primário incompleto	88,8%	11,2%	100,0%
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	87,5%	12,5%	100,0%
Ensino médio completo ou superior incompleto	90,8%	9,2%	100,0%
Ensino Superior completo ou mais	96,0%	4,0%	100,0%
Total	92,4%	7,6%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Os haitianos, os latino-americanos e os portugueses são os grupos de estrangeiros que percentualmente mais adquirem níveis educacionais no Brasil. Os haitianos, possivelmente, têm esse alto percentual de estudo no Brasil, na medida em que são trabalhadores com nível educacional mais baixo, como verificado anteriormente, sendo necessária a qualificação após a chegada no país. Para os demais grupos sugerimos que a língua seja um facilitador para a realização dos estudos no país.

Tabela 89 – Educação adquirida no Brasil segundo a nacionalidade do estrangeiro

Nacionalidade	Educação adquirida no Brasil		Total
	Não	Sim	
Haitiano	79,3%	20,7%	100,0%
Paraguaio	89,9%	10,1%	100,0%
Uruguaio	90,6%	9,4%	100,0%
Chileno	90,9%	9,1%	100,0%
Boliviano	91,2%	8,8%	100,0%
Argentino	93,2%	6,8%	100,0%
Português	93,9%	6,1%	100,0%
Italiano	94,8%	5,2%	100,0%
Espanhol	94,9%	5,1%	100,0%
Chinês	94,9%	5,1%	100,0%
Japonês	95,8%	4,2%	100,0%
Alemão	96,2%	3,8%	100,0%
Francês	96,8%	3,2%	100,0%
Estadunidense	96,9%	3,1%	100,0%
Total	92,4%	7,6%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Abaixo apresentamos o gráfico com a distribuição média do ISEI por tempo de residência para cada o nível de escolaridade do trabalhador no momento de chegada no Brasil. Percebemos que níveis de escolaridade inferiores parecem ter um crescimento do ISEI mais intenso do que níveis de educação superiores.

Entretanto, esses resultados podem ser afetados pela continuidade dos estudos dos estrangeiros, pois como visto os trabalhadores com níveis inferiores de escolaridade, como haitianos, paraguaios e uruguaio, têm maior percentual de educação adquirida no Brasil, indicando que esses trabalhadores continuam os estudos ao longo do tempo de moradia no país. Além disso, como identificado nos capítulos anteriores, os níveis de mobilidade variam, dependendo do grupo ocupacional no qual o estrangeiro se encontra inserido. Nesse sentido, apresenta-se a seguir os resultados dos modelos estimados, nos quais controlamos as características dos indivíduos, sendo possível identificar o efeito das variáveis analisadas.

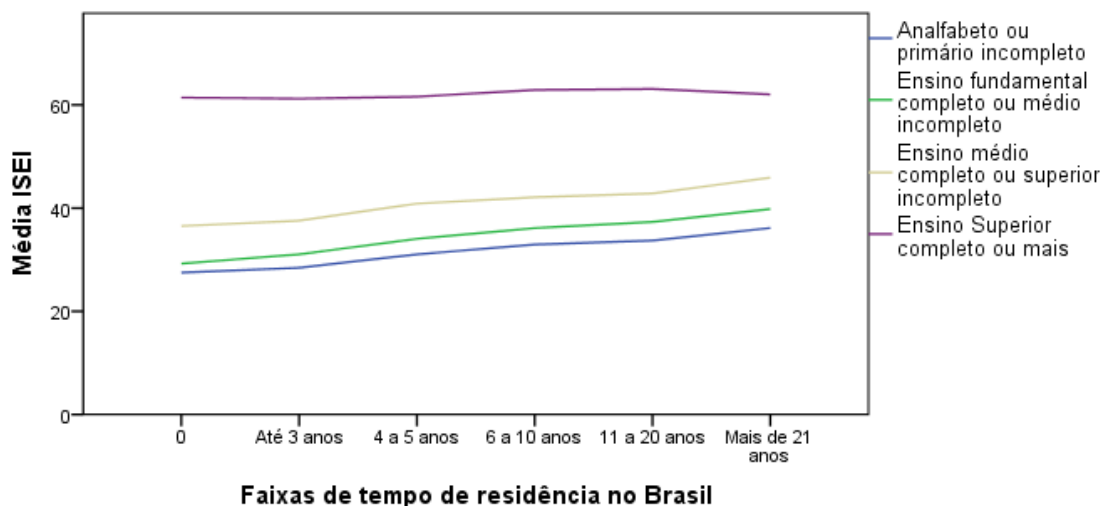


Gráfico 52– Média do ISEI por tempo de residência segundo o nível de escolaridade do trabalhador

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Após a análise descritiva dos dados apresentamos os coeficientes estimados nos modelos estatísticos, com intuito de investigar o efeito das variáveis relativas ao nível educacional do estrangeiro e a educação adquirida no Brasil para a mobilidade ocupacional mantendo as características individuais dos estrangeiros controladas. Inicialmente, são discutidos os resultados das equações 1, para o conjunto total de estrangeiros, seguido dos resultados da equação 2, referentes aos modelos separados para cada uma das 14 nacionalidades de estrangeiros analisados nessa tese e, por fim, são discutidos os resultados da equação 3, referentes aos modelos estimados separadamente para homens e mulheres.

Em relação aos níveis educacionais, identificamos que, conforme postulado pelos autores da teoria da assimilação, níveis mais elevados de escolaridade têm maior efeito positivo para o crescimento do ISEI, refletindo na mobilidade ascendente do estrangeiro. Ter o ensino fundamental completo ou médio incompleto representa um efeito positivo de 5,9 pontos no ISEI do estrangeiro, em comparação a um trabalhador analfabeto ou com ensino primário incompleto. O ensino médio completo ou superior incompleto reflete em um acréscimo de 7,6 pontos e o ensino superior completo ou mais em 10,8 pontos. Dessa forma, confirmamos a nossa hipótese 5.2 na qual formulamos que maiores níveis de escolaridade tenham maiores efeitos para a probabilidade de mobilidade ascendente do estrangeiro no mercado de trabalho.

Os resultados se aproximam dos achados de Chiswick, Lee e Miller(2002) para o qual os autores analisam estrangeiros na Austrália e encontram um padrão de mobilidade em forma de “U”, sendo esse padrão mais acentuado para imigrantes mais qualificados. Isto é, o coeficiente estimado nas regressões realizadas pelos autores é maior conforme o nível de escolaridade. Dessa maneira, Chiswick, Lee e Miller (2002) concluem que mais acentuado será o padrão “U” quanto menor a capacidade de transferência das competências dos imigrantes para o país de destino.

Sobre a educação adquirida no Brasil, verificamos que o capital humano obtido no país, comparado ao obtido no exterior exerce menor efeito para a mobilidade ascendente dos imigrantes. Isto é, ao contrário do esperado, a educação do exterior é mais valorizada em geral do que a do Brasil. Esses resultados são contrários aos encontrados por Kanas *et al.* (2012)e Basilio *et al.*(2017) que verificam que, em geral, a educação acumulada nos países de origem dos imigrantes recebem retornos significativamente mais baixos do que o capital humano obtido na Alemanha. Esses autores sugerem que esse ponto parece ser um fator importante para explicar o diferencial salarial entre nativos e imigrantes. Nesse sentido, a situação do Brasil é contrária, sendo a educação no exterior mais significativa para o crescimento do status do estrangeiro no mercado de trabalho. A partir desse resultado, refutamos a hipótese 4.1 na qual esperamos encontrar para a realidade brasileira que as credenciais obtidas no Brasil tenham maior efeito para a trajetória ascendente do imigrante do que aquelas obtidas no exterior.

Tabela 90 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 1, para o conjunto total de estrangeiros

Modelo	Amostra	Descrição	Variável de teste	(Coef. (b))
Modelo 1	<i>Homens e mulheres das 14 nacionalidades pesquisadas</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	5,999***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	7,695***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	10,804***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,121***

\*significante ao nível de 10%;\*\* significante ao nível de 5% \*\*\* significante ao nível de 1%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em relação ao efeito dos níveis educacionais para a mobilidade do estrangeiro, tanto para os homens quanto para as mulheres, percebemos que maiores níveis de escolaridade têm

maiores efeitos positivos para a mobilidade ascendente do estrangeiro no mercado de trabalho. A diferença identificada entre homens e mulheres consiste no valor dos coeficientes estimados, sendo o retorno da educação para os homens maior do que para as mulheres.

Em relação à educação adquirida no Brasil, para os homens observamos efeito negativo para o ISEI do trabalhador, enquanto para as mulheres, as credenciais educacionais conquistadas no país têm efeito positivo para o status da trabalhadora, refletindo no aumento do ISEI das estrangeiras e, conseqüentemente, contribuindo para mobilidade ascendente.

Tabela 91 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 3, estimado separadamente para homens e mulheres

Modelo	Amostra	Descrição	Variável de teste	(Coef. (b))
<b>Modelo 3</b>	<i>Homens</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	6,029***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	7,814***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	11,477***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	- 0,108***
	<i>Mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	2,698***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	3,356***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	3,591***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	0,114***

\*significante ao nível de 10%; \*\* significante ao nível de 5% \*\*\* significante ao nível de 1%  
 Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Entretanto, a literatura indica que a educação em diferentes grupos de estrangeiros é recompensada de forma heterogênea. Por isso, estimamos modelos separados para cada um dos grupos de estrangeiros. Verificamos que para todos os grupos a educação tem efeito positivo para o aumento do ISEI dos estrangeiros, sendo que os níveis de escolaridade superiores exercem um maior impacto.

Em relação às credenciais educacionais obtidas no Brasil, entre os latino-americanos, asiáticos, espanhóis, estadunidenses, italianos e portugueses, os níveis de instrução adquiridos no país têm efeito negativo, comparado aos adquiridos no em outro país que não o Brasil. Já para alemães, franceses, haitianos, verifica-se efeito positivo em relação à escolaridade obtida no Brasil.

Tabela 92 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 2, estimados separadamente para cada uma das nacionalidades estudadas

Modelo	Amostra	Descrição	Variável de teste	(Coef. (b))
Modelo 2	<i>ARGENTINOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	8,380***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	9,914***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	11,726***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,016***
Modelo 2	<i>BOLIVIANOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	5,386***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	6,738***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	11,223***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,193***
Modelo 2	<i>CHILENOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	7,888***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	9,317***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	11,919***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,122***
Modelo 2	<i>PARAGUAIOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	3,675***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	4,937***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	10,815***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,077***
Modelo 2	<i>URUGUAIOS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	5,332***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	6,673***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	9,820***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,136***
Modelo 2	<i>ALEMÃES</i> <i>Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	11,638***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	13,131***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	14,476***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	0,234***
Modelo 2	<i>ESPAANHÓIS</i> <i>Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	7,557***

<b>Modelo 2</b>		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	9,789***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	12,693***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,194***
		<hr/>		
<b>Modelo 2</b>	<i>ESTADUNIDENSES Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	2,273***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	3,870***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	5,916***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,234***
<b>Modelo 2</b>	<i>FRANCESES Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	2,038***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	3,814***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	5,506***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	0,197***
<b>Modelo 2</b>	<i>ITALIANOS Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	6,885***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	8,324***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	10,098***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,110***
<b>Modelo 2</b>	<i>HAITIANOS Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	1,165***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	1,460 ***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	4,735***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	0,019***
<b>Modelo 2</b>	<i>JAPONESES Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	6,598***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	7,930***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	10,325***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,134***
<b>Modelo 2</b>	<i>CHINESES Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	4,163***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	5,162***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	6,488***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,165***
<b>Modelo 2</b>	<i>PORTUGUESES Homens e mulheres</i>	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	educ2	5,628***
		Ensino médio completo ou superior incompleto	educ3	7,632***
		Ensino superior completo ou mais	educ4	11,007***
		Educação adquirida no Brasil	educ_brasil	-0,315***

\*significante ao nível de 10%;\*\* significante ao nível de 5% \*\*\* significante ao nível de 1%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

## 8.2 Considerações finais do capítulo



1. Percebemos que, até 2014, a maior parcela dos vínculos de emprego formal no mercado brasileiro é de estrangeiros com, no mínimo, nível superior. No último ano analisado, em 2015, aumentam percentualmente os vínculos de trabalhadores com ensino médio completo ou superior incompleto.
2. Verificamos que as mulheres, em geral, são mais escolarizadas do que os homens.
3. Estadunidenses, franceses, alemães, espanhóis e italianos estão os maiores percentual de vínculos de trabalhadores com ensino superior ou mais. Já entre chilenos, japoneses, chineses e portugueses, também prevalecerem os vínculos de pessoas com educação superior ou mais, mas essa concentração não é tão grande quanto os grupos anteriores. Bolivianos, paraguaios, uruguaios e haitianos são os grupos com trabalhadores menos escolarizados, visto que sobressaem os percentuais de trabalhadores com ensino médio completo ou superior incompleto.
4. Os haitianos, latino-americanos e portugueses são os grupos de estrangeiros que percentualmente mais adquirem níveis educacionais no Brasil.
5. Para o conjunto total de estrangeiros, níveis mais elevados de escolaridade têm maior efeito positivo para o crescimento do ISEI, refletindo na mobilidade ascendente do estrangeiro. Sobre a educação adquirida no Brasil, verificamos que o capital humano obtido no país, comparado ao obtido no exterior exerce menor efeito para a mobilidade ascendente dos imigrantes. Isto é, ao contrário do esperado, a educação do exterior é mais valorizada em geral do que a do Brasil.

## 9. Qual o efeito da raça do estrangeiro para mobilidade ocupacional

Nesse capítulo pretendemos investigar qual o efeito da cor/raça para a mobilidade dos estrangeiros. Interessa-nos verificar se os estrangeiros não brancos (pardos, pretos e indígenas) apresentam uma trajetória ocupacional limitada no mercado de trabalho brasileiro, isto é, tem menores chances de mobilidade ascendente comparado aos estrangeiros brancos (brancos e amarelos). Esse tema de pesquisa, qual seja, o impacto da cor/raça do trabalhador para mobilidade ocupacional dos estrangeiros, é principalmente discutido nos Estados Unidos, mas ainda pouco debatido na literatura nacional e internacional.

Nos Estados Unidos os pesquisadores verificam que latino-americanos e, sobretudo, negros, se comparados aos brancos nativos (sem ascendência hispânica), estão em pior situação socioeconômica no mercado de trabalho (Tienda e Lii, 1987; Roth, 2012). Membros desses grupos minoritários estão frequentemente em desvantagem em obter trabalhos para os quais são qualificados, ganham menos do que os americanos brancos (Tienda e Lii, 1987; Roth, 2012) e têm menor retorno ao capital humano (Hall e Farkas, 2008). A explicação comumente encontrada para esse dado é que esses grupos são mais passíveis de sofrerem discriminação (Jong e Madamba, 2001).

Entretanto, Borjas (2006) destaca que, quando comparados aos seus similares nativos (em termos de etnia/raça), os salários de brancos, negros e asiáticos imigrantes são maiores, demonstrando que o *status* de migrante tem impacto positivo para o indivíduo no mercado de trabalho. Por outra perspectiva, algumas pesquisas sugerem que mexicanos, muitas vezes enfrentam discriminação no trabalho, embora com menos frequência do que os afro-americanos (Waldinger e Perlmann, 1999; Bean *et al.*, 2004).

Em relação a estudos qualitativos, Covington-Ward, Y. (2017) realiza entrevistas com imigrantes de países africanos que trabalham nos Estados Unidos em ocupações de cuidados e de assistência médica de baixo status. O estudo usa entrevistas semi-estruturadas qualitativas com uma amostra de trinta trabalhadores imigrantes africanos na área metropolitana de Pittsburgh. Os resultados evidenciam que quase todos os entrevistados viam suas ocupações como um emprego temporário ou de transição,

entretanto, relatavam poucas ocasiões que identificavam oportunidades de mobilidade ocupacional.

No Brasil, dentre os estudos de desigualdades raciais se destacam os de Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg (Silva, 1981; Hasenbalg e Valle Silva, 2003; Hasenbalg e Valle Silva, 2013), de Carlos Antônio da C. Ribeiro (2007; 2009; Souza *et al.*, 2010) e José Alcides dos Santos (Santos, 2009) que verificam a existência de uma situação de desvantagem para o negro brasileiro, comparado ao branco, quanto ao alcance e realização ocupacional no mercado de trabalho. Já os estudos que analisam os efeitos da raça entre os imigrantes ainda são insipientes e, em sua maioria, os estudos que consideram os estrangeiros se limitam à análise da estratificação social e não verificam a mobilidade dos estrangeiros no Brasil (Fernandes, 2008)

Florestan Fernandes (2008) iniciou uma abordagem analítica comparando a posição do negro e do imigrante internacional na estrutura econômica brasileira. Segundo Hasenbalg (2005), os achados de Florestan Fernandes de deslocamento dos negros para ocupações periféricas, devido à monopolização das oportunidades de avanço econômico em São Paulo pelos imigrantes internacionais (principalmente europeus), podem ser generalizados para o resto do Sudeste. Entretanto, Melo, Araújo e Marques (2003) questionam tal generalização. Em um estudo de caso sobre os empregados contratados entre 1900 e 1947 por uma grande indústria de cerveja no Rio de Janeiro, os autores identificam evidências que contradizem a tese de Fernandes (2008). Em análise estatística econométrica, Melo, Araújo e Marques (2003) confirmam a hipótese de discriminação negativa para brasileiros com relação aos imigrantes europeus, mas não encontram a mesma discriminação entre os imigrantes portugueses e negros (incluindo pretos e pardos). Portanto, o efeito de nacionalidade apresenta-se mais importante do que o de raça para a amostra analisada.

Nóbrega, R., e Daflon, V. T. (2009) fazem uma discussão com abordagem histórica do Brasil e concluem que na transição da ordem escravocrata para a formação de um mercado de trabalho livre, a escolha da mão de obra no mercado de trabalho brasileiro esteve historicamente ligada a fatores não apenas econômicos, mas também a elementos étnicos e raciais. Os motivos remetem tanto a valores que estavam presentes tanto no

passado colonial e escravista quanto num projeto modernizador de viés eurocêntrico que ambicionava fazer do Brasil uma nação à imagem e semelhança daquelas pertencentes ao Velho Mundo. A partir desses valores - que deixaram raízes na sociedade brasileira e ainda estão significativamente presentes no imaginário social – definiu-se uma hierarquia entre os grupos segundo sua proximidade com o padrão branco/europeu/civilizado, em que os não-brancos eram vistos como desviantes.

Nesse sentido, os estrangeiros brancos eram mais valorizados como mão de obra, ao passo que os negros apresentavam chances de mobilidade quase inexistentes. Em relação a esse ponto, Monsma (2010) completa que os negros, sobretudo os libertos, foram afastados das atividades produtivas centrais pela competição dos imigrantes europeus brancos. Estes monopolizaram os contratos de colonato nas fazendas de café, que forneciam algumas oportunidades para acumular dinheiro e adquirir terras ou propriedades urbanas, e também monopolizaram os ofícios artesanais, deixando aos negros os empregos precários, mal remunerados e desprestigiados, tais como o serviço doméstico, o comércio ambulante e os serviços auxiliares nas fazendas de café, como o desmatamento ou o conserto de cercas e estradas.

Outra pesquisa brasileira que discute que as relações étnico-raciais no mercado de trabalho brasileiro é a de Vilela, Colares e Noronha (2015). As autoras analisam a estratificação do mercado de trabalho brasileiro e identificam que os latinos e nativos imigrantes interestaduais negros, comparados aos nativos imigrantes interestaduais brancos, se encontram em desvantagem. Porém, no Brasil, ao contrário do que ocorre em outras sociedades como os Estados Unidos (Tienda e Lii, 1987; Borjas, 2006), os nativos migrantes internos negros apresentam menor desvantagem no mercado de trabalho do que imigrantes latinos (bolivianos, paraguaios, peruanos e uruguaios, no caso), frente ao grupo majoritário de nativos migrantes brancos. Entretanto, esse artigo toma como base os dados do Censo Demográfico de 2010, no qual não é possível identificar ainda o crescimento expressivo dos haitianos no Brasil, identificado, sobretudo após 2010.

Entre 2010 e 2015, foi registrada pelos dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (Sincre) a entrada, no Brasil, de 28.866 imigrantes haitianos e haitianas já com visto permanente no país. Quando se consideram os dados do Sistema de Tráfego

Internacional (STI), que englobam também os registros de solicitantes de refúgio, o volume de entradas de haitianos e haitianas, para o mesmo período e 2010 a 2015, passa a ser de 85.079 imigrantes (dentre os quais já constam os registros do Sincro), sendo que 44.361 imigrantes foram registrados em postos de controle de fronteiras terrestres, correspondendo a 52% da imigração haitiana no país, entre 2010 e 2015 (Peres e Baeninger, 2017). Dado o volume de entrada desses estrangeiros, cuja população é majoritariamente negra, fica ainda mais relevante a análise da raça/cor do trabalhador no mercado de trabalho brasileiro.

A partir da literatura existente, pretendemos discutir nesse capítulo qual o efeito da cor/raça do trabalhador estrangeiro para a mobilidade ocupacional no mercado de trabalho formal. Conforme os estudos de desigualdades raciais do Brasil, esperamos identificar uma situação de desvantagem para os não brancos (preto, pardo e indígena), comparado aos brancos (amarelo e brancos), quanto ao alcance e realização ocupacional.

## 9.1 Resultados do efeito da raça do estrangeiro para mobilidade ocupacional

Observamos que os estrangeiros no mercado formal brasileiro são majoritariamente classificados como brancos, apesar de, a partir de 2010, haver um crescimento expressivo de pretos, fazendo com que essa raça/cor represente em 2015, 16% dos trabalhadores estrangeiros, atrás dos brancos com 66%.

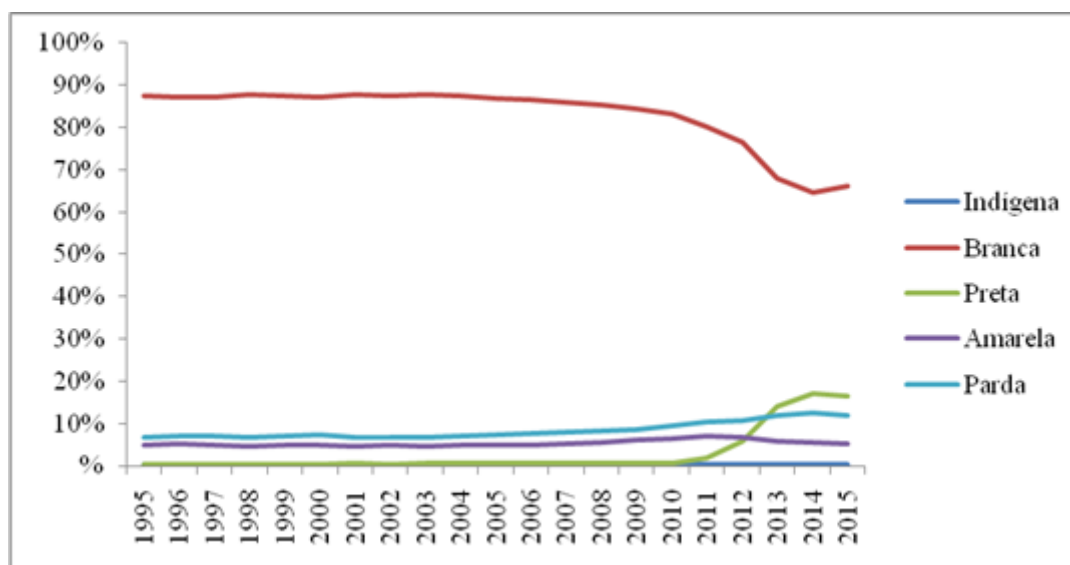


Gráfico 53 – Distribuição dos estrangeiros segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Possivelmente esse aumento dos pretos é reflexo da entrada dos haitianos no país. Para tanto, apresentamos no Apêndice 12 a distribuição entre 1995 a 2015 da raça/cor, segundo a nacionalidade dos estrangeiros. A síntese desses resultados é indicada abaixo, na qual podemos verificar que entre os haitianos, quase a totalidade dos estrangeiros são pretos, ao passo que entre os demais estrangeiros trabalhadores pretos não passam de 1%. Isto é, os pretos são majoritariamente de nacionalidade haitiana.

Alemães, italianos, espanhóis, franceses, uruguaios e portugueses são predominantemente brancos, tendo mais de 90%, em média, dos vínculos de trabalho de estrangeiros classificados como brancos. Japoneses e Chineses têm maioria amarela. Bolivianos, paraguaios e chilenos têm maioria branca, apesar de terem certa concentração também de pardos, principalmente entre os bolivianos.

Tabela 93 – Distribuição média dos estrangeiros segundo a raça/cor e nacionalidade

Nacionalidade	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
Haiti	0%	10%	83%	0%	7%	100%
Japão	0%	32%	0%	62%	5%	100%
China	0%	41%	0%	53%	6%	100%
Bolívia	3%	59%	1%	3%	35%	100%
Paraguai	0%	81%	1%	1%	17%	100%
Chile	0%	89%	0%	1%	10%	100%
EUA	0%	90%	1%	1%	8%	100%
Argentina	0%	90%	0%	1%	8%	100%
Portugal	0%	92%	1%	1%	7%	100%
Uruguai	0%	93%	1%	0%	5%	100%
França	0%	93%	1%	0%	6%	100%
Espanha	0%	94%	0%	0%	6%	100%
Itália	0%	94%	0%	0%	5%	100%
Alemanha	0%	97%	0%	1%	2%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Sobre as médias do status ocupacional dos trabalhadores ao longo dos anos, verificamos que os pretos têm momentos de queda de status, a partir de 2000, e ainda mais acentuada a partir de 2010. Como visto nos capítulos anteriores, a partir de 2010 é identificada a entrada de um grande fluxo de trabalhadores haitianos que refletem essa queda no status dos trabalhadores. Entre os pardos e indígenas também identificamos uma queda nos status médios. Já entre os brancos e amarelos as médias mostram-se mais estáveis.

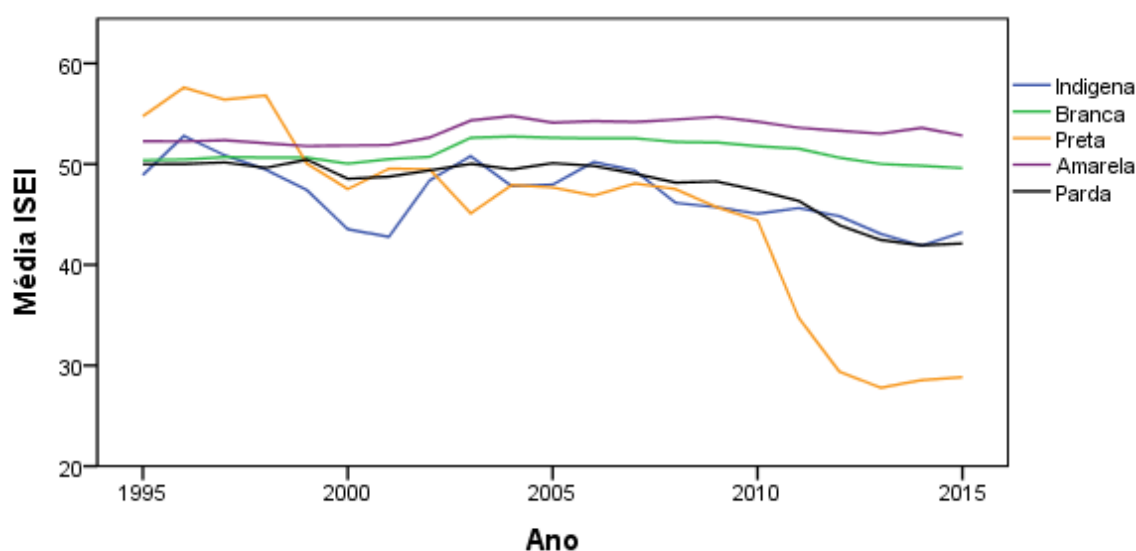


Gráfico 54 – Média do ISEI por ao longo dos anos analisados segundo a raça/cor do trabalhador – 1995 a 2015

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Quando a variação do ISEI em relação ao tempo de permanência na RAIS, o gráfico abaixo confirma que os pretos com grande experiência no mercado formal brasileiro,

acima de 10 anos, são positivamente selecionados e apresentam as maiores médias entre todos os trabalhadores.

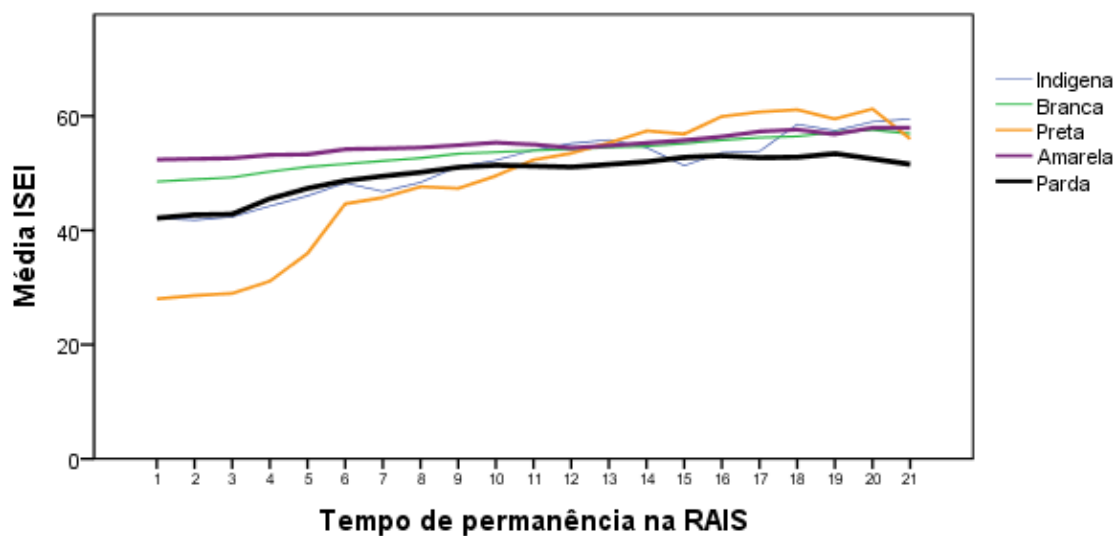
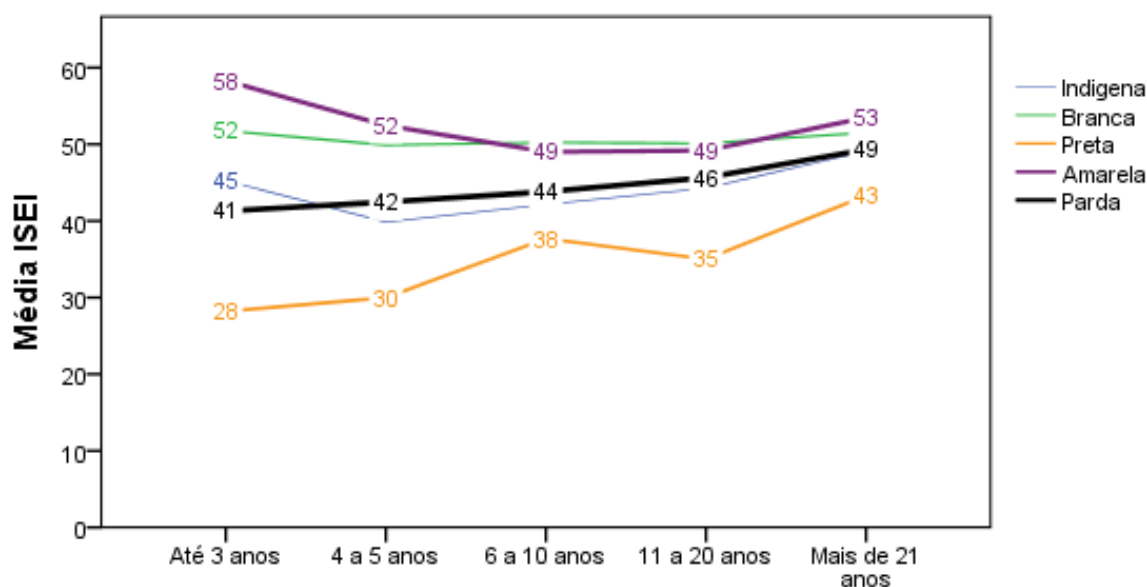


Gráfico 55 – Média do ISEI por tempo de permanência na RAIS segundo a raça/cor do trabalhador

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Em relação à evolução do ISEI com o aumento do tempo de residência no Brasil, percebemos que os pretos são os trabalhadores com menores médias de status ocupacional, seguido dos pardos. Entretanto, os pretos são os estrangeiros com maior crescimento médio do ISEI ao longo do período analisado. Dessa forma, analisamos a seguir a distribuição das taxas de mobilidade segundo a raça/cor dos trabalhadores.





### Faixas de tempo de residência no Brasil

Gráfico 56 – Média do ISEI por tempo de residência segundo a raça/cor do trabalhador

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

A tabela abaixo indica que os pretos são os trabalhadores com maiores percentuais de mobilidade ascendente e descendente, seguido dos brancos. Para compreender melhor o efeito da raça/cor, apresentamos em seguida os resultados dos modelos estatísticos. Os modelos econométricos foram estimados com uma *dummy* na qual reúne os brancos (amarelo e branco) e não brancos (indígenas, pretos e pardos).

Tabela 94 – Tabela de mobilidade calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo a raça/cor do trabalhador

Raça/ Cor	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
Indígena	52%	29%	19%	100%
Branca	43%	35%	23%	100%
Preta	36%	37%	27%	100%
Amarela	53%	28%	19%	100%
Parda	48%	30%	21%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Entretanto, ao analisarmos os dados de forma mais avançada, a partir do modelo multinível, controlando as outras variáveis, identificamos que, para o conjunto total de estrangeiros, os brancos têm um efeito positivo de 0,38 pontos no ISEI, comparado aos não brancos. Nesse sentido, confirmamos a hipótese 5 construída para essa tese, na qual

esperamos identificar uma situação de desvantagem para o negro, comparado ao branco/amarelo, quanto ao alcance e realização ocupacional no mercado de trabalho.

Tabela 95 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 1, para homens e mulheres

Modelo	Amostra	Descrição	Variável de teste	(Coef. (b))
<b>Modelo 1</b>	<i>Homens e mulheres das 14 nacionalidades pesquisadas</i>	Trabalhadores brancos (Branco e amarelos)	Branco	0,387**
Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.				

A análise realizada separadamente para homens e mulheres confirma as vantagens para os brancos, na medida em que entre os homens, a raça/cor branca do trabalhador têm um efeito positivo de 0,3 pontos no ISEI e entre as mulheres têm um efeito de acréscimo de 0,6 pontos.

Tabela 96 – Resultado dos estimadores do modelo longitudinal da equação 3, estimado separadamente para homens e mulheres

Modelo	Amostra	Descrição	Variável de teste	(Coef. (b))
<b>Modelo 3</b>	<i>Homens</i>	Trabalhadores brancos (Branco e amarelos)	branco	0,302**
	<i>Mulheres</i>	Trabalhadores brancos (Branco e amarelos)	branco	0,684**
Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.				

## 9.2 Considerações finais do capítulo

1. Estrangeiros no mercado formal brasileiro são majoritariamente brancos (segundo classificação na RAIS), apesar de, a partir de 2010, haver um crescimento expressivo de pretos. Esse aumento dos pretos é reflexo da entrada dos haitianos no país.
2. Alemães, italianos, espanhóis, franceses, uruguaios e portugueses são predominantemente brancos, tendo mais de 90%, em média, dos vínculos de trabalho de estrangeiros classificados como brancos. Japoneses e Chineses têm maioria amarela. Bolivianos, paraguaios e chilenos têm maioria branca, apesar de terem certa concentração também de pardos, principalmente entre os bolivianos.
3. Em relação à evolução do ISEI com o aumento do tempo de residência no Brasil, percebemos que os pretos são os trabalhadores com menores médias de status ocupacional, seguido dos pardos. Vale destacar que os pretos são os estrangeiros com maior crescimento médio do ISEI ao longo do período analisado.
4. Para o conjunto total de estrangeiros, percebemos que os brancos têm um efeito positivo de 0,3 pontos no ISEI do trabalhador. Nesse sentido, confirmamos a hipótese 5 construída para essa tese, na qual esperamos identificar uma situação de desvantagem para o negro, comparado ao branco, quanto ao alcance e realização ocupacional no mercado de trabalho. A análise realizada separadamente para homens e mulheres também confirma as vantagens para os brancos.

## 10. Conclusões

Nessa tese analisamos a trajetória ocupacional dos estrangeiros no mercado formal brasileiro, a partir de dados longitudinais da RAIS entre 1995 a 2015. O intuito foi investigar os padrões de mobilidade ocupacional dos estrangeiros inseridos no mercado brasileiro e compreender quais são as características que impactam nessas trajetórias.

Para tanto, o grande desafio empreendido foi de construção do banco de dados, na medida em que a RAIS, por ser um registro administrativo, não têm variáveis compatibilizadas entre os anos. Ou seja, além dos resultados teóricos obtidos nessa tese e apresentados no Quadro 5, a seguir, acredita-se que a organização e construção do banco é uma grande contribuição para o desenvolvimento de estudos futuros. Nesse sentido, apresentamos abaixo, propostas de estudos a serem desenvolvidos, tendo em vista as lacunas existentes nessa tese e os questionamentos decorrentes dos resultados obtidos.

Agenda de pesquisas futuras:

- Como a linha de estudos sobre mobilidade ocupacional dos estrangeiros ainda é escassa no Brasil, optamos por incluir na análise, dessa tese, um número relativamente extenso de grupos de estrangeiros (14 grupos) e regiões do país, que, conseqüentemente, trouxeram limitações para compreensão aprofundada de cada grupo. Nesse sentido, pretendemos desenvolver análises mais detalhadas sobre os grupos de estrangeiros aqui discutidos;
- Inclusão de anos mais recentes de análise da RAIS, para compreensão mais adequada dos haitianos, em razão da entrada do grande número de estrangeiros do Haiti a partir de 2013;
- Análise dos efeitos das características das empresas para a mobilidade ocupacional dos estrangeiros;
- Análise dos efeitos da participação em economias étnicas para a mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado formal de trabalho;
- A segmentação do mercado de trabalho com base no sexo, visto que verificamos que a situação dos asiáticos (japoneses e chineses) e dos uruguaios é curiosa. As

mulheres chinesas, japonesas e uruguaias têm maiores percentuais de imobilidade em cargos como “trabalhadoras agrícolas e outras na produção primária”, enquanto os homens chineses, japoneses e uruguaios têm os maiores percentuais de imobilidade em cargos como “profissionais de alto nível”. Isto é, as mulheres se mantêm imóveis na base e os homens no topo da hierarquia sócio ocupacional. Além disso, Paraguaios e bolivianos, homens e mulheres, têm grande concentração de imobilidade entre “Trabalhadores manuais qualificados”, apesar de verificarmos também entre as mulheres paraguaias um alto percentual de imobilidade entre profissionais de alto nível. Já entre os haitianos, os homens têm alto percentual de imobilidade entre trabalhadores manuais qualificados e as mulheres entre profissionais de alto nível.

Quadro 5 – Resumo dos principais achados

Capítulo	Resultados
<p>Capítulo 4 Quais os níveis de mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado formal brasileiro?</p>	<p>Crescimento médio com aumento do tempo do estrangeiro no Brasil, mas esse crescimento precede um movimento inicial de queda do status nos primeiros três anos de residência no país. Dessa forma, confirmamos o formato de mobilidade em “J” para realidade do mercado formal brasileiro.</p>
	<p>Entre os trabalhadores com médias de ISEIs superiores, há uma tendência de queda inicial do <i>status</i> nos primeiros três anos de residência no Brasil. Já em relação aos trabalhadores com médias inferiores do ISEI, nota-se crescimento do <i>status</i> logo nos primeiros anos.</p>
	<p>Prevalece a imobilidade no mercado formal quando analisada a distribuição da tabela de mobilidade (62%) e do cálculo pelo ISEI (49%).</p>
	<p>Prevalece a imobilidade entre a maioria dos grupos ocupacionais, exceto entre os “VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados” e “V Supervisores do trabalho manual”, sendo os estrangeiros que têm a primeira ocupação no mercado formal, no período analisado, como “I Profissionais de alto nível” são aqueles com maiores níveis de imobilidade ocupacional (60%), seguido dos “VIIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária” (55%). Sobre a mobilidade ascendente, os “VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados” são os trabalhadores com maiores percentuais. Já a mobilidade descendente é mais expressiva entre “II Profissionais, baixo nível” (27%) e “I Profissionais de alto nível” (25%).</p>

Capítulo	Resultados
<p data-bbox="376 655 506 683">Capítulo 5</p> <p data-bbox="226 692 663 820">Quais os efeitos da nacionalidade do trabalhador e do estado de destino no Brasil para o sucesso ocupacional dos imigrantes?</p>	<p data-bbox="703 300 2007 360">Dessa forma, refutamos a nossa hipótese 1.1 para a qual esperávamos encontrar que os estrangeiros com maior distância cultural tivessem probabilidade mais elevada de mobilidade ascendente.</p> <p data-bbox="703 368 2033 564">Encontramos que os haitianos são o grupo de trabalhadores com maiores efeitos negativos na mobilidade dos estrangeiros, quando comparados aos portugueses. Os latino-americanos, exceto argentinos, também têm efeito negativo para mobilidade, sendo paraguaios, uruguaios e bolivianos, com maiores coeficientes negativos, comparados aos portugueses. Europeus, chineses e estadunidenses têm efeito positivo para mobilidade, sendo os alemães, os estrangeiros com maior impacto positivo no status ao longo do tempo. O coeficiente estimado para os japoneses e argentinos não se mostrou estatisticamente significativo, comparado aos portugueses.</p>
	<p data-bbox="703 608 2033 900">Confirmamos nossa hipótese 1.2, na medida em que verificamos que, em geral, quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem dos estrangeiros, melhor será o desempenho desses trabalhadores no mercado de trabalho de destino, refletindo em maiores níveis de mobilidade ascendente. Comparado aos estadunidenses, alemães e franceses não têm diferença estatística. Os demais grupos tem efeito negativo na variável mobilidade, sendo os haitianos e latino americanos, aqueles com maior impacto negativo, seguido de portugueses, japonese, italianos, espanhóis e chineses. Dessa forma, podemos concluir que a realidade do mercado formal brasileiro, se mostra mais adequada à teoria que prevê que quanto maior o desenvolvimento econômico dos países de origem, melhor será o desempenho dos imigrantes no mercado de trabalho, traduzindo em maiores probabilidades de mobilidade ascendente, do que aquela relacionada às distâncias culturais.</p>
	<p data-bbox="703 927 2018 1075">Percebemos que, em comparação ao Sudeste, todas as demais regiões do país têm efeito negativo para a mobilidade dos estrangeiros, sendo o norte, seguido do nordeste, centro oeste e sul os impactos com ênfase mais negativa. Possivelmente, o mercado do sudeste do país, por ser mais dinâmico do que os demais apresenta empregos de melhor qualidade que contribuem para a trajetória ocupacional dos estrangeiros localizados nessa região de destino.</p>
	<p data-bbox="703 1102 2033 1187">Os modelos que foram estimados separadamente para cada uma das 14 nacionalidades estudadas indicam que, em geral, o sudeste se mantém como a região com impacto positivo para mobilidade ascendente dos estrangeiros, tendo as demais partes do país, efeito negativo.</p>

Capítulo	Resultados
<p data-bbox="376 443 510 475">Capítulo 6</p> <p data-bbox="219 480 667 539">Qual o efeito do sexo para mobilidade ocupacional dos estrangeiros?</p>	<p data-bbox="707 276 2045 539">Para o conjunto total dos estrangeiros, a variável sexo têm efeito para compreensão das trajetórias ocupacionais dos estrangeiros no Brasil, tendo os homens estrangeiros maiores probabilidades de mobilidade ascendente do que as mulheres estrangeiras. Ou seja, o modelo utilizado para todos os estrangeiros, utilizado para testar a hipótese 2, confirma nossa suposição geral de que mulheres imigrantes têm padrões de mobilidade diferentes dos homens com menores probabilidade de ascensão. Entretanto, a análise realizada separadamente para os 14 grupos estudados, uma maior parte (8 grupos) a diferença é positiva para os homens. Para os 6 grupos não há diferença estatística observada. Dessa forma, encontramos uma associação entre as variáveis sexo e nacionalidade para explicar a mobilidade social dos imigrantes.</p> <p data-bbox="707 544 2045 703">A análise separada para cada um dos grupos de estrangeiros nos indica que entre argentinos, paraguaios, uruguaios, italianos, japoneses e chineses não há efeito estatisticamente significativo na mobilidade entre homens e mulheres. Já entre bolivianos, chilenos, alemães, espanhóis, estadunidenses, franceses, haitianos e portugueses, ser homem representa um efeito positivo no status ocupacional dos trabalhadores, indicando uma pior situação das mulheres estrangeiras.</p>
<p data-bbox="376 959 510 991">Capítulo 7</p> <p data-bbox="208 995 678 1086">Qual efeito de variáveis relacionadas ao tempo nos resultados ocupacionais de estrangeiro(a)s?</p>	<p data-bbox="707 719 2045 879">Os resultados dos modelos estatísticos, para o conjunto total dos estrangeiros, a permanência de um ano a mais no mercado formal reflete em aumento de 0,2 pontos no ISEI ao longo do tempo, contribuindo para a trajetória ascendente no mercado local. Esse resultado nos confirma a hipótese 3.1 na qual esperávamos encontrar um crescimento subsequente do status ocupacional do estrangeiro com aumento do tempo de permanência dos estrangeiros no mercado de trabalho.</p> <p data-bbox="707 884 2045 1086">Identificamos efeito positivo para o ISEI quanto maior a faixa de tempo de residência no Brasil. Entretanto, verificamos que o efeito positivo no ISEI decresce um pouco após 21 anos de residência, embora ainda positivo. Nesse sentido, confirmamos nossa hipótese 3.2 na qual, com base na Teoria da Assimilação, encontramos que quanto maior o tempo de residência no país hospedeiro, maior a assimilação do trabalhador estrangeiro e, portanto, melhores são os resultados dos imigrantes no mercado de trabalho, refletindo em um aumento nas probabilidades de mobilidade ocupacional.</p> <p data-bbox="707 1091 2045 1318">Sobre o efeito da idade ao migrar, verificamos que, comparado a aqueles que imigraram com 16 anos ou menos, aqueles que imigraram entre 17 e 24 anos têm menor probabilidade de ascensão do status. Também verificamos que não há diferença entre aqueles que imigraram jovens e aqueles de 25 a 40 anos. Já os que imigraram acima dos 40 tem uma maior probabilidade de ascensão, provavelmente em razão do maior acúmulo de capital humano desses estrangeiros (Rhodes, 1983). Nesse sentido, refutamos nossa hipótese 3.3, na medida em que observamos que o capital humano parece ser uma dimensão com maior impacto na trajetória do estrangeiro no mercado de trabalho do que o “grau de assimilação”.</p>



Capítulo	Resultados
<p>Capítulo 8</p> <p>Qual o efeito da educação para a trajetória ocupacional dos estrangeiros?</p>	<p>Para o conjunto total de estrangeiros, níveis mais elevados de escolaridade têm maior efeito positivo para o crescimento do ISEI, refletindo na mobilidade ascendente do estrangeiro.</p> <p>Sobre a educação adquirida no Brasil, verificamos que o capital humano obtido no país, comparado ao obtido no exterior exerce menor efeito para a mobilidade ascendente dos imigrantes. Isto é, ao contrário do esperado, a educação do exterior é mais valorizada em geral do que a do Brasil.</p>
<p>Capítulo 9</p> <p>Qual o efeito da raça do estrangeiro para mobilidade ocupacional</p>	<p>Para o conjunto total de estrangeiros, percebemos que os brancos têm um efeito positivo de 0,3 pontos no ISEI do trabalhador. Nesse sentido, confirmamos a hipótese 5 construída para essa tese, na qual esperamos identificar uma situação de desvantagem para o negro, comparado ao branco, quanto ao alcance e realização ocupacional no mercado de trabalho. A análise realizada separadamente para homens e mulheres também confirma as vantagens para os brancos.</p>

## 11. Referências bibliográficas

AGUIAR, N.; FERNANDES, D. C.; NEVES, J. A. B. Mobilidade social feminina. In: AGUIAR, N. O. (Ed.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p.165-181.

AKRESH, I. R. Occupational Mobility Among Legal Immigrants to the United States. **International Migration Review**, v. 40, p. 854-884. , 2006.

\_\_\_\_\_. US immigrants' labor market adjustment: Additional human capital investment and earnings growth. . **Demography**, v. 44, p. 865-881, 2007.

\_\_\_\_\_. Occupational Trajectories of legal immigrants: Downgrading and recovery. **Population and Development review**, v. 34, p. p. 435-456, 2008.

ALBA, R.; NEE, V. **Remaking the American mainstream: Assimilation and contemporary immigration**. Harvard University Press, 2009. Disponível em: < [https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=economic+assimilation+immigration&btnG=>](https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=economic+assimilation+immigration&btnG=>) >.

ARBEIT, C. A.; WARREN, J. R. Labor market penalties for foreign degrees among college educated immigrants. . **Social science research**, v. 42, p. 852-871, 2013.

ARIZA, M. **Migración y mercados de trabajo femeninos en el contexto de la globalización. Trabajadoras latinas en el servicio doméstico en Madrid y Nueva York III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población** Córdoba, Argentina 2008.

ARRANZ, J. M.; CARRASCO, C.; MASSÓ, M. La movilidad laboral de las mujeres inmigrantes en España (2007-2013) (PDF Download Available). **Revista Española de Sociología**, v. Volumen 26, Número 3, Septiembre 2017, p. 329-344, 2017. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/318395782\\_La\\_movilidad\\_laboral\\_de\\_las\\_mujeres\\_inmigrantes\\_en\\_Espana\\_2007-2013](https://www.researchgate.net/publication/318395782_La_movilidad_laboral_de_las_mujeres_inmigrantes_en_Espana_2007-2013) >.

AYSA-LASTRA, M.; CACHÓN, L. Movilidad ocupacional segmentada: el caso de los inmigrantes no cumitarios en España. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, v. 1, p. 23-46, January 2013 2013. Disponível em: < <https://www.ingentaconnect.com/content/cis/reis/2013/00000144/00000001/art00001> >.

AYSA-LASTRA, M., CACHÓN-RODRÍGUEZ, L. Determinants of Segmented Occupational Mobility of non-European Union Immigrants in Spain. **71**, v. 2, p. 383-413, 2013-04-24 2013. Disponível em: < <http://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/519> >.

BAENINGER, R. O. **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

BAENINGER, R. *et. al* (orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campina, SP: Núcleo de Estudo de População 2018.

BARROS NOCK, M. **Entrepreneurship and gender relations. The case of mexican migrants in rural California**. Coloquio Internacional sobre Migración y Desarrollo: Migración, Transnacionalismo y Transformación Social. Mexico 2006.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias. . **Estudos feministas** v. 4, p. 183, 1996.

BARRY R. CHISWICK, Y. L. L., PAUL W. Immigrant Earnings: a longitudinal analysis. **Review of Income and Wealth**, v. 51, n. 4, p. 485-503, 2005. ISSN 1475-4991. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9361.00039/abstract> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9361.00039/pdf> >.

BASAVARAJAPPA, K. G.; JONES, F. Visible minority income differences. . In: (Ed.). **Immigrant Canada: Demographic, economic, and social challenges** 1999. p.230-257.

BASILIO, L.; BAUER, T. K.; KRAMER, A. Transferability of Human Capital and Immigrant Assimilation: An Analysis for Germany. **LABOUR**, v. 31, n. 3, p. 245-264, 2017. ISSN 1467-9914. Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley-com.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/labr.12096/abstract> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley-com.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/labr.12096/full> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley-com.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/labr.12096/pdf> >.

BAUDER, H. The International Mobility of Academics: A Labour Market Perspective. **International Migration**, v. 53, n. 1, p. 83-96, 2012. ISSN 1468-2435. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2435.2012.00783.x/abstract> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2435.2012.00783.x/full> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2435.2012.00783.x/pdf> >.

BAUER, T. K.; ZIMMERMANN, K. F. Occupational Mobility of Ethnic Migrants. 1999 1999. Disponível em: < <https://www.econstor.eu/handle/10419/20893> >.

BEAN, F. D.; LEACH, M.; LOWELL, B. L. Immigrant job quality and mobility in the United States. **Work and Occupations** v. 31, p. 499-518., 2004.

BECKER, G. S. Investment in human capital: A theoretical analysis. . **Journal of political economy**, v. 70, p. 9-49, 1962.

BEEVERSTOCK, J. V. Transnational Elites in the City: British Highly-Skilled Inter-Company Transferees in New York City's Financial District. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, p. 245–268, 2005.

BERTONE, S. Immigration and the labour market in Australia. In: HIGLEY, J. N. e NEERUP, S. (Ed.). **Nations of immigrants: Australia and the USA compared**. Cheltenham, UK.: Edward Elgar 2009. p.86-99.

BLALOCK, H. **Toward a theory of minority-group relations**. Wiley, 1967. Disponível em: < <http://dx.doi.org/citeulike-article-id:106825> >.

BLOSSFELD, H. P.; DROBNIC, S. **A cross-national comparative approach to couples' careers**. . Inglaterra: Oxford University Press, 2001.

BOMMES, M.; KOLB, H. Migrants' work, entrepreneurship and economic integration. In: (Ed.). **The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe**, 2006.

BORJAS, G. The Immigration Debate We Need. **The New York Times**, v. v. 27, Feb. 2017. Disponível em: < [https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&as\\_ylo=2017&q=immigration+jobs&btnG=](https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_ylo=2017&q=immigration+jobs&btnG=) >.

BORJAS, G. J. Assimilation, changes in cohort quality, and the earnings of immigrants. . **Journal of Labor Economics**, v. 3, p. 463-489, 1985.

\_\_\_\_\_. **Self-Selection and the Earnings of Immigrants**. 1987. Disponível em: < <http://www.nber.org/papers/w2248> >.

\_\_\_\_\_. **International Differences in the Labor Market Performance of Immigrants**. W.E. Upjohn Institute for Employment Research, 1988. ISBN ISBN-0-88099-064-3. Disponível em: < <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED317832.pdf> >.

\_\_\_\_\_. IMMIGRANT AND EMIGRANT EARNINGS: A LONGITUDINAL STUDY. **Economic Inquiry**, v. 27, n. 1, p. 21-37, 1989. ISSN 1465-7295. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1465-7295.1989.tb01161.x/abstract> >. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1465-7295.1989.tb01161.x/pdf> >.

\_\_\_\_\_. The economics of immigration. **Journal of Economic Literature**, v. 32, n. 4, p. 1667-1717, 1994. Disponível em: < <http://www.jstor.org.ez27.periodicos.capes.gov.br/stable/pdfplus/2728791.pdf?acceptTC=true> >.

\_\_\_\_\_. **The economic analysis of immigration**. 1999. Disponível em: < [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=en&as\\_sdt=0%2C5&q=borjas+1999&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=en&as_sdt=0%2C5&q=borjas+1999&btnG=) >.

\_\_\_\_\_. Wage trends among disadvantaged minorities. In: BLANK, R. M.; DANZIGER, S. H., *et al* (Ed.). **Working and poor: how economic and policy are affecting low-wage workers**. New York: Russell Sage Foundation, 2006. p.59-86.

\_\_\_\_\_. Wage trends among disadvantaged minorities. In: BLANK, R. M.; DANZIGER, S. H., *et al* (Ed.). **Working e poor: how economic and policy changes are affecting low-wage workers**. New York: Russel Sage Foundation, 2008. cap. 2, p.59-86.

BORRELL, C. et al. Immigration and self-reported health status by social class and gender: the importance of material deprivation, work organisation and household labour. 2008-05-01 2008. Disponível em: < <https://jech.bmj.com/content/62/5/e7.short> >.

BOURDIEU, P. A. P., J.C. **Reproduction in Education, Society and Culture**. Sage, 1990. Disponível em: < [https://books.google.com/books/about/Reproduction\\_in\\_Education\\_Society\\_and\\_Cu.html?id=vl0n9\\_wrrbUC](https://books.google.com/books/about/Reproduction_in_Education_Society_and_Cu.html?id=vl0n9_wrrbUC) >.

BRATSBERG, B.; RAGAN, J. F.; NASIR, Z. M. The effect of naturalization on wage growth: A panel study of young male immigrants. **Journal of Labor Economics**, v. 20, p. 568-597, 2002.

BRATSBERG, B. R., JR F. NASIR, Z M. The Effect of Naturalization on Wage Growth: A Panel Study of Young Male Immigrants. <https://doi.org/10.1086/339616>, v. 20, p. 568-597, 2015-07-18 2002. Disponível em: < <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/339616> >.

BRENZEL, H.; REICHEL, M. Job Mobility as a New Explanation for the Immigrant-Native Wage Gap: A Longitudinal Analysis of the German Labor Market. **International Migration Review**, v. Fall, p. 1–26, 2017. ISSN 1747-7379. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/imre.12313/abstract> >. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/imre.12313/full> >. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/imre.12313/pdf> >.

BRYK, A. S.; RAUDENBUSH, S. W. Hierarchical linear models for social and behavioral research: Applications and data analysis methods. . **Newbury Park, CA: Sage**, 1992.

BUECHLER, S. Sweating it in the Brazilian garment industry: Korean and Bolivian immigrants and global economic forces in São Paulo. . **Latin American Perspectives**, v. 31, p. 99-119 2004.

BUJÁN, R. M. La reorganización de los cuidados familiares en un contexto de migración internacional. . **Cuadernos de relaciones laborales**, v. 29, p. 93-123, 2011.

CACCIAMALI, M. C. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. . **Cadernos Prolam/USP**, v. 5, p. 129-143, 2006.

CAMPOS, M. Ciclo de vida, estrutura domiciliar e migração no início do século XXI: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. . **Cadernos Metr pole**, v. 20, 2018.

CARDOSO, C. Trabalho e mobilidade geográfica: as contradi es dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade. **4**, 2017-08-21 2017. Disponível em: < <http://www.periodicos.usp.br/epigrafe/article/view/111854/132769> >.

CARRASQUER, P.   En los límites de la modernidad? Trabajo y empleo femenino precario en Espa a. . **Sistema: Revista de ciencias sociales** v. 167, p. 73-100, 2002.

CARVALHAES, F. A. D. O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avalia o analítica e empírica. **Soc. estado.**, v. 30, n. 3, p. 673-703, 12/2015 2015. ISSN 0102-6992. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-69922015000300673&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69922015000300673&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) >. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922015000300673&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000300673&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) >. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v30n3/0102-6992-se-30-03-00673.pdf> >.

CAVALCANTI, L. Novos fluxos migratórios para o mercado de trabalho brasileiro. Desafios para políticas públicas. **Revista da ANPEGE**, v. 11, p. 21-35, 2017-06-30 2015. Disponível em: < <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6423> >.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. **A Inser o dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Ed. Especial, 2015.

CAVALCANTI, L. et al. **A inser o dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Cadernos do Observatório das Migra es Internacionais. Brasília 2014.

\_\_\_\_\_. **A inser o dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. . Brasília: Ed. Especial, 2015.

CAVALCANTI, L.; TONHATI, T. Características sociodemográficas e laborais da imigração haitiana no Brasil. **1**, 2017-10-26 2017. Disponível em: < [http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/27664/19454](http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/27664/19454) >.

CEOBANU, A. M.; ESCANDELL, X. Comparative Analyses of Public Attitudes Toward Immigrants and Immigration Using Multinational Survey Data: A Review of Theories and Research. <http://dx.doi-org.ez27.periodicos.capes.gov.br/10.1146/annurev.soc.012809.102651>, 2010-07-08 2010. Disponível em: < <http://www-annualreviews-org.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/abs/10.1146/annurev.soc.012809.102651> >.

CHISWICK; R., B. The Effect of Americanization on the Earnings of Foreign- Born Men. **Journal of Political Economy**, v. 85, n. 5, p. 897-921, 1978.

CHISWICK, B. Longitudinal Analysis of the Occupational Mobility of Immigrants **Proceedings of the 30th Annual Winter Meetings, Industrial Relations Research Association**, p. 20- 27 1977.

CHISWICK, B.; HOUSEWORTH, C. Ethnic intermarriage among immigrants: human capital and assortative mating | SpringerLink. **Review of Economics of the Household**, v. 2, n. 2, p. 149–180, 2011. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s11150-010-9099-9> >.

CHISWICK, B.; LEE, Y. L.; MILLER, P. W. *Longitudinal analysis of immigrant occupational mobility: A test of the immigration assimilation hypothesis* . . **IZA DP** v. No. 452, 2002.

\_\_\_\_\_. Immigrant Earnings: a longitudinal analysis. **Review of Income and Wealth**, v. 51, n. 4, p. 485-503, 2005. ISSN 1475-4991. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9361.00039/abstract> >. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9361.00039/pdf> >.

CHISWICK, B.; MILLER, P. Negative and Positive Assimilation, Skill Transferability, and Linguistic Distance. **Journal of Human Capital**, v. 2, p. 35-55, 2015-07-18 2012. Disponível em: < <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/664794> >.

CHISWICK, B.; MILLER, W. The “Negative” Assimilation of Immigrants: A Special Case:. <https://doi.org/10.1177/001979391106400305>, 2011-04-01 2011. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/001979391106400305> >.

CHISWICK, B. R. The Effect of Americanization on the Earnings of Foreign-born Men. **The Journal of Political Economy** v. 86, p. 897-921 1978.

\_\_\_\_\_. Is the new immigration less skilled than the old? **Journal of Labor Economics**, v. 4, p. 168-192, 1986.

\_\_\_\_\_. The labor market status of Hispanic men. **Journal of American Ethnic History** p. 30-58, 1987.

\_\_\_\_\_. Are immigrants favorably self-selected? **The American Economic Review**, v. 89, n. 2, p. 181-185, 1999. Disponível em: < <http://www.jstor.org/pss/117103> >.

\_\_\_\_\_. **The Economics of Immigration**. Edward Elgar Publishing, 2005. Disponível em: < <https://ideas.repec.org/b/elg/eebook/3160.html> >.

CHISWICK, B. R.; LEE, Y. L.; MILLER, P. W. The Determinants of the Geographic Concentration Among Immigrants: Application to Australia. **IZA Discussion Paper**, v. 462, 2002. Disponível em: < <https://papers.ssrn.com/abstract=306962> >. Disponível em: < <https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm?abstractid=306962> >.

\_\_\_\_\_. A longitudinal analysis of immigrant occupational mobility: A test of the immigrant assimilation hypothesis. **International Migration Review**, v. 39, n. 2, p. 332-353, 2005. ISSN 1747-7379.

CHISWICK, B. R.; MILLER, P. W. **International migration and the economics of language**. 2014.

CHISWICK, B. R.; WANG, Z. Social Contacts, Dutch Language Proficiency and Immigrant Economic Performance in the Netherlands: A Longitudinal Study. **IZA Discussion Paper**, v. No. 9760, 2016. Disponível em: < <https://papers.ssrn.com/abstract=2742548> >.

CLARK, K. Ethnic minority self-employment. **IZA World of Labor**, 2017. Disponível em: < <https://wol.iza.org/uploads/articles/120/pdfs/ethnic-minority-self-employment.pdf> >.

CLARK, K.; DRINKWATER, S. **Ethnic minorities in the labour market: dynamics and diversity**. Policy Press, 2007. Disponível em: < [https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Ethnic+minorities+in+the+labour+market&btnG=](https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Ethnic+minorities+in+the+labour+market&btnG=) >.

COHEN-GOLDNER, S.; ECKSTEIN, Z. LABOR MOBILITY OF IMMIGRANTS: TRAINING, EXPERIENCE, LANGUAGE, AND OPPORTUNITIES. **International Economic Review**, v. 49, n. 3, p. 837-872, 2008. ISSN 1468-2354. Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-2354.2008.00499.x/abstract> >. Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-2354.2008.00499.x/full> >. Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-2354.2008.00499.x/pdf> >.

\_\_\_\_\_. LABOR MOBILITY OF IMMIGRANTS: TRAINING, EXPERIENCE, LANGUAGE, AND OPPORTUNITIES. **International Economic Review**, v. 49, n. 3, p. 837-872, 2017. ISSN 1468-2354. Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-2354.2008.00499.x/abstract> >. Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-2354.2008.00499.x/full> >. Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-2354.2008.00499.x/pdf> >.

COLLINS, R. Functional conflict theories of education stratification. In: KARABEL, J. e HALSEY, A. (Ed.). **Power and ideology in education**. Nova York: Oxford University Press, 1977.

COUTINHO, B. I. Imigração laboral e a produção de vestuário na cidade de São Paulo: entre a informalidade e a expectativa de mobilidade social ascendente. . **PÉRIPLoS. Revista de Pesquisa sobre Migrações**, v. 1, p. 79-98, 2015.

COVINGTON-WARD, Y. African immigrants in low-wage direct health care: Motivations, job satisfaction, and occupational mobility. . **Journal of immigrant and minority health**, v. 19, p. 709-715 2017.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. **A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade**. *Cadernos Metr pole*. São Paulo. 17 2007.

DOMENICONI, J.; BAENINGER, R. A imigra o internacional recente de “trabalhadores do conhecimento” do Mercosul para o Brasil. **Revista Latino Americana de Popula o**, 2016-12-31 2016. Disponível em: < <http://revistarelap.org/ojs/index.php/relap/article/view/153/155> >.

DULEEP, H. O.; REGETS, M. C. Immigrants and Human-Capital Investment. **American Economic Review**, v. 89, n. 2, p. 186-191, 1999. ISSN 0002-8282. Disponível em: < <https://www.aeaweb.org/articles/pdf/doi/10.1257/aer.89.2.186> >.

DUSTMANN, C.; GORLACH, J.-S. Selective out-migration and the estimation of immigrants’ earnings profiles. . In: NORTH-HOLLAND (Ed.). **Handbook of the Economics of International Migration** . . Holanda, 2015. p.489-533.

ECKSTEIN, Z., & WEISS, Y. **The absorption of highly skilled immigrants: Israel**. 1998. Disponível em: < [https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=The+absorption+of+highly+skilled+immigrants%3A+Israel&btnG=](https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=The+absorption+of+highly+skilled+immigrants%3A+Israel&btnG=) >.

EGREJA, C.; PEIXOTO, J. Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 67, p. 43-64, 2011-09-01T00:00:00+02:00 2011. ISSN 0873-6529. Disponível em: < <http://spp.revues.org/586> >.

ERICKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARRERO, L. Intergenerational mobility in three Western European industrial societies. **British Journal of Sociology**, v. 30, p. 415-441, 1979.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. The CASMIN project and the American dream. **European Sociological Review**, v. 8, n. 3, p. 283-305, 1992. ISSN 0266-7215. Disponível em: < <https://academic.oup.com/esr/article-pdf/8/3/283/1190741/8-3-283.pdf> >.

FARIA, A. V. **A diáspora haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012)**. . 2012. Programa de Pós-Gradua o em Geografia – Tratamento da Informa o Espacial Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

FELDMAN-BIANCO, B. et al. Imigra o Haitiana no Brasil. **Périplos - Revista de Pesquisa sobre Migra es**, v. 1, 2017.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. D. C. G. **Estudos sobre a Migra o Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**. . Pontifícia Universidade Católica. Belo Horizonte. 2014

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. D. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. . **Rev. bras. estud. popul.**, v. 34, p. 145-161, 2017.

FERNANDES, F. **A integra o do negro na sociedade de classes**. 5. São Paulo: Globo, 2008.

FERNÁNDEZ-MAC IAS, E. et al. Employment and Occupational Mobility among Recently Arrived Immigrants: The Spanish Case 1997–2007 | SpringerLink. 2015. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s11113-014-9347-4> >.



FERREIRA, A. C.; RAMOS, M. Marriage patterns of Brazilian immigrants living in Portugal. **Rev. bras. estud. popul.**, v. 29, n. 2, p. 361-387, 12/2012 2012. ISSN 0102-3098. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-30982012000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-30982012000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) >.Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982012000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982012000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) >.Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v29n2/a09v29n2.pdf> >.

FONG, E.; CAO, X. Effects of Foreign Education on Immigrant Earnings. **Canadian Studies in Population**, v. 36, 2012-01-19 2009. Disponível em: < <https://journals.library.ualberta.ca/csp/index.php/csp/article/view/16000> >.

FRESNEDA, B. **Segregação ocupacional versus discriminação salarial por gênero no mercado de trabalho brasileiro** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife 2007.

FRIEDBERG, R. M. You can't take it with you? Imigrant Assimilation and the portability of human capital. **Journal of Labor Economics**, v. 18, n. 2, p. 221-251, 2000. Disponível em: < [http://www.econ.utah.edu/~philips/soccer2/readings\\_files/Friedberg%20Immigrant%20Assimilation%20and%20the%20Portability%20of%20Human%20Capital%202000.pdf](http://www.econ.utah.edu/~philips/soccer2/readings_files/Friedberg%20Immigrant%20Assimilation%20and%20the%20Portability%20of%20Human%20Capital%202000.pdf) >.

GANZEBOOM, H. B.; DE GRAAF, P. M.; TREIMAN, D. J. A standard international socio-economic index of occupational status. . **Social science research**, v. 21, p. 1-56. , 1992.

GRÜN, R. **Negócios & famílias: armênios em São Paulo**. São Paulo: Sumaré, 1992.

GUIMARÃES, N. A. Industrious but Redundant: Gender and Labor Market Mobility in Brazil in the 1990s. . **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 82-102 2001.

\_\_\_\_\_. **Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores** . . São Paulo: Editora 34, 2004.

GUSTAFSSON BA, M. I. H., ÖSTERBERG T. Age at immigration matters for labor market integration—the Swedish example. **IZA Journal of Development and Migration**, v. 7, p. 1, 2017. Disponível em: < [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=en&as\\_sdt=0%2C5&q=Age+at+immigration+matters+for+labor+market+integration%E2%80%94the+Swedish+example&btnG=>](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=en&as_sdt=0%2C5&q=Age+at+immigration+matters+for+labor+market+integration%E2%80%94the+Swedish+example&btnG=>) >.

HAJJAR, C. **Imigração árabe no Brasil: cem anos de reflexão**. . São Paulo: Ícone, 1985.

HALL, M.; FARKAS, G. Does human capital raise earnings for immigrants in the low-skill labor market? **Demography**, v. 45, n. 3, p. 619-639, 2008. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/25475993> >.

HANDERSON, J. **Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. . 2015. (Tese de doutorado). Antropologia, UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro.

HANDERSON, J.; JOSEPH, R. M. As relações de gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. . **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 9, p. 33, 2015.

HARVEY, G. **Multilevel statistical models**. . 2003.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: UFMG e IUPERJ, 2005.

HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. D. **Origens e destinos - desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. ISBN:. Disponível em: < [http://www.travessa.com.br/ORIGENS\\_E\\_DESTINOS\\_DESIGUALDADES\\_SOCIAIS\\_AO\\_LONGO\\_DA\\_VIDA/artigo/98a06b12-69d5-490a-9f5b-34e3e051942d](http://www.travessa.com.br/ORIGENS_E_DESTINOS_DESIGUALDADES_SOCIAIS_AO_LONGO_DA_VIDA/artigo/98a06b12-69d5-490a-9f5b-34e3e051942d) >.

HASENBALG, C. A.; VALLE SILVA, N. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. . **Cadernos de pesquisa**, v. 73, p. 5-12, 2013.

HO, C.; ALCORSO, C. Migrants and employment: challenging the success story. . **Journal of Sociology**, v. 40(3), p. 237–259 2004.

IZQUIERDO, M.; LACUESTA, A.; VEGAS, R. Assimilation of immigrants in Spain: A longitudinal analysis. **Labour Economics**, v. 16, n. 6, p. 669-678, 2009/12/01/ 2009. ISSN 0927-5371. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0927537109000979> >.

JASSO, G.; ROSENZWEIG, M. R. Self-selection and the earnings of immigrants: Comment. **The American Economic Review**, v. 80, p. 298-304, 1990. Disponível em: < <http://dx.doi.org/> >.

JONG, G. F. D.; MADAMBA, A. B. A double disadvantage? Minority group, immigrant status, and underemployment in the United States. **Social Science Quarterly**, v. 82, n. 1, p. 117-129, 2001.

KALTER, F.; GRANATO, N. Ethnic minorities' education and occupational attainment: The case of Germany. . **European Sociological Review**, v. Volume 18, p. 199–216 2002.

KANAS, A. et al. Social Contacts and the Economic Performance of Immigrants: A Panel Study of Immigrants in Germany - Kanas - 2012 - International Migration Review - Wiley Online Library. **International Migration Review**, v. 46(3), p. 680-709, 2012. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1747-7379.2012.00901.x> >.

KECHICHIAN, H. **Os Sobreviventes do Genocídio: Imigração e Integração Armênia no Brasil – Um Estudo Introdutório – (Das Origens à 1950)**. 2000. (Tese de doutorado). São Paulo.

KELLEY, J.; MCALLISTER, I. Immigrants, socio-economic attainment, and politics in Australia. . **The British Journal of Sociology**, 1984.

KESLER, C.; HOUT, M. Entrepreneurship and immigrant wages in US labor markets: A multi-level approach. **Social Science Research**, v. 39, n. 2, p. 187-201, Mar 2010. ISSN 0049-089X. Disponível em: < <Go to ISI>://000274586600001 >.

KILLIAN, C.; . MANOHAR, N. Highly Skilled Immigrant Women's Labor Market Access. <http://dx.doi.org/10.1177/2329496515620644>, 2015-12-28 2015. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2329496515620644> >.

KOFMAN, E.; RAGHURAM, P. Gender and global labour migrations: Incorporating skilled workers. . **Antipode** v. 38, p. 282-303, 2006.

KOSSUDJI, S. A. Immigrant worker assimilation: is it a labor market phenomenon?. . **Journal of Human Resources**, p. 494-527, 1989.

LAM, K. C.; LIU, P. W. Relative returns to skills and assimilation of immigrants in Hong Kong. . **Pacific Economic Review**, v. 7, p. 229-243, 2002.

LESTHAEGHE, R. J. **Communities and generations: Turkish and Moroccan populations in Belgium** Vu University Press Amsterdam., 2000.

LI; XIAOLING, E.; S., L. P. Immigrant Enclave Thesis Reconsidered: Case of Chinese Immigrants in the Enclave and Mainstream Economy in Canada | SpringerLink. 2016. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s12134-014-0391-z> >.

LI, P. S. Immigrants' propensity to self-employment: evidence from Canada. . **International Migration Review**, v. 35, p. 1106-1128 2001.

LIN, N. **Social capital: a theory of social structure and action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LOGAN, J. R., RICHARD D. ALBA, THOMAS L. MCNULTY. Ethnic Economies in Metropolitan Regions: Miami and Beyond. **Social Forces**, v. 72, n. 3, p. 691-724, 1994. ISSN 0037-7732. Disponível em: < <https://academic.oup.com/sf/article-pdf/72/3/691/6886628/72-3-691.pdf> >.

LUECK, K. Socioeconomic success of Asian immigrants in the United States. <http://dx.doi.org/10.1080/1369183X.2017.1320940>, 9 May 2017 2017. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369183X.2017.1320940> >.

MASSEY, D. S. **Worlds in motion : understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Clarendon Press, 1998. ISBN 0198294425 9780198294429. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=HTxf4BsATiYC&oi=fnd&pg=PR13&dq=international+migration&ots=rwDVibeOQH&sig=0jN4o2GFL2oEi8T9kYRIYeRU-qQ#v=onepage&q&f=false> >.

MASSEY, D. S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993. Disponível em: < <http://www.jstor.org/pss/2938462> >.

MAYER, R. E. Twenty years of research on advance organizers: Assimilation theory is still the best predictor of results. **Instructional Science**, v. 8, p. 133-167, 1979. Disponível em: < [https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=assimilation+theory&btnG=&oq=assimilation+](https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=assimilation+theory&btnG=&oq=assimilation+) >.

MEARES, C. **A fine balance: Women, work and skilled migration**. Women's Studies International Forum. Pergamon: 473-481. p. 2010.

MELO, H. P. D.; ARAÚJO, J. L. D.; MARQUES, T. C. D. N. Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da cervejaria Brahma. **Revista Brasileira de Economia**, p. 535-569, 2003. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402003000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402003000300003) >.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. **Journal of political economy**, v. 66 (4), n. . (1958). Investment in human capital and personal income distribution. *Journal of political economy*, 66 (4), 281-302. , p. 281-302 1958.

\_\_\_\_\_. **Schooling, Experience, and Earnings (Human Behavior and Social Institutions No. 2)**. New York: National Bureau of Economic Research, 1974. 152 ISBN 0870142658. Disponível em: < <http://www.amazon.com/Schooling-Experience-Earnings-Behavior-Institutions/dp/0870142658> >.

MIRET-GAMUNDI, V.-C. The labour trajectories of immigrant women in Spain: Are there signs of upward social mobility? **Demographic Research**, v. 31, 2014. Disponível em: < [https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&q=Vidal-Coso+%26+Miret-Gamundi%2C+2014](https://scholar.google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&q=Vidal-Coso+%26+Miret-Gamundi%2C+2014) >.

MOLINA, J. L. et al. Measuring Social Capital in Ethnic Enclaves: Indians in Lloret de Mar, and Pakistani in Barcelona city. **Manuscrito presentado para su publicación**, 2013. Disponível em: < [https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-PT&as\\_sdt=0%2C5&q=Molina%2C+Garc%3%ADa%2C+Pampalona%2C+2013+immigration&btnG=&oq=Molina%2C+Garc%3%ADa%2C+Pampalona%2C+2013+immi](https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=Molina%2C+Garc%3%ADa%2C+Pampalona%2C+2013+immigration&btnG=&oq=Molina%2C+Garc%3%ADa%2C+Pampalona%2C+2013+immi) >.

MONSMA, K. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no Oeste Paulista. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 3, p. 509-543, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n3/a01v53n3.pdf> >.

NAKAMURO, M. et al. The Determinants of Time Spent Studying for Children of Immigrants in Japan (in Japanese). 2015-02 2015. Disponível em: < <https://econpapers.repec.org/paper/esjesridp/315.htm> >.

NEE, V.; SANDERS, J. Understanding the diversity of immigrant incorporation: a forms-of-capital model. **Ethnic and Racial Studies**, v. 24, n. 3, p. 386-411, May 2001. ISSN 0141-9870. Disponível em: < <Go to ISI>://000168803300002 >.

NÓBREGA, R.; DAFLON, V. T. Da escravidão às migrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil. . **Latin American Studies Association** . , 2009.

OLIVEIRA, A. M. H. C. D.; MACHADO, A. F. Mobilidade ocupacional e rendimentos no Brasil metropolitano : 1991/1996. **Repositório do conhecimento IPEA**, v. 30, n. 20- 67, 2000.

OLIVEIRA, A. T. Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana** v. 21, p. 195-210, 2013.

OLIVEIRA, A. T. R. D. Características da imigração regular no Brasil: um olhar através dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T., et al (Ed.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017**. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional Geral de Imigração., 2017. cap. 4, p.44-77.

PALERMO, G.; OLIVEIRA, A. T.; LOPES, J. Conceitos e notas metodológicas—cgig/cnig, rais, Censo Demográfico (ibge). . **PÉRIPLoS Revista de Pesquisa sobre Migrações**, v. 1, p. 9-34, 2015.

- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1979. 217.
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneos: volumes, fluxos, significados e políticas **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf> >.
- PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. Brasil: país de imigração? **Revista internacional em língua portuguesa - Migrações**, v. III, n. 24, p. 65-96, 2011. ISSN 21824452.
- PEIXOTO, J. As teorias Explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **Socius working paper**, 2004. Disponível em: < <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf> >. Acesso em: 10/2012.
- PERES, R. G. **Mulheres na Fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS**. 2009. 240p (Doutorado). Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- \_\_\_\_\_. A imigração de bolivianas na fronteira: desafios teórico-metodológicos. In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: NEPO, FAPESP, CNPq, Unfpa, 2012. p.271-295.
- PERES, R. G.; BAENINGER, R. Mulheres Latino-americanas e Haitianas no Brasil: perfil na imigração internacional. **0**, 2017-07-27 2017. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2681> >.
- PORTES; A.; SHAFER, S. Revisiting the enclave hypothesis : Miami twenty-five years later. **The Sociology of Entrepreneurship**, v. 25, p. 177-190 2006.
- PORTES, A. **Modes of structural incorporation and present theories of labour immigration**. Nova Iorque: Center for Migration Studies, 1981.
- PORTES, A.; FERNÁNDEZ-KELLY, P.; HALLER, W. Segmented assimilation on the ground: The new second generation in early adulthood. <http://dx.doi.org/10.1080/01419870500224117>, 17 Feb 2007 2007. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01419870500224117> >.
- PORTES, A.; MANNING, R. D. The Immigrant Enclave: theory and Empirical Examples. In: GRUSKY, D. B. (Ed.). **Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective**. 3. Boulder, CO: Westview Press, 2008. p.516–528.
- PORTES, A.; ROBERT, B. Cuban and Mexican immigrants in the United States. **Berkeley: University of California** 1985.
- PORTES, A.; RUMBAUT, R. G. **Legacies : the story of the immigrant second generation**. Berkeley, Calif. [u.a.]; New York, NY: University of California Press ; Russell Sage Foundation., 2001. ISBN 0520228472 9780520228474 0520228480 9780520228481.
- POTTIE-SHERMAN, Y. et al. Does Size Really Matter? On the Relationship between Immigrant Group Size and Anti-Immigrant Prejudice. **International Migration Review**, v. 51, n. 1, p. 218-250, 2017. ISSN 1747-7379. Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley-com.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/imre.12191/abstract> >. Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley-com.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/imre.12191/full> >

>.Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley-com.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/imre.12191/pdf> >.

POWERS, M. G.; SELTZER, W.; SHI, J. Gender differences in the occupational status of undocumented immigrants in the United States: experience before and after legalization. **International Migration Review**, v. 32, n. 4, p. 1015-1018, 1998. ISSN 01979183. Disponível em: < <http://go-galegroup.ez27.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?p=AONE&sw=w&issn=01979183&v=2.1&it=r&id=GALE> >.Disponível em: < <http://go-galegroup.ez27.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?p=AONE&sw=w&issn=01979183&v=2.1&it=r&id=GALE> >.

\_\_\_\_\_. Gender differences in the occupational status of undocumented immigrants in the United States: experience before and after legalization. **International Migration Review**, v. 32, n. 4, p. 1015-1018, 2017. ISSN 01979183. Disponível em: < <http://go-galegroup.ez27.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?p=AONE&sw=w&issn=01979183&v=2.1&it=r&id=GALE> >.Disponível em: < <http://go-galegroup.ez27.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?p=AONE&sw=w&issn=01979183&v=2.1&it=r&id=GALE> >.

PRADO, E. J. P. D.; COELHO, R. **Migrações e trabalho**. Brasília: 2015.

PURKAYASTHA, B. Skilled migration and cumulative disadvantage: the case of highly qualified Asian Indian immigrant women in the US. . **Geoforum**, v. 36, p. 181-196, 2005.

QUILLIAN, L. Prejudice as a Response to Perceived Group Threat: Population Composition and Antimmigrant and Racial Prejudice in Europe. **American Sociological Review**, v. Vol. 60, 1995. Disponível em: < <http://dx.doi.org/> >.

RAIJMAN, R.; SEMYONOV, M. Modes of labor market incorporation and occupational cost among new immigrants to Israel. . **International Migration Review** v. 29, p. 375-394, 1995.

REITZ, J. G. et al. Race, Religion, and the Social Integration of New Immigrant Minorities in Canada. **International Migration Review**, v. 43(4), p. 695-726, 2009. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1747-7379.2009.00782.x> >.

RESSIA, S. et al. Going up or going down? Occupational mobility of skilled migrants in Australia. **Asia Pacific Journal of Human Resources**, v. 55, n. 1, p. 64-85, 2017. ISSN 1744-7941. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1744-7941.12121/abstract> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1744-7941.12121/full> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1744-7941.12121/pdf> >.

RESSIA, S.; STRACHAN, G.; BAILEY, J. Going up or going down? Occupational mobility of skilled migrants in Australia. **Asia Pacific Journal of Human Resources**, v. 55, n. 1, p. 64-85, 2017. ISSN 1744-7941. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1744-7941.12121/abstract> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1744-7941.12121/full> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1744-7941.12121/pdf> >.

RHODES, S. R. Age-related differences in work attitudes and behavior: A review and conceptual analysis. . **Psychological bulletin**, v. 93, p. 328, 1983.

RIBEIRO, C. A. D. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. 222.

RIBEIRO, C. A. D. C.; SCALON, M. C. Mobilidade de Classe no Brasil em Perspectiva Comparada. **Dados**, v. vol. 44, 2001.

ROBERT, E. Mirada global sobre el nexo entre migración, remesas y desarrollo. In: ARAGONÉS, A. M. O. (Ed.). **Mercado de trabajo y migración internacional**. México: UNAM, Instituto de investigaciones económicas, 2011. p.233-252.

ROOTH, D. O.; EKBERG, J. Occupational mobility for immigrants in Sweden. **International Migration**, v. v. 44, p. p. 57-77, 2006. Disponível em: < <https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&q=Rooth+e+Ekberg+> >.

ROTH, W. D. **Race Migrations: latinos and the cultural transformation of race**. Stanford, California: Stanford University Press, 2012.

RUBIO, S. P. **Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación**. Anthropos Editorial, 2003

RUEF, M. **Occupational Mobility among U.S. Blacks, 1880-1940s**. GRIGORYEVA, A. Duke University: Working Paper, Department of Sociology 2017.

RUMBAUT, R. Immigration and Intergenerational Mobility in Metropolitan Los Angeles (IIMMLA). **UC Irvine**, 2008. Disponível em: < <https://escholarship.org/uc/item/10v5h2g4> >.

SAKAMOTO, A., GOYETTE, K. A., & KIM, C. Socioeconomic attainments of Asian Americans. **Annual Review of Sociology**, v. 35, p. 255-276, 2009. Disponível em: < [https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Sakamoto%2C+A.%2C+K.+Goyette%2C+and+C.+Kim.+2009.+%E2%80%9CSocioeconomic+Attainment+of+Asian+Americans.%E2%80%9D+Annual+Review+of+Sociology+35%3A+255%E2%80%93276.&btnG=](https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Sakamoto%2C+A.%2C+K.+Goyette%2C+and+C.+Kim.+2009.+%E2%80%9CSocioeconomic+Attainment+of+Asian+Americans.%E2%80%9D+Annual+Review+of+Sociology+35%3A+255%E2%80%93276.&btnG=) >.

SALA, G. A. **Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil**. 2005. 243p (Doutorado). Departamento de Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SALAFF, J.; GREVE, A. Gendered structural barriers to job attainment for skilled Chinese emigrants in Canada. . **International Journal of population geography**, v. 9, p. 443-456, 2003.

SANDERS, J.; NEE, V. Limits of ethnic solidarity in the enclave economy. **American sociological review**, v. 52, n. 6, p. 745-773, 1987.

SANTOS, J. A. F. Interação estrutural entre desigualdade de gênero e raça no Brasil. **RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 37-60, 2009. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092009000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200003&lng=en&nrm=iso) >.

SASSEN, S. **The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 240 ISBN 0521386721. Disponível em: < <http://www.amazon.com/Mobility-Labor-Capital-International-Investment/dp/0521386721> >.

\_\_\_\_\_. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_. Dos enclaves en las geografías globales contemporáneas del trabajo. In: ARAGONÉS, A. M. O. (Ed.). **Mercado de trabajo y migración internacional**. México: UNAM, Instituto de investigaciones económicas., 2011. p.139-194.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1999.

SCHAAFSMA, J.; SWEETMAN, A. Immigrant earnings: age at immigration matters. . **Canadian Journal of Economics**, p. 1066-1099, 2001.

SCHOENI, R. F. New evidence on the economic progress of foreign-born men in the 1970s and 1980s. . **Journal of Human Resources**, p. 683-740, 1997.

SILVA, N. D. V. Cor e o processo de realização sócio-econômica. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 3, p. 391-409, 1981.

SILVA, S. A. **Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.

\_\_\_\_\_. A migração dos símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 77-83, 2005a. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000300007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000300007&script=sci_arttext) >.

\_\_\_\_\_. **Bolivianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005b.

\_\_\_\_\_. Braços para toda obra? Os haitianos e o mercado de trabalho no Amazonas. . **Cadernos CERU**, v. 26, p. 10- 34, 2016.

SILVA, S. A. D. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 157-170, 08/2006 2006. ISSN 0103-4014. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-40142006000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-40142006000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) >.Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) >.Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a12v2057.pdf> >.

SIMÓN, H.; RAMOS, R.; SANROMÁ, E. Immigrant Occupational Mobility: Longitudinal Evidence from Spain | SpringerLink. **European Journal of Population**, v. 2, p. 223-255, 2014. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s10680-014-9313-1> >.

SOARES, W.; LOBO, C.; MATOS, R. Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil-1991/2010. . **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, p. 191-205, 2015.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A. P. E. A. (Ed.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.267-290.



\_\_\_\_\_. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, R. O. (Ed.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO; Unicamp; FAPESP; CNPq; Unfpa, 2012. p.75-93.

SOUZA, P. F. D.; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. . **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, 2010.

STERNBERG, S. S. W. A RAIS MIGRA como instrumento de análise do mercado de trabalho: um exercício a partir dos dados do Rio Grande do Sul. . **Indicadores Econômicos FEE**, v. 28, p. 183-199. , 2001.

SÁNCHEZ-SOTO, G.; SINGELMANN, J. The Occupational Mobility of Mexican Migrants in the United States. **0**, 2017-08-31 2017. Disponível em: < <http://revistarelap.org/ojs/index.php/relap/article/view/166> >.

SÁNCHEZ-SOTO, G.; SINGELMANN, J. S. The Occupational Mobility of Mexican Migrants in the United States. **0**, 2017-08-31 2017. Disponível em: < <http://revistarelap.org/ojs/index.php/relap/article/view/166> >.

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F.; STRÜBING, J. The polish peasant in Europe and America. **Urbana: University of Illinois Press**. , p. 311, 1984.

TIENDA, M.; LII, D.-T. Minority concentration and earnings inequality: blacks, hispanics, and asians compared. **American Journal of Sociology**, v. 93, n. 1, p. 141-165, 1987. Disponível em: < <http://www.jstor.org.ez27.periodicos.capes.gov.br/stable/pdfplus/2779676.pdf> >.

TOSI, G. N. Sírios E Libaneses: Em Busca De Redes Migratórias No Espaço Urbano De São Carlos. **Florestan**, v. 3, p. 158-169, 2015-06-30 2015. Disponível em: < <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/108> >.

TRUZZI, O. Ethnic social interaction: the Bom Retiro neighborhood in São Paulo. **2**, v. 28, p. 143-166, 2009-11-19 2001. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2144> >.

TRUZZI, O. M. S. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1997. 254.

VAN TUBERGEN, F.; MAAS, I.; FLAP, H. The economic incorporation of immigrants in 18 western societies: origin, destination, and community effects. **American Sociological Review**, v. 69, n. 5, p. 704-727, 2004. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3593035> >.

VENTURINI, A. **Immigrant Assimilation in the Labour Market: What Is Missing in Economic Literature**. Springer International Publishing, 2017.: 2017. Disponível em: < [https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?as\\_ylo=2017&q=economic+assimilation+immigration&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?as_ylo=2017&q=economic+assimilation+immigration&hl=pt-BR&as_sdt=0,5) >.

VERD, J. M.; LÓPEZ-ANDREU, M. Crisis del empleo y polarización de las trayectorias laborales. El caso de los adultos jóvenes en Cataluña. . **Papers. Revista de Sociologia**, v. 101, p. 5-30, 2016.

VIDAL-COSO, E.; MIRET-GAMUNDI, P. The labour trajectories of immigrant women in Spain: Are there signs of upward social mobility? **Demographic Research**, v. 31, 2014. Disponível em: < <https://scholar-google-com-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/scholar?hl=pt-BR&q=Vidal-Coso+%26+Miret-Gamundi%2C+2014> >.

VILELA, E. **Análise dos principais grupos de imigrantes do Sul e do Norte Global com entradas no Brasil entre 2000 e 2016**. Universidade Federal de Minas Gerais. Relatório de pesquisa. 2017

VILELA, E.; COLLARES, A.; NORONHA, C. Migrações e Trabalho no Brasil: Fatores étnico-nacionais e raciais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 87, 2015.

VILELA, E.; NORONHA, C. **Trabalhadoras argentinas, bolivianas, paraguaias, peruanas e uruguaias: minorias étnicas/nacionais discriminadas no Brasil?** XXIX Congresso Latino Americano de Sociologia. Santiago 2013.

VILELA, E. M. **Análise dos principais grupos de imigrantes do Sul e do Norte Global com entradas no Brasil entre 2000 e 2016**.

\_\_\_\_\_. Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro. 2008-01-01 2008. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-874KJ4> >.

\_\_\_\_\_. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 89-129, 2011. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100003&lng=en&nrm=iso) >.

VINENTE, F. S. A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas. . . **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 23, 2016.

WALDINGER, R.; PERLMANN, J. Immigrants, Past and Present: A Reconsideration. . **The Handbook of International Migration: The American Experience**, 1999.

WEISS, Y.; SAUES, R. M.; GOTLIBOVSKI, M. E. Immigration, search, and loss of skill. . **Journal of Labor Economics**, v. 21, p. 557-591, 2003.

WILSON, K.; MARTIN, W. Ethnic enclaves: A comparison of the Cuban and Black economies in Miami. **American Journal of Sociology**, v. 88, n. 1, p. 135-160, 1982.

WILSON, K. L.; PORTES, A. Immigrant Enclaves: An Analysis of the Labor Market Experiences of Cubans in Miami. <http://dx.doi.org/10.1086/227240>, 2015-10-15 1980. Disponível em: < <http://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/227240> >.

XAVIER, F. P.; NEVES, J. A. B. Estrutura social e transmissão intergeracional de status: uma análise hierárquica. . **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, p. 259-275 2013.

ZAVALA, E. M.; MORALES, O. W. Participación laboral y autoempleo de las mujeres mexicanas en Phoenix, Arizona. El caso de las estilistas. In: ARAGONÉS, A. M. O. (Ed.). **Mercado de traje y migración internacional**. México, 2011. p.195-232.

ZENG, Z.; XIE, Y. Asian Americans's Earnings Disadvantage Reexamined: The Role of Place of Education. **AJS**, v. 109, p. 1075-1108, 2004a. Disponível em: < <http://personal.psc.isr.umich.edu/yuxie-web/files/demtech/Zeng-Xie2004.pdf> >.

\_\_\_\_\_. Asian-Americans' Earnings Disadvantage Reexamined: The Role of Place of Education. **American Journal of Sociology**, v. 5, p. 1075-1108, 2015-07-17 2004b. Disponível em: < <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/381914> >.

ZHOU, M. Revisiting ethnic entrepreneurship: Convergencies, controversies, and conceptual advancements. **International Migration Review**, v. 38, n. 3, p. 1040-1074, Fal 2004. ISSN 0197-9183. Disponível em: < <Go to ISI>://000225451500008 >.

ÅSLUND, O.; ROTH, D. O. Do when and where matter? initial labour market conditions and immigrant earnings. **The Economic Journal**, v. 117, n. 518, p. 422-448, 2007. ISSN 1468-0297. Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-0297.2007.02024.x/abstract> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-0297.2007.02024.x/full> >.Disponível em: < <http://onlinelibrary-wiley.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-0297.2007.02024.x/pdf> >.

## 12. Apêndices

### Apêndice 1– Distribuição desses estrangeiros por país de nascimento

#### Parte 1

Ano	Argentino	Boliviano	Chileno	Paraguaio	Uruguaio	Venezuelano	Colombiano	Peruano	Equatoriano	Alemão	Belga	Britânico	Canadense	Espanhol	Norte americano	Francês	Total
1995	592	290	1126	145	481	13	19	57	6	268	61	80	697	566	158	151	4710
1996	667	313	1181	127	525	16	18	60	10	293	65	80	704	566	173	176	4974
1997	698	348	1257	146	562	24	19	81	9	323	70	90	613	588	193	198	5219
1998	748	380	1387	170	584	25	23	93	10	366	72	95	581	578	223	223	5558
1999	881	445	1474	198	652	28	28	142	9	401	79	107	540	610	259	243	6096
2000	959	498	1578	234	704	33	48	167	15	424	75	126	508	642	295	273	6579
2001	1147	590	1778	277	823	48	53	203	15	484	103	148	552	703	334	306	7564
2002	1325	682	1891	313	872	51	54	226	23	511	113	155	542	740	373	335	8206
2003	1517	739	1910	376	982	59	66	250	21	536	121	165	587	762	395	357	8843
2004	1822	868	2080	467	1111	63	94	296	24	603	138	207	622	841	457	407	10100
2005	2019	1043	2225	602	1248	78	112	343	32	678	149	227	650	895	502	466	11269
2006	2218	1161	2339	665	1374	95	135	386	41	739	154	252	649	927	570	531	12236
2007	2645	1466	2584	771	1627	111	177	455	42	855	175	310	684	1048	691	633	14274
2008	3098	1754	2787	1053	2028	134	222	554	57	981	189	387	726	1186	857	779	16792
2009	3699	2065	3080	1341	2476	200	296	729	81	1174	216	482	784	1386	1149	997	20155
2010	4639	2851	3516	2393	3015	286	419	1049	96	1445	280	642	894	1660	1652	1329	26166
2011	5164	3950	3815	2507	3491	369	499	1171	115	1659	323	776	912	1953	2098	1644	30446

2012	6049	5177	4172	4718	3795	491	745	1883	159	1794	394	902	980	2285	2432	1963	37939
2013	7708	8345	4539	6995	4463	661	1334	2790	233	2064	486	1082	1039	3156	2989	2541	50425
2014	8151	8540	3950	8046	4382	750	1905	3537	266	1850	413	955	730	2842	2830	2456	51603
2015	8800	8360	4314	9389	4752	921	2195	3570	296	1965	408	952	669	3267	2868	2626	55352
Total	64546	49865	52983	40933	39947	4456	8461	18042	1560	19413	4084	8220	14663	27201	21498	18634	394506

Parte 2 - Continuação

Ano	Suíço	Italiano	Haitiano	Japonês	Chinês	Coreano	Russo	Português	Paquistane s	Indiano	Bengalesa	Angolano	Condolês	Sul- Africano	Ganês	Senegal	Total
1995	73	588	1	474	140	47	8	3057	1	10	119	91	1	22	2	1	4635
1996	80	601	2	482	153	43	8	3093	1	9	119	105	1	28	2	1	4728
1997	77	632	4	487	169	58	11	3184	1	10	123	95	2	34	3	1	4891
1998	92	657	2	509	160	69	13	3217	1	13	148	114	3	33	1	2	5034
1999	98	707	2	532	176	92	16	3265	3	12	162	131	7	31	2	2	5238
2000	115	742	5	550	200	102	18	3261	4	12	173	148	7	33	2	2	5374
2001	125	793	7	601	238	130	29	3728	6	13	200	172	7	37	3	2	6091
2002	127	836	7	638	290	142	32	3914	5	14	227	205	6	43	3	1	6490
2003	127	849	8	649	327	153	35	4243	6	13	239	217	6	56	3	3	6934
2004	149	956	9	724	366	178	37	4571	6	16	279	241	7	60	4	2	7605
2005	174	1069	8	771	439	210	50	4895	12	18	312	253	9	65	3	3	8291
2006	167	1159	10	799	566	224	73	5021	9	18	345	307	7	68	4	2	8779

2007	189	1286	9	930	704	260	81	5453	13	26	397	327	12	74	6	4	9771
2008	224	1427	9	1098	853	292	90	5907	16	35	456	336	22	94	4	4	10867
2009	260	1636	17	1347	1220	348	104	6525	22	45	571	399	29	172	7	9	12711
2010	343	1950	45	1665	1771	443	127	7476	47	82	740	527	54	280	10	14	15574
2011	381	2284	727	1970	2767	580	151	8357	35	103	719	525	68	214	11	15	18907
2012	404	2519	3553	2292	3263	741	209	9190	91	166	1226	698	103	622	17	35	25129
2013	474	3109	12728	2831	3683	1099	274	10758	134	401	2149	907	196	817	42	164	39766
2014	420	2543	27250	2308	3301	1481	275	8498	239	425	4553	1058	391	1133	395	442	54712
2015	444	3355	38705	3060	3453	1618	291	10999	369	424	5504	1188	505	1095	624	663	72297
Total	4543	29698	83108	24717	24239	8310	1932	118612	1021	1865	18761	8044	1443	5011	1148	1372	333824

Apêndice 2 – Resultado do teste de *Breusch-Pagan Lagrange multiplier* (LM)

Breusch and Pagan Lagrangian multiplier test for random effects

$$\text{isei88}[\text{pis},t] = Xb + u[\text{pis}] + e[\text{pis},t]$$

Estimated results:

	Var	sd = sqrt(Var)
isei88	299.8144	17.31515
e	50.87684	7.1328
u	82.90871	9.105422

Test: Var(u) = 0

chibar2(01) = 7.6e+05  
Prob > chibar2 = 0.0000

Apêndice 3 – Distribuição dos estrangeiros por classificação ocupacional EGP  
segundo a nacionalidade – 1995 a 2015

Distribuição de alemães por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	28,8%	17,6%	16,1%	10,5%	13,9%	9,7%	3,4%		100,0%
1996	31,2%	14,4%	16,4%	11,6%	13,0%	8,9%	4,5%		100,0%
1997	29,1%	18,3%	14,9%	11,1%	13,9%	8,0%	4,6%		100,0%
1998	27,9%	17,0%	15,3%	11,2%	14,8%	8,2%	5,2%	,3%	100,0%
1999	28,5%	17,8%	15,3%	9,3%	15,5%	8,0%	5,5%	,3%	100,0%
2000	32,5%	19,0%	12,6%	8,8%	13,5%	8,5%	4,7%	,5%	100,0%
2001	33,1%	19,0%	14,0%	8,3%	13,8%	8,8%	2,9%	,2%	100,0%
2002	32,0%	18,8%	12,9%	8,4%	13,5%	10,8%	3,3%	,2%	100,0%
2003	42,2%	18,7%	19,8%	4,3%	9,0%	3,9%	1,9%	,4%	100,0%
2004	43,6%	19,5%	19,1%	3,2%	8,8%	3,2%	2,2%	,5%	100,0%
2005	42,2%	19,9%	19,8%	3,7%	8,7%	4,1%	1,2%	,3%	100,0%
2006	42,5%	20,5%	19,0%	3,9%	7,9%	4,9%	,9%	,4%	100,0%
2007	44,1%	17,6%	19,6%	3,7%	8,4%	5,3%	1,2%	,2%	100,0%
2008	45,6%	17,2%	17,5%	3,6%	9,6%	4,8%	1,3%	,2%	100,0%
2009	46,8%	18,2%	16,1%	3,6%	8,8%	5,2%	1,1%	,1%	100,0%
2010	48,5%	16,6%	15,7%	4,2%	8,3%	5,5%	1,0%	,3%	100,0%
2011	50,5%	16,4%	15,5%	4,7%	6,7%	4,7%	1,1%	,3%	100,0%
2012	50,7%	16,2%	15,4%	4,6%	7,4%	4,5%	1,1%	,3%	100,0%
2013	50,3%	17,3%	14,3%	4,4%	7,2%	4,9%	1,3%	,3%	100,0%
2014	53,0%	17,1%	13,8%	3,7%	6,0%	4,4%	1,7%	,4%	100,0%
2015	54,1%	15,9%	12,8%	3,4%	7,0%	5,2%	1,1%	,3%	100,0%
Total	45,4%	17,5%	15,8%	5,0%	8,8%	5,5%	1,8%	,3%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de franceses por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	29,9%	19,0%	15,6%	12,2%	14,3%	7,5%	1,4%		100,0%
1996	29,5%	20,5%	14,8%	14,2%	9,7%	9,1%	2,3%		100,0%
1997	28,7%	22,1%	11,8%	15,4%	10,3%	8,2%	3,6%		100,0%
1998	29,0%	23,1%	12,2%	12,7%	9,5%	10,9%	2,3%	,5%	100,0%
1999	29,2%	20,6%	12,3%	11,9%	11,9%	10,3%	3,3%	,4%	100,0%
2000	28,3%	19,1%	14,0%	12,9%	10,3%	11,8%	3,3%	,4%	100,0%
2001	28,2%	20,3%	14,4%	14,1%	7,9%	10,5%	3,6%	1,0%	100,0%
2002	27,0%	20,0%	11,8%	13,6%	10,9%	10,9%	4,8%	,9%	100,0%
2003	39,3%	23,0%	18,8%	5,1%	7,3%	4,8%	,6%	1,1%	100,0%
2004	38,1%	21,6%	22,1%	4,7%	8,4%	4,7%	,2%	,2%	100,0%
2005	41,0%	20,4%	19,3%	6,0%	7,3%	5,4%	,6%		100,0%
2006	43,4%	19,6%	17,9%	6,8%	6,4%	5,3%	,6%		100,0%
2007	45,8%	18,4%	17,9%	5,5%	6,5%	5,2%	,5%	,2%	100,0%
2008	47,1%	18,2%	17,3%	4,8%	7,0%	5,4%	,3%		100,0%
2009	48,2%	17,4%	17,3%	4,4%	6,4%	5,4%	,7%	,1%	100,0%
2010	51,9%	17,0%	15,3%	3,8%	6,3%	5,0%	,6%	,1%	100,0%
2011	52,7%	19,0%	13,2%	3,8%	5,7%	4,6%	,9%	,1%	100,0%
2012	53,3%	18,5%	11,3%	3,7%	7,0%	5,2%	,8%	,1%	100,0%
2013	54,6%	17,7%	11,2%	4,3%	6,2%	5,3%	,8%		100,0%



2014	55,4%	17,9%	11,0%	4,2%	5,9%	4,9%	,7%	,1%	100,0%
2015	56,5%	17,4%	9,9%	4,7%	5,6%	5,1%	,7%	,1%	100,0%
Total	48,7%	18,6%	13,6%	5,5%	6,8%	5,7%	1,0%	,1%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de italianos por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	32,5%	18,0%	12,5%	9,0%	13,1%	11,4%	3,5%		100,0%
1996	30,9%	17,9%	13,4%	9,2%	12,5%	12,0%	4,0%	,2%	100,0%
1997	29,3%	18,9%	13,8%	10,0%	12,5%	11,3%	4,1%	,2%	100,0%
1998	29,8%	16,8%	13,9%	10,8%	12,8%	11,9%	3,7%	,3%	100,0%
1999	30,1%	16,8%	14,1%	10,5%	13,0%	11,2%	3,8%	,4%	100,0%
2000	29,8%	17,7%	13,9%	10,0%	11,6%	13,4%	3,4%	,3%	100,0%
2001	29,1%	18,6%	12,9%	11,0%	13,0%	11,4%	3,7%	,4%	100,0%
2002	29,6%	18,7%	12,2%	11,2%	12,0%	12,5%	3,6%	,2%	100,0%
2003	37,4%	16,8%	18,7%	7,7%	9,1%	8,9%	1,4%	,1%	100,0%
2004	38,3%	17,6%	17,5%	6,5%	9,4%	9,2%	1,4%	,1%	100,0%
2005	37,3%	16,2%	18,9%	7,0%	9,0%	9,9%	1,4%	,1%	100,0%
2006	36,8%	16,1%	20,8%	6,8%	8,9%	8,7%	1,6%	,3%	100,0%
2007	38,2%	15,2%	19,7%	6,9%	8,3%	9,8%	1,7%	,2%	100,0%
2008	37,3%	16,1%	18,7%	7,3%	8,2%	10,5%	1,8%	,1%	100,0%
2009	37,6%	16,1%	18,7%	7,0%	9,1%	9,3%	2,0%	,2%	100,0%
2010	35,6%	16,6%	18,8%	7,4%	9,2%	10,4%	1,8%	,2%	100,0%
2011	36,3%	16,3%	17,9%	8,4%	9,0%	10,4%	1,6%	,2%	100,0%
2012	37,2%	16,4%	17,0%	8,5%	8,5%	10,4%	1,7%	,3%	100,0%
2013	36,8%	16,6%	16,1%	8,9%	8,9%	10,7%	1,8%	,2%	100,0%
2014	38,2%	17,1%	15,8%	8,1%	8,1%	11,2%	1,3%	,2%	100,0%
2015	37,2%	16,7%	15,7%	9,5%	8,6%	10,7%	1,5%	,2%	100,0%
Total	35,7%	16,8%	16,8%	8,4%	9,6%	10,5%	2,1%	,2%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de espanhóis por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	25,4%	18,6%	17,0%	8,9%	13,9%	13,4%	2,9%		100,0%
1996	25,8%	17,1%	17,5%	10,8%	13,4%	12,4%	3,0%		100,0%
1997	26,6%	19,3%	16,7%	9,2%	11,9%	11,9%	4,3%	,2%	100,0%
1998	27,0%	20,9%	17,0%	9,3%	10,9%	10,9%	3,6%	,3%	100,0%
1999	26,9%	20,7%	19,4%	9,2%	10,2%	9,9%	3,4%	,3%	100,0%
2000	24,1%	21,7%	18,5%	10,3%	9,2%	12,0%	4,0%	,2%	100,0%
2001	25,5%	20,4%	17,0%	10,1%	10,5%	12,0%	4,4%	,1%	100,0%
2002	26,2%	19,1%	18,0%	9,8%	10,7%	12,3%	3,7%	,1%	100,0%
2003	33,3%	16,6%	22,1%	9,1%	9,1%	7,2%	2,4%	,3%	100,0%
2004	34,9%	17,3%	21,3%	8,5%	7,6%	7,6%	2,5%	,2%	100,0%
2005	34,9%	17,5%	21,0%	7,5%	8,2%	8,3%	2,2%	,3%	100,0%
2006	33,8%	18,7%	20,9%	8,4%	8,2%	7,9%	1,9%	,2%	100,0%
2007	35,2%	19,1%	21,2%	7,4%	7,1%	8,1%	1,7%	,2%	100,0%
2008	35,2%	18,2%	20,4%	8,1%	7,3%	8,4%	2,2%	,3%	100,0%
2009	37,5%	16,9%	19,2%	8,3%	8,2%	7,5%	2,1%	,3%	100,0%
2010	38,9%	14,8%	19,3%	8,7%	8,3%	7,9%	2,0%	,1%	100,0%
2011	39,1%	16,6%	18,3%	8,1%	7,9%	7,9%	2,0%	,2%	100,0%
2012	37,8%	16,7%	16,8%	9,1%	8,3%	9,2%	2,0%	,1%	100,0%
2013	39,8%	16,0%	15,2%	8,7%	8,9%	9,3%	2,1%	,2%	100,0%
2014	42,6%	16,6%	13,2%	7,6%	8,5%	9,6%	1,7%	,1%	100,0%

2015	40,6%	17,1%	14,0%	7,4%	8,6%	10,3%	1,9%	,1%	100,0%
Total	35,6%	17,4%	17,7%	8,5%	8,9%	9,3%	2,4%	,2%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de japoneses por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	28,9%	14,0%	14,0%	8,5%	21,4%	10,2%	2,1%	,8%	100,0%
1996	30,4%	13,7%	14,3%	8,3%	18,5%	11,9%	1,9%	1,0%	100,0%
1997	31,9%	12,8%	10,5%	7,8%	20,8%	13,4%	1,6%	1,2%	100,0%
1998	28,9%	13,6%	11,2%	7,5%	21,1%	14,2%	2,4%	1,2%	100,0%
1999	26,9%	13,3%	11,5%	11,3%	18,4%	14,7%	2,3%	1,7%	100,0%
2000	27,7%	15,3%	11,1%	10,6%	15,9%	14,2%	2,9%	2,2%	100,0%
2001	27,6%	14,7%	12,7%	10,0%	15,7%	14,4%	3,0%	1,8%	100,0%
2002	26,9%	14,8%	13,5%	10,2%	16,2%	14,5%	2,2%	1,7%	100,0%
2003	34,3%	14,7%	18,2%	7,1%	12,2%	10,0%	1,9%	1,7%	100,0%
2004	35,0%	14,5%	16,3%	7,5%	12,9%	10,1%	1,7%	1,9%	100,0%
2005	33,8%	16,4%	16,4%	7,7%	12,0%	10,3%	1,7%	1,8%	100,0%
2006	33,5%	15,2%	17,5%	7,3%	13,4%	9,5%	1,9%	1,8%	100,0%
2007	34,3%	16,9%	17,2%	6,1%	11,9%	9,9%	1,6%	2,0%	100,0%
2008	34,1%	18,0%	16,4%	7,0%	11,1%	10,4%	1,4%	1,7%	100,0%
2009	35,8%	18,3%	15,5%	7,5%	10,1%	9,6%	1,3%	1,8%	100,0%
2010	34,9%	19,1%	16,3%	7,8%	8,8%	10,2%	1,3%	1,8%	100,0%
2011	33,7%	19,8%	16,3%	8,2%	8,7%	10,4%	1,6%	1,3%	100,0%
2012	33,9%	17,1%	17,8%	9,9%	8,5%	10,1%	1,7%	1,1%	100,0%
2013	33,3%	18,0%	18,3%	10,1%	7,6%	10,0%	1,7%	1,0%	100,0%
2014	34,3%	18,5%	19,7%	9,4%	7,7%	7,7%	1,6%	1,0%	100,0%
2015	33,1%	16,4%	18,1%	9,8%	8,8%	10,7%	2,1%	1,0%	100,0%
Total	33,0%	16,9%	16,3%	8,7%	11,3%	10,6%	1,8%	1,4%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de argentinos por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	29,7%	18,8%	15,7%	12,5%	11,6%	8,7%	2,4%	,5%	100,0%
1996	28,6%	18,7%	14,8%	12,5%	10,7%	11,4%	3,0%	,3%	100,0%
1997	30,5%	19,7%	13,5%	11,9%	10,3%	10,2%	3,6%	,3%	100,0%
1998	27,4%	21,2%	14,2%	12,2%	9,1%	11,8%	3,9%	,1%	100,0%
1999	28,2%	22,6%	13,3%	12,7%	8,6%	11,1%	3,4%	,2%	100,0%
2000	24,7%	22,9%	14,8%	15,0%	7,6%	11,6%	3,4%	,1%	100,0%
2001	27,5%	21,9%	12,5%	12,8%	9,2%	11,7%	4,2%	,1%	100,0%
2002	28,7%	20,7%	12,5%	12,5%	9,5%	12,3%	3,6%	,2%	100,0%
2003	35,7%	15,5%	19,6%	11,2%	7,7%	8,3%	1,5%	,5%	100,0%
2004	36,2%	15,1%	19,6%	10,6%	7,0%	9,4%	1,6%	,4%	100,0%
2005	35,4%	14,6%	20,2%	11,0%	7,7%	8,6%	2,0%	,4%	100,0%
2006	36,8%	14,8%	20,5%	9,8%	6,9%	8,3%	2,6%	,2%	100,0%
2007	35,5%	15,5%	19,9%	10,9%	7,2%	8,4%	2,5%	,2%	100,0%
2008	35,7%	14,5%	18,8%	11,3%	7,3%	9,6%	2,6%	,3%	100,0%
2009	34,4%	15,1%	17,7%	12,3%	7,3%	10,7%	2,3%	,3%	100,0%
2010	34,0%	14,8%	17,4%	12,4%	7,4%	11,2%	2,4%	,4%	100,0%
2011	34,2%	15,3%	17,2%	12,4%	7,2%	10,5%	2,7%	,4%	100,0%
2012	33,1%	14,8%	15,9%	13,8%	7,5%	11,4%	2,9%	,5%	100,0%
2013	31,3%	15,0%	15,7%	15,5%	7,0%	11,7%	3,3%	,5%	100,0%

2014	31,8%	14,7%	16,1%	15,2%	6,2%	12,5%	2,9%	,6%	100,0%
2015	31,6%	14,8%	14,8%	15,2%	6,2%	13,6%	3,2%	,6%	100,0%
Total	32,9%	15,7%	16,8%	13,1%	7,3%	11,0%	2,8%	,4%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de chineses por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	36,7%	12,9%	14,4%	5,0%	12,9%	13,7%	3,6%	,7%	100,0%
1996	36,6%	13,1%	15,0%	6,5%	9,8%	18,3%	,7%		100,0%
1997	33,9%	14,9%	16,1%	6,0%	10,7%	16,1%	1,8%	,6%	100,0%
1998	31,3%	16,9%	15,0%	10,6%	8,1%	14,4%	3,1%	,6%	100,0%
1999	32,4%	18,2%	15,3%	8,5%	7,4%	15,3%	2,8%		100,0%
2000	27,0%	14,5%	16,0%	14,0%	7,0%	19,0%	2,5%		100,0%
2001	26,3%	11,9%	16,1%	14,8%	10,2%	17,4%	3,0%	,4%	100,0%
2002	25,7%	16,7%	16,3%	15,3%	7,6%	15,3%	3,1%		100,0%
2003	30,4%	16,3%	20,9%	14,7%	6,4%	10,4%	,9%		100,0%
2004	31,1%	17,5%	22,4%	13,4%	4,6%	9,6%	1,1%	,3%	100,0%
2005	30,5%	16,2%	21,9%	13,7%	5,9%	10,7%	,9%	,2%	100,0%
2006	31,6%	15,2%	22,3%	14,7%	5,0%	9,9%	1,1%	,2%	100,0%
2007	30,5%	17,2%	22,1%	14,2%	5,4%	9,2%	1,1%	,3%	100,0%
2008	33,0%	18,6%	21,7%	12,1%	5,4%	7,8%	1,2%	,2%	100,0%
2009	33,6%	17,9%	20,2%	12,3%	6,2%	8,8%	,6%	,2%	100,0%
2010	33,2%	17,4%	18,8%	13,1%	6,6%	9,8%	,5%	,6%	100,0%
2011	28,2%	16,4%	14,7%	21,9%	5,4%	11,8%	1,0%	,6%	100,0%
2012	30,6%	15,3%	14,6%	21,2%	5,5%	11,3%	1,0%	,4%	100,0%
2013	30,8%	15,7%	14,7%	21,2%	6,0%	10,5%	,8%	,3%	100,0%
2014	34,1%	15,3%	14,7%	19,0%	6,3%	9,6%	,7%	,3%	100,0%
2015	32,0%	16,6%	14,4%	19,8%	5,7%	10,4%	,8%	,3%	100,0%
Total	31,4%	16,2%	16,5%	17,9%	6,1%	10,7%	1,0%	,4%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de estadunidenses por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	30,8%	35,3%	15,4%	9,0%	6,4%	,6%	2,6%		100,0%
1996	29,8%	37,4%	13,5%	9,4%	5,3%	1,2%	3,5%		100,0%
1997	31,3%	35,4%	15,6%	7,8%	5,7%	2,1%	2,1%		100,0%
1998	32,0%	38,3%	14,0%	6,8%	3,6%	2,7%	2,7%		100,0%
1999	31,7%	36,3%	13,5%	7,7%	5,0%	2,7%	3,1%		100,0%
2000	31,0%	36,4%	13,3%	7,1%	5,1%	4,1%	3,1%		100,0%
2001	29,9%	37,1%	14,4%	6,9%	5,1%	3,0%	3,6%		100,0%
2002	29,3%	37,4%	12,6%	6,5%	7,0%	3,8%	3,5%		100,0%
2003	45,7%	25,4%	22,6%	1,8%	2,3%	2,3%			100,0%
2004	45,5%	24,2%	24,0%	1,8%	2,4%	2,0%	,2%		100,0%
2005	43,9%	22,2%	24,4%	2,8%	2,8%	3,6%	,2%	,2%	100,0%
2006	43,7%	21,8%	25,2%	3,2%	2,6%	3,2%	,4%		100,0%
2007	44,8%	20,3%	25,8%	3,0%	2,2%	3,6%	,1%		100,0%
2008	44,9%	19,4%	25,2%	3,1%	3,4%	3,7%	,4%		100,0%
2009	44,0%	21,4%	24,2%	3,8%	3,5%	2,6%	,4%	,1%	100,0%
2010	44,9%	20,8%	22,5%	3,9%	4,2%	3,1%	,4%	,1%	100,0%
2011	45,2%	21,3%	22,8%	4,0%	3,5%	2,7%	,5%	,1%	100,0%
2012	45,9%	20,3%	22,3%	3,7%	4,5%	2,5%	,6%	,1%	100,0%

2013	45,2%	19,9%	23,4%	4,0%	4,1%	2,5%	,8%	,2%	100,0%
2014	45,0%	20,9%	22,2%	4,5%	3,7%	2,8%	,6%	,3%	100,0%
2015	45,7%	21,9%	20,9%	4,4%	3,7%	2,6%	,6%	,2%	100,0%
Total	43,5%	22,8%	22,0%	4,2%	3,9%	2,8%	,8%	,1%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de portugueses por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	19,2%	16,0%	19,6%	16,7%	9,4%	14,0%	4,6%	,5%	100,0%
1996	19,2%	16,6%	19,7%	15,5%	9,6%	14,3%	4,6%	,4%	100,0%
1997	19,4%	17,3%	19,7%	15,6%	8,8%	13,9%	4,8%	,3%	100,0%
1998	18,9%	17,5%	19,8%	16,1%	8,4%	14,0%	5,0%	,4%	100,0%
1999	18,4%	18,0%	20,1%	15,8%	8,5%	13,7%	5,0%	,4%	100,0%
2000	16,0%	18,7%	20,8%	16,0%	7,3%	15,2%	5,6%	,4%	100,0%
2001	18,6%	18,3%	19,7%	15,0%	7,9%	15,1%	5,1%	,4%	100,0%
2002	19,1%	18,6%	19,2%	14,8%	8,0%	15,0%	5,0%	,4%	100,0%
2003	23,3%	18,0%	25,1%	12,1%	6,9%	11,5%	2,8%	,3%	100,0%
2004	23,8%	18,1%	25,0%	12,1%	6,4%	11,6%	2,6%	,3%	100,0%
2005	24,3%	17,4%	24,4%	12,6%	6,5%	11,9%	2,5%	,4%	100,0%
2006	24,3%	17,2%	24,2%	13,1%	6,3%	11,9%	2,7%	,4%	100,0%
2007	24,4%	17,0%	24,5%	13,1%	6,3%	11,7%	2,7%	,4%	100,0%
2008	24,7%	17,0%	23,3%	13,7%	6,2%	12,2%	2,7%	,3%	100,0%
2009	25,3%	16,7%	22,5%	13,5%	6,4%	12,4%	2,9%	,2%	100,0%
2010	24,9%	16,6%	21,9%	13,9%	6,4%	12,7%	3,2%	,3%	100,0%
2011	25,0%	16,6%	21,1%	14,3%	6,2%	13,6%	3,0%	,3%	100,0%
2012	26,1%	16,1%	19,8%	14,1%	6,5%	14,2%	2,9%	,4%	100,0%
2013	27,4%	16,0%	18,5%	13,9%	7,0%	14,1%	2,8%	,4%	100,0%
2014	30,4%	16,7%	17,5%	12,6%	7,4%	13,0%	2,2%	,3%	100,0%
2015	27,8%	15,9%	18,3%	14,0%	7,3%	13,7%	2,8%	,3%	100,0%
Total	24,0%	16,9%	21,1%	14,0%	7,1%	13,2%	3,3%	,3%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de chilenos por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	11,9%	13,5%	15,6%	14,9%	20,4%	19,5%	4,2%		100,0%
1996	13,0%	13,7%	16,3%	15,3%	19,9%	17,5%	4,3%		100,0%
1997	13,7%	14,3%	15,3%	14,4%	19,2%	19,0%	4,0%	,1%	100,0%
1998	13,6%	15,6%	15,2%	13,3%	18,4%	19,9%	3,9%	,1%	100,0%
1999	14,5%	15,8%	13,6%	14,2%	18,5%	18,5%	4,8%	,1%	100,0%
2000	13,8%	16,8%	14,4%	14,3%	16,3%	19,2%	5,0%	,1%	100,0%
2001	15,1%	16,8%	15,0%	13,7%	16,0%	18,7%	4,6%	,1%	100,0%
2002	15,0%	17,2%	15,2%	14,2%	16,8%	17,7%	4,0%		100,0%
2003	19,5%	14,2%	19,9%	12,4%	15,7%	14,8%	3,3%	,2%	100,0%
2004	19,9%	14,2%	20,0%	11,5%	16,0%	14,7%	3,5%	,2%	100,0%
2005	19,5%	14,5%	20,0%	12,5%	15,0%	14,8%	3,4%	,3%	100,0%
2006	20,7%	14,5%	20,3%	12,4%	14,4%	14,3%	3,3%	,3%	100,0%
2007	21,0%	14,4%	19,4%	12,5%	14,5%	14,7%	3,0%	,4%	100,0%
2008	22,1%	14,4%	18,3%	11,5%	14,9%	15,4%	3,1%	,3%	100,0%
2009	22,9%	14,7%	18,2%	11,9%	14,3%	14,9%	2,8%	,2%	100,0%
2010	22,6%	14,6%	18,2%	12,3%	13,8%	15,5%	2,9%	,1%	100,0%
2011	23,3%	14,7%	17,0%	12,3%	13,3%	16,3%	2,9%	,1%	100,0%

2012	22,8%	15,0%	17,2%	12,2%	13,7%	15,7%	3,1%	,2%	100,0%
2013	22,8%	15,7%	17,4%	12,7%	13,3%	14,8%	2,9%	,3%	100,0%
2014	23,4%	16,0%	18,5%	13,0%	11,5%	14,2%	3,1%	,3%	100,0%
2015	23,6%	14,9%	17,0%	13,4%	12,9%	14,7%	3,2%	,3%	100,0%
Total	20,3%	15,0%	17,6%	12,8%	14,8%	15,9%	3,4%	,2%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de uruguaios por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	14,5%	11,6%	16,0%	17,9%	12,6%	20,8%	4,4%	2,1%	100,0%
1996	14,4%	14,2%	17,8%	18,4%	11,7%	17,0%	4,2%	2,3%	100,0%
1997	15,2%	12,5%	17,8%	16,6%	12,5%	18,5%	5,0%	2,0%	100,0%
1998	14,8%	16,0%	16,1%	16,6%	11,1%	18,9%	3,9%	2,6%	100,0%
1999	13,5%	15,8%	17,7%	16,7%	9,7%	19,5%	4,6%	2,5%	100,0%
2000	11,9%	18,2%	14,9%	16,5%	9,5%	21,3%	5,1%	2,4%	100,0%
2001	12,2%	17,4%	15,2%	18,2%	9,7%	20,2%	5,0%	2,2%	100,0%
2002	12,8%	17,7%	14,6%	17,7%	10,2%	19,7%	4,9%	2,3%	100,0%
2003	17,2%	13,5%	20,2%	18,1%	8,4%	16,2%	3,6%	2,9%	100,0%
2004	17,0%	12,7%	19,1%	19,3%	8,6%	16,8%	4,0%	2,5%	100,0%
2005	17,5%	12,6%	20,5%	18,8%	8,3%	16,1%	4,0%	2,2%	100,0%
2006	15,0%	14,1%	20,1%	20,6%	7,3%	16,8%	3,9%	2,1%	100,0%
2007	17,1%	13,6%	18,6%	20,6%	6,8%	17,1%	4,1%	2,0%	100,0%
2008	15,5%	13,0%	18,2%	21,4%	6,4%	18,8%	4,8%	1,9%	100,0%
2009	15,5%	11,9%	16,7%	23,1%	6,7%	19,2%	4,8%	2,2%	100,0%
2010	16,1%	11,7%	16,0%	23,6%	6,6%	19,0%	4,8%	2,2%	100,0%
2011	15,6%	11,0%	15,4%	23,0%	6,9%	20,6%	5,3%	2,3%	100,0%
2012	15,1%	11,1%	14,7%	23,4%	7,5%	20,5%	5,5%	2,3%	100,0%
2013	14,1%	11,0%	14,5%	23,8%	7,2%	21,6%	5,4%	2,4%	100,0%
2014	13,8%	11,1%	14,4%	23,8%	7,1%	22,1%	5,6%	2,1%	100,0%
2015	14,0%	11,3%	14,5%	22,9%	6,4%	22,2%	6,3%	2,5%	100,0%
Total	15,0%	12,4%	16,2%	21,7%	7,6%	19,8%	5,0%	2,3%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de bolivianos por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	36,2%	15,0%	10,8%	9,1%	10,1%	16,7%	2,1%		100,0%
1996	37,7%	14,7%	8,9%	8,6%	10,9%	16,9%	2,2%		100,0%
1997	40,1%	14,7%	8,1%	7,5%	10,1%	16,4%	3,2%		100,0%
1998	37,9%	17,1%	7,4%	7,9%	11,1%	15,8%	2,9%		100,0%
1999	35,2%	14,0%	7,2%	6,8%	10,8%	22,6%	3,4%		100,0%
2000	27,8%	13,9%	8,1%	8,5%	7,5%	32,1%	2,2%		100,0%
2001	28,4%	13,5%	7,2%	8,2%	8,7%	31,7%	2,4%		100,0%
2002	31,2%	12,4%	7,9%	7,6%	7,6%	30,6%	2,6%		100,0%
2003	32,2%	11,4%	12,1%	7,8%	7,2%	26,1%	2,7%	,4%	100,0%
2004	30,8%	10,7%	11,7%	6,8%	7,5%	29,2%	2,9%	,3%	100,0%
2005	31,0%	9,6%	11,9%	7,0%	8,0%	29,8%	2,4%	,3%	100,0%
2006	29,3%	9,3%	11,3%	7,0%	6,9%	33,3%	2,3%	,5%	100,0%
2007	27,3%	8,9%	10,2%	6,9%	6,5%	37,0%	2,7%	,6%	100,0%
2008	27,1%	8,2%	9,0%	6,2%	5,9%	39,8%	3,2%	,6%	100,0%
2009	25,8%	8,3%	8,7%	6,1%	5,5%	41,6%	3,2%	,7%	100,0%
2010	25,3%	7,5%	8,5%	6,2%	5,0%	43,6%	3,4%	,6%	100,0%

2011	22,1%	5,6%	8,0%	6,6%	4,5%	49,8%	3,0%	,4%	100,0%
2012	18,8%	5,1%	7,2%	7,2%	4,9%	53,3%	2,9%	,7%	100,0%
2013	15,2%	5,0%	6,4%	7,2%	4,8%	57,3%	3,3%	,8%	100,0%
2014	13,7%	5,2%	5,9%	7,3%	4,3%	59,4%	3,3%	1,0%	100,0%
2015	16,3%	5,4%	6,4%	7,0%	4,2%	56,7%	3,1%	1,0%	100,0%
Total	21,6%	7,1%	7,8%	7,0%	5,5%	47,4%	3,0%	,6%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de paraguaios por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	20,3%	14,0%	10,5%	12,6%	11,2%	26,6%	4,2%	,7%	100,0%
1996	24,0%	13,6%	6,4%	11,2%	11,2%	23,2%	8,8%	1,6%	100,0%
1997	20,0%	13,8%	11,0%	15,2%	10,3%	21,4%	6,9%	1,4%	100,0%
1998	15,9%	12,4%	14,1%	15,3%	11,2%	24,1%	5,9%	1,2%	100,0%
1999	14,6%	15,2%	12,6%	16,2%	10,1%	24,2%	5,1%	2,0%	100,0%
2000	12,1%	14,2%	12,5%	13,8%	9,5%	30,6%	5,2%	2,2%	100,0%
2001	14,2%	14,6%	13,1%	16,4%	7,3%	28,1%	4,7%	1,5%	100,0%
2002	16,3%	14,1%	10,6%	18,3%	9,3%	25,3%	5,4%	,6%	100,0%
2003	15,4%	10,1%	18,1%	15,2%	7,2%	25,0%	6,1%	2,9%	100,0%
2004	14,7%	10,4%	15,8%	13,6%	7,1%	26,3%	7,3%	4,8%	100,0%
2005	13,1%	10,4%	14,1%	14,5%	6,1%	28,2%	8,6%	5,0%	100,0%
2006	13,4%	9,1%	12,3%	14,9%	7,0%	26,8%	10,4%	5,9%	100,0%
2007	14,0%	7,2%	12,9%	15,8%	6,9%	28,8%	10,1%	4,3%	100,0%
2008	10,2%	5,2%	13,3%	17,3%	5,5%	34,3%	10,9%	3,3%	100,0%
2009	9,1%	5,0%	12,5%	17,2%	5,1%	37,5%	10,6%	2,9%	100,0%
2010	7,1%	5,0%	10,3%	17,0%	5,1%	39,9%	11,1%	4,6%	100,0%
2011	7,6%	4,7%	9,5%	16,8%	5,0%	41,9%	9,1%	5,3%	100,0%
2012	5,1%	4,3%	9,6%	17,7%	4,6%	42,0%	11,4%	5,3%	100,0%
2013	4,5%	4,1%	9,0%	18,4%	4,1%	42,8%	11,5%	5,6%	100,0%
2014	4,0%	4,2%	9,5%	17,6%	4,1%	43,8%	11,2%	5,7%	100,0%
2015	4,0%	4,1%	9,4%	17,8%	4,2%	43,2%	11,5%	5,8%	100,0%
Total	6,9%	5,4%	10,3%	17,2%	5,0%	39,6%	10,6%	5,0%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de haitianos por classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	100,0%								100,0%
1996	100,0%								100,0%
1997	75,0%	25,0%							100,0%
1998	100,0%								100,0%
1999	50,0%		50,0%						100,0%
2000	40,0%		20,0%		20,0%	20,0%			100,0%
2001	28,6%		28,6%			28,6%	14,3%		100,0%
2002	42,9%		42,9%			14,3%			100,0%
2003	57,1%	14,3%	28,6%						100,0%
2004	55,6%	11,1%	22,2%	11,1%					100,0%
2005	50,0%	12,5%	37,5%						100,0%
2006	40,0%	10,0%	20,0%			30,0%			100,0%
2007	44,4%	11,1%	11,1%	11,1%		22,2%			100,0%
2008	44,4%	11,1%	11,1%	11,1%		22,2%			100,0%

2009	17,6%	11,8%	11,8%	17,6%	5,9%	29,4%	5,9%		100,0%
2010	9,5%	7,1%	4,8%	11,9%	2,4%	57,1%	7,1%		100,0%
2011	1,0%	,9%	5,5%	4,3%	10,7%	50,7%	26,6%	,1%	100,0%
2012	,2%	,8%	6,1%	5,1%	3,6%	58,2%	24,4%	1,5%	100,0%
2013	,2%	,3%	5,1%	4,7%	1,8%	59,8%	27,2%	,9%	100,0%
2014	,2%	,4%	5,1%	6,8%	2,2%	59,8%	24,7%	,8%	100,0%
2015	,2%	,5%	5,2%	7,7%	2,3%	59,4%	23,7%	1,0%	100,0%
Total	,4%	,5%	5,3%	6,2%	2,4%	59,2%	25,1%	,9%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Apêndice 4 - Tabelas de mobilidade segundo a nacionalidade do trabalhador e classificadas conforme o grupo ocupacional EGP.

Tabela 97 – Tabela de mobilidade de portugueses

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	78%	9%	7%	2%	2%	1%	0%	0%	100,0	21,0
II baixo nível	27%	48%	12%	6%	2%	3%	1%	0%	100,0	15,3
IIIa Não-manuais	14%	14%	55%	9%	3%	4%	1%	0%	100,0	18,3
IIIb Serviços, vendas	11%	12%	15%	50%	3%	6%	2%	0%	100,0	17,2
V Supervisores	13%	8%	8%	4%	56%	10%	1%	0%	100,0	7,4
VI Manual qualificado	4%	5%	6%	9%	7%	65%	4%	0%	100,0	16,1
VIIa Não qualificado	7%	9%	21%	15%	5%	11%	31%	1%	100,0	4,2
VIIb Produção primária	7%	5%	0%	10%	7%	16%	9%	47%	100,0	0,5
%	27%	16%	18%	14%	7%	14%	3%	0%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 98 – Tabela de mobilidade de haitianos

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	67%	0%	0%	0%	0%	27%	7%	0%	100,0	0,1
II baixo nível	10%	15%	12%	12%	2%	27%	22%	0%	100,0	0,4
IIIa Não-manuais	1%	1%	27%	8%	2%	40%	21%	1%	100,0	5,1
IIIb Serviços, vendas	0%	2%	5%	44%	1%	33%	14%	0%	100,0	4,5
V Supervisores	0%	0%	4%	8%	19%	46%	22%	1%	100,0	2,5
VI Manual qualificado	0%	0%	4%	5%	2%	70%	17%	1%	100,0	58,2
VIIa Não qualificado	0%	0%	4%	6%	1%	47%	40%	1%	100,0	28,2
VIIb Produção primária	0%	0%	4%	7%	3%	50%	22%	14%	100,0	1,0
%	0%	1%	5%	8%	2%	59%	24%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015



Tabela 99 – Tabela de mobilidade de argentinos

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	80%	9%	6%	2%	2%	1%	0%	0%	100,0	25,7
II baixo nível	27%	47%	14%	5%	3%	3%	1%	0%	100,0	15,0
IIIa Não-manuais	18%	13%	50%	8%	5%	3%	1%	0%	100,0	15,7
IIIb Serviços, vendas	8%	11%	14%	53%	3%	8%	2%	0%	100,0	18,5
V Supervisores	21%	11%	8%	2%	45%	10%	3%	0%	100,0	7,2
VI Manual qualificado	6%	5%	7%	10%	8%	58%	5%	0%	100,0	13,2
VIIa Não qualificado	10%	5%	12%	12%	4%	28%	30%	1%	100,0	4,1
VIIb Produção primária	0%	2%	2%	4%	6%	31%	4%	50%	100,0	0,6
%	32%	15%	16%	14%	7%	12%	3%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 100 – Tabela de mobilidade de bolivianos

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	85%	5%	3%	0%	1%	5%	0%	0%	100,0	15,0
II baixo nível	28%	42%	15%	5%	3%	7%	1%	0%	100,0	5,3
IIIa Não-manuais	15%	12%	49%	9%	4%	8%	3%	0%	100,0	6,8
IIIb Serviços, vendas	7%	9%	11%	54%	4%	11%	4%	0%	100,0	7,8
V Supervisores	13%	6%	4%	4%	51%	21%	2%	0%	100,0	4,1
VI Manual qualificado	1%	1%	1%	2%	2%	91%	2%	0%	100,0	56,3
VIIa Não qualificado	3%	2%	8%	11%	5%	31%	38%	1%	100,0	3,6
VIIb Produção primária	3%	0%	4%	3%	1%	11%	7%	70%	100,0	1,0
%	17%	6%	7%	7%	4%	56%	3%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 101 – Tabela de mobilidade de chilenos

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	69%	12%	9%	2%	5%	1%	1%	0%	100,0	16,6
II baixo nível	26%	41%	18%	7%	4%	3%	1%	0%	100,0	14,4
IIIa Não-manuais	18%	17%	44%	9%	6%	5%	1%	0%	100,0	15,9
IIIb Serviços, vendas	11%	15%	17%	43%	4%	7%	3%	0%	100,0	16,5
V Supervisores	13%	8%	6%	2%	57%	13%	1%	0%	100,0	12,7
VI Manual qualificado	6%	5%	7%	9%	14%	52%	5%	0%	100,0	18,4
VIIa Não qualificado	10%	9%	15%	17%	5%	21%	23%	0%	100,0	5,1
VIIb Produção primária	11%	0%	6%	6%	11%	22%	17%	28%	100,0	0,3
%	23%	15%	17%	13%	13%	15%	3%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 102 –Tabela de mobilidade de paraguaios

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	73%	7%	9%	4%	2%	4%	0%	0%	100,0	4,1
II baixo nível	14%	53%	13%	9%	2%	5%	3%	0%	100,0	3,7
IIIa Não-manuais	5%	9%	54%	12%	3%	9%	5%	2%	100,0	8,9
IIIb Serviços, vendas	3%	4%	10%	63%	2%	13%	5%	1%	100,0	19,0
V Supervisores	4%	4%	5%	6%	47%	26%	5%	3%	100,0	4,0
VI Manual qualificado	0%	1%	3%	6%	3%	79%	6%	2%	100,0	41,7
VIIa Não qualificado	0%	1%	5%	9%	4%	28%	50%	2%	100,0	12,3
VIIb Produção primária	0%	0%	1%	3%	2%	23%	7%	63%	100,0	6,3
%	5%	4%	10%	18%	5%	43%	11%	5%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 103 –Tabela de mobilidade de uruguaios

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	73%	8%	10%	3%	2%	2%	1%	0%	100,0	10,5
II baixo nível	18%	43%	19%	10%	3%	6%	2%	0%	100,0	10,4
IIIa Não-manuais	14%	13%	47%	10%	4%	8%	4%	0%	100,0	14,4
IIIb Serviços, vendas	5%	8%	11%	62%	1%	9%	4%	1%	100,0	25,9
V Supervisores	12%	8%	6%	4%	52%	16%	2%	0%	100,0	6,9
VI Manual qualificado	3%	3%	5%	12%	6%	63%	6%	1%	100,0	22,8
VIIa Não qualificado	3%	4%	8%	18%	4%	25%	37%	1%	100,0	6,5
VIIb Produção primária	1%	1%	4%	2%	2%	14%	2%	74%	100,0	2,5
%	15%	11%	15%	23%	7%	22%	6%	2%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 104 –Tabela de mobilidade de alemães

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	85%	7%	4%	0%	2%	0%	0%	0%	100,0	42,4
II baixo nível	31%	53%	10%	1%	2%	2%	0%	0%	100,0	16,6
IIIa Não-manuais	22%	13%	56%	4%	3%	2%	1%	0%	100,0	15,2
IIIb Serviços, vendas	23%	14%	17%	39%	2%	4%	2%	0%	100,0	7,0
V Supervisores	32%	8%	7%	0%	43%	8%	1%	0%	100,0	8,9
VI Manual qualificado	20%	8%	6%	5%	13%	42%	5%	1%	100,0	7,1
VIIa Não qualificado	36%	5%	9%	2%	5%	13%	29%	0%	100,0	2,4
VIIb Produção primária	0%	13%	0%	0%	0%	13%	13%	63%	100,0	0,3
%	52%	16%	14%	4%	7%	5%	2%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 105 –Tabela de mobilidade de espanhóis

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	82%	8%	5%	1%	2%	0%	0%	0%	100,0	33,9
II baixo nível	28%	50%	15%	5%	1%	1%	0%	0%	100,0	17,4
IIIa Não-manuais	15%	14%	56%	6%	4%	4%	1%	0%	100,0	15,3
IIIb Serviços, vendas	14%	13%	12%	52%	4%	3%	2%	0%	100,0	9,2
V Supervisores	21%	8%	5%	2%	55%	8%	0%	0%	100,0	10,0
VI Manual qualificado	7%	5%	6%	8%	8%	62%	4%	0%	100,0	11,0
VIIa Não qualificado	11%	4%	14%	14%	3%	17%	38%	0%	100,0	3,0
VIIb Produção primária	13%	0%	25%	13%	13%	13%	0%	25%	100,0	0,3
%	39%	16%	16%	9%	8%	10%	2%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 106 –Tabela de mobilidade de estadunidenses

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	85%	7%	5%	0%	2%	0%	0%	0%	100,0	38,2
II baixo nível	23%	59%	14%	1%	2%	1%	0%	0%	100,0	23,3
IIIa Não-manuais	17%	12%	64%	3%	3%	1%	1%	0%	100,0	23,1
IIIb Serviços, vendas	19%	12%	13%	50%	3%	2%	1%	0%	100,0	5,9
V Supervisores	28%	11%	8%	4%	46%	4%	0%	0%	100,0	4,4
VI Manual qualificado	18%	10%	12%	8%	10%	39%	3%	0%	100,0	3,8
VIIa Não qualificado	16%	3%	22%	5%	11%	22%	19%	3%	100,0	1,2
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	33%	0%	0%	0%	67%	100,0	0,1
%	45%	21%	22%	5%	4%	3%	1%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 107 –Tabela de mobilidade de franceses

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	86%	6%	4%	1%	2%	1%	0%	0%	100,0	49,1
II baixo nível	28%	57%	9%	3%	1%	1%	0%	0%	100,0	18,1
IIIa Não-manuais	20%	17%	50%	6%	3%	5%	0%	0%	100,0	12,1
IIIb Serviços, vendas	25%	18%	13%	40%	1%	2%	0%	0%	100,0	6,3
V Supervisores	29%	9%	2%	3%	53%	3%	0%	0%	100,0	7,8
VI Manual qualificado	13%	7%	4%	2%	6%	65%	2%	0%	100,0	5,4
VIIa Não qualificado	38%	7%	7%	3%	7%	7%	28%	3%	100,0	1,1
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	33%	0%	33%	0%	33%	100,0	0,1
%	55%	18%	11%	4%	6%	5%	1%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 108 –Tabela de mobilidade de italianos

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	82%	8%	5%	1%	2%	1%	0%	0%	100,0	30,3
II baixo nível	31%	48%	12%	4%	2%	3%	0%	0%	100,0	17,1
IIIa Não-manuais	17%	13%	58%	4%	2%	5%	1%	0%	100,0	15,7
IIIb Serviços, vendas	10%	13%	12%	57%	2%	5%	1%	0%	100,0	10,7
V Supervisores	18%	9%	5%	3%	55%	9%	1%	0%	100,0	10,0
VI Manual qualificado	7%	7%	8%	5%	10%	60%	3%	0%	100,0	13,1
VIIa Não qualificado	14%	10%	19%	13%	8%	13%	23%	1%	100,0	2,8
VIIb Produção primária	10%	0%	10%	0%	0%	30%	0%	50%	100,0	0,3
%	37%	16%	16%	9%	8%	11%	1%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 109 –Tabela de mobilidade de chineses

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	86%	6%	4%	1%	2%	0%	0%	0%	100,0	28,1
II baixo nível	17%	68%	7%	4%	2%	1%	0%	0%	100,0	15,0
IIIa Não-manuais	16%	11%	62%	4%	3%	2%	1%	0%	100,0	15,9
IIIb Serviços, vendas	5%	7%	6%	75%	1%	7%	0%	0%	100,0	22,0
V Supervisores	15%	6%	4%	1%	72%	1%	0%	0%	100,0	5,4
VI Manual qualificado	6%	6%	4%	8%	4%	70%	1%	1%	100,0	12,1
VIIa Não qualificado	21%	5%	14%	10%	0%	10%	40%	0%	100,0	1,1
VIIb Produção primária	0%	6%	12%	0%	6%	12%	12%	53%	100,0	0,4
%	32%	16%	14%	19%	6%	11%	1%	0%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Tabela 110 –Tabela de mobilidade de japoneses

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	84%	8%	3%	1%	2%	2%	0%	0%	100,0	30,9
II baixo nível	19%	57%	12%	3%	6%	2%	1%	0%	100,0	17,6
IIIa Não-manuais	11%	13%	61%	6%	5%	3%	1%	0%	100,0	17,2
IIIb Serviços, vendas	7%	12%	16%	56%	3%	3%	3%	0%	100,0	11,2
V Supervisores	15%	9%	8%	3%	55%	8%	1%	0%	100,0	8,7
VI Manual qualificado	5%	9%	4%	8%	8%	64%	2%	0%	100,0	10,9
VIIa Não qualificado	3%	5%	19%	7%	8%	20%	37%	0%	100,0	2,1
VIIb Produção primária	10%	2%	7%	2%	0%	10%	5%	63%	100,0	1,4
%	34%	18%	17%	9%	9%	10%	2%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015

Apêndice 5 – Tabela de mobilidade, calculada por meio do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo a nacionalidade e grupo ocupacional

Tabela de mobilidade dos argentinos calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	63%	9%	28%	100%
II Profissionais, baixo nível	45%	26%	29%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	40%	41%	19%	100%
IIIb Serviços e vendas	38%	36%	25%	100%
V Supervisores do trabalho manual	30%	45%	25%	100%
VI Trab. manual qualificado	42%	43%	15%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	25%	70%	5%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	54%	46%		100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos chilenos calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	53%	10%	37%	100%
II Profissionais, baixo nível	37%	28%	35%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	33%	44%	23%	100%
IIIb Serviços e vendas	32%	42%	26%	100%
V Supervisores do trabalho manual	36%	39%	25%	100%
VI Trab. manual qualificado	36%	47%	17%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	15%	77%	7%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	22%	61%	17%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos bolivianos calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	78%	4%	18%	100%
II Profissionais, baixo nível	38%	32%	30%	100%

IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	42%	36%	22%	100%
IIIb Serviços e vendas	43%	33%	24%	100%
V Supervisores do trabalho manual	41%	32%	26%	100%
VI Trab. manual qualificado	64%	23%	13%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	35%	61%	4%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	67%	29%	4%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos uruguaios calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	59%	6%	35%	100%
II Profissionais, baixo nível	39%	21%	39%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	37%	36%	26%	100%
IIIb Serviços e vendas	51%	26%	22%	100%
V Supervisores do trabalho manual	41%	33%	26%	100%
VI Trab. manual qualificado	44%	37%	19%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	29%	63%	8%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	73%	23%	4%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos chineses calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	77%	6%	18%	100%
II Profissionais, baixo nível	65%	18%	18%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	60%	30%	10%	100%
IIIb Serviços e vendas	67%	20%	13%	100%
V Supervisores do trabalho manual	63%	28%	8%	100%
VI Trab. manual qualificado	65%	29%	6%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	40%	60%		100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	53%	35%	12%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos portugueses calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	62%	9%	29%	100%
II Profissionais, baixo nível	48%	24%	28%	100%

IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	47%	35%	18%	100%
IIIb Serviços e vendas	41%	37%	23%	100%
V Supervisores do trabalho manual	42%	39%	19%	100%
VI Trab. manual qualificado	49%	37%	14%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	26%	71%	3%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	43%	47%	10%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos japoneses calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	74%	7%	20%	100%
II Profissionais, baixo nível	59%	16%	26%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	56%	31%	13%	100%
IIIb Serviços e vendas	48%	36%	16%	100%
V Supervisores do trabalho manual	37%	46%	18%	100%
VI Trab. manual qualificado	52%	39%	9%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	32%	66%	2%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	59%	32%	10%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos italianos calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	66%	10%	24%	100%
II Profissionais, baixo nível	47%	28%	25%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	48%	36%	16%	100%
IIIb Serviços e vendas	47%	38%	16%	100%
V Supervisores do trabalho manual	39%	42%	19%	100%
VI Trab. manual qualificado	49%	39%	12%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	19%	76%	4%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	40%	50%	10%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos franceses calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	68%	10%	22%	100%
II Profissionais, baixo nível	57%	23%	19%	100%

IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	44%	40%	16%	100%
IIIb Serviços e vendas	31%	50%	19%	100%
V Supervisores do trabalho manual	44%	45%	10%	100%
VI Trab. manual qualificado	55%	39%	6%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	28%	66%	7%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	33%	67%		100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos estadunidenses calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	73%	7%	20%	100%
II Profissionais, baixo nível	58%	21%	21%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	54%	36%	11%	100%
IIIb Serviços e vendas	39%	44%	17%	100%
V Supervisores do trabalho manual	40%	50%	11%	100%
VI Trab. manual qualificado	30%	63%	8%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	19%	78%	3%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	67%	33%		100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos alemães calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	67%	9%	23%	100%
II Profissionais, baixo nível	56%	26%	18%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	47%	41%	12%	100%
IIIb Serviços e vendas	31%	52%	18%	100%
V Supervisores do trabalho manual	31%	53%	16%	100%
VI Trab. manual qualificado	30%	54%	16%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	25%	73%	2%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	63%	13%	25%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade dos espanhóis calculada por meio da subtração do ISEI do último emprego pelo ISEI do primeiro emprego, segundo o grupo ocupacional

Grupos ocupacionais	Imobilidade	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Total
I Profissionais de alto nível	65%	9%	26%	100%



II Profissionais, baixo nível	52%	25%	23%	100%
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	45%	36%	19%	100%
IIIb Serviços e vendas	37%	42%	20%	100%
V Supervisores do trabalho manual	44%	41%	15%	100%
VI Trab. manual qualificado	43%	40%	17%	100%
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	36%	61%	3%	100%
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	25%	75%		100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Apêndice 6 - Distribuição dos vínculos, entre 1995 a 2015, separados por região do país

Distribuição dos vínculos dos portugueses por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	90%	1%	3%	2%	4%	100,0%
1996	90%	1%	3%	2%	4%	100,0%
1997	90%	1%	3%	2%	4%	100,0%
1998	90%	1%	3%	2%	4%	100,0%
1999	89%	1%	4%	2%	5%	100,0%
2000	88%	1%	3%	2%	5%	100,0%
2001	89%	1%	3%	2%	5%	100,0%
2002	89%	1%	3%	2%	5%	100,0%
2003	87%	1%	4%	2%	5%	100,0%
2004	87%	1%	4%	3%	5%	100,0%
2005	87%	1%	4%	3%	5%	100,0%
2006	87%	1%	4%	3%	5%	100,0%
2007	87%	1%	4%	3%	6%	100,0%
2008	86%	1%	4%	3%	6%	100,0%
2009	87%	1%	4%	2%	6%	100,0%
2010	86%	1%	5%	3%	6%	100,0%
2011	87%	1%	5%	3%	3%	100,0%
2012	84%	1%	4%	4%	7%	100,0%
2013	81%	1%	6%	4%	8%	100,0%
2014	77%	1%	8%	5%	10%	100,0%
2015	80%	1%	6%	4%	8%	100,0%
Total	86%	1%	5%	3%	6%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição dos vínculos dos chineses por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	82%	1%	4%	3%	10%	100%
1996	78%	1%	5%	2%	13%	100%
1997	80%	1%	8%	2%	10%	100%
1998	83%	1%	4%	2%	10%	100%
1999	83%	2%	5%	2%	8%	100%
2000	80%	1%	6%	2%	12%	100%
2001	84%	0%	4%	1%	10%	100%
2002	84%	1%	4%	1%	11%	100%
2003	80%	1%	5%	2%	12%	100%
2004	79%	2%	5%	2%	12%	100%
2005	83%	1%	5%	2%	10%	100%
2006	79%	3%	6%	1%	11%	100%
2007	77%	3%	6%	1%	13%	100%
2008	77%	4%	5%	1%	13%	100%
2009	79%	3%	7%	1%	11%	100%
2010	79%	3%	6%	1%	11%	100%
2011	87%	3%	4%	1%	4%	100%
2012	85%	3%	2%	1%	8%	100%
2013	84%	3%	4%	2%	8%	100%
2014	83%	3%	4%	2%	8%	100%
2015	83%	3%	4%	1%	9%	100%
Total	83%	3%	4%	1%	9%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição dos vínculos dos japoneses por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	86%	4%	1%	2%	7%	100%
1996	85%	5%	2%	1%	7%	100%
1997	86%	5%	2%	1%	6%	100%
1998	88%	4%	2%	1%	6%	100%
1999	87%	4%	2%	0%	7%	100%
2000	84%	5%	2%	1%	8%	100%
2001	84%	4%	2%	1%	9%	100%
2002	83%	5%	2%	2%	8%	100%
2003	83%	6%	2%	2%	8%	100%
2004	83%	6%	2%	2%	7%	100%
2005	81%	7%	2%	2%	7%	100%
2006	81%	7%	2%	2%	8%	100%
2007	81%	7%	2%	3%	7%	100%
2008	81%	8%	2%	3%	7%	100%
2009	81%	8%	2%	2%	8%	100%
2010	80%	8%	2%	2%	8%	100%
2011	83%	8%	2%	3%	3%	100%
2012	81%	7%	1%	3%	9%	100%
2013	80%	7%	2%	3%	8%	100%
2014	79%	7%	2%	3%	9%	100%
2015	80%	7%	2%	3%	9%	100%
Total	82%	7%	2%	2%	7%	100%

Distribuição dos vínculos dos italianos por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	89%	1%	4%	2%	4%	100%
1996	89%	1%	3%	2%	5%	100%
1997	88%	1%	3%	2%	6%	100%
1998	88%	1%	4%	2%	5%	100%
1999	87%	1%	5%	2%	5%	100%
2000	88%	1%	4%	2%	5%	100%
2001	87%	2%	4%	2%	5%	100%
2002	85%	2%	5%	3%	6%	100%
2003	81%	2%	6%	3%	8%	100%
2004	82%	2%	5%	3%	8%	100%
2005	82%	2%	6%	3%	7%	100%
2006	81%	2%	6%	3%	7%	100%
2007	82%	2%	6%	3%	8%	100%
2008	81%	2%	5%	3%	9%	100%
2009	81%	1%	7%	2%	9%	100%
2010	81%	1%	7%	3%	9%	100%
2011	82%	1%	8%	3%	6%	100%
2012	80%	1%	5%	3%	10%	100%
2013	76%	1%	9%	3%	11%	100%
2014	72%	1%	11%	4%	12%	100%
2015	75%	1%	10%	3%	11%	100%
Total	81%	1%	7%	3%	8%	100%

Distribuição dos vínculos dos franceses por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	82%	3%	7%	1%	7%	100%

1996	80%	4%	5%	4%	7%	100%
1997	81%	3%	5%	3%	8%	100%
1998	79%	3%	8%	3%	8%	100%
1999	79%	3%	7%	2%	9%	100%
2000	74%	3%	9%	3%	12%	100%
2001	77%	2%	7%	3%	11%	100%
2002	77%	2%	7%	3%	11%	100%
2003	74%	5%	8%	3%	10%	100%
2004	76%	3%	8%	3%	10%	100%
2005	76%	4%	8%	3%	9%	100%
2006	74%	4%	9%	3%	11%	100%
2007	74%	4%	8%	4%	11%	100%
2008	77%	3%	7%	4%	9%	100%
2009	78%	3%	8%	3%	9%	100%
2010	79%	3%	6%	3%	9%	100%
2011	84%	3%	6%	4%	4%	100%
2012	82%	3%	3%	3%	9%	100%
2013	82%	3%	4%	3%	8%	100%
2014	81%	3%	5%	3%	8%	100%
2015	81%	2%	5%	3%	8%	100%
Total	80%	3%	6%	3%	8%	100%

#### Distribuição dos vínculos dos estadunidenses por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	79%	3%	9%	5%	4%	100%
1996	81%	1%	11%	4%	4%	100%
1997	80%	3%	9%	4%	5%	100%
1998	78%	3%	9%	4%	5%	100%
1999	79%	2%	11%	3%	5%	100%
2000	79%	2%	10%	4%	4%	100%
2001	77%	2%	9%	6%	6%	100%
2002	75%	3%	10%	5%	7%	100%
2003	69%	4%	11%	8%	8%	100%
2004	70%	4%	10%	8%	8%	100%
2005	71%	4%	9%	7%	8%	100%
2006	71%	4%	10%	7%	8%	100%
2007	73%	4%	10%	7%	7%	100%
2008	77%	4%	8%	5%	7%	100%
2009	78%	3%	7%	5%	7%	100%
2010	79%	3%	6%	5%	7%	100%
2011	80%	2%	6%	6%	6%	100%
2012	80%	2%	4%	6%	8%	100%
2013	77%	2%	7%	6%	8%	100%
2014	76%	2%	8%	6%	9%	100%
2015	76%	1%	8%	6%	9%	100%
Total	77%	2%	7%	6%	7%	100%

#### Distribuição dos vínculos dos espanhóis por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	91%	1%	3%	1%	4%	100%
1996	90%	1%	3%	2%	5%	100%
1997	90%	1%	3%	2%	4%	100%
1998	90%	1%	3%	1%	4%	100%
1999	88%	1%	4%	1%	5%	100%
2000	87%	1%	5%	2%	6%	100%

2001	88%	1%	5%	2%	5%	100%
2002	87%	1%	5%	2%	5%	100%
2003	85%	2%	4%	2%	6%	100%
2004	84%	2%	5%	2%	6%	100%
2005	83%	2%	6%	3%	6%	100%
2006	84%	2%	6%	2%	7%	100%
2007	84%	2%	6%	2%	7%	100%
2008	83%	2%	6%	2%	7%	100%
2009	82%	1%	6%	2%	8%	100%
2010	81%	2%	7%	3%	7%	100%
2011	84%	2%	7%	3%	4%	100%
2012	81%	1%	5%	4%	9%	100%
2013	77%	1%	9%	4%	9%	100%
2014	73%	2%	11%	4%	10%	100%
2015	76%	1%	10%	4%	9%	100%
Total	82%	2%	7%	3%	7%	100%

#### Distribuição dos vínculos dos alemães por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	82%	3%	3%	3%	10%	100%
1996	82%	2%	3%	2%	10%	100%
1997	80%	2%	3%	3%	12%	100%
1998	81%	1%	4%	2%	12%	100%
1999	77%	2%	5%	3%	14%	100%
2000	75%	2%	5%	3%	15%	100%
2001	77%	1%	5%	3%	14%	100%
2002	76%	1%	5%	3%	15%	100%
2003	74%	2%	6%	3%	15%	100%
2004	73%	1%	7%	2%	16%	100%
2005	73%	3%	7%	2%	15%	100%
2006	72%	3%	7%	2%	16%	100%
2007	74%	2%	6%	2%	16%	100%
2008	74%	2%	6%	2%	16%	100%
2009	74%	2%	6%	2%	16%	100%
2010	73%	2%	6%	2%	17%	100%
2011	78%	2%	6%	2%	12%	100%
2012	74%	2%	4%	2%	18%	100%
2013	73%	2%	6%	3%	17%	100%
2014	72%	1%	6%	3%	18%	100%
2015	71%	1%	6%	2%	19%	100%
Total	74%	2%	6%	2%	16%	100%

#### Distribuição dos vínculos dos chilenos por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	87%	0%	3%	2%	8%	100%
1996	86%	1%	3%	2%	9%	100%
1997	86%	1%	3%	2%	9%	100%
1998	85%	1%	3%	2%	10%	100%
1999	84%	1%	3%	2%	11%	100%
2000	83%	1%	3%	2%	12%	100%
2001	82%	1%	3%	2%	12%	100%
2002	81%	1%	3%	2%	13%	100%
2003	79%	1%	4%	2%	14%	100%
2004	79%	1%	4%	2%	14%	100%
2005	80%	1%	4%	2%	13%	100%

2006	80%	1%	4%	2%	13%	100%
2007	79%	1%	4%	2%	14%	100%
2008	79%	1%	4%	1%	14%	100%
2009	80%	1%	4%	1%	14%	100%
2010	79%	1%	4%	2%	14%	100%
2011	83%	1%	4%	2%	9%	100%
2012	80%	1%	3%	2%	14%	100%
2013	78%	1%	4%	2%	14%	100%
2014	78%	1%	4%	2%	15%	100%
2015	77%	1%	4%	2%	16%	100%
Total	80%	1%	4%	2%	13%	100%

Distribuição dos vínculos dos bolivianos por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	77%	5%	6%	3%	8%	100%
1996	78%	5%	6%	4%	7%	100%
1997	79%	4%	6%	5%	6%	100%
1998	77%	6%	4%	4%	9%	100%
1999	76%	6%	5%	5%	9%	100%
2000	81%	5%	3%	4%	8%	100%
2001	82%	4%	3%	4%	7%	100%
2002	79%	6%	3%	5%	7%	100%
2003	75%	8%	4%	6%	8%	100%
2004	76%	8%	4%	5%	7%	100%
2005	77%	7%	4%	5%	7%	100%
2006	78%	7%	3%	5%	7%	100%
2007	79%	7%	2%	5%	7%	100%
2008	81%	6%	3%	5%	6%	100%
2009	82%	6%	2%	3%	6%	100%
2010	81%	7%	2%	5%	5%	100%
2011	85%	6%	2%	5%	3%	100%
2012	86%	5%	1%	4%	4%	100%
2013	86%	4%	2%	5%	3%	100%
2014	86%	5%	2%	5%	3%	100%
2015	85%	4%	2%	5%	4%	100%
Total	83%	5%	2%	5%	5%	100%

Distribuição dos vínculos dos argentinos por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	75%	3%	4%	2%	16%	100%
1996	74%	3%	4%	2%	17%	100%
1997	73%	3%	4%	1%	19%	100%
1998	73%	2%	4%	1%	20%	100%
1999	70%	2%	4%	1%	23%	100%
2000	66%	2%	4%	1%	26%	100%
2001	68%	2%	4%	1%	24%	100%
2002	68%	2%	5%	1%	24%	100%
2003	66%	2%	6%	2%	25%	100%
2004	65%	2%	5%	2%	25%	100%
2005	64%	2%	5%	2%	26%	100%
2006	65%	2%	5%	2%	26%	100%
2007	64%	2%	5%	3%	26%	100%
2008	63%	1%	5%	3%	27%	100%
2009	64%	1%	5%	2%	27%	100%
2010	62%	1%	5%	3%	29%	100%

2011	66%	1%	6%	3%	23%	100%
2012	62%	1%	3%	3%	31%	100%
2013	59%	1%	6%	3%	31%	100%
2014	58%	1%	6%	3%	32%	100%
2015	58%	1%	6%	3%	33%	100%
Total	63%	1%	5%	2%	28%	100%

Distribuição dos vínculos dos uruguaiois por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	45%	1%	2%	1%	51%	100%
1996	44%	1%	2%	1%	52%	100%
1997	45%	1%	2%	1%	51%	100%
1998	48%	1%	3%	1%	48%	100%
1999	47%	1%	3%	2%	47%	100%
2000	46%	1%	3%	2%	48%	100%
2001	46%	1%	3%	1%	49%	100%
2002	45%	1%	3%	2%	49%	100%
2003	42%	1%	3%	3%	52%	100%
2004	41%	0%	3%	2%	53%	100%
2005	40%	1%	3%	2%	54%	100%
2006	40%	1%	3%	2%	54%	100%
2007	39%	1%	3%	2%	55%	100%
2008	37%	1%	3%	2%	58%	100%
2009	34%	0%	3%	2%	61%	100%
2010	33%	1%	3%	2%	61%	100%
2011	34%	1%	3%	2%	60%	100%
2012	32%	1%	2%	2%	63%	100%
2013	30%	1%	3%	2%	65%	100%
2014	28%	1%	3%	2%	66%	100%
2015	29%	1%	3%	2%	66%	100%
Total	35%	1%	3%	2%	59%	100%

Distribuição dos vínculos dos paraguaiois por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995	51%	1%	2%	15%	31%	100%
1996	55%	1%	1%	14%	29%	100%
1997	55%	2%		12%	30%	100%
1998	52%	2%	2%	13%	31%	100%
1999	50%	2%	4%	11%	33%	100%
2000	48%	1%	4%	13%	34%	100%
2001	49%	1%	3%	8%	40%	100%
2002	47%	2%	3%	12%	37%	100%
2003	43%	2%	3%	13%	38%	100%
2004	42%	2%	3%	15%	39%	100%
2005	41%	2%	2%	15%	39%	100%
2006	39%	2%	2%	18%	39%	100%
2007	40%	1%	2%	14%	42%	100%
2008	35%	1%	2%	16%	46%	100%
2009	39%	1%	2%	5%	53%	100%
2010	35%	1%	1%	17%	45%	100%
2011	47%	2%	2%	23%	26%	100%
2012	32%	1%	1%	17%	49%	100%
2013	30%	1%	1%	16%	52%	100%
2014	29%	1%	1%	15%	54%	100%
2015	29%	1%	1%	15%	54%	100%

Total | 34% | 1% | 1% | 16% | 47% | 100%

Distribuição dos vínculos dos haitianos por região do país – 1995 a 2015

Ano	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
1995					100%	100%
1996					100%	100%
1997	50%				50%	100%
1998					100%	100%
1999					100%	100%
2000	60%				40%	100%
2001	71%				29%	100%
2002	57%			14%	29%	100%
2003	43%		14%	14%	29%	100%
2004	56%		11%		33%	100%
2005	50%		13%		38%	100%
2006	50%		10%		40%	100%
2007	44%		11%		44%	100%
2008	44%				56%	100%
2009	41%	12%	6%		41%	100%
2010	26%	45%	2%	2%	24%	100%
2011	7%	88%	0%		5%	100%
2012	23%	28%	0%	4%	45%	100%
2013	27%	10%	1%	10%	53%	100%
2014	26%	7%	0%	8%	59%	100%
2015	27%	5%	0%	8%	61%	100%
Total	26%	11%	0%	8%	55%	100%



Apêndice 7 - Distribuição dos estrangeiros por região do Brasil, segundo a classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Distribuição dos estrangeiros no Sudeste do Brasil, segundo a classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	22%	16%	16%	14%	13%	14%	4%	0%	100%
1996	22%	16%	17%	14%	13%	14%	4%	0%	100%
1997	22%	17%	16%	13%	13%	14%	4%	0%	100%
1998	22%	18%	16%	14%	12%	14%	4%	0%	100%
1999	22%	18%	16%	14%	12%	14%	4%	0%	100%
2000	20%	19%	16%	14%	10%	16%	5%	0%	100%
2001	22%	18%	16%	13%	11%	16%	5%	0%	100%
2002	22%	18%	15%	13%	11%	16%	4%	0%	100%
2003	29%	16%	21%	10%	9%	12%	2%	0%	100%
2004	29%	17%	20%	10%	9%	12%	2%	0%	100%
2005	29%	16%	20%	10%	9%	13%	2%	0%	100%
2006	30%	16%	20%	10%	9%	13%	2%	0%	100%
2007	30%	16%	20%	10%	8%	13%	2%	0%	100%
2008	31%	16%	19%	10%	8%	14%	2%	0%	100%
2009	32%	16%	18%	10%	8%	14%	2%	0%	100%
2010	32%	15%	17%	10%	8%	15%	2%	0%	100%
2011	31%	15%	16%	11%	7%	17%	2%	0%	100%
2012	31%	14%	15%	11%	7%	19%	2%	0%	100%
2013	29%	14%	14%	10%	7%	23%	3%	0%	100%
2014	30%	13%	13%	10%	6%	24%	4%	0%	100%
2015	29%	13%	13%	11%	7%	23%	4%	0%	100%
Total	29%	15%	16%	11%	8%	17%	3%	0%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição dos estrangeiros no Norte do Brasil, segundo a classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	27%	23%	18%	11%	11%	7%	3%	1%	100%
1996	31%	14%	18%	14%	9%	11%	3%	1%	100%
1997	28%	21%	20%	6%	12%	10%	2%		100%
1998	27%	20%	20%	6%	13%	12%	3%		100%
1999	29%	20%	20%	6%	9%	13%	3%		100%
2000	17%	32%	20%	7%	7%	15%	1%	1%	100%
2001	17%	29%	20%	9%	7%	16%	1%	1%	100%
2002	30%	21%	17%	9%	10%	12%	1%	0%	100%
2003	32%	22%	27%	5%	6%	6%	1%	1%	100%
2004	35%	21%	21%	6%	7%	7%	1%	2%	100%
2005	35%	20%	25%	6%	5%	6%	1%	1%	100%

2006	35%	20%	26%	5%	6%	6%	1%	1%	100%
2007	35%	19%	22%	6%	9%	7%	1%	1%	100%
2008	36%	18%	22%	6%	9%	7%	1%	1%	100%
2009	34%	21%	15%	7%	10%	9%	3%	2%	100%
2010	31%	19%	15%	5%	10%	13%	3%	2%	100%
2011	19%	11%	11%	6%	11%	29%	13%	1%	100%
2012	16%	8%	12%	7%	12%	32%	11%	1%	100%
2013	16%	8%	13%	6%	11%	31%	15%	1%	100%
2014	14%	8%	12%	6%	11%	36%	11%	1%	100%
2015	19%	10%	11%	8%	10%	32%	10%	1%	100%
Total	22%	13%	15%	6%	10%	23%	8%	1%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição dos estrangeiros no Nordeste do Brasil, segundo a classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	27%	23%	18%	11%	11%	7%	3%	1%	100%
1996	31%	14%	18%	14%	9%	11%	3%	1%	100%
1997	28%	21%	20%	6%	12%	10%	2%		100%
1998	27%	20%	20%	6%	13%	12%	3%		100%
1999	29%	20%	20%	6%	9%	13%	3%		100%
2000	17%	32%	20%	7%	7%	15%	1%	1%	100%
2001	17%	29%	20%	9%	7%	16%	1%	1%	100%
2002	30%	21%	17%	9%	10%	12%	1%	0%	100%
2003	32%	22%	27%	5%	6%	6%	1%	1%	100%
2004	35%	21%	21%	6%	7%	7%	1%	2%	100%
2005	35%	20%	25%	6%	5%	6%	1%	1%	100%
2006	35%	20%	26%	5%	6%	6%	1%	1%	100%
2007	35%	19%	22%	6%	9%	7%	1%	1%	100%
2008	36%	18%	22%	6%	9%	7%	1%	1%	100%
2009	34%	21%	15%	7%	10%	9%	3%	2%	100%
2010	31%	19%	15%	5%	10%	13%	3%	2%	100%
2011	19%	11%	11%	6%	11%	29%	13%	1%	100%
2012	16%	8%	12%	7%	12%	32%	11%	1%	100%
2013	16%	8%	13%	6%	11%	31%	15%	1%	100%
2014	14%	8%	12%	6%	11%	36%	11%	1%	100%
2015	19%	10%	11%	8%	10%	32%	10%	1%	100%
Total	22%	13%	15%	6%	10%	23%	8%	1%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição dos estrangeiros no Centro Oeste do Brasil, segundo a classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	29%	20%	17%	9%	8%	14%	4%	1%	100%
1996	30%	22%	16%	9%	7%	12%	4%		100%
1997	29%	19%	19%	9%	5%	15%	4%		100%
1998	27%	20%	22%	7%	7%	12%	4%		100%

1999	26%	21%	18%	9%	9%	12%	3%	1%	100%
2000	22%	24%	17%	10%	5%	16%	5%	1%	100%
2001	22%	22%	20%	11%	5%	14%	6%	1%	100%
2002	23%	22%	16%	12%	6%	14%	6%	1%	100%
2003	23%	17%	30%	10%	5%	10%	3%	2%	100%
2004	23%	16%	28%	9%	5%	11%	4%	3%	100%
2005	25%	14%	30%	10%	5%	9%	3%	3%	100%
2006	25%	13%	29%	8%	5%	10%	4%	5%	100%
2007	25%	14%	31%	8%	5%	11%	3%	4%	100%
2008	22%	13%	28%	11%	5%	15%	3%	4%	100%
2009	24%	15%	33%	9%	5%	10%	2%	2%	100%
2010	17%	11%	25%	12%	6%	18%	5%	6%	100%
2011	18%	12%	22%	12%	5%	19%	5%	7%	100%
2012	15%	10%	21%	12%	5%	24%	6%	7%	100%
2013	11%	7%	15%	10%	4%	29%	18%	6%	100%
2014	11%	7%	14%	12%	5%	31%	14%	6%	100%
2015	11%	7%	13%	12%	6%	31%	14%	7%	100%
Total	16%	11%	20%	11%	5%	22%	9%	5%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição dos estrangeiros no Sul do Brasil, segundo a classificação ocupacional EGP – 1995 a 2015

Ano	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total
1995	19%	14%	19%	13%	11%	18%	4%	2%	100%
1996	20%	15%	16%	14%	10%	18%	5%	2%	100%
1997	23%	15%	14%	15%	10%	17%	5%	2%	100%
1998	23%	15%	15%	13%	9%	19%	4%	2%	100%
1999	22%	15%	16%	14%	11%	17%	4%	2%	100%
2000	21%	16%	15%	14%	10%	19%	4%	2%	100%
2001	22%	15%	15%	15%	10%	18%	4%	2%	100%
2002	20%	17%	14%	16%	10%	18%	4%	1%	100%
2003	22%	14%	20%	16%	8%	14%	4%	2%	100%
2004	23%	13%	19%	15%	8%	16%	4%	2%	100%
2005	21%	13%	19%	16%	8%	16%	5%	2%	100%
2006	22%	13%	19%	17%	7%	16%	6%	1%	100%
2007	22%	13%	18%	18%	7%	16%	5%	2%	100%
2008	19%	12%	17%	18%	7%	19%	6%	1%	100%
2009	18%	11%	16%	20%	7%	20%	6%	2%	100%
2010	18%	11%	15%	20%	7%	22%	6%	2%	100%
2011	16%	10%	14%	22%	6%	23%	7%	2%	100%
2012	14%	9%	12%	18%	6%	28%	11%	2%	100%
2013	9%	6%	11%	16%	4%	37%	15%	2%	100%
2014	8%	6%	10%	15%	4%	40%	15%	2%	100%
2015	8%	6%	10%	15%	4%	41%	15%	2%	100%
Total	14%	9%	13%	17%	6%	29%	10%	2%	100%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Apêndice 8 - Tabelas de mobilidade para estrangeiros segundo a região do país

Tabela de mobilidade para estrangeiros na região Sul do Brasil

Grupo ocupacional	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total	% distribuição
I Profissionais de alto nível	78%	9%	7%	3%	2%	2%	0%	0%	100,0	8,2
II Profissionais, baixo nível	20%	47%	14%	9%	3%	5%	2%	0%	100,0	6,3
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	9%	10%	47%	12%	4%	13%	6%	0%	100,0	10,5
IIIb Serviços e vendas	4%	6%	10%	59%	2%	13%	5%	0%	100,0	16,8
V Supervisores do trabalho manual	10%	8%	5%	4%	40%	26%	6%	1%	100,0	4,8
VI Trab. manual qualificado	1%	1%	4%	7%	3%	69%	13%	1%	100,0	35,6
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	1%	1%	5%	8%	2%	41%	40%	1%	100,0	15,8
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	1%	0%	3%	4%	3%	26%	10%	54%	100,0	2,0
% distribuição	10%	7%	11%	16%	5%	37%	13%	2%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para estrangeiros na região Sudeste do Brasil

Grupo ocupacional	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total	% distribuição
I Profissionais de alto nível	83%	8%	5%	1%	2%	1%	0%	0%	100,0	24,6
II Profissionais, baixo nível	27%	51%	13%	4%	2%	2%	1%	0%	100,0	13,7
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	17%	14%	53%	6%	3%	4%	2%	0%	100,0	14,2
IIIb Serviços e vendas	10%	11%	13%	53%	3%	7%	2%	0%	100,0	12,8
V Supervisores do trabalho manual	18%	8%	7%	3%	54%	10%	1%	0%	100,0	7,3
VI Trab. manual qualificado	3%	3%	4%	5%	5%	74%	5%	0%	100,0	22,8
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	8%	5%	12%	12%	4%	26%	32%	1%	100,0	4,3
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	4%	3%	6%	9%	3%	26%	9%	40%	100,0	0,4
% distribuição	30%	14%	14%	11%	7%	21%	3%	0%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para estrangeiros na região Centro Oeste do Brasil

Grupo ocupacional	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total	% distribuição
I Profissionais de alto nível	73%	8%	12%	2%	3%	1%	0%	0%	100,0	11,2
II Profissionais, baixo nível	20%	44%	23%	7%	2%	2%	1%	0%	100,0	8,1
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	12%	10%	58%	6%	3%	7%	4%	1%	100,0	15,8
IIIb Serviços e vendas	6%	7%	12%	58%	3%	8%	5%	1%	100,0	12,5
V Supervisores do trabalho manual	9%	8%	5%	5%	51%	18%	4%	1%	100,0	4,6
VI Trab. manual qualificado	1%	2%	3%	4%	6%	71%	10%	3%	100,0	28,1
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	1%	1%	5%	7%	2%	32%	51%	1%	100,0	12,6
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	1%	0%	2%	2%	2%	18%	5%	70%	100,0	7,1
% distribuição	13%	8%	16%	11%	6%	28%	11%	6%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para estrangeiros na região Nordeste do Brasil

Grupo ocupacional	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total	% distribuição
I Profissionais de alto nível	75%	9%	10%	1%	3%	1%	0%	0%	100,0	27,1
II Profissionais, baixo nível	24%	51%	15%	4%	3%	2%	0%	0%	100,0	17,6
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	16%	11%	56%	6%	7%	4%	1%	0%	100,0	18,8
IIIb Serviços e vendas	11%	13%	12%	56%	3%	5%	0%	0%	100,0	13,6
V Supervisores do trabalho manual	17%	9%	8%	4%	56%	5%	0%	1%	100,0	7,9
VI Trab. manual qualificado	6%	5%	6%	7%	8%	67%	2%	0%	100,0	12,6
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	15%	10%	13%	8%	8%	10%	33%	2%	100,0	1,5
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	7%	7%	3%	0%	10%	20%	3%	50%	100,0	0,9
% distribuição	31%	17%	19%	11%	9%	11%	1%	1%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para estrangeiros na região Norte do Brasil

Grupo ocupacional	I Profissionais de alto nível	II Profissionais, baixo nível	IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	IIIb Serviços e vendas	V Supervisores do trabalho manual	VI Trab. manual qualificado	VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	Total	% distribuição
I Profissionais de alto nível	76%	9%	5%	1%	7%	3%	0%	0%	100,0	19,4
II Profissionais, baixo nível	21%	48%	13%	1%	10%	7%	1%	0%	100,0	13,2
IIIa Não-manuais de rotina, grau superior	11%	12%	55%	6%	4%	6%	5%	0%	100,0	12,2
IIIb Serviços e vendas	9%	13%	14%	49%	2%	7%	5%	1%	100,0	7,9
V Supervisores do trabalho manual	12%	4%	4%	2%	58%	16%	4%	0%	100,0	8,7
VI Trab. manual qualificado	2%	2%	5%	4%	8%	69%	8%	1%	100,0	27,3
VIIa Trab. manuais semi-qualificados e não qualificados	2%	2%	7%	7%	3%	31%	46%	2%	100,0	10,0
VIIb Trab. agrícolas e outros na produção primária	4%	0%	0%	0%	4%	8%	8%	76%	100,0	1,3
% distribuição	21%	12%	13%	7%	11%	26%	9%	1%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.



Apêndice 9 – Distribuição das ocupações com maiores percentuais de vínculos segundo o sexo e nacionalidade do trabalhador

Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Argentina

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Gerente administrativo	1.527	4,0
Gerente de produção e operações	865	2,2
Vendedor de comércio varejista	853	2,2
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Vendedor de comércio varejista	1.186	6,9
Assistente administrativo	977	5,7
Auxiliar de escritório	776	4,5
Gerente administrativo	446	2,6
Instrutor de cursos livres	417	2,4
Recepcionista, em geral	413	2,4
Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	357	2,1

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Bolívia

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Costureiro na confecção em série	4.191	15,2
Costureiro, a máquina na confecção em série	2.121	7,7
Médico clínico	2.520	9,1
Costureira de peças sob encomenda	854	3,1
Modelista de roupas	778	2,8
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Costureiro na confecção em série	2.127	18,4
Costureiro, a máquina na confecção em série	965	8,3
Médico clínico	727	6,3
Costureira de peças sob encomenda	369	3,2
Auxiliar de escritório	358	3,1
Vendedor de comércio varejista	287	2,5
Assistente administrativo	262	2,3

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Chile

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Vendedor de comércio varejista	1.012	2,9
Auxiliar de escritório	756	2,2
Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	729	2,1
Assistente administrativo	701	2,0
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Assistente administrativo	1.029	6,5
Auxiliar de escritório	959	6,0
Vendedor de comércio varejista	780	4,9
Recepcionista, em geral	330	2,1

Enfermeira	317	2,0
Auxiliar de enfermagem	312	2,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Paraguai

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Costureiro na confecção em série	710	4,0
Alimentador de linha de produção	579	3,3
Vendedor de comércio varejista	529	3,0
Pedreiro	498	2,8
Costureiro, a máquina na confecção em série	390	2,2
Trabalhador agropecuário em geral	368	2,1
Servente de obras	367	2,1
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Vendedor de comércio varejista	1.152	10,1
Costureiro na confecção em série	693	6,0
Auxiliar de escritório	517	4,5
Cozinheiro geral	485	4,2
Faxineiro	419	3,7
Alimentador de linha de produção	404	3,5
Operador de caixa	355	3,1
Costureiro, a máquina na confecção em série	346	3,0
Assistente administrativo	269	2,3
Repositor de mercadorias	228	2,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Uruguai

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Vendedor de comércio varejista	1.330	5,9
Auxiliar de escritório	509	2,3
Garçom	494	2,2
Cozinheiro geral	473	2,1
Assistente administrativo	464	2,1
Gerente administrativo	447	2,0
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Vendedor de comércio varejista	1.749	13,2
Auxiliar de escritório	767	5,8
Assistente administrativo	555	4,2
Operador de caixa	400	3,0
Cozinheiro geral	339	2,6
Recepcionista, em geral	289	2,2
Faxineiro	279	2,1

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Alemanha

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Gerente administrativo	952	7,0
Diretor geral de empresa e organizações (exceto de interesse público)	739	5,5
Gerente de produção e operações	577	4,3

Administrador	338	2,5
Gerente de vendas	307	2,3
Gerente comercial	304	2,2
Supervisor administrativo	282	2,1
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Assistente administrativo	280	6,8
Secretário bilíngüe	257	6,2
Secretária(o) executiva(o)	186	4,5
Auxiliar de escritório	177	4,3
Gerente administrativo	142	3,4
Vendedor de comércio varejista	111	2,7
Supervisor administrativo	91	2,2
Técnico em secretariado	88	2,1

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Espanha

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Gerente administrativo	862	5,0
Diretor geral de empresa e organizações (exceto de interesse público)	462	2,7
Assistente administrativo	378	2,2
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Assistente administrativo	468	6,8
Auxiliar de escritório	330	4,8
Vendedor de comércio varejista	255	3,7
Gerente administrativo	231	3,3
Secretária(o) executiva(o)	183	2,7
Administrador	148	2,1
Supervisor administrativo	141	2,0
Analista de desenvolvimento de sistemas	136	2,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Estadunidenses

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Gerente administrativo	575	4,8
Professor de língua inglesa	394	3,3
Diretor geral de empresa e organizações (exceto de interesse público)	361	3,0
Assistente administrativo	354	3,0
Gerente de produção e operações	300	2,5
Diretor administrativo	274	2,3
Administrador	272	2,3
Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	250	2,1
Instrutor de cursos livres	249	2,1
Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	243	2,0
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	325	5,3
Professor de língua inglesa	295	4,8
Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	290	4,7

Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta série)	281	4,6
Professor de nível superior na educação infantil (quatro a seis anos)	194	3,1
Assistente administrativo	189	3,1
Professor de desenho técnico	169	2,7
Instrutor de cursos livres	153	2,5
Professor de língua estrangeira moderna do ensino fundamental	148	2,4
Professor de língua estrangeira moderna no ensino médio	141	2,3
Vendedor de comércio varejista	136	2,2

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – França

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Gerente administrativo	581	4,8
Diretor geral de empresa e organizações (exceto de interesse público)	544	4,5
Gerente de produção e operações	539	4,5
Gerente de projetos e serviços de manutenção	328	2,7
Gerente de pesquisa e desenvolvimento (p&d)	322	2,7
Administrador	311	2,6
Gerente comercial	308	2,5
Diretor comercial	285	2,4
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Assistente administrativo	189	4,7
Gerente administrativo	153	3,8
Vendedor de comércio varejista	132	3,3
Instrutor de cursos livres	127	3,2
Gerente de marketing	110	2,7
Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	104	2,6
Administrador	94	2,3
Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta série)	86	2,1

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Itália

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Gerente administrativo	1.027	5,0
Diretor geral de empresa e organizações (exceto de interesse público)	635	3,1
Gerente de produção e operações	548	2,7
Supervisor administrativo	497	2,4
Assistente administrativo	491	2,4
Vendedor de comércio varejista	440	2,1
Gerente comercial	427	2,1
Administrador	425	2,1
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Auxiliar de escritório	413	6,7
Assistente administrativo	409	6,6
Vendedor de comércio varejista	392	6,4
Gerente administrativo	201	3,3
Secretária(o) executiva(o)	172	2,8
Supervisor administrativo	168	2,7
Recepcionista, em geral	132	2,1

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Haiti

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Servente de obras	5.198	18,0
Alimentador de linha de produção	3.290	11,4
Pedreiro	1.804	6,2
Magarefe	1.387	4,8
Abatedor	1.201	4,2
Ajudante de motorista	676	2,3
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Faxineiro	658	14,7
Alimentador de linha de produção	444	9,9
Magarefe	327	7,3
Cozinheiro geral	298	6,7
Abatedor	234	5,2
Retalhador de carne	219	4,9
Camareiro de hotel	173	3,9
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	156	3,5
Auxiliar nos serviços de alimentação	138	3,1
Zelador de edifício	117	2,6
Atendente de lanchonete	108	2,4
Técnico em plástico	99	2,2
Repositor de mercadorias	99	2,2

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Japão

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Gerente administrativo	961	6,0
Secretária(o) executiva(o)	608	3,8
Gerente de produção e operações	588	3,7
Supervisor administrativo	579	3,6
Assistente administrativo	431	2,7
Gerente comercial	426	2,7
Vendedor de comércio varejista	366	2,3
Auxiliar de escritório	332	2,1
Gerente comercial	328	2,0
Gerente de pesquisa e desenvolvimento (p&d)	317	2,0
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Supervisor administrativo	447	8,0
Assistente administrativo	422	7,6
Vendedor de comércio varejista	340	6,1
Gerente administrativo	151	2,7
Recepcionista, em geral	143	2,6
Administrador	137	2,5
Secretária(o) executiva(o)	120	2,1
Cozinheiro geral	115	2,1

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – China

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Cozinheiro geral	1.037	7,6
Atendente de lanchonete	746	5,5
Vendedor de comércio varejista	657	4,8
Assistente administrativo	565	4,1
Gerente administrativo	522	3,8
Engenheiro de telecomunicações	507	3,7
Gerente comercial	277	2,0
Auxiliar de escritório	270	2,0
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Assistente administrativo	680	8,9
Vendedor de comércio varejista	664	8,7
Atendente de lanchonete	579	7,6
Assistente administrativo	496	6,5
Gerente administrativo	362	4,7
Operador de caixa	260	3,4
Atendente de lanchonete	232	3,0
Gerente comercial	199	2,6
Gerente de loja e supermercado	187	2,4

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Ocupações com maiores percentuais de vínculos – Portugal

<b>HOMENS</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Vendedor de comércio varejista	3.248	4,4
Gerente administrativo	2.516	3,4
Assistente administrativo	2.179	3,0
Auxiliar de escritório	1.543	2,1
Administrador	1.504	2,1
Supervisor administrativo	1.451	2,0
<b>MULHERES</b>		
<b>Ocupação</b>	<b>Abs.</b>	<b>Perc.</b>
Assistente administrativo	2.970	8,0
Auxiliar de escritório	2.602	7,0
Vendedor de comércio varejista	2.045	5,5
Gerente administrativo	968	2,6
Recepcionista, em geral	849	2,3
Supervisor administrativo	817	2,2
Administrador	784	2,1

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Apêndice 10 – Tabela de mobilidade segundo a nacionalidade e o gênero

Tabela de mobilidade para mulheres – Argentina

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	72%	10%	13%	4%	2%	0%	0%	0%	100,0	16,5
II baixo nível	23%	47%	22%	5%	1%	1%	1%	0%	100,0	17,1
IIIa Não-manuais	16%	14%	57%	9%	2%	1%	1%	0%	100,0	23,4
IIIb Serviços, vendas	7%	12%	16%	56%	2%	5%	2%	0%	100,0	29,2
V Supervisores	23%	18%	11%	2%	35%	9%	4%	0%	100,0	2,2
VI Manual qualificado	4%	6%	10%	18%	1%	52%	9%	1%	100,0	7,6
VIIa Não qualificado	4%	7%	15%	16%	3%	15%	40%	1%	100,0	3,8
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	0%	0%	25%	25%	50%	100,0	0,2
% distribuição	22%	17%	25%	22%	2%	7%	3%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para homens – Argentina

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	83%	8%	4%	1%	3%	1%	0%	0%	100,0	29,9
II baixo nível	29%	48%	9%	6%	4%	4%	1%	0%	100,0	14,1
IIIa Não-manuais	20%	12%	44%	7%	9%	5%	2%	0%	100,0	12,2
IIIb Serviços, vendas	10%	10%	11%	50%	4%	11%	3%	1%	100,0	13,5
V Supervisores	21%	10%	8%	2%	46%	10%	2%	0%	100,0	9,4
VI Manual qualificado	7%	5%	6%	8%	9%	59%	4%	0%	100,0	15,7
VIIa Não qualificado	12%	4%	11%	10%	4%	33%	26%	1%	100,0	4,3
VIIb Produção primária	0%	2%	2%	5%	7%	32%	2%	50%	100,0	0,8
% distribuição	36%	14%	12%	11%	9%	15%	3%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – Bolívia

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	81%	8%	3%	0%	1%	7%	0%	0%	100,0	12,5
II baixo nível	16%	52%	16%	9%	1%	5%	1%	0%	100,0	6,8
IIIa Não-manuais	10%	10%	60%	13%	2%	3%	2%	0%	100,0	10,3
IIIb Serviços, vendas	6%	10%	13%	56%	4%	7%	4%	0%	100,0	13,5
V Supervisores	23%	13%	3%	6%	32%	19%	3%	0%	100,0	1,4
VI Manual qualificado	1%	1%	1%	3%	1%	92%	1%	0%	100,0	50,2
VIIa Não qualificado	0%	3%	6%	16%	1%	24%	50%	0%	100,0	4,8
VIIb Produção primária	10%	0%	0%	0%	0%	40%	10%	40%	100,0	0,5
% distribuição	14%	8%	10%	12%	2%	51%	4%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – Bolívia

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	87%	4%	3%	0%	1%	5%	0%	0%	100,0	16,1
II baixo nível	36%	35%	14%	2%	5%	8%	1%	0%	100,0	4,6
IIIa Não-manuais	20%	13%	39%	6%	5%	13%	4%	0%	100,0	5,2
IIIb Serviços, vendas	8%	9%	9%	51%	4%	15%	3%	0%	100,0	5,3
V Supervisores	11%	6%	4%	3%	53%	21%	2%	0%	100,0	5,3
VI Manual qualificado	1%	2%	1%	1%	3%	90%	2%	0%	100,0	59,1
VIIa Não qualificado	5%	2%	10%	8%	8%	36%	29%	1%	100,0	3,1
VIIb Produção primária	2%	0%	5%	3%	2%	7%	7%	75%	100,0	1,3
% distribuição	18%	5%	5%	4%	5%	58%	3%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.



Tabela de mobilidade para mulheres – Chile

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	63%	16%	14%	3%	3%	1%	1%	0%	100,0	13,2
II baixo nível	21%	43%	25%	6%	3%	1%	1%	0%	100,0	20,8
IIIa Não-manuais	15%	20%	51%	10%	1%	2%	0%	0%	100,0	23,9
IIIb Serviços, vendas	11%	16%	23%	42%	3%	3%	3%	0%	100,0	24,7
V Supervisores	14%	11%	23%	9%	40%	3%	0%	0%	100,0	2,0
VI Manual qualificado	6%	10%	11%	22%	1%	39%	11%	0%	100,0	9,1
VIIa Não qualificado	7%	14%	20%	22%	0%	10%	27%	0%	100,0	6,2
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	100,0	0,1
% distribuição	20%	22%	28%	18%	3%	6%	4%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – Chile

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	72%	10%	7%	2%	6%	1%	1%	0%	100,0	18,0
II baixo nível	29%	40%	13%	7%	5%	4%	1%	0%	100,0	11,5
IIIa Não-manuais	21%	14%	39%	8%	10%	7%	1%	0%	100,0	12,3
IIIb Serviços, vendas	11%	14%	11%	44%	6%	11%	3%	0%	100,0	12,8
V Supervisores	13%	7%	5%	1%	58%	14%	1%	0%	100,0	17,5
VI Manual qualificado	6%	5%	6%	7%	17%	55%	4%	0%	100,0	22,7
VIIa Não qualificado	12%	6%	12%	14%	8%	27%	21%	0%	100,0	4,7
VIIb Produção primária	12%	0%	6%	6%	12%	18%	18%	29%	100,0	0,4
% distribuição	25%	13%	12%	10%	18%	19%	3%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – Paraguai

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	75%	7%	11%	4%	0%	2%	0%	0%	100,0	4,0
II baixo nível	12%	52%	15%	11%	2%	4%	5%	0%	100,0	4,3
IIIa Não-manuais	4%	12%	56%	16%	1%	7%	3%	1%	100,0	10,1
IIIb Serviços, vendas	3%	4%	10%	66%	1%	10%	5%	1%	100,0	30,2
V Supervisores	0%	6%	10%	10%	40%	26%	6%	2%	100,0	2,1
VI Manual qualificado	0%	1%	4%	10%	1%	74%	9%	1%	100,0	33,3
VIIa Não qualificado	0%	1%	4%	15%	2%	21%	57%	1%	100,0	13,4
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	5%	0%	28%	11%	57%	100,0	2,7
% distribuição	5%	6%	12%	28%	2%	33%	13%	2%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – Paraguai

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	72%	7%	7%	3%	4%	5%	1%	0%	100,0	4,2
II baixo nível	17%	53%	12%	8%	2%	6%	2%	1%	100,0	3,4
IIIa Não-manuais	5%	7%	53%	9%	5%	11%	7%	2%	100,0	8,0
IIIb Serviços, vendas	2%	3%	8%	59%	2%	18%	6%	1%	100,0	11,5
V Supervisores	5%	4%	4%	5%	49%	26%	5%	3%	100,0	5,2
VI Manual qualificado	0%	1%	3%	4%	5%	82%	4%	2%	100,0	47,4
VIIa Não qualificado	0%	2%	6%	6%	5%	33%	45%	3%	100,0	11,6
VIIb Produção primária	0%	0%	2%	3%	3%	22%	6%	65%	100,0	8,8
% distribuição	5%	4%	8%	11%	6%	49%	9%	7%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – Uruguai

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	65%	9%	17%	5%	1%	2%	1%	0%	100,0	8,7
II baixo nível	14%	46%	26%	11%	1%	1%	2%	0%	100,0	11,7
IIIa Não-manuais	15%	15%	53%	11%	1%	4%	1%	0%	100,0	19,3
IIIb Serviços, vendas	5%	8%	13%	64%	1%	5%	4%	0%	100,0	36,2
V Supervisores	21%	18%	16%	13%	26%	3%	3%	0%	100,0	2,0
VI Manual qualificado	4%	3%	8%	21%	1%	51%	11%	1%	100,0	14,2
VIIa Não qualificado	3%	5%	7%	20%	0%	18%	47%	0%	100,0	7,1
VIIb Produção primária	7%	0%	7%	0%	0%	20%	0%	67%	100,0	0,8
% distribuição	13%	13%	21%	32%	2%	12%	7%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – Uruguai

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	77%	8%	7%	2%	3%	2%	1%	0%	100,0	11,6
II baixo nível	21%	42%	14%	9%	4%	9%	2%	0%	100,0	9,7
IIIa Não-manuais	14%	11%	40%	10%	7%	13%	6%	0%	100,0	11,6
IIIb Serviços, vendas	5%	7%	9%	60%	2%	13%	3%	1%	100,0	19,7
V Supervisores	11%	7%	5%	3%	55%	18%	2%	0%	100,0	9,9
VI Manual qualificado	3%	3%	4%	10%	8%	66%	4%	1%	100,0	27,9
VIIa Não qualificado	4%	4%	8%	17%	6%	29%	31%	2%	100,0	6,2
VIIb Produção primária	0%	1%	4%	2%	2%	14%	3%	75%	100,0	3,5
% distribuição	16%	9%	11%	18%	10%	28%	5%	3%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – Alemanha

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	79%	9%	11%	1%	0%	1%	0%	0%	100,0	24,8
II baixo nível	16%	61%	21%	0%	1%	1%	0%	0%	100,0	22,8
IIIa Não-manuais	16%	15%	61%	6%	1%	1%	1%	0%	100,0	30,5
IIIb Serviços, vendas	7%	14%	26%	43%	3%	3%	3%	0%	100,0	13,2
V Supervisores	36%	14%	29%	0%	21%	0%	0%	0%	100,0	2,7
VI Manual qualificado	19%	14%	0%	0%	0%	52%	14%	0%	100,0	4,0
VIIa Não qualificado	10%	10%	30%	10%	10%	10%	20%	0%	100,0	1,9
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,0
% distribuição	31%	24%	31%	8%	2%	3%	2%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – Alemanha

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	86%	7%	4%	0%	2%	0%	0%	0%	100,0	47,5
II baixo nível	38%	49%	6%	2%	3%	2%	0%	0%	100,0	14,8
IIIa Não-manuais	26%	11%	51%	3%	5%	4%	1%	0%	100,0	10,8
IIIb Serviços, vendas	35%	14%	10%	35%	1%	4%	1%	0%	100,0	5,2
V Supervisores	32%	8%	5%	1%	45%	8%	2%	0%	100,0	10,7
VI Manual qualificado	21%	7%	7%	6%	14%	40%	3%	1%	100,0	8,0
VIIa Não qualificado	42%	4%	4%	0%	4%	13%	31%	0%	100,0	2,5
VIIb Produção primária	0%	13%	0%	0%	0%	13%	13%	63%	100,0	0,4
% distribuição	58%	14%	10%	3%	8%	6%	2%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – Espanha

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	78%	11%	10%	1%	0%	0%	0%	0%	100,0	26,7
II baixo nível	25%	48%	19%	6%	1%	1%	1%	0%	100,0	23,9
IIIa Não-manuais	8%	15%	66%	8%	1%	1%	0%	0%	100,0	24,8
IIIb Serviços, vendas	8%	16%	16%	54%	3%	3%	1%	0%	100,0	14,2
V Supervisores	17%	9%	17%	4%	52%	0%	0%	0%	100,0	2,8
VI Manual qualificado	6%	15%	3%	24%	0%	42%	9%	0%	100,0	4,0
VIIa Não qualificado	11%	7%	15%	15%	0%	11%	41%	0%	100,0	3,3
VIIb Produção primária	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100,0	0,1
% distribuição	31%	21%	27%	13%	2%	3%	2%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – Espanha

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	83%	8%	4%	2%	3%	1%	0%	0%	100,0	36,3
II baixo nível	30%	50%	12%	4%	1%	2%	0%	0%	100,0	15,1
IIIa Não-manuais	19%	14%	49%	4%	6%	7%	1%	0%	100,0	12,1
IIIb Serviços, vendas	18%	11%	10%	50%	5%	3%	2%	0%	100,0	7,5
V Supervisores	21%	8%	4%	2%	55%	9%	0%	0%	100,0	12,5
VI Manual qualificado	7%	3%	7%	7%	8%	64%	4%	0%	100,0	13,4
VIIa Não qualificado	10%	3%	13%	13%	4%	19%	37%	0%	100,0	2,9
VIIb Produção primária	0%	0%	29%	14%	14%	14%	0%	29%	100,0	0,3
% distribuição	42%	15%	12%	7%	10%	12%	2%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – EUA

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	84%	6%	10%	0%	0%	0%	0%	0%	100,0	25,8
II baixo nível	18%	61%	18%	1%	1%	1%	0%	0%	100,0	27,9
IIIa Não-manuais	13%	10%	73%	3%	1%	0%	0%	0%	100,0	32,5
IIIb Serviços, vendas	10%	16%	13%	59%	2%	0%	0%	0%	100,0	9,1
V Supervisores	29%	6%	24%	6%	35%	0%	0%	0%	100,0	1,7
VI Manual qualificado	17%	22%	6%	22%	0%	33%	0%	0%	100,0	1,8
VIIa Não qualificado	8%	8%	23%	8%	8%	15%	31%	0%	100,0	1,3
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100,0	0,0
% distribuição	32%	24%	33%	7%	2%	1%	0%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – EUA

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	85%	8%	4%	1%	2%	0%	0%	0%	100,0	44,4
II baixo nível	27%	57%	11%	2%	2%	1%	0%	0%	100,0	21,1
IIIa Não-manuais	20%	13%	56%	2%	5%	2%	2%	0%	100,0	18,4
IIIb Serviços, vendas	29%	8%	13%	40%	3%	3%	2%	0%	100,0	4,4
V Supervisores	28%	12%	5%	3%	47%	4%	0%	0%	100,0	5,7
VI Manual qualificado	19%	8%	13%	5%	11%	40%	3%	0%	100,0	4,8
VIIa Não qualificado	21%	0%	21%	4%	13%	25%	13%	4%	100,0	1,2
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	33%	0%	0%	0%	67%	100,0	0,1
% distribuição	51%	19%	16%	3%	6%	3%	1%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – França

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	82%	7%	5%	1%	3%	2%	1%	0%	100,0	37,8
II baixo nível	23%	57%	14%	5%	0%	2%	0%	0%	100,0	20,2
IIIa Não-manuais	18%	17%	56%	7%	1%	1%	0%	0%	100,0	21,5
IIIb Serviços, vendas	18%	15%	22%	44%	1%	0%	0%	0%	100,0	11,6
V Supervisores	32%	20%	4%	4%	40%	0%	0%	0%	100,0	4,0
VI Manual qualificado	15%	10%	5%	5%	0%	65%	0%	0%	100,0	3,2
VIIa Não qualificado	10%	10%	20%	0%	10%	10%	40%	0%	100,0	1,6
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	100,0	0,2
% distribuição	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – França

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	87%	6%	3%	0%	2%	1%	0%	0%	100,0	52,7
II baixo nível	30%	58%	8%	2%	1%	1%	0%	0%	100,0	17,4
IIIa Não-manuais	22%	16%	46%	4%	4%	7%	0%	0%	100,0	9,1
IIIb Serviços, vendas	30%	21%	7%	38%	1%	3%	0%	0%	100,0	4,6
V Supervisores	29%	8%	2%	3%	54%	3%	1%	0%	100,0	9,0
VI Manual qualificado	13%	7%	4%	2%	7%	65%	2%	0%	100,0	6,1
VIIa Não qualificado	53%	5%	0%	5%	5%	5%	21%	5%	100,0	1,0
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	50%	0%	0%	0%	50%	100,0	0,1
% distribuição	58%	17%	8%	3%	7%	6%	1%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – Itália

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	81%	5%	9%	2%	2%	2%	0%	0%	100,0	18,1
II baixo nível	28%	50%	16%	4%	1%	1%	0%	0%	100,0	21,4
IIIa Não-manuais	9%	15%	69%	5%	0%	1%	0%	0%	100,0	31,4
IIIb Serviços, vendas	7%	18%	17%	55%	0%	2%	2%	0%	100,0	18,5
V Supervisores	40%	20%	0%	30%	10%	0%	0%	0%	100,0	1,4
VI Manual qualificado	5%	14%	19%	8%	5%	46%	3%	0%	100,0	5,2
VIIa Não qualificado	3%	17%	17%	14%	7%	10%	31%	0%	100,0	4,1
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100,0	0,0
% distribuição	148%	54%	45%	28%	38%	49%	5%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – Itália

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	82%	8%	5%	1%	2%	1%	0%	0%	100,0	33,6
II baixo nível	32%	47%	11%	5%	2%	3%	0%	0%	100,0	15,9
IIIa Não-manuais	22%	12%	50%	4%	3%	7%	1%	0%	100,0	11,5
IIIb Serviços, vendas	12%	10%	9%	57%	3%	7%	1%	0%	100,0	8,5
V Supervisores	17%	8%	5%	2%	56%	10%	1%	0%	100,0	12,3
VI Manual qualificado	7%	6%	7%	5%	10%	62%	3%	0%	100,0	15,3
VIIa Não qualificado	19%	6%	20%	13%	8%	14%	19%	2%	100,0	2,4
VIIb Produção primária	10%	0%	10%	0%	0%	30%	0%	50%	100,0	0,4
% distribuição	40%	15%	12%	8%	10%	13%	1%	0%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.



Tabela de mobilidade para mulheres – Haiti

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100,0	0,1
II baixo nível	10%	10%	10%	10%	0%	40%	20%	0%	100,0	0,7
IIIa Não-manuais	0%	2%	29%	2%	0%	38%	29%	0%	100,0	3,2
IIIb Serviços, vendas	0%	1%	3%	49%	0%	28%	18%	0%	100,0	10,4
V Supervisores	0%	0%	2%	7%	37%	22%	31%	0%	100,0	3,9
VI Manual qualificado	0%	1%	2%	12%	0%	58%	26%	1%	100,0	45,2
VIIa Não qualificado	0%	1%	3%	13%	0%	34%	50%	0%	100,0	35,2
VIIb Produção primária	0%	0%	0%	6%	0%	53%	35%	6%	100,0	1,2
% distribuição	0%	1%	3%	16%	2%	44%	34%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – Haiti

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	62%	0%	0%	0%	0%	31%	8%	0%	100,0	0,1
II baixo nível	10%	16%	13%	13%	3%	23%	23%	0%	100,0	0,4
IIIa Não-manuais	1%	1%	27%	8%	3%	40%	20%	1%	100,0	5,3
IIIb Serviços, vendas	1%	2%	7%	42%	2%	34%	12%	1%	100,0	3,6
V Supervisores	1%	1%	4%	8%	14%	52%	19%	2%	100,0	2,2
VI Manual qualificado	0%	0%	4%	5%	3%	71%	16%	1%	100,0	60,2
VIIa Não qualificado	0%	0%	4%	5%	1%	50%	39%	1%	100,0	27,1
VIIb Produção primária	0%	0%	5%	7%	4%	50%	19%	15%	100,0	1,0
% distribuição	0%	0%	6%	6%	2%	62%	22%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – Japão

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	77%	12%	6%	2%	2%	2%	0%	0%	100,0	15,2
II baixo nível	17%	52%	19%	6%	3%	1%	3%	0%	100,0	15,6
IIIa Não-manuais	6%	12%	68%	6%	4%	2%	2%	1%	100,0	26,8
IIIb Serviços, vendas	3%	12%	21%	57%	2%	2%	1%	1%	100,0	24,4
V Supervisores	17%	8%	17%	13%	46%	0%	0%	0%	100,0	3,3
VI Manual qualificado	1%	12%	1%	11%	4%	69%	1%	0%	100,0	10,1
VIIa Não qualificado	4%	0%	30%	9%	0%	13%	43%	0%	100,0	3,1
VIIb Produção primária	0%	9%	9%	0%	0%	0%	0%	82%	100,0	1,5
% distribuição	17%	18%	29%	18%	4%	9%	3%	2%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – Japão

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	85%	7%	3%	0%	2%	2%	0%	0%	100,0	36,3
II baixo nível	20%	59%	10%	2%	7%	2%	0%	0%	100,0	18,2
IIIa Não-manuais	15%	13%	56%	6%	6%	3%	0%	0%	100,0	14,0
IIIb Serviços, vendas	10%	12%	10%	55%	3%	5%	5%	0%	100,0	6,7
V Supervisores	15%	9%	8%	2%	56%	9%	1%	0%	100,0	10,5
VI Manual qualificado	7%	8%	5%	7%	9%	63%	2%	0%	100,0	11,2
VIIa Não qualificado	3%	8%	11%	6%	14%	25%	33%	0%	100,0	1,7
VIIb Produção primária	13%	0%	7%	3%	0%	13%	7%	57%	100,0	1,4
% distribuição	40%	18%	13%	6%	10%	10%	1%	1%	100,0	

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – China

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	77%	12%	6%	2%	2%	2%	0%	0%	100,0	15,2
II baixo nível	17%	52%	19%	6%	3%	1%	3%	0%	100,0	15,6
IIIa Não-manuais	6%	12%	68%	6%	4%	2%	2%	1%	100,0	26,8
IIIb Serviços, vendas	3%	12%	21%	57%	2%	2%	1%	1%	100,0	24,4
V Supervisores	17%	8%	17%	13%	46%	0%	0%	0%	100,0	3,3
VI Manual qualificado	1%	12%	1%	11%	4%	69%	1%	0%	100,0	10,1
VIIa Não qualificado	4%	0%	30%	9%	0%	13%	43%	0%	100,0	3,1
VIIb Produção primária	0%	9%	9%	0%	0%	0%	0%	82%	100,0	1,5
% distribuição	17%	18%	29%	18%	4%	9%	3%	2%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – China

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	87%	5%	4%	0%	3%	1%	0%	0%	100,0	32,7
II baixo nível	17%	71%	6%	4%	2%	1%	0%	0%	100,0	14,3
IIIa Não-manuais	16%	11%	61%	4%	4%	2%	1%	0%	100,0	12,4
IIIb Serviços, vendas	4%	6%	4%	75%	0%	9%	0%	0%	100,0	17,4
V Supervisores	16%	4%	3%	1%	74%	2%	0%	0%	100,0	7,0
VI Manual qualificado	6%	5%	4%	6%	4%	73%	1%	1%	100,0	14,8
VIIa Não qualificado	23%	3%	20%	3%	0%	10%	40%	0%	100,0	1,1
VIIb Produção primária	0%	0%	25%	0%	0%	13%	13%	50%	100,0	0,3
% distribuição	36%	15%	11%	15%	8%	13%	1%	0%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade para mulheres – Portugal

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	82%	8%	7%	2%	1%	0%	0%	0%	100,0	19,1
II baixo nível	19%	64%	9%	5%	1%	1%	0%	0%	100,0	16,2
IIIa Não-manuais	16%	12%	63%	5%	2%	1%	1%	0%	100,0	22,7
IIIb Serviços, vendas	6%	7%	7%	74%	1%	4%	0%	0%	100,0	31,0
V Supervisores	10%	19%	13%	0%	58%	0%	0%	0%	100,0	2,4
VI Manual qualificado	4%	9%	8%	15%	1%	59%	2%	1%	100,0	6,9
VIIa Não qualificado	17%	8%	0%	25%	0%	8%	42%	0%	100,0	0,9
VIIb Produção primária	0%	11%	0%	0%	11%	11%	11%	56%	100,0	0,7
% distribuição	25%	18%	20%	27%	3%	6%	1%	1%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Tabela de mobilidade homens – Portugal

Grupo	I Alto nível	II baixo nível	IIIa Não-manuais	IIIb Serviços, vendas	V Supervisores	VI Manual qualificado	VIIa Manuais não qualificado	VIIb Produção primária	Total	%
I Alto nível	80%	9%	5%	2%	2%	1%	0%	0%	100,0	23,3
II baixo nível	29%	47%	9%	7%	3%	3%	1%	0%	100,0	14,1
IIIa Não-manuais	17%	14%	49%	8%	4%	6%	2%	0%	100,0	13,8
IIIb Serviços, vendas	12%	12%	12%	50%	3%	8%	3%	0%	100,0	15,2
V Supervisores	13%	8%	7%	3%	57%	11%	1%	0%	100,0	9,6
VI Manual qualificado	4%	5%	5%	8%	8%	67%	3%	0%	100,0	19,7
VIIa Não qualificado	9%	7%	17%	15%	7%	13%	31%	1%	100,0	3,7
VIIb Produção primária	8%	4%	0%	8%	6%	16%	10%	49%	100,0	0,6
% distribuição	29%	14%	14%	13%	9%	18%	3%	0%	100,0	100,0

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.



## Apêndice 11 – Distribuição dos níveis de instrução segundo nacionalidade

### Distribuição de argentinos segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	6,7%	11,6%	31,1%	50,6%	100,0%
1996	8,4%	10,7%	31,8%	49,1%	100,0%
1997	5,9%	10,2%	33,9%	50,0%	100,0%
1998	5,1%	7,5%	34,5%	52,9%	100,0%
1999	3,8%	9,7%	31,2%	55,3%	100,0%
2000	3,6%	11,4%	32,0%	53,0%	100,0%
2001	3,2%	10,3%	31,1%	55,3%	100,0%
2002	3,6%	11,1%	29,1%	56,3%	100,0%
2003	3,2%	9,9%	29,1%	57,9%	100,0%
2004	3,0%	9,6%	30,7%	56,7%	100,0%
2005	3,3%	8,8%	31,0%	56,8%	100,0%
2006	2,5%	8,0%	31,3%	58,2%	100,0%
2007	2,5%	7,5%	33,2%	56,9%	100,0%
2008	2,8%	7,5%	34,2%	55,5%	100,0%
2009	2,9%	7,2%	35,0%	54,9%	100,0%
2010	2,9%	7,3%	36,0%	53,8%	100,0%
2011	2,6%	7,9%	36,1%	53,5%	100,0%
2012	2,7%	7,5%	37,5%	52,4%	100,0%
2013	2,6%	7,7%	38,1%	51,6%	100,0%
2014	2,6%	7,1%	38,3%	52,0%	100,0%
2015	2,7%	7,9%	39,4%	50,0%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição de bolivianos segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	11,8%	10,5%	31,4%	46,3%	100,0%
1996	14,1%	13,4%	26,8%	45,7%	100,0%
1997	13,5%	13,3%	23,1%	50,1%	100,0%
1998	12,4%	12,6%	26,6%	48,4%	100,0%
1999	12,4%	14,0%	26,0%	47,6%	100,0%
2000	13,5%	18,3%	27,0%	41,1%	100,0%
2001	11,2%	18,2%	27,6%	42,9%	100,0%
2002	10,3%	15,7%	29,1%	44,9%	100,0%
2003	9,8%	16,6%	28,0%	45,6%	100,0%
2004	10,6%	16,4%	29,3%	43,6%	100,0%
2005	10,0%	17,8%	29,1%	43,1%	100,0%
2006	8,1%	19,3%	31,5%	41,0%	100,0%
2007	8,4%	19,5%	34,5%	37,6%	100,0%
2008	8,0%	19,7%	36,2%	36,1%	100,0%
2009	7,6%	20,2%	36,8%	35,4%	100,0%
2010	8,0%	20,1%	37,7%	34,2%	100,0%
2011	8,4%	21,9%	41,1%	28,6%	100,0%
2012	8,4%	22,9%	43,4%	25,2%	100,0%
2013	9,2%	25,5%	43,5%	21,9%	100,0%
2014	8,8%	24,8%	45,7%	20,6%	100,0%
2015	7,4%	22,2%	47,5%	22,9%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de chilenos segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	9,1%	19,2%	44,1%	27,6%	100,0%
1996	11,9%	17,2%	42,7%	28,1%	100,0%
1997	8,5%	16,7%	43,5%	31,3%	100,0%
1998	6,2%	17,1%	44,6%	32,1%	100,0%
1999	6,0%	15,4%	43,8%	34,8%	100,0%
2000	5,1%	15,1%	45,6%	34,2%	100,0%
2001	5,1%	13,6%	46,9%	34,4%	100,0%
2002	4,8%	13,6%	46,4%	35,2%	100,0%
2003	4,5%	13,9%	43,8%	37,7%	100,0%
2004	3,9%	12,9%	44,8%	38,4%	100,0%
2005	3,6%	11,0%	46,1%	39,3%	100,0%
2006	3,4%	10,3%	44,8%	41,5%	100,0%
2007	3,0%	9,9%	45,8%	41,3%	100,0%
2008	3,1%	9,3%	46,0%	41,6%	100,0%
2009	2,8%	9,0%	45,7%	42,5%	100,0%
2010	2,5%	8,9%	45,7%	42,9%	100,0%
2011	2,9%	9,5%	45,5%	42,2%	100,0%
2012	2,6%	8,3%	45,0%	44,1%	100,0%
2013	2,3%	7,6%	43,8%	46,4%	100,0%
2014	1,9%	7,4%	43,1%	47,5%	100,0%
2015	2,1%	7,6%	45,1%	45,2%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de paraguaios segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	21,0%	20,3%	27,3%	31,5%	100,0%
1996	21,6%	16,0%	25,6%	36,8%	100,0%
1997	22,1%	19,3%	25,5%	33,1%	100,0%
1998	20,6%	22,9%	25,3%	31,2%	100,0%
1999	19,2%	24,7%	21,7%	34,3%	100,0%
2000	25,0%	26,3%	22,0%	26,7%	100,0%
2001	21,2%	25,9%	22,3%	30,7%	100,0%
2002	17,9%	24,0%	25,6%	32,4%	100,0%
2003	19,9%	24,7%	27,4%	27,9%	100,0%
2004	20,5%	25,1%	27,6%	26,8%	100,0%
2005	19,3%	25,9%	31,1%	23,7%	100,0%
2006	19,7%	27,7%	29,7%	22,9%	100,0%
2007	16,2%	28,2%	32,9%	22,6%	100,0%
2008	18,2%	28,1%	35,5%	18,1%	100,0%
2009	15,7%	29,0%	39,4%	15,8%	100,0%
2010	17,3%	27,9%	42,3%	12,5%	100,0%
2011	14,9%	29,4%	43,3%	12,4%	100,0%
2012	17,2%	30,1%	43,9%	8,8%	100,0%
2013	17,1%	29,7%	45,2%	8,0%	100,0%
2014	17,1%	27,9%	47,3%	7,8%	100,0%
2015	17,6%	26,2%	48,5%	7,7%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de uruguaios segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	16,0%	23,4%	36,2%	24,4%	100,0%
1996	16,7%	24,9%	33,5%	24,9%	100,0%
1997	15,0%	21,7%	35,8%	27,5%	100,0%
1998	13,0%	21,4%	34,6%	30,9%	100,0%
1999	11,7%	23,0%	36,1%	29,2%	100,0%
2000	10,1%	23,8%	37,6%	28,6%	100,0%
2001	10,3%	22,0%	38,1%	29,6%	100,0%
2002	9,4%	20,9%	40,3%	29,3%	100,0%
2003	9,5%	21,7%	38,8%	30,0%	100,0%
2004	10,0%	20,9%	40,5%	28,6%	100,0%
2005	9,5%	19,3%	40,3%	30,9%	100,0%
2006	10,0%	19,2%	40,5%	30,3%	100,0%
2007	9,3%	18,6%	41,9%	30,2%	100,0%
2008	8,6%	18,1%	45,2%	28,0%	100,0%
2009	8,3%	17,7%	46,9%	27,1%	100,0%
2010	8,4%	17,4%	46,4%	27,9%	100,0%
2011	8,8%	18,3%	46,9%	25,9%	100,0%
2012	8,0%	16,8%	48,9%	26,3%	100,0%
2013	7,4%	16,6%	50,1%	25,9%	100,0%
2014	6,4%	16,6%	50,3%	26,7%	100,0%
2015	7,0%	16,6%	50,6%	25,8%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de alemães segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	4,1%	7,9%	36,3%	51,7%	100,0%
1996	8,2%	10,6%	31,8%	49,3%	100,0%
1997	3,4%	7,7%	31,6%	57,3%	100,0%
1998	3,6%	8,8%	29,0%	58,6%	100,0%
1999	3,0%	6,3%	27,8%	63,0%	100,0%
2000	2,4%	6,4%	26,5%	64,7%	100,0%
2001	1,3%	4,6%	27,7%	66,5%	100,0%
2002	2,0%	5,3%	25,9%	66,9%	100,0%
2003	1,9%	4,5%	25,0%	68,7%	100,0%
2004	1,3%	4,3%	24,8%	69,6%	100,0%
2005	1,2%	4,4%	23,2%	71,2%	100,0%
2006	,9%	4,2%	21,3%	73,6%	100,0%
2007	1,5%	3,8%	22,3%	72,4%	100,0%
2008	1,6%	4,4%	19,9%	74,1%	100,0%
2009	1,6%	3,5%	20,2%	74,7%	100,0%
2010	1,6%	3,4%	19,6%	75,5%	100,0%
2011	1,6%	2,9%	19,4%	76,1%	100,0%
2012	1,1%	2,7%	18,6%	77,5%	100,0%
2013	1,3%	2,2%	17,4%	79,1%	100,0%
2014	,7%	1,2%	16,7%	81,3%	100,0%
2015	1,2%	1,9%	17,7%	79,2%	100,0%



Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de espanhóis segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	9,6%	14,5%	30,7%	45,2%	100,0%
1996	13,3%	16,1%	29,3%	41,3%	100,0%
1997	11,6%	12,9%	31,0%	44,5%	100,0%
1998	11,2%	11,6%	28,2%	49,0%	100,0%
1999	10,0%	11,5%	27,6%	50,9%	100,0%
2000	9,8%	13,1%	29,0%	48,1%	100,0%
2001	9,3%	12,3%	27,5%	51,0%	100,0%
2002	8,8%	12,2%	27,4%	51,6%	100,0%
2003	7,6%	11,2%	28,2%	53,0%	100,0%
2004	7,9%	10,3%	28,6%	53,3%	100,0%
2005	7,4%	10,0%	27,7%	54,9%	100,0%
2006	6,6%	8,3%	28,5%	56,6%	100,0%
2007	5,7%	9,4%	27,2%	57,7%	100,0%
2008	5,7%	8,5%	28,6%	57,1%	100,0%
2009	5,1%	8,3%	27,4%	59,2%	100,0%
2010	4,9%	7,5%	27,5%	60,0%	100,0%
2011	4,2%	7,6%	27,2%	61,0%	100,0%
2012	3,5%	7,1%	27,5%	61,9%	100,0%
2013	2,6%	6,5%	26,0%	64,8%	100,0%
2014	1,1%	4,2%	25,3%	69,4%	100,0%
2015	2,6%	5,3%	27,8%	64,4%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de estadunidenses segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	3,2%	1,3%	12,8%	82,7%	100,0%
1996	2,9%	7,6%	14,6%	74,9%	100,0%
1997	3,1%	2,6%	17,2%	77,1%	100,0%
1998	3,2%	2,7%	17,1%	77,0%	100,0%
1999	2,3%	2,7%	18,5%	76,4%	100,0%
2000	1,7%	3,1%	18,0%	77,2%	100,0%
2001	2,4%	3,0%	16,5%	78,1%	100,0%
2002	1,3%	3,5%	16,9%	78,2%	100,0%
2003	1,0%	2,3%	13,7%	83,0%	100,0%
2004	,9%	2,0%	14,1%	83,1%	100,0%
2005	,6%	1,6%	14,4%	83,4%	100,0%
2006	,7%	1,1%	14,1%	84,2%	100,0%
2007	,4%	1,2%	13,8%	84,6%	100,0%
2008	,6%	1,4%	13,4%	84,6%	100,0%
2009	,3%	1,8%	15,2%	82,7%	100,0%
2010	,2%	2,1%	15,4%	82,3%	100,0%
2011	,4%	2,1%	16,1%	81,4%	100,0%
2012	,2%	1,3%	16,4%	82,1%	100,0%
2013	,2%	1,4%	16,2%	82,2%	100,0%
2014	,3%	1,2%	16,6%	81,9%	100,0%
2015	,2%	1,0%	16,5%	82,3%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de franceses segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	2,7%	5,4%	29,3%	62,6%	100,0%
1996	4,0%	11,9%	26,7%	57,4%	100,0%
1997	2,1%	6,2%	28,2%	63,6%	100,0%
1998	2,7%	5,4%	24,9%	67,0%	100,0%
1999	1,2%	5,8%	24,7%	68,3%	100,0%
2000	2,6%	5,1%	23,9%	68,4%	100,0%
2001	2,0%	5,6%	20,0%	72,5%	100,0%
2002	2,1%	4,2%	21,2%	72,4%	100,0%
2003	1,7%	3,4%	21,6%	73,3%	100,0%
2004	2,0%	3,4%	20,9%	73,7%	100,0%
2005	1,9%	3,4%	19,1%	75,5%	100,0%
2006	1,5%	2,6%	17,4%	78,5%	100,0%
2007	1,4%	2,4%	15,5%	80,7%	100,0%
2008	,6%	2,5%	15,0%	81,9%	100,0%
2009	,6%	2,7%	14,3%	82,4%	100,0%
2010	,5%	1,8%	13,0%	84,7%	100,0%
2011	,3%	1,7%	12,5%	85,5%	100,0%
2012	,5%	1,3%	11,8%	86,5%	100,0%
2013	,6%	1,3%	12,7%	85,5%	100,0%
2014	,4%	,9%	12,1%	86,6%	100,0%
2015	,4%	1,3%	12,7%	85,6%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de italianos segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	10,4%	12,3%	28,4%	49,0%	100,0%
1996	13,9%	14,5%	25,4%	46,2%	100,0%
1997	10,3%	13,0%	27,3%	49,4%	100,0%
1998	10,1%	12,8%	26,9%	50,2%	100,0%
1999	8,3%	11,0%	27,4%	53,2%	100,0%
2000	7,4%	11,5%	28,3%	52,8%	100,0%
2001	7,7%	11,9%	26,8%	53,6%	100,0%
2002	7,3%	11,0%	27,3%	54,3%	100,0%
2003	6,9%	10,2%	27,7%	55,3%	100,0%
2004	6,4%	8,9%	29,0%	55,7%	100,0%
2005	5,8%	9,8%	30,0%	54,3%	100,0%
2006	5,5%	8,2%	30,7%	55,5%	100,0%
2007	5,5%	8,5%	31,4%	54,5%	100,0%
2008	5,3%	9,1%	31,8%	53,8%	100,0%
2009	4,8%	8,2%	31,9%	55,1%	100,0%
2010	4,1%	8,1%	32,2%	55,5%	100,0%
2011	3,8%	7,6%	33,2%	55,4%	100,0%
2012	3,4%	6,8%	33,4%	56,5%	100,0%
2013	2,8%	6,1%	33,6%	57,5%	100,0%
2014	,8%	3,7%	33,9%	61,6%	100,0%
2015	2,4%	6,0%	33,4%	58,1%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de haitianos segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995				100,0%	100,0%
1996				100,0%	100,0%
1997				100,0%	100,0%
1998				100,0%	100,0%
1999				100,0%	100,0%
2000	20,0%	20,0%		60,0%	100,0%
2001	14,3%	14,3%		71,4%	100,0%
2002	28,6%			71,4%	100,0%
2003	14,3%		14,3%	71,4%	100,0%
2004		11,1%	22,2%	66,7%	100,0%
2005	12,5%	12,5%	12,5%	62,5%	100,0%
2006		10,0%	30,0%	60,0%	100,0%
2007			33,3%	66,7%	100,0%
2008			44,4%	55,6%	100,0%
2009	17,6%	17,6%	35,3%	29,4%	100,0%
2010	9,5%	31,0%	40,5%	19,0%	100,0%
2011	25,8%	34,5%	37,0%	2,7%	100,0%
2012	27,6%	37,1%	33,2%	2,1%	100,0%
2013	35,3%	31,6%	31,4%	1,6%	100,0%
2014	30,5%	31,7%	36,1%	1,7%	100,0%
2015	28,6%	30,5%	39,1%	1,7%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de japoneses segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	7,4%	13,2%	31,6%	47,8%	100,0%
1996	9,6%	16,2%	30,4%	43,9%	100,0%
1997	8,4%	14,2%	29,4%	47,9%	100,0%
1998	8,7%	13,2%	29,9%	48,2%	100,0%
1999	8,1%	11,7%	30,3%	50,0%	100,0%
2000	9,3%	10,8%	30,1%	49,8%	100,0%
2001	7,7%	11,0%	30,3%	51,0%	100,0%
2002	7,4%	11,2%	31,4%	50,0%	100,0%
2003	7,6%	10,3%	29,9%	52,2%	100,0%
2004	7,1%	9,6%	29,9%	53,5%	100,0%
2005	7,7%	10,1%	28,7%	53,4%	100,0%
2006	7,1%	10,3%	30,3%	52,3%	100,0%
2007	6,3%	10,4%	28,7%	54,7%	100,0%
2008	6,1%	9,6%	31,2%	53,1%	100,0%
2009	5,3%	9,0%	30,7%	55,1%	100,0%
2010	5,1%	8,9%	30,6%	55,4%	100,0%
2011	4,7%	8,5%	31,2%	55,6%	100,0%
2012	3,6%	8,9%	31,0%	56,5%	100,0%
2013	3,1%	8,0%	32,4%	56,5%	100,0%
2014	1,3%	5,7%	31,3%	61,7%	100,0%
2015	2,4%	7,4%	35,0%	55,2%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de chineses segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	5,8%	10,8%	32,4%	51,1%	100,0%
1996	9,2%	15,0%	28,8%	47,1%	100,0%
1997	7,1%	13,7%	32,1%	47,0%	100,0%
1998	6,9%	11,3%	28,1%	53,8%	100,0%
1999	6,3%	13,1%	29,5%	51,1%	100,0%
2000	10,5%	16,5%	30,0%	43,0%	100,0%
2001	8,5%	16,9%	30,9%	43,6%	100,0%
2002	8,0%	15,3%	33,7%	43,1%	100,0%
2003	6,1%	13,8%	30,4%	49,7%	100,0%
2004	6,3%	12,0%	30,1%	51,6%	100,0%
2005	6,6%	11,8%	33,7%	47,8%	100,0%
2006	6,0%	13,7%	35,5%	44,9%	100,0%
2007	5,7%	14,3%	35,5%	44,4%	100,0%
2008	5,7%	12,8%	32,9%	48,6%	100,0%
2009	5,5%	11,7%	35,9%	46,9%	100,0%
2010	4,7%	11,8%	35,3%	48,1%	100,0%
2011	7,0%	16,6%	34,8%	41,6%	100,0%
2012	6,2%	16,8%	32,8%	44,3%	100,0%
2013	5,9%	15,6%	32,3%	46,2%	100,0%
2014	4,7%	14,3%	30,9%	50,2%	100,0%
2015	5,2%	15,0%	33,7%	46,1%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição de portugueses segundo o nível de escolaridade -1995 a 2015

Ano	Analfabeto ou primário incompleto	Ensino fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino Superior completo ou mais	Total
1995	17,0%	17,3%	33,3%	32,5%	100,0%
1996	19,7%	17,4%	31,8%	31,1%	100,0%
1997	16,6%	17,1%	32,9%	33,4%	100,0%
1998	16,6%	16,9%	32,4%	34,1%	100,0%
1999	15,3%	16,7%	32,6%	35,5%	100,0%
2000	15,3%	18,1%	32,8%	33,8%	100,0%
2001	14,6%	17,3%	31,6%	36,6%	100,0%
2002	14,1%	16,3%	31,1%	38,5%	100,0%
2003	13,8%	16,0%	30,3%	39,8%	100,0%
2004	12,6%	15,9%	30,9%	40,6%	100,0%
2005	12,6%	15,8%	31,3%	40,4%	100,0%
2006	12,0%	16,0%	32,3%	39,7%	100,0%
2007	11,3%	16,2%	33,0%	39,4%	100,0%
2008	10,5%	15,7%	34,3%	39,5%	100,0%
2009	10,0%	15,4%	35,1%	39,5%	100,0%
2010	9,5%	14,9%	36,3%	39,2%	100,0%
2011	9,5%	14,8%	36,5%	39,2%	100,0%
2012	8,1%	13,4%	37,0%	41,4%	100,0%
2013	6,9%	12,3%	37,6%	43,2%	100,0%
2014	3,3%	9,2%	38,6%	49,0%	100,0%
2015	6,1%	12,0%	38,5%	43,4%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

## Apêndice 12 – Distribuição da raça/cor do trabalhador por nacionalidade

### Distribuição dos argentinos, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995	,3%	87,5%	,3%	,5%	11,3%	100,0%
1996	,5%	87,7%	,5%	,5%	11,0%	100,0%
1997	,4%	88,8%	,4%	,1%	10,2%	100,0%
1998	,1%	90,7%	,4%	,3%	8,5%	100,0%
1999	,3%	91,0%	,5%	,3%	7,9%	100,0%
2000	,1%	90,8%	,3%	,6%	8,2%	100,0%
2001	,2%	91,4%	,4%	,6%	7,4%	100,0%
2002	,1%	91,3%	,3%	,7%	7,6%	100,0%
2003	,3%	90,9%	,4%	,8%	7,6%	100,0%
2004	,3%	91,4%	,3%	,7%	7,3%	100,0%
2005	,3%	91,8%	,3%	,7%	6,9%	100,0%
2006	,4%	91,9%	,2%	,7%	6,9%	100,0%
2007	,3%	91,8%	,2%	,6%	7,1%	100,0%
2008	,3%	91,1%	,2%	,7%	7,7%	100,0%
2009	,3%	90,6%	,2%	,8%	8,0%	100,0%
2010	,3%	90,9%	,2%	1,0%	7,6%	100,0%
2011	,3%	90,4%	,2%	,9%	8,2%	100,0%
2012	,3%	90,5%	,3%	1,0%	7,9%	100,0%
2013	,4%	89,1%	,2%	1,0%	9,3%	100,0%
2014	,4%	89,1%	,3%	1,0%	9,2%	100,0%
2015	,3%	89,7%	,1%	,9%	8,9%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

### Distribuição dos bolivianos, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995	3,5%	66,9%	,7%	2,1%	26,8%	100,0%
1996	3,5%	65,8%	,6%	1,9%	28,1%	100,0%
1997	3,5%	68,3%	,9%	1,4%	25,9%	100,0%
1998	3,2%	70,0%	,5%	1,6%	24,7%	100,0%
1999	3,2%	68,2%	,7%	1,4%	26,6%	100,0%
2000	3,2%	69,0%	,8%	1,2%	25,8%	100,0%
2001	2,4%	72,1%	,9%	1,4%	23,3%	100,0%
2002	1,9%	69,4%	,7%	2,4%	25,6%	100,0%
2003	2,4%	68,0%	,8%	1,6%	27,1%	100,0%
2004	2,5%	68,6%	1,0%	1,8%	26,0%	100,0%
2005	2,4%	66,0%	1,1%	2,7%	27,8%	100,0%
2006	2,4%	65,1%	,9%	2,4%	29,1%	100,0%
2007	2,6%	64,8%	1,0%	2,6%	29,0%	100,0%
2008	3,0%	63,4%	1,0%	2,8%	29,8%	100,0%
2009	2,9%	62,0%	,9%	2,8%	31,4%	100,0%
2010	2,8%	60,4%	,9%	2,9%	33,0%	100,0%
2011	2,9%	59,7%	,9%	2,9%	33,7%	100,0%
2012	2,6%	58,7%	,8%	2,7%	35,2%	100,0%
2013	2,8%	54,6%	,7%	2,7%	39,3%	100,0%
2014	2,7%	53,3%	,7%	2,5%	40,8%	100,0%
2015	2,8%	53,6%	,6%	2,5%	40,6%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição dos chilenos, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995	,2%	91,4%		,4%	8,0%	100,0%
1996	,3%	91,7%		,4%	7,6%	100,0%
1997	,4%	90,4%		,5%	8,7%	100,0%
1998	,2%	90,5%		,4%	8,9%	100,0%
1999	,3%	90,6%		,6%	8,5%	100,0%
2000	,3%	90,3%		,5%	8,8%	100,0%
2001	,2%	91,2%	,1%	,5%	8,1%	100,0%
2002	,3%	91,1%	,1%	,5%	8,1%	100,0%
2003	,3%	91,4%	,2%	,4%	7,7%	100,0%
2004	,4%	91,0%	,1%	,3%	8,1%	100,0%
2005	,5%	90,5%	,1%	,4%	8,4%	100,0%
2006	,3%	91,0%	,2%	,4%	8,2%	100,0%
2007	,3%	90,7%	,2%	,5%	8,3%	100,0%
2008	,5%	89,6%	,1%	,5%	9,2%	100,0%
2009	,4%	89,5%	,1%	,6%	9,5%	100,0%
2010	,4%	89,0%	,1%	,6%	9,8%	100,0%
2011	,4%	87,8%	,2%	,6%	11,0%	100,0%
2012	,3%	88,1%	,1%	,7%	10,8%	100,0%
2013	,3%	87,2%	,2%	,6%	11,7%	100,0%
2014	,4%	86,7%	,2%	,7%	12,0%	100,0%
2015	,4%	86,8%	,2%	,7%	11,9%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição dos paraguaios, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995		83,9%		,7%	15,4%	100,0%
1996		83,2%		,8%	16,0%	100,0%
1997		85,5%		,7%	13,8%	100,0%
1998		85,9%		1,2%	12,9%	100,0%
1999		87,9%		1,0%	11,1%	100,0%
2000		83,2%		1,3%	15,5%	100,0%
2001		88,0%		1,1%	10,9%	100,0%
2002		87,5%		1,0%	11,5%	100,0%
2003	,3%	88,0%		,5%	11,2%	100,0%
2004	,4%	85,7%		1,1%	12,7%	100,0%
2005		86,9%		1,3%	11,8%	100,0%
2006		86,0%		1,5%	12,5%	100,0%
2007	,1%	85,2%	,3%	1,6%	12,8%	100,0%
2008	,1%	84,8%	,4%	1,5%	13,1%	100,0%
2009		87,0%	,5%	1,1%	11,4%	100,0%
2010	,1%	81,0%	,6%	1,3%	17,0%	100,0%
2011	,3%	78,1%	,7%	1,6%	19,4%	100,0%
2012	,3%	79,7%	,6%	1,5%	17,9%	100,0%
2013	,2%	79,0%	,7%	1,5%	18,5%	100,0%
2014	,3%	79,0%	,7%	1,6%	18,4%	100,0%
2015	,3%	79,2%	,7%	1,5%	18,4%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição dos uruguaios, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995		94,7%	1,1%		4,2%	100,0%
1996		94,8%	1,0%		4,2%	100,0%
1997	,4%	93,2%	1,1%	,2%	5,2%	100,0%
1998	,3%	93,5%	1,2%	,2%	4,8%	100,0%
1999	,2%	94,0%	1,1%	,2%	4,6%	100,0%
2000		94,5%	1,1%	,3%	4,1%	100,0%

2001	,1%	94,7%	1,2%	,1%	3,8%	100,0%
2002		96,1%	,5%	,1%	3,3%	100,0%
2003	,2%	95,1%	,7%	,3%	3,7%	100,0%
2004	,1%	95,0%	,8%	,4%	3,7%	100,0%
2005	,2%	94,5%	1,0%	,2%	4,0%	100,0%
2006	,1%	94,1%	1,0%	,3%	4,5%	100,0%
2007	,1%	93,9%	1,1%	,4%	4,5%	100,0%
2008	,1%	93,7%	1,0%	,5%	4,6%	100,0%
2009	,1%	93,2%	1,1%	,4%	5,1%	100,0%
2010	,1%	92,8%	1,5%	,5%	5,2%	100,0%
2011	,2%	92,3%	1,4%	,4%	5,7%	100,0%
2012	,1%	92,5%	1,4%	,5%	5,5%	100,0%
2013	,2%	92,0%	1,5%	,6%	5,9%	100,0%
2014	,2%	91,6%	1,6%	,5%	6,1%	100,0%
2015	,1%	91,9%	1,6%	,5%	5,9%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Distribuição dos alemães, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995		95,5%		1,1%	3,4%	100,0%
1996		96,6%		1,0%	2,4%	100,0%
1997		96,9%		,9%	2,2%	100,0%
1998		97,0%		,8%	2,2%	100,0%
1999		97,3%	,5%	,8%	1,5%	100,0%
2000		96,4%	,5%	,9%	2,1%	100,0%
2001		97,3%	,2%	,8%	1,7%	100,0%
2002		97,5%	,2%	,8%	1,6%	100,0%
2003		97,4%	,2%	,6%	1,9%	100,0%
2004		97,7%	,2%	,5%	1,7%	100,0%
2005		97,6%	,1%	,6%	1,6%	100,0%
2006		96,9%	,1%	,5%	2,4%	100,0%
2007		97,1%	,4%	,5%	2,1%	100,0%
2008		97,1%	,3%	,4%	2,2%	100,0%
2009		96,9%	,3%	,5%	2,3%	100,0%
2010		96,8%	,4%	,4%	2,3%	100,0%
2011		96,5%	,3%	,4%	2,8%	100,0%
2012	,1%	96,6%	,3%	,5%	2,6%	100,0%
2013	,1%	96,3%	,1%	,4%	3,1%	100,0%
2014	,1%	96,3%	,1%	,5%	3,0%	100,0%
2015	,1%	96,0%		,5%	3,4%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Distribuição dos espanhóis, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995		95,9%		,5%	3,6%	100,0%
1996	,2%	95,1%		,9%	3,9%	100,0%
1997	,2%	95,4%		,7%	3,7%	100,0%
1998	,2%	95,7%		,5%	3,6%	100,0%
1999	,2%	95,1%		,5%	4,3%	100,0%
2000	,2%	95,3%		,5%	4,0%	100,0%
2001	,1%	95,9%		,7%	3,3%	100,0%
2002	,1%	95,5%		,4%	3,9%	100,0%
2003	,1%	96,2%		,3%	3,4%	100,0%
2004	,1%	96,2%		,4%	3,3%	100,0%
2005	,1%	95,8%		,2%	3,8%	100,0%
2006	,1%	95,8%		,3%	3,8%	100,0%
2007	,1%	95,9%		,4%	3,6%	100,0%
2008	,1%	94,7%		,4%	4,8%	100,0%
2009	,1%	93,8%		,5%	5,6%	100,0%

2010	,2%	93,0%	,1%	,4%	6,2%	100,0%
2011	,2%	92,2%	,1%	,5%	7,0%	100,0%
2012	,2%	93,1%	,1%	,5%	6,1%	100,0%
2013	,2%	91,4%	,1%	,4%	7,9%	100,0%
2014	,1%	90,4%	,1%	,5%	8,9%	100,0%
2015	,2%	91,2%	,1%	,4%	8,1%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Distribuição dos estadunidenses, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995		92,3%		,6%	7,1%	100,0%
1996		91,8%	,6%	,6%	7,0%	100,0%
1997		89,6%	,5%	,5%	9,4%	100,0%
1998		90,5%		,9%	8,6%	100,0%
1999		91,1%	,8%	,8%	7,3%	100,0%
2000		90,8%	1,0%	,7%	7,5%	100,0%
2001		91,3%	,9%	,6%	7,2%	100,0%
2002		91,1%	,5%	,8%	7,5%	100,0%
2003	,5%	91,6%	,5%	,8%	6,6%	100,0%
2004	,4%	92,3%	,7%	,9%	5,7%	100,0%
2005	,4%	92,0%	,6%	1,0%	6,0%	100,0%
2006	,4%	90,3%	1,1%	1,1%	7,2%	100,0%
2007	,3%	90,6%	1,6%	,9%	6,7%	100,0%
2008	,2%	90,6%	1,5%	,9%	6,7%	100,0%
2009	,3%	90,9%	1,4%	,7%	6,7%	100,0%
2010	,2%	90,3%	1,4%	,7%	7,4%	100,0%
2011	,2%	89,4%	1,6%	,6%	8,2%	100,0%
2012	,2%	90,1%	1,4%	,6%	7,7%	100,0%
2013	,3%	88,4%	1,6%	,7%	8,9%	100,0%
2014	,4%	87,6%	2,0%	,8%	9,1%	100,0%
2015	,4%	88,1%	1,7%	,6%	9,2%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Distribuição dos franceses, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995		97,3%			2,7%	100,0%
1996		94,9%	,6%		4,5%	100,0%
1997		93,3%	,5%		6,2%	100,0%
1998		94,6%			5,4%	100,0%
1999		93,8%		,4%	5,8%	100,0%
2000		93,4%	,7%	,4%	5,5%	100,0%
2001		93,4%	1,6%		4,9%	100,0%
2002		93,9%	1,2%		4,8%	100,0%
2003		94,4%	1,4%		4,2%	100,0%
2004		93,9%	1,5%		4,7%	100,0%
2005		93,1%	1,3%	,2%	5,4%	100,0%
2006		92,8%	,9%	,2%	6,0%	100,0%
2007		92,9%	,8%	,2%	6,2%	100,0%
2008		93,8%	,9%	,1%	5,2%	100,0%
2009		93,3%	,8%	,1%	5,8%	100,0%
2010		93,2%	1,1%	,2%	5,6%	100,0%
2011		93,1%	,9%	,2%	5,8%	100,0%
2012		94,2%	,9%	,2%	4,6%	100,0%
2013	,2%	92,2%	1,5%	,1%	6,0%	100,0%
2014	,3%	91,6%	1,7%	,2%	6,2%	100,0%
2015	,3%	92,2%	1,4%	,2%	5,8%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.



Distribuição dos italianos, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995	,2%	95,0%		,3%	4,5%	100,0%
1996	,2%	95,3%		,3%	4,2%	100,0%
1997	,2%	96,0%		,5%	3,3%	100,0%
1998	,2%	95,4%		,3%	4,1%	100,0%
1999		96,2%	,1%	,1%	3,5%	100,0%
2000	,1%	95,4%	,1%	,3%	4,0%	100,0%
2001	,3%	95,3%	,3%	,3%	3,9%	100,0%
2002	,1%	95,8%	,4%	,2%	3,5%	100,0%
2003	,1%	96,7%	,5%	,1%	2,6%	100,0%
2004		95,7%	,4%	,1%	3,8%	100,0%
2005	,1%	95,7%	,3%	,3%	3,7%	100,0%
2006	,1%	95,3%	,4%	,2%	4,0%	100,0%
2007		95,1%	,4%	,2%	4,3%	100,0%
2008		95,2%	,4%	,2%	4,2%	100,0%
2009	,1%	94,8%	,3%	,2%	4,7%	100,0%
2010	,1%	94,2%	,3%	,1%	5,3%	100,0%
2011	,1%	93,4%	,3%	,1%	6,1%	100,0%
2012	,2%	93,8%	,2%	,3%	5,5%	100,0%
2013	,4%	92,2%	,2%	,3%	6,9%	100,0%
2014	,5%	91,2%	,3%	,4%	7,7%	100,0%
2015	,4%	91,6%	,2%	,4%	7,4%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição dos haitianos, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995					100,0%	100,0%
1996		50,0%			50,0%	100,0%
1997		75,0%			25,0%	100,0%
1998		50,0%			50,0%	100,0%
1999		50,0%			50,0%	100,0%
2000		80,0%			20,0%	100,0%
2001		71,4%			28,6%	100,0%
2002		57,1%			42,9%	100,0%
2003		42,9%			57,1%	100,0%
2004		66,7%	11,1%		22,2%	100,0%
2005		62,5%	12,5%		25,0%	100,0%
2006		70,0%	10,0%		20,0%	100,0%
2007		66,7%	11,1%		22,2%	100,0%
2008		55,6%	33,3%		11,1%	100,0%
2009		35,3%	35,3%		29,4%	100,0%
2010		33,3%	42,9%		23,8%	100,0%
2011		12,1%	77,5%	,1%	10,3%	100,0%
2012		11,3%	80,1%	,2%	8,4%	100,0%
2013	,1%	9,4%	83,2%	,3%	7,0%	100,0%
2014	,1%	9,4%	83,1%	,3%	7,1%	100,0%
2015	,1%	9,6%	83,2%	,3%	6,8%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Distribuição dos japoneses, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995		29,9%		67,5%	2,5%	100,0%
1996		30,8%		66,3%	2,9%	100,0%
1997		31,3%		65,6%	3,1%	100,0%
1998		31,9%		65,0%	3,1%	100,0%
1999		30,6%		66,7%	2,6%	100,0%
2000	,2%	31,4%		65,5%	2,9%	100,0%

2001		31,9%		65,2%	2,8%	100,0%
2002	,2%	32,4%		63,8%	3,6%	100,0%
2003	,2%	33,5%		62,7%	3,7%	100,0%
2004	,1%	32,4%		64,0%	3,5%	100,0%
2005		32,4%		63,1%	4,6%	100,0%
2006		31,5%		63,8%	4,8%	100,0%
2007		30,3%		64,1%	5,6%	100,0%
2008	,1%	31,8%		62,8%	5,3%	100,0%
2009	,1%	32,5%		61,9%	5,5%	100,0%
2010	,1%	32,9%	,1%	61,2%	5,6%	100,0%
2011	,1%	31,7%	,1%	61,9%	6,2%	100,0%
2012	,1%	32,4%	,2%	61,6%	5,6%	100,0%
2013	,1%	33,2%	,2%	60,2%	6,3%	100,0%
2014		33,2%	,3%	59,9%	6,6%	100,0%
2015	,1%	34,6%	,3%	58,4%	6,6%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Distribuição dos chineses, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995		57,6%	2,2%	33,8%	6,5%	100,0%
1996		51,6%	,7%	41,2%	6,5%	100,0%
1997	,6%	50,0%	,6%	42,9%	6,0%	100,0%
1998	,6%	51,3%	,6%	41,3%	6,3%	100,0%
1999		50,6%	,6%	42,6%	6,3%	100,0%
2000		53,5%	1,5%	39,5%	5,5%	100,0%
2001		51,3%	1,3%	42,4%	5,1%	100,0%
2002		47,9%	,7%	46,5%	4,9%	100,0%
2003		46,6%	,6%	47,9%	4,9%	100,0%
2004		45,9%	,5%	50,0%	3,6%	100,0%
2005	,2%	44,2%	,5%	51,0%	4,1%	100,0%
2006	,4%	44,3%	,4%	50,0%	5,0%	100,0%
2007	,3%	42,7%	,3%	51,9%	4,9%	100,0%
2008	,2%	41,3%	,4%	52,0%	6,2%	100,0%
2009	,2%	37,3%	,3%	55,5%	6,6%	100,0%
2010	,2%	38,8%	,3%	54,6%	6,1%	100,0%
2011	,2%	41,9%	,2%	51,9%	5,9%	100,0%
2012	,1%	40,4%	,3%	54,2%	5,1%	100,0%
2013	,1%	39,6%	,2%	54,5%	5,6%	100,0%
2014	,0%	37,9%	,2%	55,9%	5,9%	100,0%
2015	,0%	38,9%	,2%	55,5%	5,3%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

#### Distribuição dos portugueses, segundo a raça/cor – 1995 a 2015

Ano	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
1995	,2%	93,3%	,3%	,4%	5,7%	100,0%
1996	,2%	92,9%	,3%	,5%	6,1%	100,0%
1997	,2%	92,8%	,3%	,5%	6,2%	100,0%
1998	,2%	93,2%	,3%	,5%	5,9%	100,0%
1999	,1%	92,8%	,5%	,6%	6,1%	100,0%
2000	,2%	92,4%	,4%	,7%	6,4%	100,0%
2001	,2%	92,4%	,4%	,6%	6,4%	100,0%
2002	,2%	92,7%	,6%	,6%	6,0%	100,0%
2003	,3%	92,8%	,6%	,5%	5,9%	100,0%
2004	,2%	92,7%	,5%	,6%	6,0%	100,0%
2005	,2%	92,6%	,5%	,6%	6,1%	100,0%
2006	,2%	93,0%	,5%	,5%	5,8%	100,0%
2007	,2%	92,7%	,5%	,4%	6,2%	100,0%
2008	,2%	92,6%	,5%	,4%	6,3%	100,0%
2009	,1%	92,1%	,5%	,5%	6,8%	100,0%

2010	,1%	91,6%	,6%	,5%	7,2%	100,0%
2011	,1%	91,1%	,6%	,5%	7,7%	100,0%
2012	,2%	90,8%	,6%	,5%	7,9%	100,0%
2013	,2%	89,2%	,6%	,5%	9,5%	100,0%
2014	,2%	87,7%	,8%	,6%	10,7%	100,0%
2015	,1%	89,1%	,6%	,6%	9,6%	100,0%

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

Apêndice 13 – Tabelas referentes aos modelos de regressões rodadas,  
incluindo todas as variáveis (teste e de controle)

**MODELO 1.1** - Com a variável sexo incluída e portugueses como grupo de referência.

mob	Coef.	P>z
sexo_rev	.9400446	0.000
vinculo_	-.13534	0.000
idade	-.095253	0.000
idade2	.0004628	0.000
fx_resid2	.3325094	0.000
fx_resid3	.5317556	0.000
fx_resid4	.7032765	0.000
fx_resid5	.5645567	0.000
tempo	.2661734	0.000
tempEmp	.0518283	0.000
escolar2	5.990765	0.000
escolar3	7.695479	0.000
escolar4	10.80457	0.000
educ_brasil	-.1211912	0.000
Argentina	-.1346423	0.393
Bolivia	-2.170055	0.000
Chile	-.8119298	0.000
Paraguai	-3.481762	0.000
Uruguai	-1.86363	0.000
Alemanha	1.515631	0.000
Espanha	.4791505	0.025
EUA	1.304767	0.000
Franca	1.080905	0.000
Italia	.4737687	0.024
Haiti	-3771346	0.000
Japao	.1283565	0.564
China	.6359618	0.002
id_17_24	-.7720249	0.000
id_25_40	.0955575	0.365
id_41_mais	.8630414	0.000
sector1	.158557	0.000
sector2	-.0194536	0.005
sector4	-.1523418	0.000
medio	.0681097	0.000
grande	.2392063	0.000
predict_Formal	-1482776	0.000
branca	.3878362	0.002
norte	-1.887583	0.000

nordeste	-1.490705	0.000
centrooeste	-.4391704	0.000
sul	-.5837741	0.000
T	.0698628	0.000
egp_11	-14.98428	0.000
egp_12	-12.09424	0.000
egp_13	-6.87955	0.000
egp_14	-5.366256	0.000
egp_15	-6.298378	0.000
egp_16	-2.309984	0.000
egp_17	4.371912	0.000
_cons	13.7644	0.000

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

**MODELO 1.2** - Com a variável sexo incluída e estadunidenses como grupo de referência.

Variáveis	Coef.	P>z
sexo_rev	.9400446	0.000
vinculo_	-.13534	0.000
idade	-.095253	0.000
idade2	.0004628	0.000
fx_resid2	.3325094	0.000
fx_resid3	.5317556	0.000
fx_resid4	.7032765	0.000
fx_resid5	.5645567	0.000
tempo	.2661734	0.000
tempEmp	.0518283	0.000
escolar2	5.990765	0.000
escolar3	7.695479	0.000
escolar4	10.80457	0.000
educ_brasil	-.1211912	0.000
Argentina	-1.439409	0.000
Bolivia	-3.474822	0.000
Chile	-2.116697	0.000
Paraguai	-4.786528	0.000
Uruguai	-3.168397	0.000
Alemanha	.2108646	0.474
Espanha	-.8256164	0.002
Franca	-.2238615	0.432
Italia	-.8309982	0.002
Haiti	-5.076113	0.000
Japao	-1.17641	0.000
China	-.6688051	0.010

Portugal	-1.304767	0.000
id_17_24	-.7720249	0.000
id_25_40	.0955575	0.365
id_41_mais	.8630414	0.000
sector1	.158557	0.000
sector2	-.0194536	0.005
sector4	-.1523418	0.000
medio	.0681097	0.000
grande	.2392063	0.000
predict_Formal	-14.82776	0.000
branca	.3878362	0.002
norte	-1.887583	0.000
nordeste	-1.490705	0.000
centrooeste	-.4391704	0.000
sul	-.5837741	0.000
T	.0698628	0.000
egp_11	-14.98428	0.000
egp_12	-12.09424	0.000
egp_13	-6.87955	0.000
egp_14	-5.366256	0.000
egp_15	-6.298378	0.000
egp_16	-2.309984	0.000
egp_17	4.371912	0.000
_cons	15.06917	0.000

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

**MODELO 2-** Para cada grupo de estrangeiros separadamente. São estimadas 14 equações para cada uma das nacionalidades dos estrangeiros.

Variáveis	Argentina		Bolívia		Chile		Paraguai		Uruguai		Alemanha		Espanha	
	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z
sexo_rev	.5857855	0.052	1.33604	0.000	1.035268	0.011	.0413195	0.866	.0085034	0.980	1.592791	0.007	1.738868	0.000
vinculo_	-.1305659	0.000	-.1634908	0.000	-.1539649	0.000	-.0788347	0.000	-.1344345	0.000	-.0680362	0.007	-.0953071	0.000
idade	-.1090115	0.000	-.1327049	0.000	-.1287105	0.000	-.0163337	0.143	-.1274501	0.000	-.09894	0.000	-.0854242	0.000
idade2	.0004475	0.000	.0011152	0.000	.0010632	0.000	-.00049	0.000	.0007727	0.000	.0005137	0.000	.0004792	0.000
fx_resid2	.1857865	0.000	.2611148	0.000	.2513205	0.000	.2636409	0.000	.2357753	0.000	.066856	0.051	.3521559	0.000
fx_resid3	.3109894	0.000	.4685554	0.000	.2772083	0.000	.3395014	0.000	.4515798	0.000	.0777092	0.039	.6230639	0.000
fx_resid4	.3750246	0.000	.5626474	0.000	.0318208	0.550	.3313561	0.000	.4708434	0.000	.2455397	0.000	.9511398	0.000
fx_resid5	.1752701	0.000	.403185	0.000	-.4969359	0.000	.1687521	0.017	.2921537	0.000	.1878564	0.010	1.017923	0.000
tempo	.3862256	0.000	.2896905	0.000	.1851403	0.000	.3319335	0.000	.3995334	0.000	.3016541	0.000	.1613578	0.000
tempEmp	.0580327	0.000	.0507836	0.000	.0599866	0.000	.0901551	0.000	.0635012	0.000	.0327052	0.000	.0479858	0.000
escolar2	8.380169	0.000	5.386785	0.000	7.888004	0.000	3.675377	0.000	5.332294	0.000	11.63822	0.000	7.557214	0.000
escolar3	9.914581	0.000	6.738062	0.000	9.317297	0.000	4.937496	0.000	6.73818	0.000	13.13179	0.000	9.789351	0.000
escolar4	11.72654	0.000	11.22353	0.000	11.91987	0.000	10.81558	0.000	9.820294	0.000	14.47658	0.000	12.69325	0.000
educ_brasil	-.0166304	0.364	-.1934455	0.000	-.1229829	0.000	-.0775872	0.001	-.1366549	0.000	.2347277	0.000	-.1949891	0.000
id_17_24	-1.860244	0.000	-1.395026	0.000	-2.359755	0.000	-.5962847	0.039	-1.361457	0.002	-.8651002	0.382	.5454577	0.476
id_25_40	.0652602	0.852	-.6006593	0.075	-2.042676	0.000	-.101851	0.742	-.3923457	0.335	1.770989	0.005	.6663238	0.224
id_41_mais	.8468313	0.090	-1.590484	0.009	-2.296536	0.003	1.010386	0.104	.3566907	0.571	2.670562	0.001	1.062994	0.134
sector1	.2202289	0.000	-.1722857	0.093	.2197976	0.023	.1799061	0.007	.5084409	0.000	.0304504	0.814	.1327866	0.291
sector2	.0342912	0.067	-.0439166	0.102	.0061655	0.785	.0458709	0.095	.0047438	0.851	-.0438663	0.193	-.0546126	0.126
sector4	-.2840048	0.000	-.0402058	0.414	-.3371867	0.000	-.3892889	0.000	-.1452172	0.076	-.2176256	0.023	-.0710014	0.494
medio	.0374026	0.037	.1080396	0.000	.063098	0.006	-.0195069	0.493	.0725574	0.004	.0893695	0.005	.0592772	0.081
grande	.1548786	0.000	.1200317	0.000	.162577	0.000	.0773089	0.004	.1747312	0.000	.1581137	0.000	.2451067	0.000
predict_Formal	-14.7375	0.000	-15.83122	0.000	-18.42879	0.000	-10.40459	0.000	-10.6254	0.000	-9.460943	0.000	-15.06422	0.000

branca	.7568354	0.093	.1880646	0.419	1.660551	0.002	.009357	0.975	-.1088032	0.856	.8752406	0.493	1.458947	0.056
norte	-1.576926	0.000	-.9131432	0.000	-2.039032	0.000	-1.123227	0.000	-2.070088	0.000	-.9206387	0.000	-1.518884	0.000
nordeste	-1.246871	0.000	-1.334928	0.000	-2.034292	0.000	-.9951977	0.000	-1.110435	0.000	-.7029403	0.000	-1.070441	0.000
centrooeste	-.3602747	0.000	-.4694101	0.000	-.573867	0.000	-.2073307	0.039	-.2577782	0.026	-.2814619	0.130	-.6829768	0.000
sul	-.5116362	0.000	-.4115575	0.000	-.8168158	0.000	-.3980755	0.000	-.559402	0.000	-.2361882	0.002	-.2762065	0.012
T	.1242386	0.000	.0763595	0.000	.0947112	0.000	.0872796	0.000	.0696932	0.000	.0650122	0.000	.0310111	0.005
egp_11	-13.75812	0.000	-14.50444	0.000	-18.63406	0.000	-14.73492	0.000	-13.27389	0.000	-9.248045	0.018	-21.75564	0.000
egp_12	-11.19343	0.000	-9.771419	0.000	-14.78479	0.000	-10.34571	0.000	-10.26141	0.000	-5.536422	0.159	-18.40574	0.000
egp_13	-5.542224	0.002	-6.297217	0.000	-8.380754	0.007	-5.75142	0.000	-4.466467	0.000	-.9170717	0.816	-13.72079	0.001
egp_14	-5.299162	0.002	-3.820175	0.002	-6.794898	0.028	-4.423356	0.000	-3.043248	0.004	.5368868	0.893	-10.95339	0.008
egp_15	-4.9291	0.006	-7.441494	0.000	-7.976746	0.010	-7.876886	0.000	-3.526325	0.003	1.552786	0.695	-12.01816	0.003
egp_16	-1.81427	0.300	-4.958443	0.000	-4.52673	0.141	-2.26597	0.000	-.2296847	0.829	6.032828	0.130	-9.76671	0.017
egp_17	6.425312	0.000	3.510647	0.006	6.58345	0.036	3.229143	0.000	6.646897	0.000	19.77399	0.000	-1.761991	0.677
_cons	10.26746	0.000	14.89936	0.000	18.41782	0.000	6.994824	0.000	8.295176	0.000	-2.407989	0.561	17.7502	0.000

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

**MODELO 2-** Para cada grupo de estrangeiros separadamente. São estimadas 14 equações para cada uma das nacionalidades dos estrangeiros

(Continuação)

Variáveis	EUA		Franca		Itália		Haiti		Japão		China		Portugal	
	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z	Coef.	P>z
sexo_rev	1.172722	0.008	2.009644	0.000	.5604758	0.282	.6232441	0.008	.6598557	0.179	.2661975	0.404	1.14511	0.000
vinculo_	-.0629879	0.003	-.057248	0.015	-.0429936	0.029	-.0106439	0.057	-.1581109	0.000	-.0893214	0.000	-.1158013	0.000
idade	-.0603658	0.000	-.0931152	0.000	-.0390738	0.000	-.0027266	0.766	-.0428429	0.000	-.0977171	0.000	-.1170215	0.000
idade2	.000538	0.000	.0006032	0.000	.0004806	0.000	-.0001683	0.177	.0001808	0.026	.0004551	0.000	.000767	0.000
fx_resid2	.1066042	0.000	.1407133	0.000	.2231886	0.000	-.0135823	0.200	.1927897	0.000	.136142	0.000	.3080377	0.000
fx_resid3	.1985823	0.000	.2460084	0.000	.3859209	0.000	-.2018088	0.000	.2115506	0.000	.2032928	0.000	.5830549	0.000



fx_resid4	.255285	0.000	.3354644	0.000	.7365618	0.000	-.6280878	0.000	.3742763	0.000	.2330882	0.000	.6872239	0.000
fx_resid5	.2329662	0.002	.2532556	0.001	.9339258	0.000	-1.299549	0.000	.3875345	0.000	.1662735	0.000	.4315264	0.000
tempo	.161845	0.002	.1491489	0.006	.1474775	0.000	.9500244	0.000	.2539145	0.000	.3691002	0.000	.2278762	0.000
tempEmp	.0210656	0.022	.0210156	0.025	.048055	0.000	.0885405	0.000	.0264899	0.000	.0375053	0.000	.0463868	0.000
escolar2	2.273647	0.000	-4.03856	0.000	6.885034	0.000	1.165731	0.000	6.598882	0.000	4.163308	0.000	5.62822	0.000
escolar3	.870782	0.000	3.814256	0.000	8.324261	0.000	1.460179	0.000	7.930562	0.000	5.162042	0.000	7.632162	0.000
escolar4	5.916326	0.000	5.506977	0.000	10.09806	0.000	4.73503	0.000	10.3257	0.000	6.488519	0.000	11.00713	0.000
educ_brasil	-.2344682	0.000	.1979825	0.000	-.1102774	0.000	.019571	0.002	-.134858	0.000	-.1657043	0.000	-.3159074	0.000
id_17_24	.0582041	0.940	.2954544	0.753	-.601733	0.415	-1.01354	0.063	.9975954	0.175	-.5414362	0.244	-.0742866	0.807
id_25_40	-.3158023	0.567	1.390034	0.051	.6794078	0.171	-1.513929	0.004	2.18833	0.000	-.6495137	0.099	.3988359	0.138
id_41_mais	.1909108	0.783	1.131042	0.181	1.154892	0.073	-2.032151	0.000	3.202526	0.000	-.4852099	0.403	1.311371	0.001
sector1	-.0713572	0.324	-.0806428	0.303	-.0259847	0.797	-.0428005	0.100	.5671288	0.000	.0878369	0.126	.1073717	0.072
sector2	-.0398814	0.269	-.0489547	0.135	-.1262496	0.000	.0113771	0.106	-.0233413	0.432	-.032525	0.093	-.165286	0.000
sector4	-.1663374	0.060	-.2577875	0.002	-.0247035	0.737	-.6325358	0.000	-.2055953	0.028	.0097857	0.871	-.1058038	0.003
medio	-.0130424	0.660	.0690689	0.021	.0236035	0.325	-.0191747	0.027	.0647555	0.031	-.0770787	0.000	.0763065	0.000
grande	.0416387	0.159	.053157	0.071	.1746159	0.000	.0132621	0.055	.1972152	0.000	-.031556	0.111	.2708742	0.000
predict_Formal	-4.789523	0.000	-6.352354	0.000	-10.94898	0.000	-5.044194	0.000	-12.1176	0.000	-8.463535	0.000	-12.35327	0.000
branca	1.564567	0.016	1.43386	0.065	.4312268	0.563	-.670869	0.012	.5846788	0.459	.7654111	0.208	.7458334	0.030
norte	-.0773877	0.775	-.8925722	0.000	-1.034424	0.000	-.5893707	0.000	-1.172827	0.000	-.7634518	0.000	-1.406065	0.000
nordeste	-.0905975	0.408	-.6459581	0.000	-1.040969	0.000	-.508381	0.000	-1.596036	0.000	-.973576	0.000	-1.387432	0.000
centrooeste	-.1339927	0.302	-.7530597	0.000	-.4152739	0.000	-.1341252	0.000	-.5016869	0.003	-.0875373	0.237	-.4977145	0.000
sul	.3287293	0.000	-.3677194	0.000	-.3707007	0.000	-.2082032	0.000	-.7837468	0.000	-.3951828	0.000	-.5777848	0.000
T	-.0020739	0.855	.041445	0.000	-.0096011	0.258	.1346404	0.000	.0422386	0.000	.0874255	0.000	.0265625	0.000
egp_11	-8.267028	0.191	-13.39707	0.028	-17.24214	0.000	-16.7069	0.000	-14.21682	0.000	-9.579801	0.000	-17.91139	0.000
egp_12	-5.964797	0.346	-10.29528	0.093	-14.91429	0.000	-19.80729	0.000	-13.11424	0.000	-7.094557	0.001	-14.40534	0.000
egp_13	.5058169	0.936	-5.267739	0.390	-10.06337	0.006	-10.23693	0.000	-6.90266	0.000	-4.068353	0.065	-9.298283	0.000
egp_14	4.179955	0.512	-2.822449	0.646	-8.373979	0.022	-9.666305	0.000	-4.449661	0.011	-3.892127	0.077	-7.924575	0.000

egp_15	3.201587	0.616	-2.775107	0.652	-8.043129	0.027	-20.72828	0.000	-3.927411	0.026	-2.757399	0.224	-7.56695	0.000
egp_16	10.97056	0.087	-.2084275	0.973	-5.694565	0.117	-2.620913	0.001	-1.262348	0.468	-.7818305	0.725	-5.190809	0.000
egp_17	17.21272	0.009	13.47183	0.035	7.006102	0.064	.9996694	0.221	6.981973	0.001	10.74704	0.000	5.844057	0.000
_cons	2.961655	0.643	8.415937	0.174	12.46909	0.001	3.042995	0.005	8.806003	0.000	8.227137	0.000	14.5737	0.000

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.

**MODELO 3** – Modelo estimado para homens e mulheres separadamente, tendo os portugueses como grupo de referência.

Variáveis	Homens		Mulheres	
	Coef.	P>z	Coef.	P>z
vinculo_	-.1362311	0.000	-.1096591	0.000
idade	-.1034408	0.000	-.0428293	0.000
idade2	.0005538	0.000	-.0002455	0.000
fx_resid2	.3748952	0.000	.3350557	0.000
fx_resid3	.5826773	0.000	.5893667	0.000
fx_resid4	.8092995	0.000	.7685601	0.000
fx_resid5	.6964864	0.000	.6328197	0.000
tempo	.2758979	0.000	.2812083	0.000
tempEmp	.0506055	0.000	.0042016	0.020
escolar2	6.02981	0.000	2.698682	0.000
escolar3	7.814084	0.000	3.356194	0.000
escolar4	11.47736	0.000	3.591066	0.000
educ_brasil	-.1084598	0.000	.1142103	0.000
Argentina	-1.532557	0.000	-1.742703	0.000
Bolivia	-3.434951	0.000	-4.426146	0.000
Chile	-2.312407	0.000	-2.130878	0.000
Paraguai	-4.913154	0.000	-6.142514	0.000
Uruguai	-3.390463	0.000	-3.744902	0.000
Alemanha	.3034435	0.366	-.5942589	0.339
Espanha	-.7248221	0.021	-1.314556	0.016
EUA	-.1336447	0.683	-.7510063	0.199
Franca	-.9273967	0.003	-1.052567	0.063
Italia	-4.621838	0.000	-8.51875	0.000
Haiti	-1.13258	0.000	-2.304726	0.000
Japao	-.8013413	0.009	-1.467161	0.002
China	-1.238698	0.000	-2.033446	0.000
id_17_24	-.6708092	0.000	-.9128627	0.000
id_25_40	.1294306	0.303	.2925359	0.143
id_41_mais	.9912263	0.000	.340337	0.365
sector1	.2110428	0.000	-.0134929	0.700
sector2	.0090403	0.295	-.1530957	0.000
sector4	-.2037208	0.000	-.0908849	0.000
medio	.0789252	0.000	.0851261	0.000
grande	.2507315	0.000	.2334639	0.000
predict_Formal	-16.91349	0.000	-15.16224	0.000
branca	.3025858	0.031	.6847721	0.006
norte	-2.111265	0.000	-2.27352	0.000
nordeste	-1.636074	0.000	-1.681748	0.000
centrooeste	-.4989464	0.000	-.5130363	0.000
sul	-.6513631	0.000	-.6570835	0.000

T	.0668462	0.000	.1519518	0.000
egp_11	-14.84203	0.000	-13.67719	0.000
egp_12	-11.71851	0.000	-11.22849	0.000
egp_13	-6.579855	0.000	-6.173363	0.000
egp_14	-5.572757	0.000	-5.036722	0.000
egp_15	-6.12556	0.000	-5.501181	0.000
egp_16	-2.094615	0.000	-3.014066	0.002
egp_17	3.968829	0.000	5.286863	0.000
_cons	17.54223	0.000	18.17333	0.000

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras a partir da RAIS 1995 a 2015.